

**idn** cadernos

# DESPOJOS DE GUERRA: AS CONSEQUÊNCIAS E SEQUELAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

COORDENAÇÃO DE:

ANA PAULA PIRES, ANTÔNIO PAULO DUARTE E TERESA NUNES



Despojos de Guerra:  
as Consequências e Sequelas da Primeira Guerra Mundial

Coordenadores:

Ana Paula Pires  
António Paulo Duarte  
Teresa Nunes

Autores:

Michael S. Neiberg  
María Inés Tato  
Carolina García Sanz  
Rita Nunes  
Inês José  
Diogo Ferreira  
Luís Cunha  
Célia Reis  
Teresa Nunes  
João Moreira Tavares

Outubro de 2019

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As perspetivas são da responsabilidade dos autores não refletindo uma posição institucional do Instituto da Defesa Nacional sobre as mesmas.

---

***Diretora***

Helena Carreiras

---

***Editor***

Luís Cunha

---

***Núcleo de Edições***

António Baranita

---

***Capa***

Nuno Fonseca/nfdesign

---

***Propriedade, Edição e Design Gráfico***

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: [idn.publicacoes@defesa.pt](mailto:idn.publicacoes@defesa.pt)

[www.idn.gov.pt](http://www.idn.gov.pt)

---

***Composição, Impressão e Distribuição***

PENTAEDRO, Lda.

Praceta da República, 13 – 2620-162 Póvoa de Santo Adrião – Portugal

Tel.: 218 444 340

Fax.: 218 492 061

E-mail: [pentaedro@mail.telepac.pt](mailto:pentaedro@mail.telepac.pt)

---

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-1994-0

Depósito Legal 344513/12

---

© Instituto da Defesa Nacional, 2019

---

# Índice

<b>Autores</b>	5
<b>Apresentação</b>	9
<i>Ana Paula Pires, António Paulo Duarte e Teresa Nunes</i>	
CAPÍTULO I – CONSTRUIR A PAZ, FAZER A GUERRA	
<b>The Inquiry: An Experiment with the Fourteen Points</b>	13
<i>Michael S. Neiberg</i>	
<b>Tempos Turbulentos: o Final da Primeira Guerra Mundial na Argentina</b>	23
<i>María Inés Tato</i>	
<b>Continuidad y Ruptura: la Búsqueda de Soluciones para España en la Posguerra Europea</b>	31
<i>Carolina García Sanz</i>	
<b>A Grande Guerra e o Desporto: os Jogos Interaliados de 1919</b>	43
<i>Rita Nunes</i>	
CAPÍTULO II – FUNDAR A NAÇÃO, DESFAZER A GUERRA	
<b>Estado e Regulação do Abastecimento Alimentar na Transição para a Paz (1919-1924)</b>	61
<i>Inês José</i>	
<b>As Consequências Políticas do Pós-Guerra em Setúbal: da “Monarquia do Norte” à Evolução Eleitoral (1919-1922)</b>	75
<i>Diogo Ferreira</i>	
<b>Macau entre Repúblicas: Nem Guerra, Nem Paz (1914-1918)</b>	95
<i>Luís Cunha</i>	
<b>Novas Situações Coloniais no Final da Grande Guerra: as Colónias do Oriente</b>	115
<i>Célia Reis</i>	

CAPÍTULO III – ENTENDER A GUERRA, EDIFICAR A PAZ

**Na Senda da Paz: Portugal, Europa e Multilateralismo (1915-1916)** 127

*Teresa Nunes*

**Memórias da Grande Guerra: O Memorial Virtual** 147

*João Moreira Tavares*

### **Ana Paula Pires**

Doutorada em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL, 2010). Realizou investigação de pós-doutoramento na FCSH/UNL (2010-2016) e na Universidade de Stanford (2016-2018). Venceu os Prémios da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Alberto Sampaio, e da Defesa Nacional. Atualmente, é investigadora contratada da FCSH/UNL e coordenadora do grupo de investigação “Economia, Sociedade, Património e Inovação” do Instituto de História Contemporânea. Autora de diversos artigos com arbitragem científica e coordenadora de diversas obras. Das suas publicações mais recentes destacam-se: *Mulheres e Eleições* (coord.), Almedina (2019); *A Inserção Internacional das Pequenas Potências: Primeira Guerra Mundial* (em coautoria), Instituto da Defesa Nacional (2019); e *A Grande Guerra no Parlamento* (em coautoria), Assembleia da República, (2018). Entre setembro e dezembro de 2019 será *research fellow* no Instituto Remarque, da Universidade de Nova Iorque.

### **António Paulo Duarte**

Assessor e investigador do Instituto da Defesa Nacional (IDN). Investigador integrado do Instituto de História Contemporânea (IHC), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova (FCSH/UNL). Doutor em História Institucional e Política Contemporânea pela FCSH/UNL (2005) e Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (1997). Coordenador do Projeto de Investigação “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial”, promovido pelo IDN, em parceria com o IHC da FCSH/UNL e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, apoiado pela Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da Primeira Guerra Mundial do Ministério da Defesa Nacional, para o quinquénio de 2014-2018. Coordenou, em parceria, neste âmbito, entre outras, as seguintes publicações: *Uma Pequena Potência é uma Potência? O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências na Grande Guerra de 1914-1918*, IDN Cadernos n.º 18, 2015; *Entering the First World War: the Experiences of Small and Medium Powers*, IDN Cadernos n.º 22, 2017; as conclusões do projeto de investigação foram publicadas em *A Inserção Internacional das Pequenas Potências: Primeira Guerra Mundial*, em coautoria com Ana Paula Pires e Bruno Cardoso Reis (IDN, 2019).

### **Carolina García Sanz**

Lecturer in Modern History (University of Seville). Her main field is International History, having joined a full range of research programs with fellowships in Great Britain, France and Italy. She is an expert on the history of the World War I, Spanish section editor of the Free University of Berlin collaborative project International Encyclopedia of the First World War 1914-1918 on line and coordinator of the Transnational Cultural Studies Network on Conflicts and Identities. She is presently working on the international legislation on “Gypsies” and the police targeting and judicial sentencing practices

in the twentieth century. She also joins the HERA Project “Beyond Stereotypes: Cultural Exchanges and the Romani Contribution to European Public Spaces”. Recent publications include: (ed.) *Shaping Neutrality throughout the First World War* (2016); (co-author) “Neutralist crossroads: Spain and Argentina facing the Great War”, *First World War Studies* (2017); “‘Disciplinando al Gitano’ en el siglo XX: Regulación y parapenalidad en España desde una perspectiva Europea’, *Historia y Política*, 40 (2018) and “Presuntos culpables: Un estudio de casos sobre el estigma racial del “gitano” en juzgados franquistas de Vagos y Maleantes”, *Historia Social*, 93 (2019).

### **Célia Reis**

Doutorada em História, com especialização em História Contemporânea, pela Universidade Nova de Lisboa, onde também integra o Instituto de História Contemporânea. É professora em Torres Vedras. O assunto destacado da sua investigação é a história colonial no final do século XIX/início do século XX, principalmente a situação portuguesa nas colónias do Oriente. É autora de diversos livros e artigos científicos, entre os quais: *O Padroado Português no Extremo Oriente na Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007; *O Poder entre Lisboa e o Oriente – Persistências e Mudanças na Administração, do Ultimato ao Ato Colonial*, tese de doutoramento, 2018; seis capítulos da *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. IV, Lisboa, Fundação Oriente, 2003; “Macao et Timor. La souveraineté portugaise et l’incidence de la guerre de 1914-1918”, *Guerres mondiales et conflits contemporains*, 4, 2014.

### **Diogo Ferreira**

Licenciado em História (2010-2013) e Mestre em História Contemporânea (2013-2015) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com a dissertação *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, publicada em 2017. Presentemente encontra-se a desenvolver uma tese de doutoramento intitulada *Setúbal entre Guerras (1919-1945): um itinerário de história local*, como bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/131519/2017). É investigador integrado do IHC. Publicou, em coautoria, os livros *História de Portugal e A Vida e os Feitos dos Navegadores ao serviço de Portugal (1419-1502)* – da coleção “O que todos precisamos de saber” – e *Os Combatentes do Concelho de Setúbal na Grande Guerra em França (1917-1918)*. Integrou a equipa de investigação do projeto “História dos 250 anos da Imprensa Nacional”. Faz parte da equipa do projeto “Memória para Todos” desde 2014.

### **Inês José**

Investigadora do Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL, licenciada em História (FCSH/UNL, 2014) e Mestre em História Contemporânea (FCSH/UNL, 2017), com a dissertação intitulada *A fundação e a organização da Manutenção Militar de Lisboa (1886-1914)*. Atualmente é doutoranda em História na mesma faculdade, encontrando-se a desenvolver uma investigação em torno dos impactos da Primeira Guerra Mundial no plano alimentar e seus reflexos no pós-guerra. Tem como principais áreas da investigação

a história económica e social e a história da indústria. Entre 2017 e 2019 integrou a equipa de investigação do projeto “250 anos da Imprensa Nacional”, com coordenação científica de Maria Inês Queiroz.

### **João Moreira Tavares**

Licenciado em História e Mestre em História dos Séculos XIX e XX (Secção do Século XX) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL). É técnico superior do Exército Português, onde no passado desempenhou funções no Arquivo Histórico Militar (AHM) e presentemente é redator e revisor do *Jornal do Exército*. É, ainda, investigador do Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL e autor de diversos trabalhos académicos, na sua maioria dedicados à Guerra Colonial e à divulgação e valorização do património documental do AHM. Concebeu e coordenou o Memorial Virtual aos Mortos da Grande Guerra, no âmbito do programa de atividades da comissão constituída para a evocação do Centenário da Participação Portuguesa na Grande Guerra (1914-1918).

### **Luís Cunha**

Doutorado em Relações Internacionais e investigador integrado no Instituto do Oriente (ISCSP/Universidade de Lisboa). Autor de vários livros sobre geopolítica da China, incluindo: *China: Cooperação e Conflito na Questão de Taiwan* (2010), *A Hora do Dragão – Política Externa da China* (2012), *China na Grande Guerra – A Conquista da Nova Identidade Internacional* (2014) e *China Techno-Nationalism in the Global Era: Strategic Implications for Europe* (2016). Membro da Comissão Científica do XX Congresso da Associação Europeia de Estudos Chineses, realizado em Portugal (2014). Tem obra publicada, na área da geopolítica da Ásia-Pacífico, em revistas nacionais e estrangeiras. Editor no Instituto da Defesa Nacional (IDN).

### **Maria Inês Tato**

Doctora en Historia por la Universidad de Buenos Aires (UBA). Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) en el Instituto Ravnani, donde coordina el Grupo de Estudios Históricos sobre la Guerra, que fundó en 2013. Profesora en la Carrera de Ciencia Política de la UBA y en la Maestría en Historia de la Guerra de la Universidad de la Defensa Nacional (UNDEF). Se especializa en la historia social y cultural de la guerra en el siglo XX, en particular en el impacto de la Primera Guerra Mundial en la Argentina. Es autora de los libros *Viento de fronda. Liberalismo, conservadurismo y democracia en Argentina, 1911-1932* (2004) y *La trinchera austral. La sociedad argentina ante La Primera Guerra Mundial* (2017), y coeditora, entre otras obras colectivas, de *La Gran Guerra en América Latina. Una historia conectada* (2018, con Olivier Compagnon, Camille Foulard y Guillemette Martín) y *Guerras del siglo XX. Experiencias y representaciones en perspectiva global* (2019, con Ana Paula Pires y Luis Esteban Dalla Fontana).

### **Michael Neiberg**

Professor of History and Chair of War Studies in the Department of National Security and Strategy at the United States Army War College. His published work specializes on the First and Second World Wars in global context. *The Wall Street Journal* named his *Dance of the Furies: Europe and the Outbreak of World War I* (Harvard University Press, 2011) one of the five best books ever written about that war. In October 2016 Oxford University Press published his *Path to War: How the First World War Created Modern America*, a history of American responses to the Great War, 1914-1917 and in July 2017 Oxford published his *Concise History of the Treaty of Versailles*. He is now at work on a history of US involvement in the Middle East from 1942 to 1950.

### **Rita Nunes**

Investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL e doutoranda em História Contemporânea. Mestre em Estudos Olímpicos pela Academia Olímpica Internacional e University of Peloponnese (Grécia), e licenciada em Ciências do Desporto – Gestão do Desporto pela Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

Atualmente é Diretora do Departamento de Estudos e Projetos do Comité Olímpico de Portugal sendo responsável por diversas áreas como: o Programa de Educação Olímpica; o Arquivo Histórico; o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Desportivo; os Prémios de Investigação em Ciências do Desporto, sendo ainda ponto de contacto no âmbito de várias candidaturas e projetos internacionais ERASMUS+ Sport e ERASMUS+ Youth.

É autora de diversos artigos com arbitragem científica e capítulos de livros entre os quais se destacam: “Women Athletes in the Olympic Games”, *Journal of Human Sport and Exercise* (2019); “El Deporte y la Gran Guerra (1914-1919)”, *Prohistoria*, Rosário (2019); “As Mulheres nos Jogos Olímpicos”, *Visão e Contextos* (2018).

### **Teresa Nunes**

Professora Auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Diretora da licenciatura em Estudos Europeus, investigadora do IHC da FCSH/UNL, do Centro de História da Universidade de Lisboa. Membro do Colégio Food, Farming and Forestry da Universidade de Lisboa (Conselho Coordenador e Linha 3 formação avançada). Doutorou-se em História Contemporânea pela Universidade de Lisboa com dissertação sobre *O Ideário Republicano de Ezequiel de Campos (1900-1919)*. Publicações: *Fontes Pereira de Melo*, 2005; *Maria da Fonte e Patuleia (1846-1847)*, *Batalhas da História de Portugal*, vol. 16, 2006 (2.<sup>a</sup> ed. 2007); *Carlos Malheiro Dias. Um Monárquico entre dois regimes*, 2009; *D. Carlos, Reis de Portugal*, vol. 33, 2010; *D. Amélia de Orleães, Rainhas e Princesas de Portugal*, n.º 12, 2011; e, em coautoria, *António Granjo. República e Liberdade*, 2012. Colaboração em obras coletivas: *Os Anos de Salazar* (2008), *Dicionário dos Historiadores Portugueses*, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*.

## Apresentação

A Primeira Guerra Mundial, a “Urkatastrophe des 20. Jahrhunderts”, é paradoxalmente lida como a fundadora da contemporaneidade, um momento charneira, dos mais decisivos da história contemporânea. A sua “longa sombra” ainda hoje se estende na Europa e no mundo, em geral, sob múltiplas formas positivas e negativas. A Primeira Guerra Mundial foi paradoxalmente a última grande guerra imperialista da Europa e a primeira conflagração em que a defesa do direito, da legalidade internacional e da democracia se configurou como motivo axial da porfia por parte de um dos lados. Este paradoxo merece que a historiografia se empenhe em sobre ele pensar. Uma das mais destrutivas guerras da humanidade corresponde, também, ao nascimento de um novo tempo. Refletir sobre o que tal significa é um imperativo, procurando desvendar as complexas linhas de relação que ligam a guerra à paz, a destruição de um dado mundo e a edificação de um novo orbe e os liames que interligam ambos.

Entre 2014 e 2019, o Instituto da Defesa Nacional, em parceria com o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, desenvolveram o projeto de investigação “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial”, para o qual contaram com o apoio da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da Primeira Guerra Mundial do Ministério da Defesa Nacional. Este projeto procurou compreender a inserção das pequenas potências na Primeira Guerra Mundial ao mesmo tempo que procurava entender a situação e posição de Portugal nessa contenda e na sua envolvente. Nesse sentido, o projeto tinha dois focos; um mais virado para as dinâmicas comparativas, com as quais se confrontava o papel dos pequenos beligerantes, outro, focado na dimensão nacional e no modo como Portugal respondia ao desafio da Grande Guerra.

Como seria natural, a transição da guerra para a paz, deveria ser um dos tópicos a estudar, tendo em consideração a necessária avaliação da beligerância, quer em Portugal, quer nos outros pequenos países e grandes beligerantes da Primeira Guerra Mundial. Para o efeito realizou-se a 22 de fevereiro de 2018, o seminário “O Fim da 1.ª Guerra Mundial: Consequências para a Política Externa e a Política de Defesa de Portugal”, no Instituto da Defesa Nacional. Era propósito dos organizadores que deste seminário saísse uma publicação sobre o tema, mas vicissitudes várias inviabilizaram essa edição. Todavia continuou na mente dos organizadores permitir através de uma publicação apresentar alguma reflexão teórica sobre a experiência da transição da guerra para a paz no fim da Primeira Guerra Mundial. Essa reflexão foi de novo abordada no âmbito do seminário “Despojos de Guerra: Os Impactos da Primeira Guerra Mundial no Período Entre-as-Guerras”, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a 27 de março de 2019. Com a realização deste seminário renasceu a possibilidade de apresentar ao público uma reflexão sobre a passagem da guerra para a paz no termo da Primeira Guerra Mundial.

A obra que aqui se apresenta resulta assim de algumas das conferências realizadas em ambos os seminários, disponibilizadas pelos autores para serem aqui publicadas, assim

como, de alguns companheiros de caminho, que não tendo participados nestes eventos, foram, todavia, suficientemente generosos para connosco partilharem algumas das suas reflexões sobre a dialética da guerra e da paz e a passagem do estado de beligerância para o estado de paz no termo das hostilidades. O que une todos estes textos é a reflexão, em perspectiva comparada, sobre os impactos da Primeira Guerra Mundial na paz que se seguiu, quer pela positiva, quer pela negativa, ou em algo um tanto indeterminado cujos efeitos e impactos reais na sua múltipla complexidade só podem ser sentidos e medidos décadas depois.

Caberá aos leitores ajuizarem do valor destas reflexões e destes estudos, que pretendem, singelamente, pensar os complexos liames que unem a guerra e a paz, fenómenos que mais do que antinómicos, dialogam, e de que forma, uns com os outros.

Esta obra divide-se em três partes, cada uma refletindo sobre as especificidades da transição da guerra para a paz. A primeira parte trata de experiências internacionais, todas elas marcadas, de uma forma ou de outra, por um paradoxo, o de que transitar para a paz implica de algum modo começar outra guerra que não aquela que acaba. A segunda parte trata de Portugal e das consequências para Portugal da sua beligerância na Primeira Guerra Mundial. Também aqui, a guerra, de todo, não desaparece da mente e da realidade portuguesa, sendo por isso necessário para refundar a nação que se desfaça, não só esta guerra, mas todas aquelas que com que o país se continua a debater, as que são sequelas da guerra que agora terminava e outras que a nova realidade internacional aportava. A terceira parte lida com as reflexões e a memória da Primeira Guerra Mundial, a sua longa e interminável esteira, o que nos convida a entender e a compreender a guerra para que a paz se edifique de vez. Só refletindo sobre os significados mais profundos que integram a guerra se pode arquitetar as estruturas da paz.

Os organizadores  
Ana Paula Pires  
António Paulo Duarte  
Teresa Sousa Nunes

## Capítulo I

# **CONSTRUIR A PAZ, FAZER A GUERRA**



# The Inquiry: An Experiment with the Fourteen Points

**Michael S. Neiberg**

*U.S. Army War College*<sup>1</sup>

In September 1917 President Woodrow Wilson took an unpublicized trip to Magnolia, Massachusetts to discuss a plan for how the United States would define and articulate its goals for the postwar world. One year earlier, Wilson and the nation at large were distracted by a reelection campaign that promised to be one of the closest in American history. Wilson won it with just eleven electoral votes to spare. The world war then raging played little role in that election campaign; Wilson and his rival Charles Evans Hughes mostly agreed that they wanted to keep America in its state of profitable neutrality until some provocative event rendered neutrality no longer possible.

Three such events occurred within a few short weeks and completely changed the tenor of American attitudes toward the war in the late winter and early spring of 1917. In February, the Russian Revolution deposed Tsar Nicholas II, finally clarifying the political war in Wilson's mind as one of democracies against autocracies. In that same month, the German decision to resume unrestricted submarine warfare threatened to put American lives at risk and reawaken the tensions and controversies from the *Lusitania* sinking in 1915 and the *Sussex* torpedoing of 1916.<sup>2</sup> Maybe most importantly, in early March the American press published a telegram, intercepted by British intelligence and passed to the Americans that infuriated people across the country. Sent from the German foreign minister, Arthur Zimmermann, to the German legation in Mexico City, the telegram promised Mexico German support for the recovery of Texas, Arizona, and New Mexico if Mexico would invade the United States and approach Japan about an anti-American alliance.<sup>3</sup>

The combination of the three events forced Wilson to ask Congress for a declara-

---

1 The opinions expressed herein are those of the author alone, not the United States Army, the United States government, or agency thereof.

2 In May 1916, Germany issued the Sussex Pledge, promising not to sink passenger ships, and not to sink merchant ships unless the Germans had verified that the ship was carrying contraband cargo and made arrangements for the safety of the merchant ship's crew. Germany rescinded this pledge at the end of January 1917.

3 See Thomas Boghardt, *The Zimmerman Telegram: Intelligence, Diplomacy, and America's Entry into World War I* (Annapolis: Naval Institute Press, 2012) and Michael Neiberg, *The Path to War: How the First World War Created Modern America* (New York: Oxford University Press, 2017).

tion of war in April. Americans largely agreed that they had to go war to defend their country from the kinds of predations the Germans had threatened in the Zimmermann Telegram, but they did not have a larger sense of what kind of postwar world they wanted to create. In his declaration of war speech, Wilson said that the United States sought “nothing for ourselves but what we shall wish to share with all free peoples”<sup>4</sup>. His words pledged America not to seek any new territories as it had in past wars, but they fell far short of articulating a way to put the world back together once the Allied armies emerged victorious on the battlefield. A few months later he articulated his Fourteen Points as a statement of the ideals that might form the basis of peacemaking, but, they, too, fell short of a definitive plan for solving the myriad problems the war had created.

Thus the reason for the president’s visit to Magnolia. Waiting for him there was his most important advisor, Edward House, described by his biographer as Wilson’s “right hand”. Just a few days earlier, Wilson had sent House a letter asking him to “quietly gather a group of men” to study the possibilities for the postwar world.<sup>5</sup> House had already begun to think along similar lines, although after getting the president’s letter he confided to his diary: “I do not quite know how I shall do this.”<sup>6</sup>

Wilson wanted this group because he had largely lost faith in his own State Department and its secretary, Robert Lansing. He also mistrusted his British and French allies, whom he saw as too secretive and too bound up by their own imperial acquisitiveness. He had used House, who had no official position in the US government, on missions like this one before. By using a trusted agent like House, Wilson could subvert his own bureaucracy and, he hoped, get impartial and trustworthy advice from experts in a wide variety of fields.

House responded to Wilson’s challenge by forming a group called The Inquiry, sometimes considered the world’s first think tank.<sup>7</sup> It eventually called on the expertise of 150 American scholars, mostly political scientists, economists, and geographers. Together they produced 2,000 reports and 1,200 maps. The goal was to provide the information and analysis needed to shape a “scientific” peace based on hard data instead of the historical myths and half-truths on which nationalists and irredentists laid their claims.<sup>8</sup>

The Inquiry and its attempts to find the “right” solutions to the problems of the postwar world show the contrast between American ideals and their application. They also show the general lack of understanding among American officials about many of the most important controversies of 1917-1919, including Alsace-Lorraine, the Shandong peninsula in China, and the Adriatic port city of Fiume. “Is it possible to change the world from a room, through the action of some diplomats?” thundered Italian Prime

---

4 See *Wilson’s War Message to Congress*, World War I (WWI) Document Archive, Official Papers, available at [https://wwi.lib.byu.edu/index.php/Wilson%27s\\_War\\_Message\\_to\\_Congress](https://wwi.lib.byu.edu/index.php/Wilson%27s_War_Message_to_Congress).

5 Godfrey Hodgson, *Woodrow Wilson’s Right Hand: The Life of Colonel Edward M. House* (New Haven: Yale University Press, 2006), 157.

6 Lawrence E. Gelfand, *The Inquiry: American Preparations for Peace* (New Haven: Yale University Press, 1963), 27.

7 Many of its members formed the Council on Foreign Relations in 1921.

8 American archaeologist William Buckler, a member of the Inquiry, quoted in Gelfand, *The Inquiry*, 16.

Minister Sidney Sonnino at Wilson in Paris. “Go to the Balkans and try an experiment with the Fourteen Points.” The Inquiry showed both the limits and the ultimate futility in that experiment. In the end, sheer force, not the analyses done by The Inquiry or the ideals of Woodrow Wilson, shaped the postwar world.<sup>9</sup>

From the start, the Inquiry largely discounted the value of history, which it saw as non-scientific and too subject to bias. City College of New York President Sidney Mezes, whom House tasked with creating The Inquiry, wanted the group to focus on “distribution of peoples; distribution of membership of churches; [population] density; increase and decrease [of population]; and topography.” The “highlights of history” were only relevant “as they affect boundaries.”<sup>10</sup> By reducing the significance of history, The Inquiry hoped to eliminate many of the competing claims states made for particular regions based on ownership from decades or even centuries earlier.<sup>11</sup> For Mezes and The Inquiry, a focus on demographic and geographic data would produce a peace based on the realities on the ground rather than on the adjudication of competing nationalist claims. Only thus could such a peace, supported by a League of Nations, arise from what another member of the Inquiry called “the ruins of the war.”<sup>12</sup>

For the Austro-Hungarian Empire The Inquiry thought that it had sufficient data to begin its work. The Empire had produced in the years before the war voluminous studies on railroads, populations, crops, and demography. From this information The Inquiry could compose maps and begin to assess the various ideas spreading throughout Europe about how to organize central Europe after the war and the concomitant dissolution of the Habsburg Empire that had governed much of it for centuries.

The Inquiry’s charge included studying the viability of prewar plans such as one devised by Romanian lawyer Aurel Popovici in 1906 to form a federated “United States of Greater Austria,” with each of the empire’s 14 main ethnic groups getting its own state inside that federation. Popovici, too, sought to use objective and scientific data to devise the best borders for a state that could succeed the Austro-Hungarian Empire and its largely administrative internal borders. His design included more than a dozen self-governing enclaves for ethnic Germans.<sup>13</sup> The significance of Popovici’s analyses lies less in the specifics of his recommendations than in his modeling of a supposedly scientific and unbiased approach to solving problems like envisioning better borders for Europe.

There was, however, no necessary reason why the United States should have even gotten involved in questions about postwar central Europe at all. The United States did declare war on the Austro-Hungarian Empire, but it had not made that war a priority.

---

9 Quoted in Margaret Macmillan, *Paris 1919: Six Months That Changed the World* (New York: Random House, 2001), 285.

10 Sidney Mezes to Isaiah Bowman, September 23, 1918, Inquiry Papers, Group 8, Series 1, Box 2, Sterling Library, Yale University. Emphasis in original.

11 Italy’s prime minister made the point by joking that based on the old claims states made for regions they had controlled in past centuries, Italy should get everything the Roman Empire once ruled.

12 James Shotwell quoted in Gelfand, *The Inquiry*, xii.

13 My thanks to Peter Hasling for helping me with my understanding of Popovici and his ideas during a conference in the former Austro-Hungarian (now Italian) town of Trento.

Wilson had, however, specifically cited Austria-Hungary, although without any definitive plans for its post-war future, in Point Ten of his Fourteen Points when he said: “The peoples of Austria-Hungary, whose place among the nations we wish to see safeguarded and assured, should be accorded the freest opportunity to autonomous development.”<sup>14</sup> It was the Inquiry’s job to advise him on what form that autonomous development should take.

The Fourteen Points represented the universalism inherent in Wilson’s vision.<sup>15</sup> That universalism carried with it the idea that the same general principles should apply everywhere. It blended well with a sense of America’s desire to offer a positive alternative both to traditional European imperialism and the new (and also universalist) model of Bolshevism. Tying together the American visions for all of the various parts of the world was a shared ideal of politics based on the will of the people. Wilson never used the phrase “national self-determination” in the Fourteen Points because he did not yet believe that all peoples were ready to govern themselves. As Leonard V. Smith has written, “Those excluded by race or gender would be included when they were ready. Wilsonian liberalism was about the inclusion of those eligible for inclusion, not everyone”.<sup>16</sup> Someone would therefore have to determine the fates of those peoples living in the successor states to the great empires shattered by the war. Wilson believed that the United States, and only the United States, could properly fulfill that role. The Inquiry’s studies would give him the information he would need to make wise judgments.

Making such decisions for Central Europe posed one kind of challenges. Doing so for the successor regions of the Ottoman Empire posed a much greater one. The United States never declared war on the Ottoman Empire, although that did not stop Wilson from stating in Point Twelve: “The Turkish portion of the present Ottoman Empire should be assured a secure sovereignty, but the other nationalities which are now under Turkish rule should be assured an undoubted security of life and an absolutely unmolested opportunity of autonomous development”.<sup>17</sup>

Americans had far less knowledge of what they then called the “Near East” than they had of Europe. Americans did know that they instinctively mistrusted and disliked the Ottomans, largely as a result of the well-publicized massacres and enslavements of Greeks by Ottoman forces in the Greek War of Independence. Mark Twain wrote about Constantinople in his famous travelogue *The Innocents Abroad* (1869), condemning its “dirt, and dust, and dinginess, and gloom; everywhere were signs of a hoary antiquity, but with nothing touching or beautiful about it ... nowhere was there anything to win one’s love or challenge his admiration.”<sup>18</sup> Like most Americans, Twain had come to hate the

---

14 Available at [http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/wilson14.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/wilson14.asp)

15 For more, see Erez Manela, *The Wilsonian Moment: Self-Determination and the International Origins of Anti-Colonial Nationalism* (New York: Oxford University Press, 2007).

16 Leonard V. Smith, *Sovereignty at the Paris Peace Conference of 1919* (New York: Oxford University Press, 2018), 13.

17 Available at [http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/wilson14.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/wilson14.asp).

18 Mark Twain, *The Innocents Abroad* (Hertfordshire: Wordsworth Classics Edition, 2010), 232-233.

Ottoman Empire as result of the Chios Massacre of 1822 in which Ottoman forces killed 20,000 to 70,000 Greeks and enslaved 50,000 more.<sup>19</sup>

The 1915-1916 massacre of Christian Armenians by the Ottoman government reawakened historical memories of Chios and renewed American hatred of the Ottoman Empire. Americans followed the news from Armenia carefully. Major cities observed Armenia Days and raised huge sums of money for the relief of the victims. An American missionary and medical couple, Clarence and Elizabeth Ussher, witnessed part of the massacres in Van. Elizabeth died of typhus en route back to the United States, but Clarence spoke widely in the United States, raising money and awareness for the plight of the Armenians. He then published his eyewitness account in a popular book, *An American Physician in Turkey: A Narrative of Adventures in Peace and War*.<sup>20</sup>

The British and French wanted the United States to occupy and govern Armenia after the war, but despite America's heated rhetoric about Armenia during the war, Wilson refused. He did not want to see the United States become an occupying power in one part of the former Ottoman Empire, but to play a central role in reshaping the political order for the entire empire. Only in this way, he believed, could a permanent and stable political order replace the one that had governed the Near East for centuries.

To do so, Wilson needed The Inquiry's help. But The Inquiry did not have much expertise on the Near East. It turned to William Linn Westermann, a 45 year-old specialist on Egyptian papyrus scrolls at the University of Wisconsin. Although expertise in ancient Egypt did not necessarily qualify Westermann to pass judgment on matters of international security, he soon became The Inquiry's senior adviser on the region.

The diary that Westermann kept reveals the problems that The Inquiry and the United States more generally faced when looking at the postwar political structures for the former Ottoman Empire. In December 1918, when Westermann went to Paris with Wilson, a wide variety of options seemed to be on the table. They included the possibility of recognizing Zionist claims to a part of the Near East for a Jewish state (although Westermann thought that the French would oppose it); the division of the Ottoman Empire into five states, each with a great power sponsor; and even the transfer of Constantinople from Turkish control to Greek control.<sup>21</sup> Whatever happened, the United States and its president would have a determining voice in the final outcome.

Although the United States had no core interests at stake in the Near East, it did have principles that Wilson and Westermann thought worth fighting for. The British and French, with the cooperation of Tsarist Russia, had divided the Ottoman Empire among

---

19 Eugène Delacroix made the incident infamous in a painting that today hangs in the Louvre.

20 Clarence Ussher, *An American Physician in Turkey: A Narrative of Adventures in Peace and War* (Boston: Houghton Mifflin, 1917).

21 Typescript of a Diary Kept December 4, 1918 to July 4, 1919, William Linn Westermann Papers, Columbia University Rare Books and Manuscript Library, MS#1322 (hereafter Westermann Diary), entries for December 11 and January 26. The five states were Armenia (great power sponsor, the United States); the Arab portions (United Kingdom); Constantinople and the Dardanelles (France); the Aegean coast (Greece); and Anatolia (Italy).

themselves in the secret 1916 Sykes-Picot Agreement.<sup>22</sup> That agreement, in Wilson's eyes, represented all of the worst features of European diplomacy. The very first of the Fourteen Points advocated "Open covenants of peace, openly arrived at, after which there shall be no private international understandings of any kind but diplomacy shall proceed always frankly and in the public view".<sup>23</sup> That Wilson learned of the agreement not from his allies but from the Bolsheviks after they raided the Tsarist government's papers only added to Wilson's fury.

House and Westermann both suspected that the Europeans would try to draw the Americans into their imperial trap in the Near East, co-opting American power for their own ends. "The English naturally want the road to Egypt and India blocked," House told Wilson, "and [British Prime Minister David Lloyd George] is not above using us to further this plan".<sup>24</sup> Wilson and House were disinclined to put American prestige behind British imperialism, but to reject the Sykes-Picot arrangement would put America at odds with its main allies and leave the region with no plan whatsoever. The British were not the only problem. French imperial interests, Westermann thought, "have been very powerfully aroused since the collapse of Germany".<sup>25</sup> French imperialists had begun to make outrageous arguments in order to assert France's right to govern what became Lebanon and Syria. They included a claim that the Syrians themselves loved French culture and that the Crusades gave France a special relationship with the region.

The French soon posed a major problem for the United States when its attempt to govern Syria ran into fierce resistance from Arabs living there. Nothing in the Fourteen Points provided any guidance for how to deal with such a problem. Wilson had told The Inquiry, "Tell me what is right and I will fight for it. Give me a guaranteed position." But no such guaranteed position existed in Syria. Either the United States backed the French and the secret Sykes-Picot system Wilson so detested or it risked getting drawn into a war between the French and the Syrians on the side of the latter, thus isolating America from a key postwar partner. Westermann vented his frustration to his diary: "No one knows just what is in the President's mind beyond vague phrases and beautiful ideas. ... The incompetence of the State Department is awful".<sup>26</sup> Already by the end of January 1919, the diary shows Westermann's waning faith in Wilson, his ideals, and the ability of the United States to shape a future for the postwar Near East that would appear fair and acceptable to all.

The Americans were right to suspect European motives. British diplomat Lionel Curtis told Westermann that the United States would have to accept an imperial role in the Near East because the British and French were too tired to help develop any more "backwards people" like the Armenians and Syrians. He urged Westermann to convince

---

22 Some background and a detailed map is available at: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-36300224>.

23 Available at [http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/wilson14.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/wilson14.asp).

24 Hodgson, *Woodrow Wilson's Right Hand*, 155-156.

25 Westermann Diary, entry for December 16.

26 Westermann Diary, entries for December 10 and January 27.

Wilson to accept a direct role in the Dardanelles, Constantinople, Armenia, and parts of Anatolia.<sup>27</sup> Westermann rejected the idea, recognizing that accepting the British argument would put the United States in the precarious position of acting as a buffer between Russia and the new European empires in the Middle East. He thought that the United States should disavow itself from both the Sykes-Picot Agreement and the 1915 Treaty of London that bound the British and French together until the final end of hostilities. America had not been a party to either agreement. To accept them in 1919 meant tying America to the imperial visions of the Europeans, certainly not an outcome envisioned in the Fourteen Points.

Nor was Westermann persuaded by the idea of the “Mandate” system devised by the South African statesman Jan Smuts. Under this scheme, the British and French would not annex former German and Ottoman territory to their empires, but govern them in the name of the international community and develop them in order to prepare them for self-government at some future date. Although Westermann and Wilson shared Smuts’s assumption that the former Ottoman peoples were not yet ready to govern themselves, Westermann thought that without firm dates for transition to independence, the Europeans would never leave of their own accord.<sup>28</sup>

The Europeans were not the only ones who sought to tie the United States to their own strategic aims. Emir Feisal, the son of the Sharif of Mecca and a direct descendant of the Prophet Mohammed, approached Westermann in Paris with own his plan for the reorganization of the Near East. He, too, had been infuriated by the Sykes-Picot Agreement because it invalidated promises he believed the British had made to his family about leading a postwar pan-Arab federation. Faisal had led an army from Arabia to Damascus only to find French officials claiming the right to govern Syria because of Sykes-Picot and British officials backing away from promises made just a few months earlier.

Faisal wanted the United States to help rid him of the French. As Westermann wrote in his diary, Faisal had told him that “he had not freed Syria [from the Ottomans] to make it French. ... He was now ready to let the blood run out of his body to free it from the French”. He wanted Wilson to sponsor the formation of a confederation of Arab states on the American model. If he did, Faisal predicted, there would soon be statues of American leaders all over the region. Westermann was charmed: “Voilà! Great is Lawrence and great is Faisal. I am a convert”.<sup>29</sup>

However charismatic Faisal was, and however powerfully he made his case, his plan threatened to put Americans in harm’s way halfway around the world, and in opposition to their British and French allies. Moreover, neither Westermann nor the senior American military representative in Paris, General Tasker Bliss, thought the Europeans would alter their imperialistic aims just to satisfy the United States. Neither shared Wilson’s belief that he could convince the British and French to cede their claims out of gratitude to

---

27 Westermann Diary, entry for December 22.

28 Westermann Diary, entry for January 26. For more on the Mandates system, see Susan Pedersen, *The Guardians: The League of Nations and the Crisis of Empire* (New York: Oxford, 2015).

29 Westermann Diary, entry for January 20.

Americans, or, as Wilson put it, because they “would have been forced to give up the war had the United States not gone in.”<sup>30</sup>

Bliss, whom Westermann called the one man in Paris “who will really study, and study hard, to make himself acquainted with what he must know,” poetically likened the Near East to a string of beautifully colored beads. The Ottoman Empire was the string that had held the beads together. Once cut, the beads would fall all over the floor in disorder. How to put the beads back together presented the great challenge. The only solution Bliss could see involved not only changing borders but moving people “by the scruff of their neck” to create homogenous communities.<sup>31</sup>

But doing so would force the United States to risk lives and treasure in Syria, a place far from America, and at a time when the American people were demanding demobilization and a “return to normalcy”. Bliss doubted they would do it, nor did he think they should. He was already becoming disillusioned by a peace process that he feared was creating more instability for the postwar world, not less. American goals were too ill-defined, the Europeans were too self-interested, and the unrealized desires of peoples around the globe for self-determination and even revenge created a tense environment. He wrote to his wife: “To me, there does not seem to be honesty or common sense in political men over here. I don’t wonder that the world is going Bolshevik. It is the last despairing cry of people who have lost all faith in their government”.<sup>32</sup>

Bliss and Westermann both recognized that the United States had few good options for Syria.<sup>33</sup> To withdraw from the controversy over Syria meant ceding the ground to the Europeans, disappointing Faisal, and acquiescing in an extension of the same imperialism America said it opposed. But to get more deeply involved in the Middle East meant putting American men, money, and prestige at risk in a place with almost no direct interest to the United States, and no obvious political end state toward which the United States might work. Worse still, the potential for mass violence grew by the week. “If I lift my finger,” Faisal warned Westermann, “the East will rise”.<sup>34</sup>

The disintegrating Ottoman Empire, Westermann sadly concluded, had become a “looting ground” for the greedy nature of great powers. “I am wondering,” he sadly concluded in late February, “whether honesty is the best policy” for dealing with America’s allies. He also took the time to record Faisal’s observation that “The Great Men of the world are best admired at a distance”.<sup>35</sup> Syria was becoming a classic case study of the limits of both American power and ideals, but Wilson’s universalism made it difficult for the United States to disengage.

---

30 Westermann Diary, entry for December 11.

31 Westermann Diary, entry for December 29 and January 16.

32 Tasker Bliss to Nellie Bliss, March 25, 1919, Tasker Bliss Papers, Box 22, Folder 12, United States Army Heritage and Education Center, Carlisle, Pennsylvania.

33 For more on the situation there, see John D. Grainger, *The Battle for Syria, 1918-1920* (Woodbridge, Suffolk: The Boydell Press, 2013).

34 Westermann Diary, entry for April 20.

35 Westermann Diary, entries for February 21 and 28, March 25, and April 4.

In March the British offered a solution of sorts when they proposed that the great powers should send a commission to Syria to study the matter. The influential British Arabist Gertrude Bell supported the commission as the only way to calm the situation, even though she belittled the Arabs by telling Westermann that “no Oriental ever told [a westerner] what he actually thought about matters”. She wanted former president Theodore Roosevelt named as America’s representative. Some British officials predicted bloodshed as a result, others an unnecessary delay in reaching a final decision. The French were furious. Faisal, assuming that the Syrians the commissioners talked to would never support a French presence, was so delighted that he celebrated by drinking his first glass of champagne.<sup>36</sup>

Westermann thought the idea of a commission “foolish” and just another British scheme to undermine French claims in the Middle East – and, not incidentally, a scheme to get Faisal to leave Paris. The French, he thought, were a “spent people” that lacked the ability to enforce their position in Syria even if their government insisted on one.<sup>37</sup> The French did get the commission’s mandate expanded to include Mesopotamia and Armenia so that it did not look anti-French, but the additions only meant a longer delay in finding an answer to the region’s many problems.

The mess that Syria had become changed Westermann’s mind about America’s role in the Middle East. In mid-April he told Henry Morgenthau, the former American ambassador to the Ottoman Empire, that the United States had no choice but to accept a mandate for Constantinople “for the peace of the world”. Pressure had begun to mount from other American delegates for the United States to take a mandate for Armenia as well.<sup>38</sup> A brief meeting with Wilson on May 22 led Westermann to conclude that the president had changed his mind as well. He was, Westermann thought, now willing to consider an American mandate for Armenia and Constantinople, although Wilson doubted that he could convince the American people or Congress to agree. The confusion in American policy led Westermann to talk openly of going back to the United States early and washing his hands of a peace process that seemed to be going nowhere.

Westermann nevertheless stayed on, leaving Europe with Wilson only after the signing of the Treaty of Versailles. At that point, Syria was still a long way from a resolution despite American efforts. Westermann was disappointed, disillusioned, and deeply fearful for the future. The treaty, he thought, was “wrong in spirit and quite wrong in its methods”. It would “cost some human blood” to make right its many flaws.<sup>39</sup>

Bliss largely agreed, calling American policy hypocritical and the treaty itself unworkable. By choosing sides (and providing some of the new states with surplus American weapons), the United States had, in his view, merely enabled the “submerged nations” to become dangerous in their own right. “From everything that I learn I judge that the Armenians and the Greeks are much worse than the Turks. Our friends, the Poles, are

---

36 Westermann Diary, entry for March 23.

37 Westermann Diary, entry for March 30.

38 Westermann Diary, entry for April 18 and May 22.

39 Westermann Diary, entry for June 28.

massacring the Jews and everywhere the people we are liberating are slaughtering everybody else”. It would have been better, Bliss argued, for soldiers to dump their weapons into the ocean while en route back to America.<sup>40</sup>

Both men recognized that there could be no peace in Middle East until the issue of Syria was settled. If the French decided to conquer Syria by force, Westermann wrote, “They will have a fight on their hands” with the local Arabs. Westermann also expressed “the fear of the renaissance of a Moslem fanatical religious movement by the establishment of an Arab state”. He also worried that there was so much infighting among the Arabs that they could never exist together within one state. The “net result” in Syria, Westermann thought, was “another bit of poison, which will rot the Near East until the distant day when the Arabs and all the East shall definitely discard the unjustified assumption of Westerners embodied in the formula of ‘white man’s burden’”. American policy in the Middle East, he wrote, was nothing more than “a white washed imperialism”.<sup>41</sup>

Bliss, too, saw the future risks, writing:

It seems that certain promises were made to the Arabs in the early days of the war and now they are so kind as to insist on these promises being fulfilled. The consequence is a grand triangular row with insistence on the part of the Arabs that the matter be arbitrated by the United States .... I myself have declared that I would not touch the question, even with a pole long enough to reach from here to Syria, unless I were positively ordered to do so by my government .... When it is all said and done, the United States will find that the European Allies have gotten, or taken for themselves, every oil well and gold mine that there may be in Asiatic Turkey and we will be asked to take a mandate for whatever pile of rocks and heap of sand may be left. I hope that we will have sense enough to keep out of it altogether.<sup>42</sup>

In 1919, the United States did have sense enough to keep out of Syria. Although Wilson had sought out the advice of The Inquiry to help him make critical decisions, the data it collected only confused issues. Partly as a result of that confusion, Wilson’s own advisers concluded that the United States should steer well clear of the principles the president had once seen as fundamental to reshaping the world. Unfortunately for Wilson’s agenda and his vision for the postwar world, the Senate saw the same confusion and pitfalls that Bliss and The Inquiry saw. As a result, the World War did not become the war to end all wars, and American leaders derived the lesson that force, not principle, determined the winners of both wars and peace.

---

40 Tasker Bliss to Nellie Bliss, June 6, 1919, Tasker Bliss Papers, Box 22, Folder 12.

41 Westermann Diary, entry for June 30.

42 Tasker Bliss to Charles Deering, October 22, 1919, Tasker Bliss Papers, Box 8, Folder 84.

# Tempos Turbulentos: o Final da Primeira Guerra Mundial na Argentina

**María Inés Tato**

*Instituto Ravignani, Universidad de Buenos Aires (UBA)/CONICET*

*Escuela Superior de Guerra, Facultad del Ejército, Universidad de la Defensa Nacional (UNDEF)*

Durante os quatro anos em que a Primeira Guerra Mundial decorreu, os dois governos argentinos de partidos opostos que se sucederam – o do conservador Victorino de la Plaza e o do radical Hipólito Yrigoyen – adotaram a neutralidade como medida diplomática oficial perante um conflito que, iniciado na Europa, logo adquiriria uma perspectiva global. O fato em si é significativo, pois mostra uma continuidade que contrasta com a drástica mudança em questões políticas ocorrida naqueles anos, que testemunhou a transição de um sistema político restrito à primeira experiência democrática após a promulgação da Lei Sáenz Peña, que em 1912 implementou o sufrágio universal, secreto e obrigatório (Tato, 2004). A posição do governo argentino em relação às relações exteriores – que se manteve durante todo o conflito, apesar das pressões internas e externas – coexistiu com uma ativa mobilização da sociedade. A reação social à então chamada “guerra europeia” foi expressa na recolha de ajuda humanitária às vítimas da guerra, no recrutamento de voluntários ao serviço dos beligerantes – como soldados ou pessoal médico ou auxiliar – e em intensos debates em torno das causas e responsabilidades do conflito.

A opinião pública cedo se tornou polarizada em torno dos lados beligerantes e dividiu-se entre os chamados “aliadófilos” e os “germanófilos”. Os primeiros foram, sem dúvida, maioria entre as elites intelectuais e políticas da Argentina, entre as quais, desde o século anterior, havia uma admiração generalizada pela França, considerada o ápice da civilização ocidental e do refinamento cultural. Ao contrário, os admiradores da Alemanha vinham de certos campos profissionais que encontraram no império uma referência inescapável: as ciências exatas, o direito, a medicina, a filosofia, o exército. A partir de 1917, a conjunção de vários episódios bélicos levou à reestruturação desses alinhamentos baseados inicialmente em afinidades eletivas. Com efeito, a entrada dos Estados Unidos na guerra, ao lado dos Aliados, e o afundamento de três navios de bandeira argentina por submarinos alemães, vítimas da guerra submarina sem restrições, combinaram-se no chamado “caso Luxburg”. Na sua campanha de pressão para alinhar os países latino-americanos para seguirem a sua política externa, o governo norte-americano difundiu numerosos telegramas enviados à Alemanha pelo ministro plenipotenciário daquele país na Argentina, o conde Karl von Luxburg. Intercetados e decifrados pelos serviços de inteli-

gência britânicos, esses documentos fizeram alusão às autoridades argentinas em termos injuriosos e sugeriram continuar a política de afundamentos, mas “sem deixar rastros”. A revelação gerou um verdadeiro escândalo público, além de ser considerado uma afronta à soberania e à dignidade nacional. Embora o incidente diplomático tenha sido resolvido em favor da Argentina, o caso questionou a neutralidade oficial e provocou uma nova polarização e confrontos amargos. Nesta ocasião, a situação internacional confrontou os partidários da rutura das relações com a Alemanha – os “rupturistas”, também qualificados como “aliadófilos” – e os partidários da neutralidade – os “neutralistas”, identificados como “germanófilos” apesar da enorme variedade de motivações que fundamentavam o seu posicionamento face à “questão internacional”. As ruas das principais cidades do país foram transbordadas por manifestações massivas reclamando uma ou outra direção em matéria de relações externas, cujos ecos foram apanhados e amplificados pela imprensa, gerando um panorama de tensão que perdurou até o final da guerra (Tato, 2017).

Por outro lado, embora a Grande Guerra tenha sido um importante estímulo para alguns setores da economia agroexportadora, ela não gerou um impacto homogêneo e positivo na economia, como um todo. Por exemplo, enquanto as exportações de gado aumentaram, as exportações de grãos diminuíram, refletindo as crescentes dificuldades de transporte em tempos de guerra: na verdade, a carne tinha um valor maior por unidade de volume e assim amortecia o custo do frete (Gerchunoff e Llach, 2005, p. 70). O desenvolvimento da indústria sofreu de forma desigual os impactos pela guerra. Assim, houve um aumento na produção de carne congelada e enlatada, e nos têxteis de lã, destinados a suprir as necessidades dos Aliados na frente, e em menor proporção, outras atividades destinadas ao suprimento de algumas importações cresceram. No entanto, no seu conjunto, a produção industrial não cresceu substancialmente durante o período (Weinmann, 1994, pp. 41-42).

Já em 1913, a crise dos Balcãs e uma má colheita levaram à desaceleração da economia. Com a eclosão da guerra, a situação piorou. A chegada de investimentos e créditos do exterior cessou. As importações declinaram drasticamente, afetando não apenas as indústrias que dependiam de importações e de tecnologia do exterior, mas também o Estado, cujo rendimento dependia em proporções significativas das taxas sobre produtos importados. Como resultado, a despesa pública e especialmente as obras públicas diminuíram, e com eles o emprego, apesar da cessação dos fluxos migratórios procedentes da Europa. De fato, o desemprego, que em 1913 chegou a 6,7%, subiu mais que o dobro no ano seguinte, atingindo 19,4% em 1917.

Além disso, é necessário ter em mente que o comércio argentino foi intensamente afetado pela guerra econômica travada pelos dois lados beligerantes. Desde o início da guerra, a Grã-Bretanha implantou o bloqueio marítimo para impedir o abastecimento alemão, que afetou diretamente os países neutros. A partir de 1916, também aplicou listas negras, que implicaram o boicote de empresas de propriedade alemã sediadas na América do Sul e os seus parceiros locais. Pela sua parte, a Alemanha reagiu a essas medidas com a guerra submarina, levando ao afundamento de numerosos navios aliados. A partir de

1917, esta estratégia intensificou-se e assumiu a forma de guerra submarina irrestrita, tornando os navios neutros potenciais alvos de ataques. Como vimos, a Argentina sofreu o naufrágio de três navios de bandeira nacional, episódios que iniciaram uma crise diplomática aguda e a consequente mobilização da opinião pública (Weinmann, 1994, pp. 43-54).

Os efeitos da Primeira Guerra Mundial provocaram uma recessão profunda, a maior do século 20 (Gerchunoff e Llach, 2005, p. 69), e um aumento vertiginoso na agitação operária. Ambos os indicadores da crise persistiriam a estes níveis pelo menos até 1921. Perante o aumento dos preços dos produtos do cabaz de consumo – que duplicou entre 1914 e 1918 – e a consequente queda do poder de compra dos salários, as greves multiplicaram-se exponencialmente. Enquanto em 1916 houve apenas 80 greves na cidade de Buenos Aires, envolvendo cerca de 24.000 trabalhadores, em 1919 houve mais de 360, nas quais mais de 300.000 grevistas participaram (Suriano, 2017, pp. 97-102). Nesta conjuntura, as greves declaradas pelos trabalhadores ferroviários e pelos trabalhadores marítimos foram particularmente prolongadas e eficazes na hora de paralisar a economia, pois afetaram o sistema de transportes que era crucial para a atividade agroexportadora.

O armistício, que no dia 11 de novembro de 1918 encerrou formalmente a Grande Guerra, foi recebido com entusiasmo pela sociedade argentina e estimulou novas mobilizações na celebração da paz e da vitória aliada. A oposição aproveitou a oportunidade para repreender o governo encabeçado pelo presidente Yrigoyen por não ter alinhado com os Aliados durante a guerra, expondo assim as fortes tensões produzidas na Argentina pelo já mencionado processo de democratização e os exacerbados confrontos entre governo e oposição que caracterizariam a gestão do caudilho radical (Tato, 2004). A oposição renovaria as suas críticas à política externa oficial após a retirada da delegação argentina da Liga das Nações, rejeitando as diversas disposições adotadas por esse fórum internacional. No entanto, a polarização da opinião pública que havia ocorrido durante a Grande Guerra em relação à gestão das relações externas estava desaparecendo, embora outros eventos a afetassem prontamente num cenário global marcado por tempos turbulentos e localmente marcado pela persistência da crise econômica e social.

Assim, nos primeiros dias de 1919, a cidade de Buenos Aires – a capital da República Argentina – foi abalada por uma escalada incomum de violência, que seria conhecida como a “Semana Trágica” (Bilsky, 1984; Godio, 1985). A greve que começou no dia 7 de janeiro nas oficinas metalúrgicas de Vasena, localizadas nos bairros operários de Nueva Pompeya e San Cristóbal, formou parte do cenário social descrito acima, caracterizado desde 1917 pela crise econômica e pela mobilização sindical. Embora na sua origem estivesse um conflito semelhante a muitos outros que ocorreriam naquela conjuntura de crise, rapidamente se tornou o detonador de um conflito de grande escala. Em poucos dias, esta greve, inicialmente limitada a uma empresa, tornou-se geral e levou a vários incidentes fatais entre grevistas e fura-greves. Perante estes acontecimentos, o governo de Hipólito Yrigoyen permaneceu inicialmente expectante.

O prolongamento do protesto e a inação oficial fizeram alguns setores temer que a revolução social tivesse chegado à Argentina. Uma preocupação que reflete as apreensões

que outro legado da Grande Guerra despertou universalmente foi a revolução russa de 1917, que tinha transformado a Rússia autocrática dos czares na Rússia bolchevique. O medo do contágio revolucionário era um fenômeno global, que naquele agitado ano de 1919 teria manifestações em diferentes latitudes: o *red scare* nos Estados Unidos, o biênio vermelho em Itália, o triênio bolchevique em Espanha (Schmidt, 2000; Kaplan 2003; Bianchi 2006). O medo do “fantasma vermelho” surgido na Rússia foi alimentado no início de 1919 pela revolução espartaquista na Alemanha, que parecia demonstrar a inevitável expansão do comunismo soviético (Weitz, 2009). De fato, a revolta espartaquista, liderada por Rosa Luxemburgo, foi quase simultânea à Semana Trágica e, como ela, também se originou em uma greve geral.

Na Buenos Aires de 1919, a paranoia aumentou em torno de uma revolução iminente. Rumores circulavam insistentemente sobre uma extensa conspiração para criar um soviete na Argentina, que envolveria anarquistas e socialistas, englobados sob o rótulo de “maximalistas”. O movimento de greve iniciado nas oficinas de Vasena foi visto como o primeiro passo nessa direção. A reação das elites de Buenos Aires foi imediata: elas rapidamente organizaram os autointitulados “guardas brancos” ou “guardas cívicos”, grupos paramilitares armados que se dedicavam à repressão de todas as tentativas revolucionárias não concretizadas (Deutsch, 1986, p. 75; Caterina, 1995, p. 27). Pouco tempo depois, o governo abandonaria a passividade e acrescentaria o exército e a polícia à repressão levada a cabo por esses grupos civis. Entre as medidas próprias vigentes do estado de sítio que a partir de então foram colocadas em prática sem mediar a sua promulgação formal, podem ser citadas a censura telegráfica e telefônica, e o encerramento e invasão de locais de trabalhadores (Bilsky, 1984, p. 122). Como resultado, no dia 17 de janeiro, a mobilização dos grevistas foi sufocada, deixando para trás um balanço sangrento. O número de vítimas varia de acordo com os autores, mas sem dúvida foi alto, alterando entre 700 e 1.300 mortos, e entre 500 e 5.000 feridos (Pittaluga 2016, pp. 56-57).

A população judaica foi um dos alvos da onda de violência que atingiu Buenos Aires naqueles dias. Na sociedade argentina, era costume naquela época que o termo “russo” se aplicasse aos judeus, uma vez que a maioria desses últimos tinha chegado ao país no final do século XIX com passaportes do Império Russo. Essa simplificação ignorava o fato de que muitas dessas chegadas foram motivadas pelos *pogroms* implementados pelos czares russos. No contexto de agitação social da Semana Trágica, essa assimilação de “russo” e “judeu” foi fatal. O pânico frente a uma revolução potencial inspirada pela Rússia revolucionária somou-se a um antissemitismo tradicional de raiz católica e estimulou a violência. A figura do judeu representava ambigualmente o inimigo: de ser identificado com o capitalismo e a usura, ele passou a representar nessa conjuntura crítica o revolucionário esquerdista, considerado uma ameaça à atual ordem social e à nação. Como resultado, guardas brancos e forças policiais percorreram os bairros judeus, especialmente o bairro emblemático de Once, e atacaram violentamente pessoas de todas as idades, assim como edifícios de várias instituições comunitárias. Esta incursão deixou como consequência um morto e 71 feridos (Bilsky, 1984, pp. 82-83 e 122-124).

A violência da Semana Trágica não terminou, no entanto, com a repressão. A agitação e o conflito social persistiram e em 1921 manifestaram-se num novo e sangrento ataque. Nesta ocasião, a mobilização dos trabalhadores rurais das fazendas de ovelhas no sul do país foi duramente reprimida pelo exército, num episódio conhecido como a Patagónia Trágica. Esses movimentos de greve com um saldo sangrento para os trabalhadores foram, sem dúvida, um marco central na história das lutas do movimento operário argentino. Mas eles também marcaram um ponto de viragem no desenvolvimento do nacionalismo de direita. Desde a construção do Estado nacional, a Argentina foi concebida como uma terra de promessas, completamente alheia ao conflito, devido ao seu estatuto de sociedade baseada na igualdade de oportunidades e aberta à mobilidade social ascendente (Devoto, 2002, p. 111). A Grande Guerra acentuou a percepção daquela suposta exceção argentina, contrastando a paz ali prevalecente com a violência que rasgou o Velho Continente. Nessa perspectiva, toda a desordem ou conflito foram atribuídos à influência estrangeira. No verão de 1919, o conflito social foi lido como o resultado da ação de ativistas revolucionários, identificados com líderes sindicais e com estrangeiros, em particular com os chamados “russos”. Também levou a um aumento do nativismo, da xenofobia e do antissemitismo, que atingiu o seu apogeu durante a Semana Trágica e que seria institucionalizado dias depois, com a criação da Liga Patriótica Argentina. Esta instituição atuaria muitas vezes durante a década de 1920 como um grupo paramilitar conotado com a conspiração de diversos conflitos sociais (Deutsch, 1986; Caterina, 1995).

A crise do primeira pós-guerra só foi amenizada por volta de 1922, durante a presidência de um outro radical, Marcelo T. de Alvear. Naquela época, a Argentina tinha começado a experimentar um crescimento económico acentuado, superior ao dos Estados Unidos, Canadá e Austrália, que era de cerca de 4% ao ano. Este panorama de prosperidade mais uma vez estimulou a chegada de imigrantes europeus, que buscavam novos horizontes em vista do atraso na restauração das economias dos seus Estados de origem após o fim da guerra. A gradual normalização do comércio internacional e do mercado de capitais favoreceu a recuperação dos níveis de pré-guerra nas exportações, importações e investimentos e créditos externos. Na década de 1920, os investimentos americanos invadiram a Argentina, lado a lado com a ascensão internacional dos Estados Unidos como principal credor mundial. Foram instaladas numerosas subsidiárias de empresas dessa origem, orientadas para o mercado interno, como Chrysler, General Motors, IBM, RCA Victor, Colgate Palmolive e Goodyear. Embora os investimentos dos EUA não equiparassem aos de origem britânica – que no início do século eram 27% do capital fixo do país –, aumentaram acentuadamente naquela década. A liderança norte-americana também provocou o reordenamento dos intercâmbios comerciais da Argentina. Enquanto esta continuava a encontrar no Reino Unido o seu principal comprador, especialmente de carne, mantendo um comércio superavitário, as suas importações vinham cada vez mais do colosso do Norte, que, ao contrário, era autossuficiente nos produtos que caracterizavam o núcleo das exportações argentinas e gerava um défice na balança comercial do país.

Por outro lado, a melhoria da redistribuição de rendimento e o aumento da despesa pública levaram a um aumento dos salários reais e a uma maior distensão social e, conseqüentemente, à redução dos conflitos operários. A isso foi acrescentado um diálogo mais fluido entre o governo e a oposição, que facilitou uma ação coordenada no parlamento, plasmado na promulgação de legislação social, como a regulamentação do trabalho feminino e infantil, e o estabelecimento da jornada de trabalho de oito horas (Gerchunoff e Llach, 2005, pp. 78-98).

No entanto, o paraíso que representou a presidência de Alvear no campo político e económico terminaria no final da década. Em 1928, o seu antecessor na primeira magistratura, Hipólito Yrigoyen, concorreu novamente à presidência e obteve um triunfo convincente com cerca de 60% dos votos. O seu regresso ao poder ligou os alarmes da oposição, que já durante o seu primeiro governo tinha criticado a sua suposta demagogia e sua tendência para iludir o controlo parlamentar. A apreensão causada pelo líder radical foi aumentada pela sua idade avançada, na qual se baseava a acusação de senilidade, e pelo abrandamento da gestão.

No seio da direita, até então identificado principalmente com o conservadorismo, uma geração nova e mais radical começou a emergir: os autoproclamados nacionalistas. Com uma retórica antiliberal, mas na prática tributária do liberalismo do século XIX, os jovens nacionalistas usaram tanto o tradicionalismo político europeu – representado de forma paradigmática pelo monarquista francês Charles Maurras – quanto os novos movimentos políticos em ascensão na Europa entre guerras, como o fascismo italiano. Se para os conservadores o problema era a figura de Yrigoyen, para os nacionalistas o inimigo era o sistema democrático, o que possibilitaria o seu regresso à presidência. Usando a imprensa e as organizações de choque como a Liga Republicana, os nacionalistas começaram desde cedo uma campanha cujo objetivo era desgastar, simultaneamente, a autoridade presidencial e a legitimidade democrática (Tato 2004).

A segunda presidência de Yrigoyen coincidiu com um novo ciclo económico recessivo. Já nos anos anteriores a recuperação da agricultura europeia e a melhoria global dos métodos de produção aumentaram a oferta e reduziram os preços mundiais. O surto da crise de 1929 e a depressão subsequente aprofundaram esse cenário. Não apenas restringiu o volume de exportações, mas também das importações e a chegada de empréstimos e investimentos, com a correspondente queda da despesa pública, o desemprego e o aumento do custo de vida (Gerchunoff e Llach, 2005, pp. 110-118).

A combinação da crise social e económica com a agitação política alimentou o ambiente em que decorreu o primeiro golpe de Estado na história argentina, a 6 de setembro de 1930. Protagonizado por alguns setores do exército sob a liderança do general José Félix Uriburu, contou, entretanto, com um amplo apoio civil, que incluiu – com poucas exceções – as principais forças de oposição ao radicalismo. No calor da grande depressão, fechou-se o primeiro ciclo da democracia argentina.

Em suma, tanto durante a Primeira Guerra Mundial como no imediato período de pós-guerra, a Argentina experimentou as vicissitudes de sua conexão a um mundo globalizado. Entre 1914 e 1918, apesar da firme manutenção da neutralidade diplomática con-

tra a guerra que assolava a Europa, não esteve à margem dessa tragédia. A guerra criou oportunidades de expansão em algumas áreas da atividade exportadora, mas também expôs a vulnerabilidade externa dessa economia aberta limitando importações, receitas fiscais e gastos públicos, e deu origem a uma profunda crise social e econômica que seria prolongada pelo menos até 1921. Da mesma forma, embora o Estado argentino não tenha participado militarmente da luta, a sociedade civil experimentou uma espécie de beligerância cultural. Isso inicialmente a levou a polarizar e a tomar partido por um dos lados do conflito, lutando simbolicamente nas bancas de jornais e nas ruas, alistando-se ao serviço das forças combatentes ou recolhendo ajuda humanitária para as vítimas da guerra. No momento global de 1917, quando as interações com o mundo em guerra se intensificaram como resultado da concatenação de diversos eventos bélicos, a sociedade debateu apaixonadamente o papel que a Argentina devia desempenhar nessa situação. Nesse sentido, a neutralidade oficial não pôde afastar o país dos processos que estavam ocorrendo à escala global.

As comoções causadas pela Grande Guerra em diferentes dimensões da vida argentina continuaram após a sua conclusão. Assim, a crise econômica e social conjugou-se com o medo da expansão global da revolução russa e, entre 1919 e 1921, levou a uma onda de greves cuja expressão máxima foi constituída pela Semana Trágica e pela Patagônia Trágica. Além disso, em consonância com os desafios à democracia e ao liberalismo que se estendiam no Velho Mundo após a guerra, os anos 1920 também testemunharam na Argentina o surgimento de questões relacionadas com a experiência democrática que dava os seus primeiros passos desde as vésperas da guerra. No contexto de outra crise global, causada desta vez pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 e pela grande depressão que se seguiu, as críticas ao sistema democrático levariam à interrupção dessa primeira experiência democrática e ao estabelecimento do primeiro de uma série de golpes que marcariam a vida política argentina ao longo do século XX.

## Referências

- Bianchi, R., 2006. *Pace, pane, terra. Il 1919 in Italia*. Roma: Odradek Edizioni.
- Bilsky, E. J., 1984. *La Semana Trágica*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- Caterina, L. M., 1995. *La Liga Patriótica Argentina. Un grupo de presión frente a las convulsiones sociales de la década de 1920*. Buenos Aires: Corregidor.
- Deutsch, S., 1986. *Counterrevolution in Argentina, 1900-1932. The Argentine Patriotic League*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Devoto, F. J., 2002. *Nacionalismo, fascismo y tradicionalismo en la Argentina moderna. Una historia*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Gerchunoff, P. e Llach, L., 2005. *El ciclo de la ilusión y el desencanto. Un siglo de políticas económicas argentinas*. Buenos Aires: Ariel.
- Godio, J., 1985. *La Semana Trágica*. Buenos Aires: Hyspamérica.
- Kaplan, T., 2003. *Ciudad roja, período azul. Los movimientos sociales en la Barcelona de Picasso (1888-1930)*. Barcelona: Península.

- Pittaluga, R., 2016. *Soviets en Buenos Aires. La izquierda de la Argentina ante la revolución en Rusia*. Buenos Aires: Prometeo.
- Schmidt, R., 2000. *Red Scare: FBI and the Origins of Anticommunism in the United States, 1919-1943*. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, University of Copenhagen.
- Suriano, J., 2017. La Primera Guerra Mundial, crisis económica y agudización del conflicto obrero en Argentina. *Estudios Históricos*, 30(60), pp. 93-114.
- Tato, M. I., 2017. *La trinchera austral. La sociedad argentina ante la Primera Guerra Mundial*. Rosario: Prohistoria.
- Tato, M. I., 2014. *Viento de Fronda. Liberalismo, Conservadurismo y Democracia en la Argentina, 1911-1932*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Weinmann, R., 1994. *Argentina en la Primera Guerra Mundial: neutralidad, transición política y continuismo económico*. Buenos Aires: Biblos/Fundación Simón Rodríguez.
- Weitz, E., 2009. *La Alemania de Weimar: presagio y tragedia*. Madrid: Turner.

# Continuidad y Ruptura: la Búsqueda de Soluciones para España en la Posguerra Europea

**Carolina García Sanz**

*Universidad de Sevilla*

## **España en la estela del conflicto**

La conmemoración del centenario de la Gran Guerra ha representado una oportunidad para resituar a España en el mapa general de la contienda, revisitando un período especialmente prolífico para una historiografía nacional cuyo eje vertebrador ha sido durante mucho tiempo la idea de conflicto interno en el siglo XX. El antagonismo entre la “España real” y la “oficial” se hizo aún más violento con los efectos económicos de la coyuntura internacional a nivel doméstico. Los desequilibrios sociales generados por el enriquecimiento de una minoría, ante el tirón de la demanda externa en sectores como el textil, minero-metalúrgico o agrícola, un galopante proceso inflacionario (con tasas similares a la de los países beligerantes) y el desabastecimiento interno, impulsarían los movimientos de oposición política y social desde fuera y dentro del régimen. El clamor contra un sistema político, oligárquico y excluyente, profundamente inoperante ante un mundo en rápida transformación, se generalizó entre 1914 y 1918 formando consensos inéditos en una “guerra de palabras”, uno de cuyos *leitmotiv* fue la insostenibilidad del mismo (Meaker, 1988, pp. 1-66). Las Juntas Militares de Defensa en junio de 1917, y, simultáneamente, la Asamblea de Parlamentarios en Barcelona, junto con la huelga general revolucionaria de agosto de ese mismo año crearon las condiciones para un proceso revolucionario que hirió de muerte al *establishment* en crisis desde la debacle del 98. En este sentido, el conflicto europeo constituyó un punto de inflexión en el tan intenso como traumático debate sobre la identidad nacional que se arrastraba desde la guerra hispano-norteamericana.

Sobre este intrincado punto de partida, nuevos enfoques sobre España en el horizonte bélico han puesto el acento en las dinámicas del conflicto exterior, enlazando las dinámicas internas con las injerencias beligerantes para complementar el conocimiento de la realidad de esos años (García Sanz, 2016, pp. 183-208). En concreto, me refiero a las investigaciones sobre las injerencias políticas, económicas, estratégicas y propagandísticas, tanto de los aliados como de las potencias centrales, objeto de atención preferente en la mayor parte de mis trabajos sobre el caso español (García Sanz, 2011; 2014; 2016;

2018) véanse también las visiones de conjunto en las magníficas sendas monografías de colegas como García Sanz (2014) y González Calleja y Aubert (2014). En general, estos nuevos enfoques han puesto de manifiesto la posibilidad de visitar viejas temáticas, a la par que imaginar otras nuevas relativas a las visiones sobre la neutralidad y su definición como concepto político y legal (Ruiz Sánchez, Cordero Olivero y García Sanz, 2016). Además, la discusión del caso español en foros especializados de debate, como este congreso organizado por mis colegas portugueses en la Universidad de Lisboa, *Os despojos da Guerra. Os impactos da I Guerra Mundial no período entre Guerras*, permite continuar – más allá del tirón conmemorativo del centenario – con un fructífero intercambio que no sólo ha enriquecido la historiografía española sino también la internacional.<sup>1</sup> Una singladura, cuyo tránsito podría ser igualmente de interés para el estudio de España en la inmediata posguerra, como base no tanto de una revisión de los numerosos y reseñables análisis existentes sino de una renovación que permita ampliar lo que ya conocemos, dialogando de forma más estrecha e intensa con los procesos posbélicos operados transnacionalmente. Precisamente, con mi intervención, trataré de hacer una propuesta en este sentido – por fuerza parcial e incompleta – incidiendo y conectando aspectos sobradamente analizados respecto a la política española en los primeros años veinte, coincidentes con los discursos regeneradores aplicados al ejército, la economía nacional y los modelos de sociedad, ya sea desde la continuidad o la ruptura, con las percepciones de la guerra y las inevitables proyecciones sobre la posguerra.

### **“Modernismo reaccionario”: la derecha en el poder**

El 23 de marzo de 1914, en el teatro de la comedia, José Ortega y Gasset reiteraría la necesidad de un cambio profundo en la vida pública del país en su disertación sobre la “Vieja y Nueva Política”. La Gran Guerra actuaría, en ese mismo sentido, como un catalizador de las ansias de cambio y reconstrucción interna, impulsadas por una minoría de intelectuales y, más tarde, interiorizada por la sociedad de masas (Fuentes, 2014). El debate sobre la política gubernamental de neutralidad favorable a la Entente abrió un cisma social que pondría al país – en palabras del socialista y ferviente anglófilo Luis Araquistain – “entre la guerra y la revolución”. Por un lado, para aquellos sectores más próximos al republicanismo y al socialismo, la victoria de las potencias aliadas coadyuvaría la implantación de un régimen democrático. La revista *España*, plataforma de la aliafilia desde enero de 1915, sobreviviría a la guerra como órgano de este “neo-regeneracionismo” de izquierdas (Tuñón de Lara, 1982, pp. vii-xvii). Y, por otro para los sectores más tradicionalistas, la victoria de Alemania haría lo propio poniendo fin a la influencia de Francia y Gran Bretaña, permitiendo la ansiada reconstrucción ibérica bajo valores conservadores y de orden. Sin embargo sería la Nueva Derecha, expresión de una ruptura generacional, representada por los jóvenes seguidores de Antonio Maura, el movimiento

---

1 Un esfuerzo de reflexión en línea con el que se desarrolló en la Universidad de Lovaina en mayo de 2018, *International Colloquium: Revival after the Great War: Repair, Rebuild, Remember* y que me permitió una primera discusión de ideas claves en este texto, que presento aquí con modificaciones y en su versión inédita en castellano.

que asumiría protagonismo en la inmediata posguerra con una interpretación del cambio a través de la contrarrevolución, sin el lastre de los partidos del turno y con una dialéctica de superación frente al “peligro rojo” en España y Europa (González Hernández, 1990). Este sector del maurismo junto con los seguidores de Juan de la Cierva (conservadores desligados del turno) y regionalistas “de orden” como Francesc Cambó formarían parte de los distintos ejecutivos que se identificaron con el regeneracionismo en el poder desde 1919.

### 1. Tabla Gobiernos Españoles 1912-1923

GOBIERNOS	FECHAS
Joaquín Sánchez de Toca (conservador)	20-6-1919 / 12-12-1919
Manuel Allendesalazar (conservador)	12-12-1919 / 5-5-1920
Eduardo Dato (conservador)	5-5-1920 / 8-3-1921
Gabino Bugallal (interinidad) (conservador)	8-3-1921 / 13-3-1921
Manuel Allendesalazar (conservador)	13-3-1921 / 14-8-1921
Antonio Maura (conservador)	14-8-1921 / 8-3-1922
José Sánchez Guerra (conservador)	8-3-1922 / 7-12-1922
Manuel García Prieto (liberal)	7-12-1922 / 13-9-1923

Fuente: La composición de los distintos gobiernos en Urquijo (2008, pp. 102-107).

Sin embargo, una vez en el poder, se evidenció la fractura interna de aquel proyecto de derechas, nacionalista, regeneracionista e interclasista, que tuvo que hacer frente a la traducción del espíritu de la “primavera de los pueblos” al catalán (con las respectivas campañas del Estatuto y de la Mancomunidad). Pero además, las tensiones entre quienes apostaban por una vía cada vez más autoritaria y antidemocrática y aquellos que – como Ángel Ossorio y Gallardo, desde el catolicismo social – no renunciaban al demo-liberalismo se hicieron patentes. Entre los primeros se encontraban quienes secundaban las tesis de José Félix de Lequerica acerca de que “las mudanzas traídas por la Gran Guerra van a facilitar el abandono de los viejos hábitos mentales, del antiguo formulario liberal”, gracias al establecimiento en Europa de “régimenes para los que la libertad es un bien subordinado” (Gil Pecharromán, 1994, p. 31).

Entre las figuras más relevantes de esta última corriente del maurismo en el poder se hallaba Antonio Goicoechea, quien en pleno conflicto europeo ya había escrito sobre la “Guerra de las ideas” que “dictan la razón y la ética” desde una posición hostil a la representación de los intereses liberales en uno de los bandos contendientes. Del mismo modo, había reflexionado sobre “La guerra europea y las nuevas orientaciones del dere-

cho público”, demostrando que no se trataban de dos conceptos o ideas “aparentemente tan opuestas”, tal y como desarrolló en una conferencia pronunciada en febrero de 1916 en la Real Academia de Jurisprudencia y Legislación, de la que sería vicepresidente (Goicoechea, 1916, p. 6). En ella, desde una interpretación espiritual y germanófila de la guerra, especulaba sobre el valor de la paz amparándose en una selección interesada de citas de autoridad:

“Hay un aspecto de la guerra en el que hacen, no sin razón, hincapié muchos escritores de nuestro tiempo: la exaltación que envuelve de la espiritualidad, del valor, de las más sólidas virtudes varoniles. A ese fundamental aspecto del problema se refería, sin duda, Moltke, cuando afirmaba que la paz perpetua es un sueño, pero no un sueño hermoso” (Goicoechea, 1916, p. 8).

En realidad, Goicoechea apuntaba en sus intervenciones a una “sana” reformulación del Derecho internacional, cuando vencedor (Alemania) y vencido (Inglaterra y Francia) estuviesen en condiciones de mirarse el uno al otro en la posguerra, influyéndose mutuamente, “transmitiéndose sus ideas y convirtiéndolas en hechos”. La guerra, en este sentido, habría sido “un instrumento pedagógico” para el progreso, conocimiento y auto-reconocimiento de los pueblos (Goicoechea, 1916, p. 10). Un aprendizaje edificante para una enmienda total a la nociva y artificial “divinización del individuo” frente al Estado que habría permeado el derecho público tras la Revolución Francesa. En mayo de 1921, Goicoechea intervendría en ese mismo foro sobre “La tradición jurídico y económica y los programas de reforma social” (González Cuevas, 2001, pp. 161-189). En realidad, sus tesis imbricando la experiencia de la guerra europea y la lucha contra “los desequilibrios sociales” en España, apuntaba a una suerte de proceso de convergencia europea en el período de entreguerras en el que “los Estados europeos se rearmen ideológicamente hacia las filas del conservadurismo y del nacionalismo radical, a la vez que buscan nuevos mecanismos de legitimidad representativa” que tendían a diluir al individuo en el colectivo (Villacorta y Rico, 2013, p. 15). Un elemento que nuclearía el intento fracasado de esta nueva derecha española de articular un proyecto político unitario con gobiernos estables entre 1919 y 1922. El mantenimiento del orden público ante el conflicto obrero-patronos y la debilidad frente a los militares de las Juntas de Defensa se lo impidieron desde las propias huestes conservadoras fuera y dentro del poder.<sup>2</sup> Un proceso del que la historiografía española ha dado detallada cuenta sin soslayar completamente la coyuntura, pero sin perder de vista el lúgubre horizonte del conflicto doméstico en los años treinta. Es por eso que quizás merezca la pena recorrer con una nueva mirada los mapas mentales españoles de la “guerra” y los traumas europeos de la “posguerra” como elementos performantes de las soluciones del regeneracionismo en el poder. Para un sector

---

2 Tampoco, en la primavera de 1922, los reformistas liberales liderados por Santiago Alba serían capaces de materializar el programa de reformas que demandaba una parte de los españoles (supremacía del poder civil sobre el militar, protectorado civil en Marruecos, reforma fiscal progresiva, ley agraria, plan de obras públicas, reducción del déficit presupuestario con un impuesto extraordinario sobre los beneficios de guerra, legalización de organizaciones obreras...etc. (González Calleja, 2005, p. 29).

muy influyente de la clase política española, la guerra representó el horizonte de un mañana o, dicho con otras palabras, les mostró anticipadamente un futuro que sólo existía en tanto en cuanto ejercicio de imaginación política, cuyas visiones e ideas lo condicionaron mucho antes de que realmente llegara.

### **Romanones y el ejército: la vieja política quiere armar a España**

En el contexto de la inmediata posguerra europea volvió a plantearse la reforma militar, que permanecía como un asunto irresuelto pese a la Ley de Bases aprobada por los conservadores en junio de 1918. La regulación de los ascensos y destinos, que se concederían por antigüedad como habían demandado las Juntas de Defensa en el verano de 1917, y las inversiones para la modernización de equipamiento militar, con la duplicación del presupuesto del Ministerio de Guerra, fueron sus principales puntos.<sup>3</sup> Sin embargo, el sistema de ascenso de escala cerrada generó una fuerte oposición en los oficiales destinados en Marruecos. Además la presión de las Juntas de Defensa sobre el gobierno, a quien habría arrancado concesiones con la reforma, fue objeto de debate político, solapándose con las discusiones en el Parlamento sobre la nefasta actuación del mando militar en la debacle de Annual de julio de 1921.

Lógicamente la ley también aportaría munición a la oposición política, especialmente a un sector del Partido Liberal. El Conde de Romanones no dejaría pasar la oportunidad y presentaría su particular visión sobre el asunto en 1920 en su interesante *El ejército y la política*. El escenario europeo de la posguerra brindaba en este sentido una fuente de inspiración, a la hora de defender sus propuestas y alternativas al programa conservador. La debilidad militar había impuesto a España la neutralidad en la pasada guerra. Sin embargo, la nación no se podía permitir continuar con el neutralismo “a ultranza” dejando pasar “los minutos en que se decide la suerte de la humanidad” (Conde Romanones, 1920, p. 21). Si bien, no todos los neutrales en el conflicto lo habían sido por su debilidad militar, como demostraba de manera excepcional – para el viejo líder liberal – el caso de Suiza (Conde Romanones, 1920, p. 41):

“Yo no digo que tomemos como ejemplo el Ejército suizo; lo califico desde luego de inadaptable a nuestro medio social; pero creo que no poco de lo que allí se practica encierra muy útiles enseñanzas.

Francia misma en la hora actual, la Francia militar, vuelve los ojos a Suiza; el ejemplo dado por sus últimas movilizaciones ha impresionado al mundo militar”.

Con todo, la mayoría de los neutrales habían desempeñado un papel muy discreto en las conversaciones de paz. Aquella misma idea ya había sido recogida por la prensa española enero y marzo de 1919. En concreto, llamaba con cierta recurrencia la atención la ausencia de la “heroica” pero “débil” Bélgica en los trabajos preparatorios de la conferencia de París:<sup>4</sup>

3 El Real decreto de marzo preveía el desembolso de aproximadamente 1300 millones de pesetas. Bases para la reorganización del Ejército, contenidas en el Real decreto de 7 de marzo del 1918. (*Gaceta de Madrid*, núm. 181, de 30 de junio 1918, pp. 823-841).

4 “El ocaso del Imperialismo. La gran obra del congreso de la Paz”, *El Imparcial*, 15 de enero de 1919, p. 1.

“Ya comenzó sus actuaciones el Consejo de Guerra interaliado, preparatorio del Congreso de la paz. No es éste, en realidad, conventículo de los países que han padecido los horrores de la guerra en el grupo de la Entente. La heroica Bélgica, la pequeña gran nación, mártir en la lucha, no ha podido concurrir a esa asamblea (...). Ahora solo se conciertan las potencias de primer orden. Luego, en el pleno de beligerantes, comparecerán entrambos pequeños países, aureolados de gloria, pero con un representante menos que el Brasil (...). No hay duda de que el efecto moral hubiera sido más grato en el mundo si, con un ademán elegante, los poderosos otorgaran un puesto en sus deliberaciones a los que, en la hora de los sacrificios, no se pararon a medir la magnitud del que se imponían. Los dolores de Bélgica la hicieron merecedora de eso (...).”

Romanones consideraba el caso de Bélgica como un instrumento pedagógico cuyas enseñanzas resultarían de gran utilidad para otros países que habían permanecido neutrales en el conflicto. Así, aseguraba que el fortalecimiento del ejército pondría fin al aislamiento español y facilitaría la tan ansiada política de alianzas internacionales, que en la nueva coyuntura sí tendrían un contenido real y efectivo – desmarcándose del concepto menos vinculante y más maleable de la “amistad”. Pese a sus esperanzas sobre la Sociedad de Naciones, para Romanones, el mundo de posguerra seguía siendo un mundo que requería de aliados. Lo ejemplificaba con la inteligencia franco-belga de abril de 1920, que interpretaba equivocada u oportunísticamente como un “acuerdo militar” y no como una herramienta política de gestión del territorio ocupado (Conde Romanones, 1920, p. 240). Además, las reformas del ejército en Italia, Francia y Gran Bretaña orientadas a la adaptación a la paz ofrecían enseñanzas útiles para el gobierno español. Este era el caso del decreto italiano propuesto por el socialista Ivanoe Bonomi que había formado parte del gobierno de Giolitti, modificando la Ley de Reclutamiento italiana y el recurso a la oficialidad de complemento en los casos francés y británico. Este último podía – en su opinión – ser una vía para resolver el problema del exceso de oficialidad del ejército español:

“Todo el mundo sabe del importantísimo y decisivo papel que han desempeñado en Francia esos oficiales no profesionales, y fuerza es confesar que lo propio ha acontecido en el ejército inglés y en el norteamericano, cuya oficialidad en un 90 por 100 no era profesional.

En este punto nuestro grave error es creer que solamente el oficial profesional tiene las aptitudes necesarias para mandar en el campo de batalla” (Conde Romanones, 1920, p. 104).

En realidad, Romanones instrumentalizaba el debate nacional abierto sobre la reforma del ejército para insistir en la política de entendimiento con Francia y Gran Bretaña, de la que había sido uno de sus máximos defensores durante el período de la neutralidad. Durante el conflicto, a su pesar, no se había actuado conforme a lo “que había sido la política exterior definida por conservadores y liberales en múltiples discursos y documentos diplomáticos” (Conde de Romanones, 1999, p. 379). La posguerra ofrecía, sin embargo, una ocasión para rectificar y tratar de volver a situar a España en el lugar de las grandes potencias:

“No hay razón alguna para que España no abrigue aspiración semejante; el solo hecho de proclamar su ambición la haría digna de ella; y el momento de hacerlo es éste, en que una gran anemia, consecuencia fatal de la guerra, debilita por igual todos los pueblos de Europa” (Conde Romanones, 1920, p. 242).

Pero el nada disimulado oportunismo del conde y su ausencia de legitimidad como exponente de la “vieja política” explican el escaso poder de seducción, más allá de su círculo, de su invocación al papel de España como potencia moderna con un ejército “europeo”, comprometido con Francia y Gran Bretaña en la reconstrucción europea, y con un destino histórico en África mediante la primacía de un “Protectorado Civil”. Romanones – interesado en los negocios en Marruecos – en el otoño de 1920 pretendía ganarse a los oficiales africanistas, y al mismo tiempo, como señalaría Manuel Azaña en *España*, proponer “no lo que va a hacer en el Gobierno, sino lo que cree conveniente decir y ofrecer para volver al Gobierno” (Boyd, 1990, p. 188).

### **Una economía nacional espoleada por la coyuntura internacional**

Pese a la incertidumbre inicial provocada por el conflicto en 1914, que amagó con acabar con la estabilidad financiera, los suministros internos y la continuidad de las exportaciones españolas, “aquella sería una época fantástica” dando lugar a “una verdadera orgía de ganancias” (Martorell, 2011, p. 24). El país se convirtió en el primer productor europeo de cobre, plomo y azufre y, además, Francia y Gran Bretaña controlaban y canalizaban la producción mediante grandes corporaciones mineras como Río Tinto y Peñarroya. A partir de la primavera de 1917, la negociación de convenios comerciales y financieros con Gran Bretaña, Francia, Italia y Estados Unidos situaron al país como abastecedor exclusivo de la Entente. El banco central español llegaría a ser el cuarto banco central del mundo por su volumen de reservas.

Pero, en términos generales, se tiende a señalar que la guerra supuso una oportunidad perdida para el Estado español y para la modernización de la economía nacional. En 1916 el liberal Santiago Alba había intentado aprobar un impuesto sobre los beneficios extraordinarios obtenidos al calor de la exportación. En su programa fiscal se incluía además un “proyecto de reconstitución nacional”. Sin embargo, éste contó con la oposición de diputados catalanes y vizcaínos que defendían sus respectivos intereses navieros y mineros en el Congreso. Una idea que rescataría en 1918 el conservador Augusto González Besada (Comín, 2002, pp. 285-329). El fracaso de estas medidas redistributivas y el durísimo ajuste de la posguerra agudizarían la brecha existente entre las dos “Españas”. Sucesos como la Huelga de “La Canadiense” en 1919 y el terrorismo patronal en Barcelona o el estallido del llamado “Trienio Bolchevique” en Andalucía, ahondando en el clima de violencia social, volvieron a poner el foco sobre la sensación de descarrilamiento material y moral del país.

Sin embargo, la reconstrucción europea proporcionaría nuevamente espacios de imaginación política para aquellos que, tras el tren perdido, abogaban por un país distinto y mejor. En 1919 a la imagen de destrucción en el corazón del continente se oponía la de una España, salvada de los peores rigores de la guerra, en la que los ricos se habían hecho

mucho más ricos. La prensa gráfica tirando de ironía se especializaría en ilustrar el duro y, en ocasiones, obscuro contraste entre realidades. Un ejemplo de ello lo encontramos en la caricatura “Un rico presente del futuro” publicada en la primavera de ese año en *La Acción*. Se retrataba un salón de la alta sociedad, en el que un caballero se aproximaba a una dama elegante (Condesita) con una cebolla. Ella respondía en un cruel alarde de frivolidad: “¿Una cebolla? Eres atroz, Carlos, eres atroz. La acepto porque es lo que más se “lleva” en el “gran mundo”.<sup>5</sup>

Pero en ese clima de miseria material y moral, aún parecía posible sacar rédito nacional de la brecha abierta entre sociedades devastadas por cuatro años de guerra y aquellas que habían permanecido al margen de los efectos directos de la apisonadora bélica. Así por ejemplo, los homenajes a la labor humanitaria del Marqués de Villalobar inevitablemente situaban la atención sobre “el aprovisionamiento de la Bélgica hundida”.<sup>6</sup> Se volvía a encontrar un nicho para proyectar en positivo la imagen de España. La guerra había terminado pero la “Conquista de Mercados. La lucha comercial en Europa y América” continuaba gracias a las labores de reconstrucción en aquellos países más golpeados por la misma.<sup>7</sup> Un informe del Cónsul General de España en Amberes servía para reflexionar sobre “los medios conducentes a fomentar y desarrollar las relaciones comerciales de España”. En él se daba cuenta de la reconstrucción de las comunicaciones terrestres y marítimas, del proyecto de un *comptoir d’Achats*, del sistema de licencias comerciales concedidas por los ministerios de Trabajo e Industria y Asuntos Financieros, y del papel jugado por la Commission for Relief in Belgium. Su idea central consistía en que la penalización comercial a las Potencias Centrales, por “una animosidad que, si no ha de durar eternamente, por lo menos en algún tiempo”, podría ofrecer un espacio comercial para productos de consumo españoles. Las necesidades de la población belga y de aprovisionamiento de las fuerzas de ocupación proporcionaban un mercado para “los tejidos, bonetería, curtidos, calzado, sombreros, paraguas, hebillas, botones, broches, mercería en general, objetos de asta y hueso, perfumería ordinaria, automóviles, vinos de licor “Oporto, Madera, Málaga, Moscatel, Jerez, Vermut de elaboración alemana”. Según el cónsul, la paz ofrecía idénticas oportunidades en los mercados de Rumania, Siria, Bohemia y Polonia. España no sólo podría exportar – como venía haciendo – productos alimenticios (aceites y conservas), también encontraría una salida a la demanda de su producción industrial y de consumo. La reinversión de los beneficios podría ayudar, además, a mejorar la competitividad de la producción nacional. Más allá del mero *wishful thinking*, conviene destacar el grado en el que la dinámica de conflicto y represalia no había desaparecido de los mapas mentales en el nuevo mundo de posguerra. Los términos de la paz expresaban con claridad la dicotomía entre vencedores y vencidos en aquella guerra y sus respectivas posiciones en la posguerra. Pero ¿qué sucedería con los países que habían permanecido neutrales? ¿Sacarían partido de la paz tanto como de la guerra?

5 *La Acción*, 9 de marzo de 1919, p. 1.

6 “Recorriendo los campos de ruinas”, *La época*, 5 de enero de 1919, pp. 3-4.

7 “Conquista de Mercados. La lucha comercial en Europa y América”, *La Ilustración Española y Americana*, 28 de febrero de 1919, núm. 8, p. 125.

## La “mujer nueva” y la nueva sociedad española

Durante el conflicto, sólo un grupo minoritario de pacifistas denunció la falsa suposición de que la prosperidad económica de un país dependía de su capacidad militar. Entre las voces netamente pacifistas en España destacaron muy especialmente las mujeres. La guerra había servido, además, para visibilizar el papel de la contribución de las mujeres al esfuerzo bélico en un país neutral como España, reivindicando su poder de agencia gracias al activismo de las *new women* de las colonias residentes de beligerantes. La Junta de Damas Aliadas fue, por ejemplo, muy activa en el sur del país con la implicación de la británica Ellen Whishaw en recaudar fondos en las Fiestas infantiles de la Paz, para los niños de la Gota de Leche y para los heridos y prisioneros de guerra.<sup>8</sup>

El final de la guerra coincidió con un momento de especial intensidad de actividad feminista en los ámbitos educativo y político. Por un lado, destacó el papel de la joven educadora María de Maeztu vinculando el Instituto Internacional de Madrid (y su programa educativo estadounidense) a la Residencia de Señoritas en el entorno de la Institución Libre de Enseñanza. Por otro, habría que señalar el éxito de los nuevos ideales pedagógicos anglosajones entre mujeres procedentes de familias muy influyentes (la hija de Adolfo Posada, Lucila Posada, María Teresa García, sobrina del pintor Sorolla, Consuelo Vaca, las nietas de Concepción Arenal...etc (Huguet, 2013, pp. 192-193). En 1918 nació la Asociación Nacional de Mujeres Españolas en torno a la figura de la empresaria María Espinosa de los Monteros, directora Comercial de la Yost Writing Machine Company. Situada ideológicamente más a la izquierda, ese mismo año también se fundaría La Unión de Mujeres Españolas (UME) por la Marquesa de Ter y María Lejárraga, contando entre sus socias con la corresponsal de guerra Carmen de Burgos (alias Colombine).

Frente a la posición dominante en el debate intelectual patrio, amplificado por masculinidades hiperbólicas, en el que la experiencia bélica había sido codificada como una oportunidad para la regeneración interior, ya fuera a través de la estricta neutralidad, ya fuera mediante una alianza más estrecha con Francia y Gran Bretaña, mujeres como Carmen de Burgos encarnarían **más genuinamente** los valores del pacifismo y el antibelicismo en el sentido ya señalado a comienzos de este apartado. Colombine desde el campo de la aliadofilia política, pudo articular un mensaje de beligerancia contra la guerra entendida como instrumento de abuso por parte de los ricos y poderosos. Tras el desastre del Barranco del Lobo del verano de 1909, verbalizaría su famoso “Guerra a la Guerra”:

“Y he visto la guerra, he presenciado la tristeza de la lucha; he contemplado el dolor de las heridas en las frías salas de los hospitales, y he visto los muertos en el campo de batalla...Pero más que todo esto, me ha horrorizado la crueldad que la guerra despierta, cómo remueve el fango en nuestras almas, cómo nos habitúa con el sufrir ajeno hasta casi la indiferencia...y sobre todo ¡Cómo penetra el odio en los corazones! Sí, con la barbarie de la guerra surgen los atavismos bestiales borrados en nuestra selección” (cit. Núñez Rey, 1992, p. 46).

---

8 Whishaw habría llegado a recaudar la cifra de 200.000 pesetas, “La Caridad de Las Damas Aliadas”, *Mundo Gráfico*, 3 abril 1918, p. 21.

En diciembre de 1915 en uno de sus artículos para el *Heraldo de Madrid*, a propósito de la obra dramática de una autora estadounidense *War Brides* insistía en la responsabilidad de la mujer como educadora de hombres y no sólo desde la domesticidad: “todas las mujeres modernas abominan y deben rebelarse contra la infamia que supone dar hijos para seguir alimentando la barbarie y la destrucción. Pero esto no se remedia, negándose a tener hijos. Se remedia educándolos”.<sup>9</sup> Precisamente la educación y la justicia social a través del desarrollo de la educación fueron ejes del activismo de Carmen de Burgos, adquiriendo especial proyección en la coyuntura bélica. La libertad, la tolerancia y la paz solo eran posibles en sociedades que cuidaban especialmente de sus sistemas educativos (Núñez Rey, 2014). Sus crónicas continuarían con su compromiso humanista, incluso después de la guerra, cuando desconfiaba de una paz impuesta a los vencidos por los vencedores. La mujer debía estar en el espacio público porque era su derecho pero también cumpliendo con su obligación moral o compromiso ético con una sociedad nueva en construcción.

De hecho, la proliferación de artículos en la prensa burguesa a favor de que – en la inmediata posguerra – la mujer volviera a “su lugar” tras la asunción de roles masculinos en la retaguardia beligerante, daría mayor impulso a las reivindicaciones feministas en España. A lo largo de 1919 los diarios conservadores españoles frecuentemente cuestionaban la reforma electoral británica al mismo tiempo que seguían con atención el debate sobre el sufragio femenino en Francia:<sup>10</sup> “El sufragio universal, que no ha conseguido aún hacer felices a los hombres, ¿logrará hacer dichosas a las mujeres?”. Las españolas no debían dejarse seducir por los cantos de sirenas de doctrinas extranjeras, basadas en las experiencias deformantes de las fuerzas femeninas durante la guerra. Y en cualquier caso, la obtención del sufragio debía marcar la última frontera de lo posible en la participación de las mujeres en la política.<sup>11</sup>

“que si la mujer puede y debe actuar en política contribuyendo con la voluntad, que significa el voto, a la elección de legisladores que estime honrados, en ese punto debe detenerse su actuación, dándose por satisfecha y sin pretender ocupar puestos políticos para los que no está ni puede estar capacitada. Así, al menos, lo entendemos la inmensa mayoría de las mujeres españolas”.

Carmen de Burgos crearía la Cruzada de Mujeres Españolas en 1921, inspirada en el ideal progresista y regeneracionista de la Cruzada de Mujeres Portuguesas, con la que había tenido vinculación durante su etapa portuguesa. La labor desarrollada por mujeres, como María Olga Moraes y sobre todo Ana de Castro Osório, en la estela de lo que consideraba la revolución cívica y democrática portuguesa de 1910, fueron un referente (Núñez Rey, 2014). De hecho, la filosofía y la visibilidad en la acción social de la Cruzada portuguesa, reivindicando el papel de las mujeres como educadoras, trabajadoras y “sana-

---

9 “Femeninas. Las novias de la guerra”, *Heraldo de Madrid*, 29 diciembre 1915, p. 4.

10 “Impresiones de la victoria. Las mujeres después de la Guerra”, *La época*, 9 enero 1919, p. 1.

11 “Consideraciones generales acerca del feminismo. Las Consecuencias de la Guerra en el estado de la mujer”, *La Ilustración Española y Americana*, 28 de febrero de 1919, núm. 8, pp. 126-127.

doras” de la sociedad, pero también de mutilados y heridos de guerra, tras la entrada de los lusos en el conflicto en la primavera de 1916 aportaban un ejemplo edificante. Educación y civismo político y ciudadano eran indisolubles. El 31 de mayo de 1921 de Burgos organizó la primera manifestación por la igualdad efectiva entre hombres y mujeres, haciendo entrega de su manifiesto en el Congreso de los diputados.

### Apunte Final

El período comprendido entre 1914 y 1923 constituye uno de los más fecundos de la historiografía española del XX. Desde los años setenta del siglo pasado, existe una prolífica línea de estudios que ha permitido conocer aspectos tan trascendentes – para la compleja y traumática trayectoria española fuera de los márgenes de la democracia – como el colapso del sistema constitucional de la Restauración. Una crisis que vino precipitada por los efectos económicos de la Primera Guerra Mundial y en el que la insubordinación social “desde abajo” y “desde arriba” desbordó a un régimen incapaz de reaccionar políticamente ante desafíos locales y globales. De ahí que el antagonismo regeneracionista marcado por la oposición entre la “España real” y la “España oficial” en la coyuntura de la Gran Guerra haya marcado la singladura de los estudios sobre el período durante décadas. Si bien, se necesitan más trabajos que pongan en diálogo la crisis española con la europea como los ya existentes durante el período inmediatamente precedente. Por eso, simplemente, he tratado aquí de llamar la atención sobre algunas propuestas o visiones selectivas del cambio en España, potencialmente susceptibles de ser interpretadas bajo la luz del horizonte de transformación y reconstrucción europea que se abrió con la paz.

### Bibliografía

- Boyd, C. P., 1990. *La política pretoriana en el reinado de Alfonso XIII*. Madrid: Alianza Universidad.
- Comín, F., 2002. El período de entreguerras (1914-1936). En Francisco Comín, ed., *Historia económica de España, siglos XIX-XX*. Barcelona: Crítica, pp. 285-329.
- Figueroa, A., 1999. *Conde de Romanones: Notas de una Vida*. Madrid: Marcial Pons.
- Figueroa, A., (Conde de Romanones), 1920. *El ejército y la Política. Apuntes sobre la organización militar y el Presupuesto de la Guerra*. Madrid: Renacimiento.
- Fuentes Codera, M., 2014. *España en la Primera Guerra Mundial. Una movilización cultural*. Madrid: Akal.
- García Sanz, C., 2016. Repensar la neutralidad en la Gran Guerra. Una lectura en clave europea. En Ruiz Torres, P., ed., *Volver a pensar el mundo de la Gran Guerra*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, pp.183-208.
- García Sanz, C., 2014. British blacklists in Spain during the First World War. The Spanish case study as a belligerent battlefield. *War in History*, 21(4), pp. 496-517.
- García Sanz, C., 2011. *La Primera Guerra Mundial en el Estrecho de Gibraltar. Economía, política y relaciones internacionales*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- García Sanz, C. y Fuentes, M., 2018. Los combates por la neutralidad en la Gran Guerra: una propuesta desde el caso español. En Alegre, D., Ibarra, M. y Rodrigo, J., eds., *Europa desgarrada*.

- Guerra, ocupación y violencia, 1900-1950*. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, pp.137-163.
- García Sanz, F., 2014. *España en la Gran Guerra. Espías, diplomáticos y traficantes*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
- Gil Pecharromás, J., 1994. *Conservadores subversivos. La derecha autoritaria Alfonsina (1913-1936)*. Madrid: Eudema.
- Goicoechea, A., 1916. *La guerra europea y las nuevas orientaciones del derecho público*. Madrid. Disponible en: Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico [website] <http://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.cmd?id=451475> [último acceso 10 abril 2019]
- González Calleja, E., 2005. *La España de Primo de Rivera. La modernización autoritaria 1923-1930*. Madrid: Alianza.
- González Calleja, E. y Aubert, P., 2014. *Nidos de espías. España, Francia y la Primera Guerra Mundial, 1914-1919*. Madrid: Alianza.
- González Cuevas, P. A., 2001. Antonio Goicoechea. Político y doctrinario monárquico. *Historia y Política* 6, pp. 161-189.
- González Hernández, M. J., 1990. *Ciudadanía y acción: el conservadurismo maurista, 1907-1923*. Madrid: Siglo XXI.
- Huguet, M., 2003. Desembarco en “tierras papales”: educadoras estadounidenses en España en el tránsito entre siglos (1877-1931). En Villacorta Baños, F. y Rico Gómez, M. L., eds., *Regeneracionismo autoritario. Desafíos y bloqueos de una sociedad en transformación: España, 1923-1930*. Madrid: Biblioteca Nueva, pp. 179-200.
- Martorell Linares, M., 2011. «No fue aquello solamente una guerra, fue una revolución»: España y la Primera Guerra Mundial. *Historia y Política*, 26, pp. 17-45.
- Meaker, G. H., 1988. A civil war of words. The ideological impact of the First World War on Spain, 1914-1918. En Schmitt, H. A., ed., *Neutral Europe between war and revolution, 1917-23*. Charlottesville: University Press of Virginia, pp. 1-65.
- Núñez Rey, C., 2014. Un puente entre España y Portugal: Carmen de Burgos y su amistad con Ana de Castro Osório. *Arbor*, 190(766). Disponible en: <http://dx.doi.org/10.3989/arbor.2014.766n2007> [ultimo acceso 11 abril 2019].
- Núñez Rey, C., 1992. *Carmen de Burgos, Colombine (1867-1932). Biografía y Obra Literaria*. Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid.
- Ruiz Sánchez, J.-L., Cordero Olivero, I. y García Sanz, C., coord., 2016. *Shaping Neutrality throughout the First World War*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla.
- Tuñón de Lara, M., ed., 1982. *España. Semanario de la Vida Nacional*. Vaduz: Topos-Verlag; Madrid: Turner.
- Villacorta Baños, F. y Rico Gómez, M. L., eds., 2013. *Regeneracionismo autoritario. Desafíos y bloqueos de una sociedad en transformación: España, 1923-1930*. Madrid: Biblioteca Nueva.

# A Grande Guerra e o Desporto: os Jogos Interaliados de 1919

**Rita Nunes**

*Comité Olímpico de Portugal*

*Instituto de História Contemporânea, FCSH-UNL*

## **Introdução: Desporto, Olimpismo e Guerra**

A relação entre militarismo, socialização e desporto é indissociável. Imagens de perda, dor e heroísmo são símbolos de unidade em momentos de sofrimento nos campos de batalha ou nos recintos onde se realizam competições desportivas, tornando os heróis militares e os ídolos desportivos elementos cruciais à construção de uma nação moderna e poderosa.

Em 1914, ano em que o herdeiro do trono da Áustria-Hungria, Francisco Fernando, e a sua mulher, a duquesa de Hohenburg, foram assassinados na capital da Bósnia, Pierre de Coubertin desenhou os cinco anéis interligados, que representam a união dos cinco principais continentes, ainda hoje, um dos símbolos olímpicos mais poderosos que formam a bandeira olímpica.

Talvez não seja por isso estranho que a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, a 9 de março de 1916, tenha servido de mote para o desporto nacional ter sido chamado a contribuir para o esforço de guerra.

Quando os primeiros contingentes do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) partiram de Lisboa para a Flandres, foram muitos os desportistas que os incorporaram e os jornais desportivos passaram a acompanhar os seus desempenhos na frente de batalha, como se de uma competição se tratasse.

Os Jogos da VI Olimpíada nunca chegariam a realizar-se, ficando para a história como os primeiros a serem cancelados, desde o relançamento do Movimento Olímpico da era moderna, por Pierre de Coubertin. Os combates que se travaram em solo francês tinham já obrigado à transferência, em 1915, da sede do Comité Olímpico Internacional, para um país neutro, a Suíça, local onde permanece até hoje.

São por isso vários os impactos da eclosão da Grande Guerra no desporto e no Movimento Olímpico, que este texto procura analisar, reconstruindo histórias, contributos e legados para uma melhor compreensão dos impactos da guerra no desporto e nos desportistas, bem como a forma como o desporto e os desportistas participaram ativamente no antes, durante e pós-guerra.

## A Organização Desportiva Portuguesa em Vésperas da Grande Guerra

No final do século XIX, quando um pouco por toda a Europa o desporto se tinha começado a “massificar”, a atividade desportiva em Portugal continuava circunscrita a algumas camadas da população. De uma forma geral, as elites nacionais permaneciam, com honrosas exceções, bastante alheadas dos desenvolvimentos alcançados pelo desporto em Inglaterra, França ou Estados Unidos da América.

Durante muito tempo a historiografia portuguesa considerou que o primeiro clube desportivo criado em Portugal foi a Associação Naval de Lisboa, em 1856 (Serpa, 2007, p. 54), contudo, investigações mais recentes mostram a existência de um outro clube ligado aos desportos náuticos, o Arrow Club fundado em 1828 e de um outro clube, este com acesso restrito, o Oporto Cricket & Lawn Tennis Club<sup>1</sup>, fundado em 1855 pelos cidadãos britânicos que vieram residir para o Porto e que eram proprietários de várias companhias de vinho do Porto.

Paulatinamente foram surgindo em Portugal mais associações e clubes como o Gimnasio Clube Português (1875), o Clube Fluvial Portuense (1876), o Ateneu Comercial de Lisboa (1880), o Clube Naval de Lisboa (1892), a Associação Naval 1.º de Maio e o Foot-Ball Clube do Porto (1893), Ginásio Clube Figueirense (1895), Sport Club Vianense (1898), entre tantos outros. As regatas, o futebol, o ténis, o *rugby* ou mesmo o críquete chegavam muitas vezes a Portugal por influência dos cidadãos estrangeiros que viviam nas grandes cidades, ou pelos jovens das classes mais altas da sociedade portuguesa que iam estudar para outros países.

Muitos destes clubes vão surgir já numa década de reflexão e de crítica, em que se começavam a pôr em causa as possibilidades de sobrevivência do regime monárquico. Foi também por esta altura que começaram a surgir as primeiras discussões em torno do papel e da importância do desporto para o desenvolvimento das sociedades modernas, sendo assinalável o debate em torno do papel que Estado e privados poderiam ser chamados a desempenhar.

É assim interessante verificar que em 1852 foram organizados em Paço de Arcos, pela iniciativa do conde de Alcáçovas<sup>2</sup>, as primeiras regatas de vela e remo, aparentemente como simples atividades de diversão. Quase em simultâneo vão surgir também as primeiras agências noticiosas do mundo; as notícias tornam-se universais e os resultados desportivos acompanham essa universalidade<sup>3</sup>; diz-se que a rapidez das comunicações telegráficas só é ultrapassada pela velocidade da luz, tendo, como consequência, o milhão de jornais vendidos diariamente nos EUA no início da segunda

---

1 Oporto Cricket and Lawn Tennis Club. Disponível em OpenEdition: <https://www.oportocricketclub.com/history.htm> [consultado em 7 de fevereiro de 2019].

2 Associação Naval de Lisboa. Disponível em OpenEdition: <https://anl.pt/clube/#toggle-id-1> [consultado em 7 de fevereiro de 2019]

3 Em 1865, em Londres, Paul-Julius Reuter consolidara o prestígio das agências de imprensa nascentes ao anunciar, antes de mais ninguém, que Lincoln fora assassinado em Washington.

metade do século XIX<sup>4</sup>. Desporto e imprensa começam então a construir um percurso paralelo.

Por exemplo, o primeiro relato de uma espécie de encontro de futebol realizado em terras lusas data de 1875, na Camacha, na Região Autónoma da Madeira. O responsável foi Harry Hinton, um jovem inglês residente na ilha, filho de um industrial açucareiro, que estudava em Londres e que trouxe uma bola e jogou com os amigos. Treze anos depois, em 1888, há o primeiro registo de um jogo, em Cascais. O futebol tinha chegado, também, através da comunidade britânica residente no País, que trabalhava na Estação do Cabo Submarino, em Carcavelos, e pelos irmãos Pinto Basto, que estudavam em Inglaterra, e de lá tinham trazido uma bola de futebol.

Com o início do século XX, o surgimento de novas associações e clubes acentuou-se. Muitos destes clubes surgiram ligados ao futebol e ainda hoje existem e são bem conhecidos, como o Clube Internacional de Futebol (1902), o Boavista Foot-Ballers (1903), o Sport Lisboa e Benfica (1904), o Sporting Clube de Portugal (1906) e o Vitória Futebol Clube (1910). Surgem naturalmente novas modalidades e inicia-se uma ténue generalização da prática desportiva, nomeadamente no atletismo, ciclismo, ginástica, remo e vela.

No entanto, podemos afirmar que o número de clubes e associações existentes eram considerados insuficientes para o papel e as funções que o desporto deveria desempenhar na sociedade portuguesa. Portugal começava, lentamente, a sua caminhada inserindo-se no mapa e nos roteiros, ainda em construção, do desporto internacional, de que a representação do País no Comité Olímpico Internacional, em 1906, seria o corolário. Decorrente de contatos entre o rei D. Carlos e o fundador dos Jogos Olímpicos da era moderna, Pierre de Coubertin, o português António de Lancastre torna-se membro do Comité Olímpico Internacional em 1906. Este teria como principais funções representar o Movimento Olímpico em território nacional, ajudando a impulsionar as práticas desportivas.

Seria com a implantação do regime republicano, que a ideia da criação de uma sociedade “regenerada” e de um “homem novo” começou a ganhar visibilidade, defendendo-se como necessária, a introdução da educação física nos programas de ensino escolar.

Apesar desta vontade, vale a pena ter presente que seria apenas na reforma republicana do exército, publicada a 26 de maio de 1911<sup>5</sup>, que surgiria uma das poucas referências à atividade desportiva, nomeadamente às funções das Escolas de Equitação e Tiro<sup>6</sup>. A reforma, promovida contra a vontade do exército, ficaria interrompida com a eclosão da Grande Guerra. Recorde-se, ainda, que a 1 de fevereiro de 1907 o deputado monárquico, Carlos Lopes de Almeida, tinha apresentado no Parlamento um projeto de lei que tinha justamente como principal objetivo a regulamentação do repouso semanal<sup>7</sup>. Lopes

---

4 *O Panorama*, “jornal litterário e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis”, Vol. XII, 4.º da 3.ª Série, N.º 40, 6 de outubro de 1855, pp. 320. Disponível em OpenEdition: [http://hemeroteca.digital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1855/Outubro/N40/N40\\_item1/P8.html](http://hemeroteca.digital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1855/Outubro/N40/N40_item1/P8.html) [acedido em 23 de janeiro de 2019].

5 Cf. *Diário do Governo*, n.º 122 de 26 de maio de 1911.

6 Cf. *Diário do Governo*, n.º 122 de 26 de maio de 1911.

7 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão n.º 20, 1 de fevereiro de 1907, pp. 4-13.

de Almeida acrescentou, ainda, ser necessário acompanhar o descanso semanal de outras medidas complementares à semelhança do que tinha acontecido em França, onde foram criados jardins operários. Só assim seria possível, em seu entender, afastar “(...) os operários das tabernas, das casas de jogo e da prostituição, onde eles vão buscar causa, não só para o seu definhamento, mas também para o definhamento dos seus descendentes<sup>8</sup>. A atividade física e a prática desportiva começavam a ganhar, também, o seu espaço, no domínio do tempo-livre e dos lazeres. A regulamentação do descanso semanal ao domingo foi aprovada a 7 de agosto de 1907<sup>9</sup>.

Em 1912, com o objetivo de Portugal participar pela primeira vez nos Jogos Olímpicos, constituiu-se a 30 de abril o Comité Olímpico de Portugal, à data designado Comité Olímpico Português. Portugal pôde assim participar pela primeira vez nos Jogos Olímpicos. Foi na quinta edição, que se realizou na cidade sueca de Estocolmo, de 5 de maio a 27 de julho, que se estrearam os atletas portugueses. Pode dizer-se que foi uma participação bastante atribulada, sem o apoio do Estado, e com a necessidade de se recorrer à angariação de fundos através de uma subscrição pública nacional e à organização de alguns certames desportivos. Foram dez os atletas previamente selecionados, mas, decorrente do financiamento necessário e das receitas reunidas, a delegação portuguesa foi reduzida a seis atletas: António Pereira, António Stromp, Armando Cortesão, Fernando Correia, Francisco Lázaro e Joaquim Vital, que competiram nas modalidades de atletismo (provas de velocidade e maratona), esgrima e lutas (greco-romana). Esta estreia que se desejava ambiciosa, terminou da pior forma, com a morte trágica do maratonista português Francisco Lázaro, no decorrer da prova de maratona (Pinheiro e Nunes, 2012).

A sociedade portuguesa vivia um momento em que a organização desportiva estava em pleno desenvolvimento. A fundação de novos clubes e associações desportivas e o acesso à prática de um lote mais diversificado de modalidades desportivas criou a necessidade de regular essas práticas, com um enquadramento a nível nacional, que permitiria não só a elaboração de calendários competitivos, mas também a internacionalização dos melhores atletas e equipas nacionais. Neste sentido a constituição de Uniões, Ligas e Federações ganham maior importância. À semelhança do que tinha acontecido no ciclismo, com a constituição da União Velocipédica Portuguesa, a 14 de dezembro de 1899, e com a Liga Sportiva para os Trabalhos Atlético fundada em 1909, surgem em março de 1914 a Federação Portuguesa de Sports, a Federação Portuguesa de Boxe e a União Portuguesa de Futebol, designação usada para a atual Federação Portuguesa de Futebol. Derivado de uma reorganização, surgirá também em 1916 a Federação do Tiro Nacional Português, sendo esta a sucessora da União dos Atiradores Civis Portugueses criada por decreto régio do rei D. Carlos em 1892.

Todo este processo de organização e desenvolvimento desportivo que se verificava nos diversos países, e que em Portugal não será exceção, vai sofrer impactos. Natural-

---

8 *Idem*, p. 12.

9 Decreto de 7 de agosto, estabelecendo o descanso semanal para todas as classes trabalhadoras e tornando obrigatória a sua concessão. *Diário do Governo*, n.º 175, 8 de agosto de 1907.

mente que este será maior para os países que entram diretamente no conflito, principalmente pela mobilização das camadas mais jovens e ativas da sociedade para a integração dos contingentes, mas também pelo facto de a maioria dos campeonatos e competições internacionais ficarem suspensos. Exemplo máximo dessa situação é o cancelamento dos preparativos para a organização dos Jogos Olímpicos de 1916, que se deveriam realizar em Berlim.

## O Desporto e a Guerra

Em Portugal, tal como iria acontecer um pouco por toda a Europa em guerra, logo em 1914 o incentivo à prática desportiva surgiu associado aos debates, transversais à sociedade, relativamente ao papel e posição que Portugal deveria tomar em relação ao conflito europeu.

A imprensa desportiva, com o argumento, de que a qualquer momento o País poderia ser chamado a intervir, saiu em defesa da introdução da educação física e de alguns desportos na preparação militar dos soldados, e na ocupação dos seus tempos de lazer. Defendendo-se que um jovem bem preparado fisicamente seria um bom soldado e um melhor cidadão.

Logo a 15 de agosto de 1914 o jornal *O Sport de Lisboa* noticiava o início da guerra na Europa e o envolvimento dos atletas: “Os maiores vultos mundiais do sport, as figuras mais prestigiosas e conhecidas das lutas desportivas partiram para o teatro mais ativo das lutas. Foot-ballers de renome, ciclistas de há dois dias, como Thys, Alavoine, Bussey, esgrimistas, homens de hipismo, atletas e tantos outros para lá foram, com o seu fardamento cor de terra, a sua arma a tiracolo, e o seu sorriso nos lábios. De cá de Portugal, mesmo, partiram alguns, que evocamos com saudade. E se todo o homem que combate leva para a luta o seu entusiasmo e a sua fé, este, o sportman, leva, além disso, a sua musculatura maleável e dócil, o seu físico robustecido e treinado, e a força disciplinada do seu sport, que não são fatores de gratuito desprezo em ações de resistência e esforço corpóreo”.<sup>10</sup>

De Lisboa partiriam a 11 de setembro de 1914 as primeiras expedições militares portuguesas, com destino a Angola e a Moçambique. Seria, contudo, a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, a 9 de março de 1916, que iria provocar a mobilização do desporto nacional a favor do esforço de guerra.

Em finais de março, o ministro da Guerra, Norton de Matos, por intermédio da Federação Portuguesa de Sports, solicitou que “cada sociedade desportiva intensifique a sua ação, chamando um maior número de adeptos à causa que defende, ministrando-lhes, ao mesmo tempo, a instrução dos conhecimentos que a guerra de hoje veio indicar serem imprescindíveis ao homem, para a sua defesa e para a consecução do seu fim”.<sup>11</sup>

Não deixa, por isso, de ser interessante verificar que o único cartaz de propaganda de guerra de autoria nacional retrate o desporto.

10 Jornal *O Sport de Lisboa*, 15 de agosto de 1914.

11 Jornal *O Sport de Lisboa*, 1 de abril de 1916.

No cartaz é possível identificar a chancela do editor – A Editora, que se situava no Largo Conde Barão, n.º 50, em Lisboa. O seu autor é desconhecido; no entanto alguns dos seus possíveis autores poderão ser o diretor artístico da empresa, o aguarelista Roque Gameiro ou o responsável pela sua impressão, Pires Marinho.

Apesar de não termos dados sobre a data da sua divulgação, presume-se que o mesmo tenha surgido depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal. João David Zink (2007) afirma neste âmbito que é muito provável que este cartaz tenha sido produzido para assinalar o acolhimento da missão naval inglesa que veio a Portugal em maio de 1916 para tratar dos moldes da participação do Corpo Expedicionário Português no teatro de guerra, ou até por ocasião da estadia da missão militar anglo-francesa que chegou no final de agosto de 1916, para acertar pormenores e acompanhar a preparação das tropas na base de Tancos. Nada mais adequado para promover a Aliança com a Grã-Bretanha do que promover um desafio de futebol, modalidade que, tendo origem britânica, se começava, como vimos, a afirmar em Portugal<sup>12</sup>. Devido ao corte transversal que o cartaz apresenta, na parte superior, é impossível decifrar o seu título<sup>13</sup>. As letras apresentam-se cortadas de tal forma que apenas se consegue adivinhar a letra “C” no início e a “A” no final. Analisando a imagem, podemos verificar que a figura central do cartaz é um futebolista e num segundo plano dois regimentos de tropas em parada, apresentados em tons de cinzento. Apesar da dificuldade em decifrar os intervenientes, e ainda segundo João David Zink, parece tratar-se de fardamentos do exército, do lado esquerdo e da marinha, do lado direito, muito provavelmente alusivos ao Exército Português e à Royal Navy. Ao fundo da imagem, pode-se observar um navio de guerra com alguns dos seus tripulantes a dirigirem-se para terra numa pequena embarcação.

Voltando à figura central do cartaz, o jogador de futebol apresenta a mão direita e o joelho esquerdo lesionados. O seu joelho aparece mesmo totalmente envolvido em ligaduras, o que parece não o impossibilitar de jogar. Esta imagem permite-nos ainda extrapolar uma comparação entre a guerra e o desporto, ou seja, da mesma forma que este jogador de futebol, mesmo lesionado continua a jogar, um soldado ferido numa missão, não abandona o combate e continua a dar o seu melhor para defender a sua nação. O círculo que envolve o jogador representa um campo de futebol, existindo outros dois jogadores a correr. O céu, que na generalidade é representado em tons de azul, aqui apresenta-se em tons vermelhos. Este uso das cores poderá ter diferentes interpretações. Uma referência à guerra e ao sangue derramado no campo de batalha, ou numa perspetiva patriota, à bandeira de Portugal, com o verde, do terreno de jogo e o vermelho do céu. O verde do terreno de jogo poderá ainda representar a esperança. O equipamento que o jogador apresenta, com riscas verticais verdes e brancas, poderá ser, ainda, referência ao equipamento do Vitória Futebol Clube, fundado em 1910 em Setúbal, clube vencedor do campeonato regional de Lisboa de segunda categoria na época desportiva de 1916/1917.

---

12 *Idem*.

13 Exemplar único existente na Biblioteca Nacional adquirido em 1975 a um alfarrabista, segundo João David Zink.

## A Mobilização de Desportistas para a Guerra

Portugal enviou os primeiros homens para defender as colónias em Angola e Moçambique, dois anos antes da Declaração de Guerra da Alemanha, em março de 1916. Apesar de não estarmos numa época em que o desporto estivesse generalizado a todas as classes da sociedade, nestes contingentes, que partiram em direção a Angola e Moçambique, é possível identificar a integração de diversos desportistas. Homens que praticavam várias modalidades e que mais tarde, já no pós-guerra, irão ocupar posições de destaque em prol do desenvolvimento do desporto em Portugal, como: António Prestes Salgueiro<sup>14</sup>, praticante de atletismo, natação, remo e futebol no Club Internacional de Futebol (CIF) que viria a ser, de 1919 a 1923, Presidente do Comité Olímpico Português<sup>15</sup> e Júlio Ribeiro da Costa<sup>16</sup>, futebolista do Sport Lisboa e Benfica que, mais tarde, após o seu regresso a Portugal, irá desempenhar vários cargos dirigentes até se tornar presidente da direção do Sport Lisboa e Benfica em 1938-1939 e presidente da mesa da assembleia-geral em 1939-1940.

Apesar do clima quente e seco, as tropas portuguesas recém-chegadas ao território africano foram incentivadas à prática desportiva. No entanto, fisicamente exaustos pelos exercícios militares, foram poucos os soldados a dedicar-se ao exercício físico. Sabe-se, no entanto, que os banhos de mar eram bastante apreciados, assim como os jogos de cartas, mas estes por serem considerados causadores de tensões e rivalidades acabaram por ser proibidos<sup>17</sup>.

Seria, contudo, a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, a 9 de março de 1916, que iria provocar a mobilização do desporto nacional a favor do esforço de guerra. O primeiro contingente do C.E.P., partiu de Lisboa a 26 de janeiro de 1917 com destino à Flandres.

Foram vários os desportistas que incorporaram os contingentes que partiram para França: o campeão de pesos e alteres Álvaro Costa, o motociclista Leopoldo Futscher, os futebolistas Herculano dos Santos, António Santos, Augusto Cabeça Ramos, Manuel Gomes Cal, José António Dias Forra, do Sport Lisboa e Benfica; Joaquim Vidal Pinheiro, Floriano Pereira, Eurico Brites e Zulmiro Raimundo, do Futebol Clube do Porto e José das Neves Eugénio do Académico Futebol Clube, entre muitos outros. Destaca-se ainda a mobilização de homens que, anos mais tarde, fruto da sua capacidade desportiva, viriam a participar em edições dos Jogos Olímpicos: António

---

14 António Luís de Gouveia Prestes Salgueiro (1891-1950) foi Presidente do Comité Olímpico Português de 1919 a 1923. Foi oficial de marinha tendo feito parte na campanha de Moçambique em 1916, na esquadilha de embarcações do cruzador Adamastor. Foi Governador Civil de Lisboa de 23 de fevereiro de 1919 a 25 de março de 1920 e Deputado por Moçambique (1921).

15 Na Assembleia Plenária de 4 de junho de 1992 foi decidido alterar, por unanimidade, a designação para a atual: Comité Olímpico de Portugal

16 Júlio Ribeiro da Costa (1894-1992) era futebolista do Liceu Pedro Nunes, transferiu-se para o Benfica, onde atuou em diversas equipas de futebol. Devido ao seu empenho e paixão pelo clube, ocupou vários cargos no clube, entre 1914 e 1962. Em 1938 foi eleito presidente, deixando o cargo de vice-presidente da assembleia-geral (1935-38).

17 Sobre o quotidiano e a vivência das tropas portuguesas nas colónias ver Marco Fortunato Arrifes (2005).

Duarte Montez<sup>18</sup>, António Mascarenhas de Menezes<sup>19</sup>, António Augusto Martins<sup>20</sup> e José Pontes<sup>21</sup> que viria a ser Presidente do Comité Olímpico Português (1924-1956) e membro do Comité Olímpico Internacional (1946-1956).

É interessante verificar que os jornais da época, nomeadamente o *Diário de Notícias* e *A Capital* queriam saber mais e informar os leitores acerca dos desportistas mobilizados para a guerra. Na *A Capital* de 4 de janeiro de 1918 podemos ler: “O nosso colega do Diário de Notícias teve a iniciativa de apurar quaes os sportsmens que se encontram na guerra. É uma ideia boa que todos os clubs deverão acolher com agrado enviando-lhe esclarecimentos, com nomes, edades, especializações desportivas, armas a que pertencem, etc. etc. Podemos garantir que o Gymnasio Club vae em breve enviar ao redactor sportivo d’aquelle jornal, todos os esclarecimentos referentes aos seus sócios que se encontram no C.E.P.”<sup>22</sup> O assunto veio, nas semanas seguintes, a ter novas exposições no mesmo jornal. Primeiro porque os clubes não tinham dado importância ao apelo efetuado e não tinham enviado qualquer informação, impossibilitando assim a elaboração e publicação de uma galeria dos desportistas que se encontravam mobilizados no conflito.<sup>23</sup> Depois, a 20 de janeiro, o mesmo órgão informa que o Club Internacional de Foot-ball já tinha enviado informações sobre os seus sócios e que se esperava que os outros clubes lhe seguissem o exemplo<sup>24</sup>.

## O Desporto em Cenário de Guerra. A Experiência do C.E.P. 1916-1919

Já em território francês os militares portugueses foram submetidos a intensos exercícios físicos que, “desembaraçassem os movimentos e treinassem os homens, para esta-

- 
- 18 António Duarte Montez (1885-1968) foi praticante de tiro, esgrima, futebol, pesos e alteres, luta greco-romana e jogo do pau, sendo também, desde 1906, detentor do diploma de atirador de 1.ª classe, foi mobilizado para a guerra, sendo equiparado a alferes. Participou nos Jogos Interaliados de 1919 e mais tarde, em 1924 participou nos Jogos Olímpicos de Paris na prova de pistola de velocidade a 25 metros, onde se classificou no 30.º lugar
  - 19 António Mascarenhas de Menezes (1861-1961) era considerado um *sportsman* e um esgrimista vigoroso, bicampeão nacional de espada, viria a participar nos Jogos Interaliados de 1919 e nos Jogos Olímpicos de 1920, 1924 e 1936.
  - 20 António Augusto Martins (1892-1930) foi um desportista exímio em diversas modalidades desportivas, partiu para França em 1918 a fim de participar na ofensiva final dos Aliados. Foi incorporado como voluntário no batalhão de assalto, na qualidade de médico. No pós-guerra integrou também a equipa portuguesa que viria a participar nos Jogos Interaliados de 1919. Participou nos Jogos Olímpicos de 1920 na modalidade de tiro, e nos Jogos Olímpicos de 1924, nas provas de tiro e atletismo.
  - 21 José Pontes (1879-1961) foi um reconhecido desportista, jornalista, dirigente, médico e político. Era secretário-geral do Comité Olímpico Português quando foi mobilizado para a guerra. Prestou serviço em França como capitão-médico e após o armistício ganhou fama como chefe do serviço de fisioterapia do Instituto de Santa Isabel e no Hospital de Mutilados de Arroios. Para se dedicar a essa causa pediu dispensa do Comité Olímpico em 1919. Regressou quatro anos mais tarde para exercer funções de Presidente. Em 1924 acompanhou a delegação portuguesa que participou nos Jogos Olímpicos de Paris, onde Portugal conquistou pela primeira vez uma medalha olímpica – medalha de bronze, no prémio das nações por equipas, na competição equestre.
  - 22 “Sport. Sportsmens portugueses na guerra” in *A Capital* de 4 de janeiro de 1918, p. 2.
  - 23 “Sportsmens na guerra” in *A Capital* de 12 de janeiro de 1918, p. 3.
  - 24 “Sportsmens na guerra” in *A Capital* de 20 de janeiro de 1918, p. 3.

rem em condições de dar o máximo de intensidade e de resistência, à longa e extenuante marcha a pé (de cerca de 30 Km, em cadência mais rápida que a utilizada em Portugal), de mochila cheia às costas, para preparar os soldados para as deslocações que porventura fossem necessárias e a marchas, mais curtas e com a máscara de gás colocada para desenvolver o controlo da respiração em caso de um ataque de gás” (Marques, 2008, pp. 79-80). Para além da prática de várias atividades físicas essencialmente utilizadas para a preparação dos militares, é possível afirmar, sem qualquer dúvida, que a prática desportiva fez parte do quotidiano do C.E.P. durante a sua permanência em França. Estas atividades foram organizadas pelas tropas portuguesas ou pelos militares dos exércitos aliados e eram essencialmente momentos de descontração, considerados como indispensáveis ao êxito das operações, mas também à boa moral dos militares (Nunes, 2014, pp. 42-43).

Na linha da frente, durante os momentos de descanso, os combatentes ocupavam o seu tempo, sobretudo, com o convívio de grupo, mas também com a prática de jogos de cartas: a bisca, o burro, a sueca, ou jogos de dados que ajudavam também a esquecer por instantes os horrores da guerra. Nas trincheiras da 2.<sup>a</sup> linha era muito habitual o bingo, jogado também nos boletos da Linha de Aldeias (Marques, 2008, pp. 219-234). Para além dos jogos de cartas e tabuleiro surgiram também a organização de competições desportivas entre os militares dos exércitos aliados ou só entre os elementos do C.E.P. Estes momentos de competição, entre unidades militares ou nacionalidades, que nada tinham a ver com a guerra, tinham como objetivo, não só exaltar as capacidades físicas e militares dos combatentes, mas essencialmente criar momentos de festa, celebração e entretenimento, quebrando as rotinas do quotidiano de guerra.

Os jogos de futebol eram, em geral, organizados pela Associação de Futebol do V Exército Britânico. Neles era possível ver o nível exímio e a perícia dos ingleses e, do lado oposto, a inexperiência ou desconhecimento do jogo por muitos portugueses que usavam a criatividade e o engenho para correr com uma bola junto aos pés, o que, muitas vezes, deu origem a momentos de boa disposição, alegria e humor, deixando para segundo plano a importância dos golos da vitória ou derrota. Exemplo disso é o relato que o algarvio Pedro de Freitas nos deixou: “Os ingleses, promovendo desafios de football, fazem com que se organize, na companhia, um grupo, o qual é constituído, na sua maioria, por soldados que do football apenas o conheciam por verem os outros a jogar. E a provar a competência desta classe de jogadores, temos o seguinte facto: o soldado José da Cruz Barreto, quando chuta a bola, invariavelmente cai, e à imitação de um pião, de cabeça no chão e pernas no ar, dá sempre uma volta e estatela-se no solo. Risos e mais risos provoca este competente jogador; e os ingleses ainda mais se riem, dada a assiduidade das cabriolas do bom do Barreto, que se evidencia desta maneira nos desafios de football entre portugueses e ingleses”.<sup>25</sup>

Também as provas equestres fizeram parte destes momentos. Em ofício de 23 de agosto de 1917, o Subchefe do Estado Maior do Corpo Expedicionário Português enviado para a Flandres, Luís Augusto Ferreira Martins, remete uma informação aos

---

25 *Idem.*

Comandantes da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Divisão com um convite para os oficiais portugueses participarem na prova n.º 18 do *Horse Show* do Corpo de Cavalaria Inglesa.<sup>26</sup> Esta comunicação informava que o *Horse Show* se realizava em Pronay, próximo de S. Pol, no dia 1 de setembro, e tratava-se de uma prova de obstáculos, semelhante à que tinha sido realizada pela 5.<sup>a</sup> Divisão de Cavalaria, no dia 15 de agosto. Mais se informava que podiam participar todos os oficiais dos exércitos aliados em França. No entanto, este convite não teve o sucesso de outros e a 27 de agosto, foi recebida a resposta do Chefe do Estado-Maior: “Informo V. Ex. que nenhum oficial d’esta Divisão deseja inscrever-se no concurso hípico do Corpo de Cavalaria Britânica”.<sup>27</sup>

Para além dos jogos de futebol e das provas equestres e de atletismo, conseguimos perceber que os concursos militares e desportivos tinham também grande adesão e interesse por parte das tropas do C.E.P. Nos programas destes concursos encontram-se atividades com uma clara componente militar e outras essencialmente desportivas, onde sargentos, cabos e soldados exaltavam as suas capacidades físicas, dando o seu melhor para ver o respetivo batalhão vencer. Relativamente à componente desportiva encontram-se nos programas destas iniciativas as provas de velocidade de 100 metros, as estafetas, as corridas de sacos, as corridas de três pernas – disputada por dois homens que correm lado a lado e em que a perna direita de um está amarrada à perna esquerda do outro –, salto em altura e salto em comprimento, luta de tração ou jogo da corda, luta a cavalo, corridas de barcos e de bicicletas e o jogo do pau. Já a componente militar era composta na maioria das vezes por: tiro de espingarda, emprego de baioneta e o lançamento de granadas, muito provavelmente uma alusão ao lançamento do peso.

Independentemente da arma, do posto ou do serviço desempenhado, estas provas tinham muito sucesso junto dos militares. Enquanto uns se dedicavam à preparação física e ao treino para terem um bom desempenho, outros ocupavam-se no planeamento e organização logística das competições. Os restantes, menos envolvidos, apreciavam muitas vezes no dia e tornavam-se espectadores das diversas provas disputadas. Parte desta azáfama é-nos dada a conhecer por Maia Pinto: “Uns organizam o programa; outros preparam o campo e procuram e fabricam as tendas, as cordas, as estacas e os bonecos para as instruções, para as corridas, para o torneio” (Pinto, s/d, pp. 25-26).

A 9 de setembro de 1917, o Subchefe do Estado-Maior, Luís Augusto Ferreira Martins, comunicou à 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Divisão do C.E.P. que se realizava a 5 de outubro de 1917 o Concurso Militar e Desportivo entre os praças de infantaria do C.E.P. identificando as provas de carácter desportivo e militar que compunham o programa. Informava também que cada batalhão de infantaria poderia concorrer com cinco sargentos ou cabos e 42 soldados, em grupos de nove praças, quatro e dois praças (só soldados). Cada grupo seria constituído por praças do mesmo batalhão sendo o sargento ou cabo o chefe do grupo. Soube-se, no entanto, que este concurso foi adiado, acabando por se realizar a 25 de

---

26 Arquivo Histórico Militar (A.H.M), PT/AHM/DIV/ 1/35/125/12, ofício de 23 de agosto de 1917 enviado por Luís Augusto Ferreira Martins aos Comandantes da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Divisão.

27 *Idem*.

outubro de 1917 no Campo Central de Instrução em Marthes. O programa final integrou as provas militares de utilização de baioneta, granadeiros de mão e de espingarda, metralhadoras ligeiras e tiro elementar, e a componente desportiva integrou as competições do jogo do pau, luta de tração e corridas de velocidade<sup>28</sup>. Os vencedores deste concurso receberam uma Taça de Honra, que tinha sido oferecida pelo Presidente da República, Bernardino Machado.<sup>29</sup>

Noutra ocasião, numa altura em que quando a 2.<sup>a</sup> Divisão de combate se encontrava praticamente aniquilada na sequência da Batalha de La Lys, e com a 1.<sup>a</sup> Divisão desfalcada de homens, as tropas portuguesas voltaram a participar num evento desportivo, desta vez em Colombes. O Concurso Militar e Desportivo foi organizado pela Union des Sociétés Française de Sports Athletiques e no programa de provas encontramos as corridas de resistência, saltos em extensão e altura (com e sem impulso), lançamento do peso, corridas de velocidade, combates com baioneta, corridas de estafetas, saltos à vara, lançamento de granadas e do disco. Para este concurso foram selecionados 16 praças do C.E.P. a fim de participarem nas provas de lançamento de granadas e corrida de estafetas. Os quatro selecionados para as estafetas, por terem chegado excessivamente tarde e por não possuírem os fatos com que eram obrigados a competir, ficaram impossibilitados de o fazer. Os restantes 12 entraram na prova de lançamento de granadas. O melhor português foi o soldado Manuel Augusto, n.º 557 da 2.<sup>a</sup> companhia do Regimento de Infantaria 3, com um lançamento de 55,30 m, seguido de Armindo Teixeira n.º 96 da 3.<sup>a</sup> Companhia do Regimento de Infantaria 29, com um lançamento de 47,60 m.<sup>30</sup> No entanto, ambas as marcas ficaram muito aquém das alcançadas pelos militares belgas com 66,67 m, pelos franceses com 64,63 m e pelos militares americanos com 64,12 m.<sup>31</sup>

A este respeito e relativamente à participação portuguesa nesta competição desportiva o Comandante do C.E.P., o general Tamagnini de Abreu<sup>32</sup>, após a conclusão das mesmas escreveu: “Os resultados obtidos teriam ainda sido melhores se, avisados a tempo do concurso, os homens tivessem sido convenientemente treinados durante pelo menos cinco semanas...”<sup>33</sup> O mesmo aproveitou a ocasião e teceu duras críticas à pouca importância dada ao desporto no seio da instituição militar: “O grande número de concorrentes (perto de 500) e os resultados por eles obtidos nas diferentes provas disputadas foram uma consequência de uma especial atenção que de há muito vem sendo dedicada ao “sport” pelos exércitos aliados. Infelizmente entre nós pouca ou nenhuma se lhe tem dedicado. Urge porém que se pense a sério no assunto e que à semelhança do que se faz

---

28 Arquivo Histórico Militar (A.H.M.), PT/AHM/DIV/ 1/35/95/85.

29 *Idem.*

30 *Idem.*

31 *Idem.*

32 Fernando Tamagnini de Abreu e Silva (1856-1924) foi um oficial do exército, que após a sua promoção a general foi escolhido para comandar a Divisão de Instrução mobilizada em Tancos e posteriormente para Comandante do C.E.P. Combateu na Flandes na Primeira Guerra Mundial, integrado no exército inglês. Após o desastre do C.E.P. na Batalha de La Lys, a 9 de abril de 1918, foi substituído, a 25 de agosto, no comando daquele mesmo corpo pelo general García Rosado.

33 Arquivo Histórico Militar (A.H.M.), PT/AHM/DIV/ 1/35/95/85.

em França, Itália, Bélgica (...) Se organizem no nosso exército centros, à testa dos quais se encontrem oficiais superiores, sendo o seu principal fim estudar e promover por todas as formas de desenvolvimento do “sport” no exército, organizando concursos, despertando o interesse e fazendo criar o gosto por ele”.<sup>34</sup>

Ao longo dos quatro anos de conflito, os confrontos entre exércitos foram responsáveis pela morte de cerca de 10 milhões e a mutilação de quase 20 milhões de soldados e civis, dando a este conflito uma dimensão mortal e destrutiva até então inédita. A existência de mortos e mutilados de guerra é infelizmente um cenário transversal a todos os países que entraram no conflito. Por cá, os jornais nacionais muitas vezes iam relatando as piores notícias, difundindo número de mortos e feridos<sup>35</sup>.

A este propósito, a Federação Internacional de Atletismo divulgou muito recentemente (Housman, 2018) que às 11 horas do 11.º dia do 11.º mês de 1918, eram cerca de 40 os atletas olímpicos daquela modalidade – que tinham participado nos Jogos Olímpicos de 1908 e 1912 –, oriundos de vários países, que estavam entre os milhões de mortos da grande guerra.

## Os Jogos Interaliados de 1919

Após a assinatura do Armistício a 11 de novembro de 1918 o principal objetivo dos soldados mobilizados era o regresso a casa. No entanto, a desmobilização das tropas não foi, contudo, imediata. Para alguns destes soldados o regresso a casa demorou vários meses e até, em alguns casos, anos.

Foi a pensar nestes homens que ainda se encontravam na Europa que, dois meses após o final da Grande Guerra, se iniciou a organização dos Jogos Interaliados.

Sob o comando do general John J. Pershing<sup>36</sup>, comandante das forças norte-americanas na Europa, deu-se início à organização deste jogos. Em janeiro de 1919 foram enviados convites para a participação às 29 nações que tinham estado no cenário de guerra.

Dezoito nações: Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Cuba, Checoslováquia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Guatemala, Haiti, Hejaz, Honduras, Itália, Japão, Libéria, Montenegro, Nicarágua, Terra Nova, Nova Zelândia, Panamá, Polónia, Portugal, Roménia, Rússia, Sérvia, Síão e África do Sul, representantes dos cinco continentes, aceitaram o convite para competirem neste evento desportivo dirigido exclusivamente aos militares que tinham participado na guerra ou que tinham servido as forças militares dos países aliados.

O Comité Consultivo para a organização destes jogos, constituído por 43 pessoas oriundas de várias organizações e nacionalidades, integrou dois portugueses, o tenente Mário da Cunha e o capitão António Mascarenhas de Menezes.

---

34 *Idem*.

35 “O sector português. 600 mortos e 2037 grandes feridos” in *A Capital* de 7 de março de 1918, p. 1.

36 John Joseph Pershing (1860-1948) foi um militar norte-americano do Exército dos Estados Unidos que conduziu as Forças Expedicionárias Americanas na Primeira Guerra Mundial entre 1917 e 1918 e que após a assinatura do Armistício ficou responsável pela organização dos Jogos Interaliados de 1919.

O Estádio Pershing, construído especificamente para o efeito pelas forças militares dos Estados Unidos da América em cooperação com a Young Men's Christian Association (YMCA), foi o palco escolhido para a realização da maioria das provas. Realizados entre 22 de junho e 6 de julho de 1919, em Joinville, nos subúrbios de Paris, estiveram em prova cerca de 1.500 homens que competiram em diversas provas – 12 modalidades desportivas consideradas como “modalidades reconhecidas” e outras “modalidades de demonstração” –, durante 15 dias. De acordo com relatório oficial, Portugal participou com 51 atletas em oito modalidades: Atletismo, Boxe, Esgrima, Equestre, Natação, Polo Aquático, Remo e Tiro.

Na cerimónia de abertura, que recebeu mais de vinte mil pessoas no estádio, as delegações desfilaram frente à tribuna onde os presidentes Woodrow Wilson, dos Estados Unidos da América e Raymond Poincaré de França se encontravam.

Tendo em conta o relatório oficial dos jogos, Portugal desfilou entre a Nova Zelândia e a Roménia. No entanto, de acordo com a imprensa da época, a delegação portuguesa e a bandeira nacional não estiveram presentes: “No dia da inauguração do stadium Pershing, no desfile, nem um só, um só dos sportsmen portugueses apareceu empunhando a nossa bandeira... Os únicos que não compareceram foram os portugueses”.<sup>37</sup>

Ao nível dos resultados destacam-se os alcançados pela esgrima. Os segundos lugares e respetivas medalhas de prata na competição de espada por equipas<sup>38</sup>, sabre por equipas<sup>39</sup> e individualmente na competição de espada, pelo tenente Jorge Paiva. Ainda na competição de espada, o tenente Frederico Paredes classificou-se em 6.º lugar e em sabre o capitão José S. Dias e o capitão Luiz Oliveira chegaram às meias-finais.

Na modalidade de tiro, na prova de pistola, a equipa portuguesa classificou-se em 4.º lugar e na prova de espingarda no 7.º Lugar. Na competição de boxe o tenente Silva Ruivo, que combateu com o campeão belga, desistiu no decorrer do 3.º *round*<sup>40</sup>.

Relativamente ao polo aquático é referido no relatório oficial que um atleta português teve um acidente, impedindo a entrada da equipa na competição.

No remo a equipa portuguesa de shell-4 com timoneiro não conseguiu terminar a prova e no shell-8 com timoneiro não passou a eliminatória. Na natação e no Atletismo, apesar dos registos de inscrições nas diversas provas, não há referência aos resultados alcançados por atletas portugueses, quer no relatório oficial, quer na imprensa nacional.

Apesar de não encontrarmos referências no relatório oficial dos jogos, que apresenta várias falhas ao longo das diversas seções, com as listagens iniciais dos atletas inscritos por país a não coincidirem totalmente com os nomes dos atletas que conquistaram resultados de destaque, a imprensa portuguesa da época afirma que para além das três meda-

---

37 “Nas provas sportivas inter-alliados não apareceu a bandeira portugueza” in *A Capital* de 4 de julho de 1919.

38 A equipa de espada foi constituída pelo tenente Carlos Gonçalves, major Veiga Ventura, tenente Frederico Paredes, tenente Jorge Paiva, capitão António Mascarenhas e tenente Fernando Farinha.

39 A equipa de sabre foi constituída pelo tenente-coronel Horácio Ferreira, capitão José S. Dias, capitão António Sabbo, coronel Vieira Rocha, capitão Luiz Oliveira e capitão Óscar Motta.

40 “Jogos Inter-Aliados” in *A Capital*, 10 de julho de 1919, pp. 1-2.

lhas de prata alcançadas pelos esgrimistas portugueses, também o tenente António Silva Martins conquistou uma medalha de prata na competição de tiro<sup>41</sup>.

Após a realização dos Jogos Interaliados o Estádio Pershing foi oferecido ao povo francês pelos Estados Unidos da América sendo ainda hoje utilizado como uma área de recreação ao ar livre.

## Conclusão

Como a Primeira Guerra Mundial se encarregaria de demonstrar, o desporto ajudou a promover a eficiência militar e a elevar a moral dos combatentes. Independentemente da sua perícia e capacidades atléticas todos os soldados deveriam estar envolvidos. Na verdade, quer a guerra, quer o desporto, devem ser entendidos e analisados como forças poderosas, essenciais ao processo de criação de comunidades imaginadas; soldados e atletas são elementos cruciais que nos ajudam a perceber o sucesso de um Estado, como seria demonstrado, de resto, pela ascensão dos E.U.A. como primeira potência mundial, no pós-guerra.

São diversas as ligações que conseguimos encontrar entre o desporto e a guerra. Desde a fase de preparação dos militares onde as práticas desportivas os ajudaram a superar os seus limites físicos, durante o período de conflito, onde, por variadas vezes, foi possível ver o desporto ao serviço do esforço desta guerra. No conflito de 1914-1918 que durou mais do que todos esperavam, o desporto foi também importante como elemento catalisador, que transportou por momentos milhares de homens dos horrores vividos, muitas vezes diariamente, para o conforto e a descontração que viviam antes da mobilização. Momentos de descontração e confraternização entre militares pertencentes ao mesmo pelotão ou batalhão, mas também entre forças aliadas, ou mesmo, momentos de contato com o adversário, como é o caso da célebre trégua que assinalou o dia de Natal de 1914. Neste dia militares ingleses e alemães esqueceram por momentos a guerra, saíram das suas trincheiras e na “terra de ninguém”<sup>42</sup> cumprimentaram-se, trocaram alguns bens que tinham consigo, e quando de um dos lados surgiu uma bola de futebol, todos jogaram. A guerra tinha sido interrompida por breves momentos, fazendo-se aqui também uma alusão à Trégua Olímpica, que existe desde os Jogos Olímpicos da antiguidade e que nos nossos tempos tem sido também requerida pela Assembleia Geral das Nações Unidas por ocasião da celebração dos Jogos Olímpicos e Jogos Paralímpicos.

Após o conflito mundial, o mundo desportivo jamais seria o mesmo, assim como o mundo, a política e a sociedade. Milhões de homens tiveram oportunidade de praticar algum tipo de atividade desportiva, contribuindo, ainda que momentaneamente, para tornar o desporto no fenómeno de massas que agora conhecemos.

Alguns destes homens que estiveram ao serviço do esforço de guerra tornaram-se mais tarde desportistas de referência, dirigentes ativos na promoção do desporto, uns

---

41 “Jogos Inter-Aliados” in *A Capital* de 10 de junho de 1919, pp. 1-2.

42 Numa guerra muito disputada em trincheira, designou-se “terra de ninguém” ao pedaço de terra que separava as trincheiras dos dois lados da guerra.

tornaram-se atletas olímpicos, outros presidentes do Comité Olímpico Português, atualmente designado Comité Olímpico de Portugal e um deles, Jorge Paiva, entrou na elite mundial dos medalhados olímpicos ao conquistar a medalha de bronze na modalidade de esgrima, na prova de espada por equipas, dos Jogos Olímpicos de 1928, realizados em Amsterdão.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes Primárias:

Arquivo Histórico Militar (A.H.M.)  
*Diário do Governo* (1909 a 1974)  
*Diário da Câmara dos Senhores Deputados*

### Publicações Periódicas:

*A Capital*  
*O Desporto*  
*O Panorama*  
*O Sport de Lisboa*

### Bibliografia:

- Arrifes, M. F., 2005. *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional.
- Borges, J. V., Marques, I. P. e Dias, E. G., 2018. *Diário de Campanha do General Fernando Tamagnini, Comandante do CEP*. Comissão Portuguesa de História Militar.
- Cardoso, C. P., 2009. *100 Anos de Olimpismo em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- Cardoso, C. P., 1996. *Os Jogos Olímpicos. The Olympic Games*. Lisboa: Ed. CTT Correios de Portugal.
- Coubertin, P., 1979. *Olympic Memoirs*. Lausanne: International Olympic Committee.
- Davis, W., 2012. *Into the Silent. The Great War, Mallory, and the Conquest of Everest*. Vintage Books.
- Dietschy P., 2018. *Le Sport et la Grand Guerre*. Paris: Editions Chistera.
- Ferreira, J., 2014. Portugal na I Guerra Mundial. *Revista Militar*, n.º 2553, pp 879-892.
- Guttmann, A., 2002. *The Olympics: A history of the Modern Games*, 2<sup>nd</sup> edition. University of Illinois Press.
- Housman, A. E., 2018. Armistice Day: Remembering the Athletes who died in the First World War. *International Association of Athletics Federations (IAAF)*, 10 de novembro. Disponível em: IAAF [website] <https://www.iaaf.org/news/feature/armistice-day-remembrance-track-field-olympia>
- Marques, I. P., 2008. *Das Trincheiras, com Saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Martins, I. G. e Martins, A. G., 2016. *António Augusto da Silva Martins. O mais completo atleta português de todos os tempos*. Lisboa: Chiado Editora.

- Merkel, M., 2017. *14-18, le sport, sort des tranchés: Un héritage inattendu de la Grande Guerre*. Toulouse: Les Pas d'oiseau.
- Morrow, D., 2003. *The Inter Allied Games of 1919*. Paper presented to the North American Society for Sport History. Disponível em: [http://works.bepress.com/donald\\_morrow/59](http://works.bepress.com/donald_morrow/59)
- Nunes, R., 2019. Jogos Inter-aliados. Em Maria Fernanda Rollo, Aniceto Afonso, Ana Paula Pires e Luís Alves de Fraga, coord., *Dicionário de História da I Guerra Mundial*, em preparação. Lisboa: Temas e Debates.
- Nunes, R., 2014. A Batalha dos Estádios. Em *1914-1918 Portugal Durante a Grande Guerra*, Visão História, n.º 25, setembro, pp. 42-43.
- Pinheiro, F. e Nunes, R., 2012. *Os 6 de Estocolmo. A primeira participação Portuguesa nos Jogos Olímpicos*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pinto, M., s/d. *O Esforço Militar de Portugal nos Últimos Meses de Guerra (1914-1918)*. Porto: Ed. De Manuel Maia Pinto (filho).
- Quina, M. G. (coord.) 2008. *Olímpicos de Portugal, 1912-2008*, Associação dos Atletas Olímpicos de Portugal, Instituto do Desporto de Portugal, Lisboa.
- Serpa, H., 2007. *História do Desporto em Portugal. Do Século XIX à Primeira Guerra Mundial*, Estudos e Documentos, Instituto Piaget, Lisboa.
- Terret, T., 2006. The Military “Olympics” of 1919. *Journal of Olympic History*, 14(2). International Society of Olympic Historians.
- Valarinho, J., 1993. *Espadas e Floretes: Contribuição para a História do Desporto em Portugal*. Maia: Gráfica Maiadouro.
- White, G., 1919. *The Inter-Allied Games, Paris, 22<sup>nd</sup> June to 6<sup>th</sup> July*. Paris: Published by the Games Committee.
- Zink, J. D., 2007. *Cartaz português da I Guerra Mundial: o jogo simbólico num caso emblemático de marketing político-militar*. Fevereiro de 2007, Lisboa, Biblioteca Nacional/Tesouros. Disponível em Open Edition: <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-cartaz.html> [consultado em 31 de agosto de 2014]

## Capítulo II

# FUNDAR A NAÇÃO, DESFAZER A GUERRA



# Estado e Regulação do Abastecimento Alimentar na Transição para a Paz (1919-1924)

**Inês José**

*Instituto de História Contemporânea, FCSH-UNL*

## 1. Notas Introdutórias

O regresso à “normalidade” após o término da Grande Guerra não foi simples nem imediato. Exemplo das dificuldades sentidas na transição para o período de paz foi a reposição das lógicas de circulação anteriores ao conflito, sobretudo no que respeita à disponibilidade de bens alimentares.

A temática do intervencionismo estatal no contexto da Primeira Guerra Mundial já mereceu a atenção da nossa historiografia, para a qual muito contribuíram os diversos estudos desenvolvidos nos últimos anos, motivados, sobretudo, pelo assinalar do centenário do conflito. A construção por parte do Estado de uma Economia de Guerra levada à cena de improviso, sem ensaios prévios, como nos mostraram, aliás, as investigações desenvolvidas por Ana Paula Pires, ficou caracterizada, pela entrada do Estado no domínio económico, em esferas que até aí lhe estavam interditas pela ortodoxia liberal então vigente (Pires, 2011).

Não é que o Estado nunca tivesse interferido de alguma forma nos campos económico e social, embora essa “ingerência” tenha sido, em grande parte, “apenas legislativa e monetária” (Léon, 1982, p. 34). De facto, os governos não estiveram totalmente arredados das suas economias até à Primeira Guerra Mundial. Por exemplo, e tendo em conta os impactos da industrialização, a intervenção do Estado já se tinha manifestado timidamente no século XIX, quando as preocupações dos governantes se viraram, no campo da atividade económica, para o domínio das condições de trabalho.<sup>1</sup> Além do domínio das condições laborais, a forma como os governos não estiveram totalmente ausentes das suas economias também se atesta nos impostos, nos direitos alfandegários, na opção por medidas protecionistas ou mesmo no interesse demonstrado, por exemplo, pela produção de cerealífera, movido, sobretudo, por preocupações do foro militar ou social.<sup>2</sup> Seguindo esta linha de pensamento e atentando no caso português, o problema do abastecimento alimentar – ou pelo menos de alguns géneros, como os cereais –, já era uma

---

1 Fazendo a devida ressalva desta perspetiva eurocêntrica. Seldon e Pennance (1975, p. 310).

2 *Ibidem*.

preocupação para os poderes régios no Antigo Regime, sobretudo quando o que estava em causa era o abastecimento de Lisboa, questão sobre a qual se debruçou Jaime Alberto do Couto Ferreira (1995) na sua dissertação de doutoramento, dedicada ao estudo das políticas de abastecimento neste período.

Contudo, e mesmo com estes antecedentes, a experiência que se iniciou no ano de 1914 alterou a conceção da intervenção estatal no domínio económico, levando o Estado a interferir em matérias que até então estavam fora do seu alcance, num comportamento que, como tem vindo a ser sublinhado pela historiografia, foi transversal aos países envolvidos no conflito. Em traços largos, a Grande Guerra assumiu os contornos de um conflito de tipo novo que até então não fora imaginado, trazendo à cena uma nova forma de conduzir a política económica, com o Estado a entrar em domínios que lhe estavam interditos, ou sobre os quais era inconcebível a sua interferência, como: a produção de armas e munições, a obtenção de matérias-primas necessárias para a produção de munições – o que, por sua vez, obrigou a que conseguisse garantir o abastecimento ininterrupto destes recursos –, a mobilização da força de trabalho industrial e a alocação de mão-de-obra – que se revelou um verdadeiro desafio, tendo em conta que grande parte dos trabalhadores foi recrutada para o Exército –, ou a alocação de alimentos, quer para abastecer o Exército, quer a população civil (Blum, Eloranta e Osinsky, 2014, p. 3).

No entanto, importa ressaltar que a intervenção estatal, quando alvo de uma análise comparada, se manifestou, nos vários países envolvidos no conflito, a diferentes ritmos, fruto das necessidades que os governos sentiram de se precaver, ou de reagir, com o avançar de guerra, aos desafios por ela impostos. Essas variações verificaram-se, sobretudo, no domínio das políticas alimentares introduzidas pelos vários estados no decorrer da guerra.

Como já foi referido, não é que o problema da alimentação da população e as preocupações relacionadas com a falta de disponibilidade de géneros devido, sobretudo, a más colheitas, nunca tivesse tido a atenção dos governos. Contudo, a eclosão da guerra provocou uma total desarticulação dos circuitos normais de distribuição e, perante esse cenário, depressa se percebeu que a economia constituiria “uma frente de combate das mais importantes” (Pires, 2010, p. 320). Com esse pano de fundo, a alocação de recursos alimentares e a sua distribuição revelou-se, por um lado, um verdadeiro desafio e, por outro, uma arma de guerra. Rapidamente se deu uma tomada de consciência a propósito das consequências associadas à sua falta, e só assim se compreende a evolução que se verificou no bloqueio declarado pela Grã-Bretanha aos portos germânicos que, tendo começado por se restringir à procura e confisco do contrabando de armas e munições, passou para um bloqueio muito mais abrangente, com os Aliados a decidir parar as remessas para e provenientes dos portos das potências centrais, nomeadamente de comida, forragens, combustíveis e roupa, bem como de matérias-primas como minérios, algodão e fertilizantes, ficando assim apelidado, de forma bastante ilustrativa, de “bloqueio da fome” (Blum, Eloranta e Osinsky, 2014, pp. 2-3; Hancock e Gowing, 1949, p. 19).

Este artigo pretende contribuir para uma reflexão sobre os efeitos de arrastamento da Primeira Guerra Mundial na transição para a paz no caso português. Mais do que oferecer conclusões, procura antes esquematizar algumas pistas que permita pensar, de

um modo geral, os impactos do conflito e, em particular, sobre o papel do Estado no domínio do abastecimento alimentar. Nesse sentido, importa ressaltar que a análise compreende apenas as medidas sancionadas pelo poder central – atentando, quando possível, nas premissas que as sustentaram –, não cabendo nela a análise da eficácia da sua aplicabilidade, nem a sua receção por parte da sociedade.

Para o efeito, começa por fazer um breve sobrevoo sobre as opções feitas pelo Estado para dar resposta ao problema da falta de bens alimentares no contexto da Grande Guerra, “revisão” que entendemos como necessária para apreender as continuidades nos anos que se seguiram à assinatura do Armistício, sobretudo no âmbito da criação de organismos estatais destinados a “gerir” o problema do abastecimento alimentar. É sobre eles que incide a segunda parte, com o foco na criação, em tempo de paz, do Comissariado Geral dos Abastecimentos e dos Armazéns Reguladores, que refletem nos seus objetivos – e na sua essência – a experiência da guerra. Termina em 1924, com o início do desmantelamento destes organismos, indiciando o regresso à “normalidade” que, neste domínio, e como veremos, não foi possível a breve trecho.

## **2. Estado e Abastecimento Alimentar em Tempo de Guerra: Breve Síntese**

Para melhor se poder apreender as continuidades que se podem verificar nos anos que se seguiram ao conflito, começemos por passar em revista, de forma muito esquemática, algumas das principais medidas no âmbito do abastecimento alimentar sancionadas durante o conflito.

Logo em agosto de 1914, o governo proibiu a subida dos preços dos géneros alimentares, com penalidades para os comerciantes que não cumprissem a diretiva. Nesse mesmo mês, foram tomadas outras iniciativas, sobretudo no domínio da criação de organismos responsáveis pela gestão do abastecimento alimentar. O ministro da economia estabeleceu a Comissão de Subsistências – que passou a Comissariado Geral dos Abastecimentos em 1916 –, organismo ao qual competiria a apreciação de propostas relacionadas com o fornecimento de determinados produtos alimentares, com destaque para o trigo. Foi também ordenado ao comissariado a elaboração de um estudo sobre as medidas que seriam necessárias tomar para assegurar o abastecimento de alimentos no território continental e nas colónias. Foram ainda criados os Armazéns Gerais Industriais e as Bolsas de Mercadorias de Lisboa e do Porto, ambos destinados a auxiliar o comércio e a regular – no caso das bolsas – circulação de mercadorias.

Além destes organismos, foi ainda criada a Comissão Reguladora dos Preços dos Géneros Alimentícios, que ficou responsável pelo estabelecimento de uma tabela de preços para a venda de produtos alimentares de primeira necessidade e de outros bens que se considerassem necessários, experiência que se revelaria importante no pós-guerra, como veremos. O Estado também fez uso de mecanismos tendentes a controlar o comércio externo, e ainda em outubro de 1914, foi proibida a reexportação do continente, ilhas e colónias, para o estrangeiro, de cereais, arroz, bacalhau, legumes e açúcar (Pires, 2010, p. 343).

Em agosto de 1915, o governo português procurou concentrar a produção de trigo, ficando determinado que o trigo doméstico não podia ser vendido a outra entidade que não fosse a Manutenção Militar.

A entrega desta responsabilidade à Manutenção Militar inscreve-se nas ideias já avançadas sobre as preocupações dos poderes públicos relativamente ao problema do abastecimento alimentar em cenários de falta de oferta de géneros alimentícios. Na verdade, a Manutenção Militar foi pensada, já na década de 1880, com base na premissa de que era necessário conferir ao Estado a sua própria indústria de moagem, que emancipasse a alimentação das tropas portuguesas das malhas da indústria particular, ao mesmo tempo que se garantia, através do estabelecimento do Exército, uma forma de fazer face, na capital, aos impactos das greves de padeiros e moageiros.<sup>3</sup>

Tornando ao período da guerra, o mesmo é dizer que o estabelecimento cumpria a sua missão: agora, todo o trigo em trânsito no país estava proibido de circular se o destino não fosse a fábrica do Exército...ou do Estado. Caso a diretiva não fosse respeitada, este seria considerado mercadoria contrabandeada, devendo por isso ser confiscado. Contudo, a medida, que contaria com forte oposição da moagem, só estaria em vigor até outubro desse ano (Rollo e Pires, 2016, p. 6).

Tal como no caso britânico (Broadberry e Howlett, 2005, p. 224), embora mais cedo, o governo português passou também a subvencionar o custo do pão a partir do ano de 1915, mas o racionamento centralizado dos principais géneros alimentícios só seria introduzido em setembro de 1918, com a publicação de um edital que indicava quais os géneros que seriam alvo de restrição no consumo. Seguir-se-ia, uns dias depois, a distribuição de senhas de racionamento e cartas de consumo (Rollo e Pires, 2016, p. 6; Pires, 2010, pp. 330 e 343).

Com o sidonismo, criaram-se, extinguiram-se e voltaram-se a criar novos organismos: em março de 1918, foram criados o Ministério da Agricultura e o Ministério das Subsistências e Transportes. Este último seria depois transformado em Secretaria de Estado das Subsistências e Transportes, extinta em julho. A Direção Geral das Subsistências, que lhe competia, transitou para a Secretaria de Estado do Interior. Em agosto, foi criado, dentro desta, um Comissariado Geral dos Abastecimentos, que se transformaria, em outubro de 1918, na Secretaria de Estado dos Abastecimentos. Em maio de 1919, passaria a denominar-se Ministério dos Abastecimentos e Transportes.

Do mapeamento das opções feitas pelo poder central ao longo do conflito, ressalta o delinear de mecanismos de controlo do comércio externo, de fixação de preços, de alocação de recursos, de requisição, de distribuição e racionamento, associando-se a estes a criação de vários organismos centrais, da dependência do Estado, para fazer esta gestão. Contudo, como sabemos, estas políticas nem sempre foram bem aceites ou cumpridas escrupulosamente, fazendo prova disso a proliferação do açambarcamento, das lógicas de mercado negro e o registo do aumento do contrabando.<sup>4</sup>

---

3 Sobre este assunto, veja-se José (2017).

4 No caso do contrabando de bens alimentares durante a Primeira Guerra Mundial veja-se o caso de estudo: Castro (2015).

Outra característica da forma como o Estado geriu, em contexto de guerra, a questão do abastecimento alimentar, foi a ausência de centralização das tarefas relacionadas com este domínio num só organismo, opção que não foi transversal a todos os países envolvidos no conflito. Usando como exemplos os casos alemão e britânico<sup>5</sup>, nestes o poder central procurou criar apenas um organismo – e que no caso britânico assumiu mesmo a forma de um Ministério dos Abastecimentos –, enquanto no caso português foram criados vários organismos, prática de se coadunou, de certo modo, com a própria direção da economia de guerra, não tendo sido criado um organismo que centralizasse a sua direção, um trabalho que foi antes partilhado entre o Ministério do Fomento e o Ministério das Finanças, pelo menos até 1916 (Pires, 2013, p. 1076). Não obstante, em Portugal a maioria das medidas elencadas foram introduzidas de forma proactiva, sendo o exemplo mais ilustrativo desta afirmação a fixação imediata dos preços dos géneros de primeira necessidade, bem como a criação de uma série de organismos destinados a regular os preços e as trocas comerciais.

### **3. O Difícil “Regresso à Normalidade”: o Commissariado Geral dos Abastecimentos e os Armazéns Reguladores**

Mas a criação de organismos destinados a regular o abastecimento alimentar, bem como as medidas já descritas, não desapareceram em 1918, nem mesmo em 1919, mantendo-se, no essencial, embora com outras denominações, até 1924. Os mecanismos ensaiados foram sendo recuperados várias vezes ao longo dos anos que se seguiram ao conflito para fazer face a problemas da mesma ordem, ou muito semelhantes. A sua permanência procurou, desde logo, fazer face às dificuldades do “regresso à normalidade”, sobretudo se tivermos em conta que dificilmente se poderia voltar, de imediato, ao liberalismo económico. Ainda mal se tinha saído da guerra e do meio das convulsões internas – salientando-se, entre elas, o assassinato de Sidónio Pais em dezembro de 1918 e a proclamação da Monarquia no Porto e em Lisboa, só ultrapassada, no Norte do país, em fevereiro de 1919 –, já a crise económica de 1920-1921 estava à porta...

Com o Armistício assinado, o governo preparava-se, nos primeiros meses de 1919, para voltar à liberdade de comércio, levantando as restrições que lhe foram colocadas, embora os debates no Senado em torno da proposta de lei apresentada pelo então detentor da pasta dos abastecimentos, João Henriques Pinheiro<sup>6</sup>, tenham demonstrado as reticências de alguns senadores relativamente à pertinência de se seguir por esse caminho, alegando-se que o país não reunia ainda as condições para regressar a essa “normalidade” (Pires, 2011, pp. 350-351). Não obstante as reservas manifestas, a liberdade foi estabelecida pela Lei n.º 835, de 17 de fevereiro de 1919, embora condicionada: o restabelecimento da liberdade de trânsito e de comércio fez-se com a restrição definida no artigo 4.º do diploma, que determinava que o Poder Executivo ficava autorizado a “fixar e regulamentar para cada artigo comercial, por intermédio do Ministério

---

5 Sobre os casos britânico e alemão: Broadberry e Howlett (2005, pp. 206-234) e Davis (2014, pp. 1-11).

6 Ministro dos Abastecimentos entre janeiro e fevereiro de 1919.

dos Abastecimentos, as restrições previamente necessárias à liberdade do comércio e trânsito”.<sup>7</sup> A fórmula conseguida, denotando a tomada de consciência do poder central relativamente aos desafios do regresso à “normalidade de antes da guerra”,<sup>8</sup> refletir-se-ia nos vários diplomas publicados entre os meses de fevereiro e abril de 1919, que garantiram a liberdade de comércio e trânsito de géneros como o arroz, a batata, o feijão, o açúcar, o trigo, o milho e o centeio: nas suas determinações, a liberdade concedida convivia com a definição de preços máximos pelos quais esses produtos poderiam ser vendidos ao público.<sup>9</sup>

Mas perante um cenário de escassez de subsistências que tardava em desaparecer, e “considerando que as circunstâncias económicas derivadas da guerra se haveriam de manter ainda por largo tempo”,<sup>10</sup> os organismos criados no período do conflito não desapareceram. Ao invés, em maio de 1919, o Ministério dos Abastecimentos foi reorganizado, passando a denominar-se Ministério dos Abastecimentos e Transportes. Os serviços relacionados com o abastecimento alimentar ficaram a cargo da Direção Geral do Comércio Interno, competindo-lhe “tomar todas as providências tendentes a regular o abastecimento do país em géneros de primeira necessidade”.<sup>11</sup> No mesmo dia saiu um decreto que estabeleceu que os preços dos géneros de primeira necessidade passariam a ser fixados pelo ministério.<sup>12</sup>

O Ministério dos Abastecimentos e Transportes foi extinto em 17 de setembro de 1919, e os seus serviços repartidos entre o Ministério da Agricultura e o Ministério do Comércio e Comunicações.<sup>13</sup> O mesmo decreto da Presidência da República que o extinguiu autorizava o governo a tomar, até ao dia 2 de dezembro desse ano, “as medidas que as circunstâncias exigirem no sentido de estabelecer ou suprimir qualquer restrição à liberdade de comércio e de trânsito de géneros de primeira necessidade, ou de modificar as disposições legais relativas à importação e exportação de quaisquer artigos, quando daí resulte manifesta vantagem para a economia nacional, sem prejuízo das necessidades do país”.<sup>14</sup>

---

7 Lei n.º 835, de 17 de fevereiro de 1919. *Diário do Governo*, I Série, n.º 37, de 24 de fevereiro de 1919, p. 250.

8 *Diário do Senado da República*, sessão n.º 22 de 12 de fevereiro de 1919, pp. 13-15.

9 Cf. Decretos n.º 5175 e n.º 5176 de 26 de fevereiro de 1919. *Diário do Governo*, I Série, n.º 40, de 27 de fevereiro de 1919; Decreto n.º 5181 de 26 de fevereiro de 1919. *Diário do Governo*, I Série, n.º 41, de 28 de fevereiro de 1919; Decreto n.º 5450 de 15 de abril de 1919. *Diário do Governo*, I Série, n.º 88, de 28 de abril de 1919.

10 Decreto n.º 5787 G, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo*, I Série, n.º 98 – 18.º suplemento, de 10 de maio de 1919, p. 1346-CC.

11 Decreto n.º 5787 G, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo*, I Série, n.º 98 – 18.º suplemento, de 10 de maio de 1919, p. 1346-CC.

12 Decreto n.º 5565, de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo*, I Série, n.º 98, de 10 de maio de 1919.

13 Os serviços dos caminhos de ferro e os serviços de transportes marítimos transitaram para o Ministério do Comércio e Comunicações, enquanto os serviços a cargo da Direção Geral do Comércio Interno do Ministério dos Abastecimentos e Transportes e da Delegação Geral do Norte ficaram sob a tutela do Ministério da Agricultura. Cf. Lei n.º 882, de 17 de setembro de 1919. *Diário do Governo*, I Série, n.º 188, de 17 de setembro de 1919, pp. 1985-1986.

14 Lei n.º 882, de 17 de setembro de 1919. *Diário do Governo*, I Série, n.º 188, de 17 de setembro de 1919, pp. 1985-1986.

Quase um ano depois, em agosto de 1920, foi criado no Ministério da Agricultura o Commissariado Geral dos Abastecimentos.

A sua criação não pode ser dissociada, conforme defendem Ernesto Castro Leal e Teresa Nunes num estudo dedicado a António Granjo, do agravamento da questão das subsistências no ano de 1920, que compreendeu a rutura dos abastecimentos à capital, como foi o caso do abastecimento de leite, em agosto, ou do abastecimento de água, problema muito debatido nas Câmara e no Senado da República e que tomou conta de várias primeiras páginas da imprensa periódica neste período. Perante este cenário, já António Granjo, acumulando a pasta da agricultura, tinha tomado algumas medidas, nomeadamente: fixou-se um tipo único de leite de vaca destinado à alimentação pública; determinaram-se prazos para despacho dos géneros alimentares que dessem entrada nas alfândegas do continente e ilhas, bem como nos entrepostos de Lisboa; foram tomadas medidas relativamente ao comércio de azeite; procurou-se restringir o consumo nos hotéis e na restauração, através da restrição do número de pratos que esses estabelecimentos poderiam ter disponíveis. Algumas destas medidas saíram reforçadas ao longo do mês de setembro e outras se lhes somaram (Leal e Nunes, 2012, pp. 91-92).

Simultaneamente, foi dispensada alguma atenção ao aumento da oferta agrícola, onde o Estado procurou intervir. A cultura mecânica foi estimulada, procedeu-se à reforma do crédito assegurado por géneros alimentares e outros artigos de consumo, procurando-se também manter os preços dos cereais (*Ibidem*). Todas estas medidas – e outras que se seguiram –, assentaram no Decreto n.º 1009, da autoria do Ministério da Agricultura de 7 de agosto de 1920, que reforçou a autorização conferida ao governo para tomar, até 31 de janeiro de 1921, as medidas que considerasse necessárias para “estabelecer ou suprimir qualquer restrição à liberdade de comércio e de trânsito de géneros de primeira necessidade”.<sup>15</sup>

Mas regressando ao Commissariado Geral dos Abastecimentos: a sua criação assentou no pressuposto de que competia, principalmente, ao Ministério da Agricultura, “resolver o grave e complicado problema económico nacional, com suas ponderadas e urgentes medidas tendentes a promover a intensificação da produção agrícola e pecuária, única e eficaz maneira de se conseguir o barateamento quer dos artigos da alimentação pública, na sua maioria de origem vegetal ou animal, quer das matérias-primas das indústrias correlativas com a agricultura”. Nesse sentido, o investimento de tempo que implicava a questão das subsistências públicas absorveria por completo o trabalho do ministro, retirando-lhe margem de manobra para dar atenção ao estudo das questões agrícolas. Tornava-se assim pertinente, aos olhos do legislador, a centralização do domínio das subsistências num só organismo, dotado de “ampla autonomia para regular o abastecimento do país e normalizar a situação dos mercados internos”. O commissariado funcionaria junto do ministro, prevendo-se que fosse extinto logo que cessassem “as causas da atual situação económica” que conduziram à sua constituição.<sup>16</sup>

15 Decreto n.º 1009, de 7 de agosto de 1920. *Diário do Governo*, I Série, n.º 151, de 7 de agosto de 1920, p. 954.

16 Decreto n.º 6826, de 11 de agosto de 1920. *Diário do Governo*, I Série, n.º 154 – 1.º Suplemento, de 11 de agosto de 1920, p. 971.

Atentemos na questão da autonomia. O Decreto n.º 6826 conferia, em tempos de paz, as seguintes funções ao Commissariado Geral dos Abastecimentos: apreciar as questões relativas ao aprovisionamento do país em matérias-primas e géneros de primeira necessidade; coligir os esclarecimentos e informações oficinas – ou não –, que julgasse necessárias, sobre o movimento de mercadorias, suas cotações, existências, disponibilidades e preços; providenciar o modo de assegurar, por meio de compra ou requisição, o abastecimento do país em mercadorias de primeira necessidade e a normalização dos mercados internos; proceder à venda de matérias-primas e de mercadorias adquiridas; homologar, alterar ou suprimir as tabelas de preços de géneros. Ficava ainda autorizado a “adquirir ou vender, com dispensa de concurso e contrato, qualquer que seja a importância da transação, os artigos indispensáveis ao abastecimento do país”. Através dele, o governo podia ainda, tendo em vista “acudir ao abastecimento geral ou de determinada região, requisitar os artigos disponíveis nos diversos distritos”.<sup>17</sup> Em suma: o organismo ficava habilitado, tal como os organismos criados em tempo de guerra, a tabelar, comprar, vender e requisitar. O commissariado foi regulado no mês de setembro, no mesmo mês em que foi criada uma delegação do Commissariado dos Abastecimentos no Norte do país, com sede no Porto.<sup>18</sup>

Em outubro de 1920, dois meses após a criação do Commissariado Geral dos Abastecimentos, foram criados os armazéns reguladores de preços de géneros e artigos de primeira necessidade, opção que já tinha também sido testada pelo Sidonismo, com os mesmos objetivos.<sup>19</sup> Além da prática da regulação de preços ter sido, como estamos lembrados, uma das primeiras medidas ativas no contexto da guerra.

Segundo o preâmbulo do diploma, a opção pela medida assentava na observação das estratégias implementadas noutros países, que provavam que “a única forma de eficazmente intervir na crise económica proveniente da carestia dos géneros de primeira necessidade, evitando vícios e abusos” que se verificavam por toda a parte, era a de o Estado assumir – até onde fosse possível, e necessário –, o papel de regulador dos preços. A argumentação continuava ao longo do preâmbulo do diploma:

“Considerando que todos os países atravessam neste momento, pela perturbação e desequilíbrio resultantes da instabilidade dos preços de produção e das condições comerciais do Mundo, uma hora excepcional que justifica o uso de medidas excecionais, que terão forçosamente um carácter transitório; Considerando, portanto, a necessidade e urgência de dar ao Estado, em Portugal, os meios de poder realizar, embora parcialmente

---

17 Decreto n.º 6826, de 11 de agosto de 1920. *Diário do Governo*, I Série, n.º 154 – 1.º Suplemento, de 11 de agosto de 1920, p. 972.

18 Decreto n.º 6984, de 28 de setembro de 1920. *Diário do Governo*, I Série, n.º 193, de 28 de setembro de 1920; Decreto n.º 6958, de 22 de setembro de 1920. *Diário do Governo*, I Série, n.º 188, de 22 de setembro de 1920. A delegação do Commissariado dos Abastecimentos no Norte foi regulamentada por decreto de 20 novembro de 1920. Cf. Decreto n.º 7150, de 20 de novembro de 1920. *Diário do Governo*, I Série, n.º 236, de 20 de novembro de 1920.

19 Veja-se, a título de exemplo: “Figuras e Factos”, in *Ilustração Portuguesa*, n.º 662, de 28 de outubro de 1918, p. 355; “Armazéns Reguladores de Preços”, in *Ilustração Portuguesa*, n.º 665, de 18 de novembro de 1918, pp. 418-419.

e como tentativa, essa intervenção indireta, que de forma alguma pretende atingir os princípios jurídicos do regime existente, mas que procura apenas conciliar, num período anormal, esses princípios com os superiores interesses públicos”.<sup>20</sup>

Segundo o mesmo diploma, a gerência dos Armazéns Reguladores ficaria a cargo da Manutenção Militar, à qual competiria, desde logo, o estabelecimento e gerência de armazéns reguladores nos locais que mais conviessem ao interesse público, de preferência, como seria depois regulado em diploma especial, aproveitando ao máximo as suas sucursais espalhadas pelo país para o efeito.<sup>21</sup> O principal objetivo dos armazéns, constituídos como órgãos do serviço de abastecimento público, era o de fornecer, a um preço regular, os “géneros e artigos de primeira necessidade, quando, nos mercados locais, tais géneros e artigos atingissem preços excessivos”. A administração dos Armazéns Reguladores competiria ao diretor da Manutenção Militar<sup>22</sup>, autonomizando-a, de certo modo, do Comissariado Geral dos Abastecimentos, organismo que não era referido ao longo de qualquer um dos decretos, quer do que criara os armazéns, quer do que os regulamentou.

Talvez seja essa a razão que explica a decisão tomada pouco tempo depois. De facto, ainda todas estas diretrizes não tinham tido tempo de assentar quando, em dezembro de 1920, o Ministério da Agricultura lançava um novo diploma que regulava as atribuições do Comissariado Geral dos Abastecimentos, alegando, no seu preâmbulo, que o comissariado, tal como estava estabelecido, não correspondia ao fim para que fora criado. Importava estabelecer “unidade de ação entre o Comissariado e todas as entidades” que deveriam contribuir “para o abastecimento do país”, bem como conceder às diferentes regiões do país “a mais ampla autonomia para tratar do seu abastecimento”. Assim, estabelecia-se a “unidade de ação” entre o comissariado e as responsabilidades da Manutenção Militar no que dizia respeito aos armazéns reguladores.<sup>23</sup>

O mesmo decreto criou uma comissão do abastecimento do país, na qual tinham assento os representantes das associações agrícolas, das associações comerciais e industriais de Lisboa e do Porto, representantes das províncias de Moçambique, Angola, São Tomé, Guiné e Cabo Verde, bem como o diretor geral do comércio agrícola, o diretor geral do comércio e indústria e o diretor geral dos serviços centrais do Ministério das Colónias. O órgão seria presidido pelo Ministro da Agricultura, que teria o diretor da Manutenção Militar como vice-presidente. O órgão destinava-se a responder às consultas que lhe fossem feitas pelo governo em matéria de abastecimento. Haveria ainda uma comissão executiva, que funcionaria em íntima ligação com a gestão dos armazéns reguladores, e que seria composta pelo Ministro da Agricultura, pelo diretor da Manutenção Militar, pelo diretor geral do comércio agrícola e pelo comissário geral dos abastecimen-

---

20 Decreto n.º 7070, de 28 de outubro de 1920. *Diário do Governo*, I Série, n.º 218, de 28 de outubro de 1920, p. 1474.

21 Decreto n.º 7117, de 13 de novembro de 1920. *Diário do Governo*, I Série, n.º 230, de 13 de novembro de 1920, p. 1574.

22 Decreto n.º 7117, de 13 de novembro de 1920. *Diário do Governo*, I Série, n.º 230, de 13 de novembro de 1920, pp. 1574-1575.

23 Cf. Decreto n.º 7207, de 24 de dezembro de 1920. *Diário do Governo*, I Série, n.º 218, de 28 de outubro de 1920, pp. 1751-1752.

tos.<sup>24</sup> Cada distrito passaria a ter um comissário distrital, que presidiria a respetiva comissão distrital ou concelhia de subsistências, cuja constituição seria regulada em janeiro de 1921.<sup>25</sup>

Entre 1921 e 1924, o Comissariado Geral dos Abastecimentos fez publicar sucessivos editais que regularam o trânsito, aquisição e fiscalização de géneros de primeira necessidade, que estabeleceram a liberdade de comércio para produtos como o azeite importado, a manteiga e carne, que regularam a venda e fabrico de pão e o fornecimento e trânsito de farinhas, só para mencionar alguns exemplos. Ao mesmo tempo que determinavam o livre-trânsito, regulavam-no, não deixando de definir, em alguns casos, restrições: chegou-se a limitar a laboração nas fábricas de moagem nas regiões mais deficitárias à quantidade de farinha necessária para o consumo local e, já em 1923, quando o Comissariado se preparava para pôr de parte regime de guias de trânsito, manteve-se este sistema nos concelhos que, “pela sua situação geográfica”, estavam “em condições de favorecer o escoamento clandestino de géneros pela fronteira”.<sup>26</sup> Simultaneamente, muitos destes editais garantiam o direito de o comissariado requisitar parte dos géneros em trânsito, tendo em vista o abastecimento dos armazéns reguladores.

Mas a autonomia que o Comissariado Geral dos Abastecimentos foi ganhando face ao Ministério da Agricultura depressa se fez notar, e as dúvidas não tardaram a surgir, não tendo sido poucas as vezes que na Câmara dos Deputados e no Senado se questionaram os vários ministros da agricultura sobre a sua atuação.

Em 1922 foram apresentadas, na Câmara dos Deputados, algumas críticas dirigidas ao Ministério da Agricultura, que apontavam para o facto de os armazéns se estarem a sobrepor às cooperativas de consumo, que dia após dia perdiam os seus sócios pela concorrência que lhes fazia estes estabelecimentos do Estado: Comissariado e Armazéns Reguladores.<sup>27</sup> A questão surgiu no debate em várias sessões ao longo do ano, e as críticas foram ganhando fôlego e contornos mais complicados à medida que os anos foram avançando. No Senado questionava-se o estado em que os armazéns se encontravam, denunciando-se que estavam desprovidos de géneros ou que estes não se encontravam em bom estado, surgindo referências, por exemplo, a azeite com muita acidez ou a arroz com farinha misturada.<sup>28</sup>

Mas as críticas mais duras concentraram-se em torno da figura do Comissário, José Augusto Sá da Costa<sup>29</sup>, militar, que esteve no centro das queixas apresentadas pelos deputados e senadores nestes anos. Foi criticado pelos editais que mandava publicar, lidos

---

24 Cf. Decreto n.º 7207, de 24 de dezembro de 1920. *Diário do Governo*, I Série, n.º 218, de 28 de outubro de 1920, pp. 1751-1752.

25 *Idem*; Decreto n.º 7235, de 15 de janeiro de 1921. *Diário do Governo*, I Série, n.º 10, de 15 de janeiro de 1921.

26 Cf. Edital do Comissariado Geral dos Abastecimentos, de 27 de setembro de 1921. *Diário do Governo*, I Série, n.º 198, de 28 de setembro de 1921, p. 1193; Edital do Comissariado Geral dos Abastecimentos, de 31 de outubro de 1923. *Diário do Governo*, I Série, n.º 233, de 3 de novembro de 1923, p. 1275.

27 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 23 de 30 de março de 1922, pp. 10-11; *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 130 de 24 de julho de 1924, p. 10.

28 *Diário do Senado da República*, sessão n.º 20 de 27 de fevereiro de 1923, pp. 8 e ss.

29 Foi precedido no cargo de Comissário Geral dos Abastecimentos por Francisco Xavier Peres Trancoso e José de Melo Falcão Trigos.

como um abuso de poder, sobretudo quando estes determinavam penalidades para quem não cumprisse as diretrizes indicadas. Joaquim Crisóstomo pediu várias vezes a palavra para assinalar que a capacidade dos armazéns se encontrava esgotada, ou para denunciar que estes faziam concorrência aos comerciantes, que se viam obrigados a aumentar os preços dos seus produtos, chegando a acusar o comissariado de açambarcamento e de estar ao serviço da Manutenção Militar, para lá enviando géneros que tinham sido comprados a baixo custo para consumo da cidade de Lisboa e que foram enviados para o estabelecimento do Exército, onde eram vendidos pelo triplo dos preços.<sup>30</sup>

Em junho de 1924, disparou o escândalo quando, n' *O Diário de Lisboa*, foi publicado um artigo que dizia que o Comissariado Geral dos Abastecimentos dividira pelos funcionários dependentes dessa entidade 1.000 contos, a título de gratificação pelos serviços por eles prestados. Verba essa que seria proveniente dos lucros alcançados pelos comissariado através dos seus armazéns, prática inconcebível num contexto em que a vida estava “quase insuportável atenta a elevação do preço dos géneros, sendo de estranhar que uma entidade oficial, em vez de se preocupar em servir bem o público, oriente a exploração dos serviços a seu cargo unicamente com o fim de obter lucros”. O que estava em causa era, pois, o Estado “comerciante”, deturpado nos seus objetivos iniciais de garantia de abastecimento ao público de géneros de primeira necessidade.<sup>31</sup>

Por ocasião da tomada de posse de António Alberto Torres Garcia como Ministro da Agricultura<sup>32</sup>, o deputado António Correia aproveitou a mudança do titular da pasta para lhe comunicar que tinha em mãos “uma grande obra a realizar e moralizar”, que era a do Comissariado Geral dos Abastecimentos. Já antes o deputado tinha apresentado queixas sobre o comissário, acusando-o de tomar “medidas ditatoriais e discricionárias, bem como de criar toda a espécie de embaraços ao comércio do País e exercendo represálias contra aqueles que não eram da sua simpatia”. Definia a administração do comissariado de caótica, acusando-a mesmo de atentar contra a saúde pública, dando como exemplo o facto ocorrido de o seu responsável ter mandado “desselar” sacas de açúcar e arroz que tinham sido dadas como impróprias para consumo, para serem colocadas à venda.<sup>33</sup> As críticas continuaram nos meses seguintes, aumentando as reclamações em torno da ideia de que os Armazéns Reguladores e a Manutenção Militar vendiam os géneros muito acima do valor pelos quais tinham sido comprados. Pelo meio, surgiram propostas de extinção do comissariado, alegando-se a sua “pouca eficácia”.<sup>34</sup>

---

30 *Diário do Senado da República*, sessão n.º 32 de 24 de abril de 1923, pp. 3-6.

31 *Diário do Senado*, sessão n.º 66 de 3 de junho de 1924; *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 96 de 4 de junho de 1924, p. 5; “A taluda... A sorte grande... que saiu aos funcionários dos abastecimentos foi de 1000 contos”, in *Diário de Lisboa*, 2 de junho de 1924, p. 8.

32 Ocupou esta pasta entre julho e novembro de 1924.

33 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 130 de 24 de julho de 1924, p. 15. Na verdade, o próprio ministro Torres Garcia chegou a confessar, quando interpelado no Senado, que, quando chegou ao Ministério da Agricultura, se deparou com uma “avalanche de queixas e impropérios contra o Comissariado”. Cf. *Diário do Senado da República*, sessão n.º 90 de 1 de agosto de 1924, pp. 9-10.

34 Cf. *Diário do Senado da República*, sessão n.º 90 de 1 de agosto de 1924, pp. 9-12; *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 136 de 1 de agosto de 1924, pp. 4-5; *idem*, sessão n.º 140 de 7 de agosto de 1924, p. 4; *idem*, sessão n.º 152 de 7 de novembro de 1924, pp. 5-6.

No dia 8 de novembro de 1924, o Comissariado Geral dos Abastecimentos foi extinto. A premissa que ditou o seu desaparecimento era a seguinte: “considerando a necessidade absoluta de o Estado terminar de vez as suas relações com os comerciantes, visto estar averiguado que só pela ampla concorrência, entre eles, quer em matéria de preços, quer em qualidade dos respetivos géneros, sujeitando-os, por consequência, de futuro, às leis económicas da oferta e da procura, se poderá atingir o objetivo em vista – o barateamento do custo de vida”, entendendo-se ainda que, não obstante a crise económica nacional não estar ainda sanada, que o caminho económico escolhido para o solucionar fora errado, tendo sido “ensaiadas soluções fictícias e anti-económicas, abandonando-se os problemas fundamentais como os do crédito agrícola, da imigração, intensificação de culturas e outras”.<sup>35</sup>

No entanto, o mesmo cenário de avanços e recuos, reflexo de indecisão no caminho a tomar em matéria de abastecimento, se tornaria a manifestar um mês depois: no dia 28 de dezembro de 1924 saiu um novo diploma, mantendo o Comissariado Geral dos Abastecimentos “até que as circunstâncias económico-sociais” permitissem a sua extinção, que no momento não era possível, correndo-se o risco de uma desvalorização repentina dos haveres do comissariado. Mas o mesmo diploma definia que as funções a cargo do organismo ingressariam no Ministério da Agricultura, e os Armazéns Reguladores seriam transferidos gradualmente, por liquidação imediata, pelo mesmo ministério, a cooperativas de consumo ou federações destas, que assegurassem a capacidade de gerência comercial.

Seis anos após a assinatura do Armistício, os governantes portugueses continuaram a debater-se com as dificuldades nos abastecimentos, com a carestia de vida e a questão das subsistências, com todas as consequências de cariz social que lhes estavam diretamente associadas. Para lhes fazer face, o Estado foi mobilizando, reativando, as mesmas ferramentas das quais aprendera a fazer uso em contexto de guerra, continuando, no entanto, tal como durante o conflito, a perpetuar as mesmas lógicas de organização burocratizadas que, não obstante as tentativas de centralização, continuavam a enfermar de desarticulação na hora de passar à prática. No plano concreto do problema do abastecimento alimentar do país, a leitura de legislação emanada do poder central denota, entre avanços e recuos, um desejo de um regresso à “normalidade” que convivia com o reconhecimento de que esse retorno não poderia ser imediato. Enquanto essa vontade não reunia as condições para se materializar, o caminho fez-se através do recurso a estratégias e mecanismos conhecidos, que se pretendiam, no entanto, provisórios. No final de 1924, o Estado dava início ao seu recuo, em letra de lei, em matéria de regulação do abastecimento alimentar.

---

35 Decreto n.º 10268, de 8 de novembro de 1924. *Diário do Governo*, I Série, n.º 251, de 8 de novembro de 1924, pp. 1646-1647. Um último edital revogou uma série de disposições que tinham sido definidas noutros editais publicados em 1923 e 1924, abrindo caminho para o desmantelamento da ação do Comissariado Geral dos Abastecimentos. Cf. Edital do Comissariado Geral dos Abastecimentos, de 17 de novembro de 1924. *Diário do Governo*, I Série, n.º 258, de 18 de novembro de 1924, pp. 1723-1724.

## Fontes e Bibliografia

### Documentação dos órgãos de soberania

*Diário da Câmara dos Deputados* (1919-1924)

*Diário do Senado da República* (1919-1924)

*Diário do Governo* (1919-1924)

### Periódicos

*Diário de Lisboa* (1924)

*Ilustração Portuguesa* (1918)

### Bibliografia

- Blum, M., Eloranta, J. e Osinsky, P., 2014. Organization of War Economies. Em Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, eds., *1914-1918 Online. International Encyclopedia of the First World War*, pp. 1-17. Disponível em 1914-1918 Online: [https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/organization\\_of\\_war\\_economies](https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/organization_of_war_economies) [consultado em 12 de janeiro de 2018].
- Broadberry, S. e Howlett, P., 2005. The United Kingdom during the World War I: business as usual? Em Stephen Broadberry e Mark Harrison, eds., *The Economics of World War I*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 206-234.
- Castro, M., 2015. *Contrabando de guerra em Elvas durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Tese de Mestrado em História, especialidade História Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Davis, B., 2014. Food and Nutrition (Germany). Em Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, eds., *1914-1918 Online. International Encyclopedia of the First World War*, pp. 1-11. Disponível em 1914-1918 Online: [https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/food\\_and\\_nutrition\\_germany](https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/food_and_nutrition_germany) [Consultado em 12 de janeiro de 2018].
- Ferreira, J. A. C., 1995. *A Dessacralização do Pão. Políticas de Abastecimento no Antigo Regime: do Concelho ao Estado Iluminista*. Porto: Campo das Letras.
- Hancock, W. K. e Gowing, M. M., 1949. *British War Economy*. London: His Majesty's Stationery Office.
- José, I., 2017. *A fundação e a organização da Manutenção Militar de Lisboa (1886-1914)*. Tese de Mestrado em História Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Leal, E. C. e Nunes, T., 2012. *António Granjo: República e Liberdade*. Lisboa: Assembleia da República.
- Léon, P., dir., 1982. *História Económica e Social do Mundo*. Volume V, Tomo I, *Guerras e Crises (1914-1947)*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Pires, A. P., 2013. Economia de Guerra. Em Maria Fernanda Rollo, coord., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, volume I (A-E). Lisboa: Assembleia da República, pp. 1071-1080.
- Pires, A. P., 2011. *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

- Pires, A. P., 2010. A economia de guerra: a frente interna. Em Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, coord., *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 319-347.
- Rollo, M. F. e Pires, A. P., 2016. Food and Nutrition (Portugal). Em Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, eds., *1914-1918 Online. International Encyclopedia of the First World War*, pp. 1-11. Disponível em 1914-1918 Online: [https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/food\\_and\\_nutrition\\_portugal](https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/food_and_nutrition_portugal) [consultado em 12 de janeiro de 2018].
- Seldon, A. e Pennance, F.G., 1975. *Diccionario de Economía – una exposición alfabética dos conceptos económicos y su aplicación*. Barcelona: Oikos-Tau.

# As Consequências Políticas do Pós-Guerra em Setúbal: da “Monarquia do Norte” à Evolução Eleitoral (1919-1922)

**Diogo Ferreira**

*Instituto de História Contemporânea, FCSH-UNL*

## 1. Introdução

O Armistício assinado a 11 de novembro de 1918 não representou a interrupção do conjunto de dilemas que o Estado e a sociedade portuguesa enfrentaram durante a Grande Guerra: crise de abastecimentos e fome de “subsistências”, desordem e motins populares, instabilidade política ou crónica dependência externa em diversos parâmetros económicos. De facto, estas questões prolongaram-se no tempo, motivando profundas transformações no seio do regime republicano. “Era, na realidade, uma nova República, assente em novas realidades económicas, grávida de conflitos sociais e políticos sem precedentes – os conflitos da modernidade do pós-guerra –, servida por novos quadros políticos forjados na crise” (Rosas, 2010, p. 410). As metamorfoses partidárias verificadas nestes anos, nomeadamente a fundação do Partido Liberal – fusão de evolucionistas e unionistas – e o surgimento da cisão correspondente ao Partido Reconstituente são exemplos do clima de discussão e mutabilidade que marcaram os derradeiros tempos da Primeira República.

Este texto procura contribuir para uma visão mais profunda sobre a forma como o concelho de Setúbal<sup>1</sup> viveu os efeitos políticos do pós-guerra, uma vez que a literatura histórica setubalense ainda os não abordou com o devido detalhe. Apenas se podem referir as investigações de Albérico Afonso Costa que abordam, até certo ponto, alguns destes assuntos. Os objetivos definidos para este artigo partem da breve reconciliação estratégica entre movimento operário e os republicanos contra a “Monarquia do Norte”, passam pela análise dos debates e simbolismos das disputas partidárias durante as eleições para a Câmara dos Deputados de 1919, 1921 e 1922 e culminam com a definição dos significados dos atos eleitorais que envolveram os destinos do município. Não querendo impor uma visão determinista, será demonstrado como a construção e consolidação de um bloco anti-Partido Republicano Português (PRP) na região serviu de plataforma de desgaste do republicanismo e para a afirmação de um amplo grupo político que esteve nas raízes do 28 de maio.

---

1 Entre 1855 e 1926, Palmela integrou o concelho de Setúbal como freguesia rural. Assim, os seus votos fazem parte das tabelas apresentadas ao longo do texto.

## 2. Setúbal no Quadro do Pós-Guerra: a Continuidade na Rutura

Entre o final de oitocentos e o início do século XX, Setúbal tornou-se numa das mais importantes cidades do país. Segundo os censos da época, o atual concelho passou de 21.252 residentes, em 1890, para 41.131 habitantes em 1920, praticamente dobrando a sua população. Este dinamismo foi motivado pelo *take-off* do sector conserveiro que, a partir da década de 1880, foi impulsionado pelo esgotamento do *stock* de sardinhas na costa da Bretanha, obrigando os industriais franceses a relocizarem as suas fábricas noutras regiões. A oferta de emprego potenciou um interessante *boom* migratório interno. (Valente, 1981, p. 619)

Com o surgimento de dezenas de fábricas de conservas foi sendo construído um numeroso, sólido e politizado operariado onde pontificava o anarco-sindicalismo e o socialismo. O elevado grau de luta reivindicativa proporcionou a autodenominação da cidade como “Barcelona Portuguesa”, não surpreendendo que tenha sido um importante bastião anti-monárquico até ao 5 de outubro.

Uma pequena cidade industrial, com um forte pendor revolucionário, foi o palco que a Grande Guerra encontrou em 1914. O conflito transformou indelevelmente Setúbal, despertando desilusão perante a República, vivenciando a transitoriedade e ilusória riqueza proporcionada pelo sector conserveiro e, mais importante, deixando cicatrizes sociais impossíveis de sarar. O *boom* na indústria de conservas, cuja exportação aumentou extraordinariamente, foi estimulado pelo facto de as latas de conservas serem um meio barato de alimentar as tropas nas trincheiras. O panorama político, económico e social setubalense nestes anos ficou marcado pelos efeitos nefastos que teve na vida quotidiana: “Deste modo, não se exagerará ao dizer que a Setúbal da guerra é também a Setúbal em guerra. Açambarcamentos, mercado negro, salários escassos para preços que todos os dias subiam com a inflação, prisões, deserções, protestos e manifestações contra a participação de Portugal no conflito” (Costa, 2012, p. 67).

O pano de fundo do pós-guerra na região foi caracterizado, não por uma rutura, mas pela continuidade das dificuldades no dia-a-dia da comunidade a que vieram acrescer o início do declínio conserveiro. As consequências económicas e sociais do pós-guerra inauguraram, por um lado, o início de um longo processo de refluxo económico na região. A hipertrofia da indústria de conservas de peixe, gerada pelo fim das constantes necessidades externas de consumo como se verificara durante a Grande Guerra, a queda abrupta dos preços do sal e as intermitências da pesca que – sem inovação tecnológica e com redução de matéria-prima – colaboraram para o aumento do desemprego e da fome. Para isto basta observar a redução do número de unidades fabris que passaram de cerca de 130 em 1920 para cerca de 63 em 1928. A interdependência destas áreas de atividade económica ampliaram rapidamente a recessão que se prolongou até aos anos 40.

Por seu turno, para além das dezenas de comícios contra a “carestia de vida” e dos elevados índices de criminalidade, as greves continuaram a multiplicar-se, tendo ocorrido cerca de duas dezenas entre 1919 e 1922. O despertar da “Barcelona Portuguesa” atingiu o seu auge durante a greve-geral de 1922, que durou mais de 70 dias, entre 18 de setembro e 30 de novembro. Exigindo aumentos salariais entre os 30% e os 40%, uniu todos

os trabalhadores do mundo conserveiro e ativou redes de solidariedade que lhes permitiu lutar mais de dois meses. O processo reivindicativo chegou a radicalizar-se com ataques bombistas. Esta greve, no longo-prazo, representou uma experiência traumática para o movimento operário setubalense, que não conseguiu fazer valer os seus objetivos, perante um patronato intransigente que conseguiu um dos seus longos desejos: contratação livre das associações de classe (Costa, 2011, pp. 272-273).

Os obstáculos provocados pela crise nos abastecimentos também se perpetuaram: “Solicito que seja fornecido, com a maior brevidade possível, a remessa de farinha (...) visto estar a acabar a existência, provocando esta falta excitação de ânimos, dando lugar a bichas e protestos de toda a natureza. (...) as classes operárias lutam com a maior das misérias”.<sup>2</sup> As “revoltas da fome”, ocorridas no verão de 1920, simbolizaram o pico de reivindicação social em face do extraordinário encarecimento do custo de vida. Mais de 1.800 setubalenses, a 8 de julho, saquearam fazendas e estabelecimentos comerciais, obrigando à intervenção das forças militares. A 10 de setembro, depois do operariado ter votado uma greve-geral de protesto, novos assaltos forçaram à declaração de estado de sítio (Arranja, 2009, pp. 82-90). Em suma, esta cidade esteve em clara efervescência política, encontrando-se cada vez mais unida em “baixo” e por “cima”, ainda que por razões distintas, contra o PRP. Talvez por isso se verificará como periódicos como *O Setubalense* tenham estado ao lado das “listas do concelho” que se opuseram ao Partido Democrático nas eleições municipais.

### 3. A Evolução Política Municipal no Pós-Guerra

#### 3.1. Entre a “Monarquia do Norte” e o Retorno ao *Statu Quo* Pré-Sidonista

O período referente à implantação da “Monarquia do Norte”, balizado entre 19 de janeiro e 13 de fevereiro de 1919, representou na cidade do Sado um breve momento de reconciliação entre o movimento operário anarco-sindicalista e socialista e a elite republicana. Em certa medida, repetiu-se a edificação do bloco social de apoio do 5 de outubro, cujo divórcio se tinha consumado aquando dos assassinatos de Mariana Torres e Adelino Mendes às mãos da futura Guarda Nacional Republicana.

Sob o pseudónimo *Marius*, o jornal *O Trabalho* – vinculado ao Partido Socialista – tomou rapidamente uma posição que ia ao encontro dessa reconciliação estratégica. Apesar de reconhecer que a República não tinha cumprido os desígnios expectáveis pelo operariado, perante a “Monarquia do Norte” “o nosso posto é ao lado da família republicana, não porque a forma política actual satisfaça por inteiro as nossas aspirações, d’um republicanismo integral e puro, mas porque as instituições democráticas, d’uma maneira transitória, nos podem servir como plataforma para a consecução de um organismo superior, na ordem económica e social”.<sup>3</sup> Após o triunfo das forças republicanas, o mesmo periódico tinha um discurso transparente: “A República triunfou. Defendemo-la com unhas e dentes, mas não cometamos excessos, exageros e violências. (...) Consoli-

2 Citado a partir de Costa (2011, p. 267).

3 Marius, “Momento Crítico” in *O Trabalho*, n.º 803, 25.01.1919, p. 1.

dando a ordem, consolidaremos a República. (...) E, sobretudo, trabalhemos para que a República se torne progressiva e social”.<sup>4</sup>

Em pleno rescaldo deste verdadeiro período de guerra civil e do retorno à coordenação das instituições por parte dos republicanos, o administrador do concelho de Setúbal dirigiu-se ao administrador do concelho de Sesimbra, em 12 de julho, onde resumia as motivações para esta conveniente aliança: “Apresentando a V. Exa. as classes operárias de Setúbal (...) É gente simples, boa e laboriosa, que possuindo ideias mais avançadas do que a República, não se deixam iludir pelos inimigos delas e, quando a veem em perigo, são os primeiros a apresentar-se em sua defesa. A razão é simples. É que o regresso da Monarquia seria para eles o abafamento das suas liberdades e o atraso da realização das suas ideias”.<sup>5</sup> A descrição das celebrações do aniversário da República, são também, neste ponto de vista, claras.<sup>6</sup>

Em menos de dois meses, decorreram três comícios e manifestações públicas anti-monárquicas. No início de fevereiro, *A Mocidade* já anunciava que iam decorrendo “diversas manifestações de regozijo nesta cidade por as tropas fiéis ao governo terem batido as tropas revoltosas”.<sup>7</sup> A 22 de janeiro, em plena Praça do Bocage, o comandante militar de Setúbal e o diretor do jornal *O Setubalense*, Luís Faria Trindade, lideraram as hostes do evento. A 23 de março, no teatro Isabel Costa, decorreu um novo comício promovido pela Comissão Nacional da Defesa da República.

O mais importante teve lugar no mesmo teatro a 9 de fevereiro e contou com a presença do Ministro do Trabalho, Augusto Dias da Silva, militante do Partido Socialista. Neste evento estimou-se a presença de mais de mil setubalenses<sup>8</sup>, estando Manuel d’Oliveira e Silva em nome dos republicanos de Palmela e Joaquim dos Santos Fernandes pelos republicanos de Setúbal. O ministro discursou brevemente, dando vivas à unificação do povo republicano, à República e às classes trabalhadoras de Setúbal. As três moções votadas e aprovadas pelo “povo liberal e republicano” do concelho foram marcadas por um fervor ardente de defesa da República. Este “povo” dava voto de apoio incondicional ao governo, colocava-se ao seu dispor para cooperar nas obras em prol da democracia, realçava a necessidade de controlar os monárquicos, manifestava o desagrado e desconfiança perante a comissão administrativa do município, presidida pelo

---

4 “Os Monárquicos” in *O Trabalho*, n.º 805, 02.03.1919, pp. 1-2.

5 Citado a partir de Costa (2011, p. 258).

6 Por ocasião das comemorações do 5 de Outubro, o administrador do concelho de Setúbal comunicou o seguinte ao Ministro do Interior: “As manifestações à República e à Pátria pelo 9º aniversário festejaram-se nesta cidade como nunca após a implantação da República, havendo parada militar por todas as forças de terra e mar desta guarnição (...) terminando ontem as festas com uma grande manifestação nas ruas da cidade, acompanhada por muitos elementos civis e militares”. Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Ministério do Interior, Secretaria Geral, mç. 570, lv. 2, n.º 170, Ofício n.º 561 de 07.10.1919, enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Ministro do Interior.

7 *A Mocidade*, n.º 338, 01.02.1919, p. 2.

8 “Apinhadas as pessoas que iam assistir à sessão descortinava-se do palco uma verdadeira aluvião de cabeças, ficando muitas pessoas na rua por já não terem lugar na plateia”. “Pela República: O grande comício de ontem” in *O Setubalense*, n.º 421, 10.02.1919, pp. 1-2.

monárquico Henrique Augusto Pereira, e desejava a manutenção do comandante militar em face do seu trabalho de manutenção da ordem pública.

É, ainda, relevante sublinhar o impacto militar que a “Monarquia do Norte” teve em Setúbal. As tropas do Regimento de Infantaria n.º 11 (R.I. n.º 11), comandadas pelo major Bandeira de Lima, eram das que “entre os regimentos que têm batalhado no Norte contra os revoltosos monárquicos (...) [cobrindo-se de] glória nas lutas em que tem entrado”.<sup>9</sup> Já depois do triunfo republicano, a 21 de fevereiro, partiu um numeroso grupo de tropas de reservas do R.I. n.º 11 a fim de guarnecer as povoações que estiveram sob alçada monárquica. Segundo o *Alvorada*, a “coluna foi acompanhada até à estação de caminho-de-ferro por muito povo, tendo à partida vitoriado as nossas tropas, numa carinhosa manifestação de despedida”.<sup>10</sup> O batalhão ter-se-á dirigido, primeiramente, a Vila Franca de Xira, tendo nos primeiros dias de março rumado a Viana do Castelo e a Penafiel. Ambos os grupos de homens regressaram a Setúbal, em clima de festa, a 30 de março, para a qual *O Setubalense* tinha contribuído com a abertura de uma subscrição pública.

Não se pode esquecer, ainda, que o tenente José dos Santos Viegas, da Companhia de Sapadores dos Caminhos-de-Ferro, organizou uma pequena força, composta por meia dúzia de militares, que partiram mal rebentara a insurreição monárquica, acabando por participar ativamente nos combates. Ironicamente estes foram “esquecidos”, não sendo recebidos calorosamente por ninguém, conforme foi exposto numa carta aberta.<sup>11</sup>

O elemento político mais radicalizado neste período foi o periódico *O Defensor da República* – “semanário, órgão e propriedade do Grupo de Vigilância da República” –, lançado a 27 de fevereiro por Alberto Junqueiro da Rosa, Jorge Pereira Chaves e João António Orelha. A tensão e a agressividade era patente no tom deste periódico, que sublinhava a necessidade de castigar severamente os monárquicos envolvidos: “Pela República é [era] agora o nosso grito de guerra, para que possamos em breve adoptá-lo como cântico de paz. (...) Guerra de extermínio aos inimigos da República”.<sup>12</sup> O Grupo de Vigilância da República fora criado no dia 13 de fevereiro<sup>13</sup> em paralelo com a fundação da Comissão de Defesa Republicana, nomeada pelas comissões políticas locais do PRP e do Partido Evolucionista, sendo esta última composta por figuras como: Dr. Belarmino d’Abreu; Arronches Junqueiro; Francisco Fernandes; Emídio da Graça Curado d’Oliveira.<sup>14</sup> Também aqui se observa uma união entre partidos adversários.

Este periódico, sendo analisado ao longo das suas 10 edições, apresenta um cariz muito próximo do movimento operário e espelha esta procura por uma nova harmonia entre operários e republicanos. Num suplemento, *O Defensor da República* fez uma manchete de grande dimensão, dando ênfase à realização de um comício operário “contra a

9 “O regimento de infantaria n 11” in *O Setubalense*, n.º 425, 14.02.1919, p. 1.

10 “Partida de Tropas” in *Alvorada*, n.º 17, 01.03.1919, p. 1.

11 “Parece mentira... mas é verdade!” in *O Defensor da República*, n.º 9, 26.04.1919, p. 2.

12 “Pela República” in *O Defensor da República*, n.º 1, 27.02.1919, p. 1.

13 “Grupo de Vigilância da República em Setúbal” in *O Defensor da República*, n.º 1, 27.02.1919, p. 2.

14 *O Defensor da República*, n.º 1, 27.02.1919, p. 2.

carestia da vida e renda de casas”<sup>15</sup> que iria ter lugar no Casino Setubalense. Além de ser um espaço de divulgação da luta operária, ainda apelava à presença de todos. Este Grupo de Vigilância da República era absolutamente anti-sidonista, criticando ferozmente o “César de 1918” e o seu governo do “terror”.<sup>16</sup>

Ao mesmo tempo, teve um interessante papel no sentido de apelar abertamente à necessidade de ser realizada uma sindicância e um inquérito aos funcionários municipais e aos das repartições públicas que estivessem conotados como monárquicos. A 12 de abril fez manchete, apresentando – no mesmo timbre hostil – as suas pretensões: “Republicanos, Alerta! (...) Os monárquicos trabalham! (...) É preciso correr a pontapés essa corja de bandidos, dos lugares que são indignos de ocuparem! Limpeza rápida das repartições do Estado e do Município!”.<sup>17</sup> Na edição seguinte voltaram a acentuar a urgência para estes despedimentos “coletivos”: “O que é inegável é que a República ainda não chegou a Setúbal e, tanto assim, que nas repartições do Estado e do município, os homens são os mesmos e os denunciadores dos republicanos e os trauliteiros andam à solta, rindo-se”.<sup>18</sup>

Ainda que este alerta possa ser exagerado e com um propósito político, não deixa de ser pertinente para se compreender o clima de desconfiança que se vivia. Numa carta pública, o soldado do R. I. n.º 11, Luís Carvalhal, acusava o comandante militar, coronel José Pires, de ter nomeado um monárquico (João Monteiro) para comissário da Polícia Cívica de Setúbal, dando espaço à contínua perseguição política dos republicanos.<sup>19</sup> Do mesmo modo, em abril, o edil da Câmara Municipal de Setúbal (CMS) abriu um inquérito para se tomar conhecimento sobre quaisquer atos praticados no concelho contra a República, inclusive por funcionários públicos.<sup>20</sup> Ao que tudo indica, na administração do concelho não estavam monárquicos ao serviço.<sup>21</sup>

Noutro âmbito, a insurreição monárquica possuiu, também, um relevante significado político a nível do poder local. Nomeados centralmente no quadro do sidonismo, a comissão administrativa liderada por Henrique Augusto Pereira – figura de proa dos monárquicos setubalenses – manteve-se no cargo em plena “Monarquia do Norte”, apenas apresentando a demissão coletiva a 18 de fevereiro de 1919.<sup>22</sup> Três dias antes, o ex-edil, o vereador José de Freitas e personalidades como Augusto Firmo da Costa foram

15 *O Defensor da República*, Suplemento ao n.º 7, 12.04.1919, s.p.

16 “O que foi o Sidonismo” in *O Defensor da República*, n.º 9, 26.04.1919, p. 1.

17 *O Defensor da República*, n.º 6, 08.04.1919, p. 1.

18 “A Valer” in *O Defensor da República*, n.º 7, 12.04.1919, p. 1.

19 *O Defensor da República*, n.º 8, 19.04.1919, p. 2.

20 “Afastamento de funcionários” in *O Defensor da República*, n.º 9, 26.04.1919, p. 1.

21 “Sob minha palavra de honra que julgo merecerem a confiança da República todos os funcionários meus subordinados”. ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência recebida/expedida, Pasta n.º 15 (1919-1919), NT 953; NR 128, Confidencial sem n.º enviada pelo Administrador do Concelho ao Governador Civil de Lisboa a 29.04.1919.

22 ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência recebida/expedida, Pasta n.º 15 (1919-1919), NT 953; NR 128, Telegrama enviado pelo Presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal, Henrique Augusto Pereira, para o Governador Civil de Lisboa a 18.02.1919.

detidos, por uma noite.<sup>23</sup> A prisão do Presidente da CMS em funções representou o pico, localmente, dos conflitos entre monárquicos e republicanos. É de recordar que estas personagens políticas vinham, pelo menos desde a amnistia do “pimentismo”, exercendo um esforço de influência junto da comunidade, principalmente através da Igreja Católica, do jornal *A Restauração* e no xadrez político, negociando com o sector mais conservador (Ferreira, 2015, pp. 114-123). Não obstante, a verdade é que o edil protestou – em nome do município –, mantendo-se do lado republicano: “A Câmara Municipal de Setúbal, compreendendo nitidamente que o estado de excitação em que se tem vivido nos últimos tempos (...) protesta contra os acontecimentos que de novo se estão dando no Norte e declara-se incondicionalmente ao lado do Governo para o ajudar a manter a ordem. – O presidente, Henrique Augusto Pereira”.<sup>24</sup>

Na tentativa de responder aos apelos populares e de encontrar legitimidade institucional com o retorno dos republicanos ao poder, Joaquim Brandão, um dos históricos republicanos regionais, foi nomeado administrador do concelho a 17 de fevereiro, cargo onde se manteve até 17 de abril. Num telegrama enviado por um membro do Centro Republicano de Setúbal compreende-se a sua influência junto da comunidade nos seus diferentes estratos: “Povo Setúbal depois grande manifestação cidade de aclamação República, reunindo em seguida comício público, tendo conhecimento chegada novo administrador concelho e não satisfazendo essa escolha resolveu por aclamação unânime propor a V. Exa. e pedir que aquele cargo seja nomeado cidadão Joaquim Brandão”.<sup>25</sup> O evolucionista propôs a composição das novas equipas para as juntas de freguesia e para o município.<sup>26</sup> Simbolizando o definitivo retorno ao *statu quo* anterior ao *coup d'état* dezanovista, a 22 de fevereiro tomaram posse os novos corpos administrativos na cidade, liderados por Joaquim dos Santos Fernandes<sup>27</sup>, outro relevante evolucionista de Setúbal que, aliás, já tinha exercido o cargo de edil durante a ditadura de Pimenta de Castro (Ferreira, 2017, pp. 46-47).

Por fim, nem todos ficaram contentes com estas nomeações e a tradicional disputa partidária rapidamente regressou, como se verificará mais adiante. A aliança anti-monárquica era nada mais que uma “paz podre”. O comité local do PRP observava, impotentemente, dois membros do Partido Evolucionista a tomarem posse dos dois cargos políticos regionais mais relevantes. Apenas com a exoneração de Joaquim Brandão, a seu pedido, e a nomeação do democrático Sebastião Tomás dos Santos, em meados de abril, atenuou o descontentamento. Não obstante, as comissões políticas do PRP enviaram

---

23 “Presos Políticos” in *Alvorada*, n.º 17, 01.03.1919, p. 1.

24 Telegrama para o Governo. “Os acontecimentos do Norte” in *O Setubalense*, n.º 404, 20.01.1919, p. 1.

25 ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência recebida/expedida, Pasta n.º 15 (1919-1919), NT 953; NR 128, Telegrama enviado pelo Centro Republicano de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa a 15.02.1919.

26 *Idem*, Ofício n.º 33 de 18.02.1919 enviado pelo Administrador do Concelho para o Governador Civil de Lisboa.

27 Os restantes vereadores: José Alves da Silva Júnior, Porfírio da Silva Manique, João António Grilo, Joaquim Pedro Ferreira, António Henriques, Henrique António Vidal Claro, José Augusto Coelho e Joaquim José de Carvalho. “Os novos corpos administrativos” in *Alvorada*, n.º 17, 01.03.1919, p. 2.

uma exposição ao Ministro do Interior em que, primeiramente, defendiam a honra do novo administrador do concelho – que fora “eleito para o mesmo cargo por unanimidade, por todas as comissões políticas do concelho, compostas de democráticos, evolucionistas e socialistas”<sup>28</sup> –, que não demonstrava parcialidade política e que não tinha atrasos nos trabalhos a seu cargo, ao contrário do que era mencionado pelas “intragas”, mesmo que continuasse a lecionar 14 horas semanais no liceu.

Protestaram veemente a forma como Joaquim dos Santos Fernandes foi preparando as eleições municipais ocorridas em maio. Segundo acusam as salas do município foram transformadas em “centro político eleiçoeiro, onde até os empregados monárquicos, que estão sendo sindicados pela mesma Câmara, trabalharam no sentido de vencer a lista que denominaram do concelho, onde a par de democráticos, socialistas e evolucionistas, havia nomes de monárquicos e de outros que podem ser tudo menos republicanos”.<sup>29</sup> Nas primeiras semanas de regresso do semanário do PRP, vários artigos saíram em defesa da idoneidade política do professor e foram lançados fortes ataques à oposição.<sup>30</sup>

### **3.2. Os Significados da Evolução Eleitoral: as Experiências e a Consolidação do Bloco Anti-PRP**

#### **3.2.1. As Eleições Legislativas de Maio de 1919: a Divisão Tripartida**

O círculo n.º 29, com sede em Setúbal, contrariou a tendência nacional de um ato eleitoral particularmente significativo em face da urgência dos trabalhos de ratificação do Tratado de Paz, que surgia no rescaldo da insurreição monárquica e que deveria votar a introdução constitucional de um artigo para dissolver o Parlamento (Serrão, 1989, p. 236). Os resultados deram vitória ao PRP, conquistando 86 deputados (52,8%). O Partido Evolucionista elegeu 38 (23,3%) e o Partido Unionista 17 (10,4%).<sup>31</sup>

Cada um dos partidos elegeu um deputado pelo círculo de Setúbal: Jorge de Vasconcelos Nunes (Unionista); Joaquim Brandão (Evolucionista); Luís Tavares de Carvalho (PRP). A nível do concelho de Setúbal é possível observar que a vitória pertenceu aos “democráticos”, sendo o Dr. Eduardo Mendes Belo, cuja relação de proximidade como médico tinha relevância, o mais votado em conjunto com o seu correligionário. Ainda assim, a nível do círculo, Joaquim Brandão e Jorge de Vasconcelos Nunes – duas históricas figuras republicanas no atual distrito – acabaram por aproveitar o vasto reconhecimento político que possuíam. O candidato unionista era filho do líder republicano de Grândola, José Jacinto Nunes, e voltaria – tal como o candidato evolucionista – a ser eleito pelo mesmo círculo (Baiôa, 2010, p. 27).

28 ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência recebida/expedida, Pasta n.º 15 (1919-1919), NT 953; NR 128, Ofício n.º 872, de 04.06.1919, enviado pelo Chefe do Gabinete do Ministro do Interior para o Governador Civil do Distrito de Lisboa. Em anexo encontra-se a exposição, sem data.

29 *Ibidem*.

30 A título de exemplo: “O actual administrador do concelho, dr. Tomás dos Santos, a quem os fraldiqueiros ladram de longe para conseguirem conspurcar a sua honestidade e facultades de trabalho”. “Administrador do Concelho” in República, n.º 368, 31.07.1919, p. 1.

31 Cf. Marques (1978).

Os níveis de abstenção na cidade foram uma surpresa, dado que se esperava uma manifestação pública do espírito republicano renovado. Os periódicos assim o demonstram: “Chama-se a isto contentar a todos. As eleições foram coisa fria, insignificante... Ao que nos parece, nunca aqui se realizaram eleições tão pouco concorridas<sup>32</sup>; Abstenções em barda. Pelo que toca a Setúbal então não houve interesse no acto eleitoral e, se as mesas se constituíram tarde e a más horas, fizeram-no muito a tempo, porque acabaram ainda o sol ia alto... e bem alto por sinal”<sup>33</sup>.

Os três deputados eleitos, pouco tempo depois, efetuaram visitas oficiais à cidade a fim de serem discutidos os projetos de “melhoramentos locais” indispensáveis. Os futuros membros do Partido Liberal vieram em conjunto com o Governador Civil de Lisboa, Prestes Salgueiro, tendo sido descerrados retratos em sua homenagem no edifício dos bombeiros.<sup>34</sup> O deputado do PRP discursou durante uma conferência promovida pelo Grémio Comercial Artístico Setubalense.<sup>35</sup>

**Tabela 1** – Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados no Concelho de Setúbal em 11 de maio de 1919

Nome do candidato	Filiação político-partidária	N.º de votos do concelho e total do círculo
Joaquim Brandão	Partido Evolucionista	243 (1436)
Jorge de Vasconcelos Nunes	Partido Unionista	186 (1406)
Luís António da Silva Tavares de Carvalho	P.R.P.	298 (1387)
Dr. Eduardo Mendes Belo	P.R.P.	310 (462)
José do Vale	Indefinido	80 (333)
António Maria Abrantes	Partido Socialista	10 (222)

Fontes: Arquivo Histórico-Parlamentar [AHP], Secção IX, Cx. 273, Mapa das Votações – Acta da Assembleia de Apuramento Geral de Setúbal, 18.05.1919; “Eleições” in *O Setubalense*, n.º 502, 19.05.1919, p. 2. Nota: colocaram-se apenas os candidatos com mais de 10 votos.

### 3.2.2. As Eleições Municipais de Maio de 1919: A “Derrota Simbólica” do PRP

A 8 de abril, *O Defensor da República* já evidenciava como o bloco republicano conservador manuseava o sector monárquico contra o PRP: “Mas nós sabemos que muitos conservadores de encarnado [republicanos] precisam de azul e branco [monárquicos], gostam de desacreditar a Pátria e deixar a República em precárias circunstâncias”<sup>36</sup>. Esta parece ter sido uma das linhas estratégicas da ala mais radical dos republicanos. O jornal *República*, órgão local do PRP, continuou neste comprimento de onda aquando da criação

32 “Eleições” in *Alvorada*, n.º 22, 25.05.1919, p. 2.

33 “Eleições, eleições” in *O Setubalense*, n.º 496, 12.05.1919, p. 1.

34 “Deputados por Setúbal” in *O Setubalense*, n.º 510, 28.06.1919, p. 1.

35 “Visita” in *República*, n.º 370, 14.08.1919, p. 1.

36 *O Defensor da República*, n.º 6, 08.04.1919, p. 1.

do Partido Republicano Liberal (PRL): “Continuam a ingressar no aglomerado heterogéneo, que é o P.R.L., bastantes monárquicos confessos e impenitentes, que assim à pressa se besuntaram de verde e vermelho para mais facilmente apunhalarem a República”.<sup>37</sup>

Do mesmo modo, como em 1917, a “lista do concelho” venceu as eleições administrativas, uma vez mais este ato eleitoral opôs o PRP contra uma agremiação de figuras políticas locais de diversos sectores políticos da direita republicana. *O Setubalense* fez uma intensa propaganda, com direito a manchete, defendendo que integravam aquela lista “cidadãos republicanos de todas as matizes, cuja escolha obedeceu, unicamente, a uma meticulosa selecção de nomes de reconhecida competência administrativa”.<sup>38</sup>

O periódico do Partido Socialista, representando a classe operária, transmite a ideia de que a aliança anti-monárquica já tinha sido esquecida. Esta mudança tática teve como origem a consciência da impossibilidade de derrotar a hegemonia do PRP pela via eleitoral, uma vez que os seus apoiantes, na sua esmagadora maioria, não podiam votar. Apoia a “lista do concelho” na esperança de que aquela desse voz aos estratos sociais mais baixos: “Constando-se que no concelho as disputam duas listas, uma democrática, neutra ou da cidade, a outra (...) nós opinamos por esta última, desde que dê representação às forças vivas locais, incluindo (...) alguns que possam representar a classe operária”.<sup>39</sup> *O Setubalense* seguiu esta tendência, urgindo para que as forças vivas estivessem todas representadas no executivo municipal, reforçando que este não deveria obedecer a lógicas partidárias.<sup>40</sup>

Os resultados não foram totalmente satisfatórios para o PRP. Apesar da vitória no total do concelho, aproveitando as votações de Palmela e Azeitão para ficar com as maiorias na Câmara Municipal, a verdade é que perdeu nas freguesias urbanas de Setúbal, mascarando a derrota simbólica no coração político local. *O Setubalense* regozijou-se com o triunfo da “lista do concelho” nas assembleias da cidade por uma maioria acima dos 100 votos: “Setúbal mostrou que não queria ser feudo deste ou daquele bando”.<sup>41</sup> O periódico dos empregados do comércio voltou a sublinhar o menosprezo como foram encaradas estas eleições: “Afinal as eleições para os corpos administrativos do município não decorreram com mais animação (...) Foi como que uma eleição em família”.<sup>42</sup>

Este enfraquecimento no seio da cidade e a afirmação do bloco anti-PRP de que era possível, uma vez mais, derrotá-lo nas urnas, significou uma injeção de confiança nos sectores conservadores locais. Em simultâneo, o próprio Partido Democrático ia dando sinais de desgaste interna com algumas cisões que contribuíam para a sua incapacidade de resposta.

---

37 “Os Liberais” in *República*, n.º 383, 14.11.1919, p. 2.

38 “Aos eleitores do concelho de Setúbal” in *O Setubalense*, 24.05.1919, p. 1.

39 “Notas a lápis” in *O Trabalho*, n.º 811, 25.05.1919, p. 1.

40 “As corporações municipais não devem obedecer a qualquer aspecto político. O que se exige para a sua formação é gente que trabalhe, pessoas dedicadas à vida local”. “Eleições administrativas” in *O Setubalense*, n.º 500, 16.05.1919, p. 1.

41 “Eleições Municipais” in *O Setubalense*, n.º 508, 26.05.1919, p.1

42 “Eleições” in *Alvorada*, n.º 23, 15.06.1919, p. 3.

**Tabela 2** – Resultados das eleições municipais no Concelho de Setúbal em 25 de maio de 1919

Nome	Filiação	Nº de votos
João António Grilo	Lista do Concelho	817
Francisco M. Xavier Júnior	Lista do Concelho	799
Félix Augusto Santana	Lista do Concelho	684
Serafim dos Santos	Lista do Concelho	529
Manuel Luís dos Santos	PRP	468
José Teodoro Paninho	PRP	460
Dr. António Luís Vaz	PRP	457
Henrique Augusto Pacheco	PRP	455
Arthur Cardoso	Lista do Concelho	455
Manuel J. d'Oliveira e Silva	PRP	454
Francisco Ajuda	PRP	454
José Estevão Farinha	PRP	453
Dr. Belarmino Augusto Pereira de d'Abreu e Sousa	PRP	448
Joaquim Filipe dos Santos	PRP	447
José António Azevedo	PRP	445
António Inácio Marques da Costa	PRP	444
António Oliveira Matos	PRP	437
Joaquim dos Santos Fernandes	Lista do Concelho	412
António Joaquim Henriques	Lista do Concelho	392
José Alves da Silva Júnior	Lista do Concelho	389
Manuel Carquejeiro Júnior	Lista do Concelho	385
António José Marques	Lista do Concelho	382
Joaquim Pedro Ferreira	Lista do Concelho	380

Fonte: “Apuramento eleitoral” in *O Setubalense*, n.º 515, 03.06.1919, p. 1.

### 3.2.3. As Eleições Legislativas de Julho de 1921: o Êxito dos Liberais na Cidade

Este ato eleitoral resultou do pedido de dissolução das duas câmaras pelo chefe do ministério, Barros Queirós, que sentia não ter condições de governabilidade perante a agitação que se ia fazendo sentir (Serrão, 1989, p. 260). O Partido Liberal venceu estas eleições, obtendo 48,5% dos votos (79 deputados), enquanto o Partido Democrático reduziu substancialmente a sua influência para 33,1% (54 deputados). A dissidência que gerou o Partido Reconstituente elegeu 12 deputados (7,4%).<sup>43</sup>

O Concelho de Setúbal e o círculo n.º 29 seguiram a votação nacional, reelegendo Joaquim Brandão e Jorge de Vasconcelos Nunes pelos Liberais. O coronel Francisco de Salles Ramos da Costa foi eleito pelo PRP. Ao contrário das últimas eleições legislativas, Luís Tavares de Carvalho não conseguiu ser eleito nas minorias. Joaquim Brandão beneficiou bastante com os votos de Palmela, motivados pela longa luta pela restauração do

43 Cf. Marques (1978).

antigo concelho.<sup>44</sup> Como derrotado, ainda por cima num ato eleitoral bem mais participado, o PRP local encobriu os seus resultados, salientado a vitória dos republicanos contra os monárquicos. Não deixa de ser relevante sublinhar que o líder monárquico setubalense, Henrique Augusto Pereira, tenha obtido 320 votos, vencendo em Azeitão.

Durante o período eleitoral, *O Setubalense* teve uma postura manifestamente neutral, apelando principalmente ao voto e criticando a abstenção. Ainda assim, a reflexão em torno do sufrágio universal – lembrando que durante a Monarquia Constitucional o mundo operário votava em maior quantidade – questiona a legitimidade eleitoral em vigor na época: “Com o advento da República, a maioria dos portugueses perdeu o direito de intervir na vida nacional, que aliás o anterior regime lhes reconhecia com democrática liberalidade. (...) O sufrágio tornou-se privilégio de uma oligarquia ou casta política”.<sup>45</sup> Neste sentido, importa destacar que, depois do 5 de outubro, o PRP adaptou o sistema consoante os seus interesses, coordenando os destinos da periferia a partir do centro, nomeando figuras do seu espectro político para relevantes cargos públicos e manteve as mesmas lógicas de caciquismos locais. A aurora republicana, que prometera combater os caciques, que daria maior autonomia aos municípios e ampliaria o direito ao voto, nunca respeitou esses compromissos. Num universo de cerca de 50 mil habitantes no total de concelho, menos de 3.000 indivíduos tinham direito a votar.

Do ponto de vista do debate político, o período eleitoral ficou marcado pelo feroz ataque de Henrique Augusto Pereira a Joaquim Brandão, tendo acusado o Partido Liberal de difundir “promessas” e “mistificações”, vendendo o seu “elixir político” sobre melhoramentos locais que, na sua ótica, eram difíceis de implementar: “Em Palmela promete-se a restauração do concelho, em Setúbal as obras do porto e o distrito”.<sup>46</sup> O experiente deputado defendeu-se numa carta aberta, assegurando que ia continuar a dirigir esforços para a concessão de uma junta autónoma para a gestão das obras do porto de Setúbal (fundada em 1923) e para a autonomia do distrito de Setúbal (criado em 1926).<sup>47</sup>

O periódico do PRP, naturalmente, intensificou a propaganda em prol dos seus candidatos, reconhecendo-lhes a competência e serviço à causa pública e com manchetes contra os seus adversários políticos.<sup>48</sup> Atacou os “inimigos da República” que se apresentavam “de todas as formas e com diferentes rótulos (...) para ver se conseguem iludir a opinião pública, pescando nas águas turvas o triunfo de algumas candidaturas”.<sup>49</sup> Este ataque era, fundamentalmente, dirigido aos monárquicos, aos sidonistas e ao Partido Reconstituente.

---

44 “Gratidão” in *O Setubalense*, n.º 1139, 11.07.1921, p. 1.

45 “O inevitável” in *O Setubalense*, n.º 1138, 09.07.1921, p. 1

46 “Comunicado aos eleitores de Setúbal e Palmela: Promessas e Mistificações” in *O Setubalense*, n.º 1137, 08.07.1921, p. 2.

47 “Comunicado: Em legítima defesa” in *O Setubalense*, n.º 1138, 09.07.1921, p. 3.

48 “Nenhum republicano deve faltar a esse dever sagrado [votar] para que os monárquicos, jesuítas, dezembristas e seus aliados sejam derrotados nas urnas como o têm sido na luta armada.” “À urna cidadãos!” in *República*, n.º 444, 09.07.1921, p. 1.

49 “O próximo acto eleitoral” in *República*, n.º 442, 25.06.1921, p. 1.

**Tabela 3** – Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados no Concelho de Setúbal em 10 de julho de 1921

Nome do candidato	Filiação político-partidária	N.º de votos
Joaquim Brandão	Partido Liberal	581
Jorge de Vasconcelos Nunes	Partido Liberal	520
Francisco de Salles Ramos da Costa	PRP	475
Lúis António da Silva Tavares de Carvalho	PRP	418
Henrique Augusto Pereira	Monárquico	321
Dr. Afonso Augusto da Costa	Independente	16
Joaquim Mendes do Amaral	Partido Republicano Presidencialista	16
Manuel António Ryder da Costa	Partido Socialista	12
Augusto Dias da Silva	Partido Socialista	11

Fontes: AHP, Secção IX, Cx. 331A, Mapa de Apuramento Geral da Mesa da Assembleia para Deputados – Círculo n.º 29, 17.07.1921; AHP, Secção IX, Cx. 331, Edital do Presidente da Assembleia Eleitoral de São Lourenço e São Simão de Azeitão, 10.07.1921; “Candidatos por Setúbal” in *O Setubalense*, n.º 1.138, 09.07.1921, p. 2; “Eleições em Setúbal” in *O Setubalense*, n.º 1.139, 11.07.1921, p. 2. Nota: colocaram-se apenas os candidatos com mais de 10 votos.

### 3.2.4. As Eleições legislativas de Janeiro de 1922: a Conservação dos Liberais e a Fragmentação da Comissão Municipal do PRP

Antes de mais importa referir que, na génese deste ato eleitoral, esteve a denominada “Noite Sangrenta” – em que foram assassinados António Granjo, Machado Santos e José Carlos da Maia – e o desejo do breve governo de Maia Pinto de obter maiorias estáveis, resultando na dissolução do Parlamento a 6 de novembro (Serrão, 1989, pp. 262-268). No contexto local, a cidade ia vivendo uma greve estudantil contra a permanência do professor Sebastião Tomás dos Santos na Escola Comercial.<sup>50</sup>

O episódio da “camionete-fantasma” teve um profundo impacto na vida política de António Arronches Junqueiro, um dos líderes do Partido Evolucionista e figura central do Partido Liberal em Setúbal. Nomeado administrador do concelho pelo governo de António Granjo, pediu a demissão do cargo após saber das notícias. Em 1937 apresentava-se como um homem desiludido com a República e que, como muitos outros, acabou por apoiar a Ditadura Militar e o Estado Novo. Trata-se de um exemplo perfeito para o que sucedeu um pouco por toda a direita republicana regional no final dos anos 20: “A última [desilusão] foi em 19 de Outubro de 1921 quando caíram varados pelas balas dos sicários de Moscovo (...) Recordo essa noite trágica não só com o terror próprio dessa tragédia, mas com o asco, a repulsa, o implacável desprezo por toda essa canalha (...) Há dezasseis anos, e ainda sinto, como nessa noite, vívida e pungente, a dor de ver afundar-se em sangue e lama a República que eu sonhara” (Junqueiro, 2018, pp. 128-129).

<sup>50</sup> “Greves” in *República*, n.º 550, 28.01.1922, p. 1.

As eleições de 29 de janeiro, para *O Setubalense*, não iam alterar o paradigma político português, uma vez que os candidatos eram, maioritariamente, os mesmos das de julho do ano anterior. Optou por voltar a reforçar a crítica à restrição ao voto: “O sufrágio devia ser universal e obrigatório. Este é que é o critério republicano”.<sup>51</sup> No entanto, o PRP voltou ao poder com os seguintes resultados: PRP – 45,4% (74 deputados); Partido Liberal – 20,9% (34 deputados); Partido Reconstituente – 10,3% (17 deputados); Monárquicos – 7,9% (13 deputados).<sup>52</sup> O concelho de Setúbal e todo o círculo voltaram a não seguir a tendência nacional, dando um evidente voto de confiança aos deputados liberais, há muito conhecidos na praça setubalense. O mesmo se pode dizer para o regresso do militar Luís Tavares de Carvalho em representação dos “democráticos”.

Perante os resultados nacionais, o mesmo periódico não se encontrava surpreendido, salientando apenas os crescentes índices de abstenção que se iam verificando no país e no círculo setubalense: “As três assembleias da cidade estiveram sempre com fraca concorrência, decorrendo os trabalhos eleitorais no meio de extraordinária monotonia”.<sup>53</sup> O assunto, na sua ótica, era mais sério do que isso. Comparando os votos entre 1921 e 1922, o sector monárquico vinha ganhando força e a culpa era da administração republicana que se afastara dos meios populares e defendia o patronato e os interesses económicos. O tom era de aviso: “Continuem como até aqui, administrem mal, abandonem o povo à sua triste sorte, não sigam uma política honesta e fundamentalmente republicana (...) projetam negócios ilícitos e beneficiem bandos devoristas”.<sup>54</sup>

Estas eleições motivaram uma alteração tática por parte do PRP local. O *República* inicialmente apelou ao voto nos seus dois candidatos – major Luís Tavares de Carvalho e António de Sousa Tudella –, considerando-os “dois republicanos indefectíveis e que se impõem pelo seu passado honesto”.<sup>55</sup> Prevendo o fracasso, concentrou a sua propaganda no militar eleito noutra ocasião, voltando a dinamizar a contínua argumentação de que os “inimigos do regime se preparam para fazer eleger os seus candidatos”.<sup>56</sup> Do mesmo modo, a comissão municipal do partido aproveitou a experiência eleitoral e terá dado ouvidos a uma figura do partido que, sem se querer identificar, manifestava a clara fragmentação política existente no PRP local: “O Partido Democrático em Setúbal, infelizmente, não está agora como noutro tempo. Certos equívocos, alguns mal entendidos que têm surgido, afastaram algumas criaturas da actividade partidária. (...) O que não pode ser é que “democráticos” prejudiquem os candidatos do seu partido, votando em candidaturas adversas (...) O Partido precisa unir-se”.<sup>57</sup>

51 “Em que se fala de eleições” in *O Setubalense*, n.º 1309, 28.01.1922, p. 1.

52 Cf. Marques (1978).

53 “O acto eleitoral em Setúbal” in *O Setubalense*, n.º 1310, 30.01.1922, p. 2.

54 “Números eloquentes” in *O Setubalense*, n.º 1311, 01.02.1922, p. 1.

55 “Candidatos a deputados” in *República* n.º 549, 21.01.1922, p. 1.

56 “À urna pelo Partido Republicano Português” in *República*, n.º 550, 28.01.1922, p. 1.

57 “Vida política local: Ouvindo um conhecido democrático de Setúbal” in *O Setubalense*, n.º 1312, 03.02.1922, p. 5.

**Tabela 4** – Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados no Concelho de Setúbal em 29 de janeiro de 1922

Nome do candidato	Filiação político-partidária	N.º de votos
Joaquim Brandão	Partido Liberal	669
Jorge de Vasconcelos Nunes	Partido Liberal	642
Luís António da Silva Tavares de Carvalho	PRP.	360
Gaudêncio Pires de Campos	PRP	183
António de Sousa Tudella	PRP	28
Francisco da Silva Sampaio Pombinha	Partido Liberal	25

Fontes: AHP, Secção IX, Cx. 381, Mapa das Votações – Acta da Assembleia de Apuramento Geral de Setúbal (Círculo n.º 29), 05.02.1922. Nota: colocaram-se apenas os candidatos com mais de 10 votos.

### 3.2.5. As Eleições Municipais de Novembro de 1922: a Transformação do Xadrez Político Local

A intensa crispação social que caracterizou o *background* deste ato eleitoral, devido à greve-geral que paralisou toda a indústria de conservas de peixe e outros sectores da atividade económica por mais de 70 dias (setembro-novembro), não secundarizou a sua relevância e a enérgica discussão política que se fez sentir. De facto, estas eleições foram manifestamente concorridas. Ao mesmo tempo é de recordar que, desde 1920, as comissões executivas municipais vinham sendo dirigidas por “democráticos” como José Teodoro Paninho, José António Azevedo ou Francisco Fernandes.<sup>58</sup> Estas eleições foram, deste modo, uma avaliação à gestão da autarquia por parte do PRP.

A 12 de novembro de 1922 foram três listas a concurso. O PRP foi encabeçado por Francisco Fernandes, então edil, e pelo Dr. António Pereira d’Almeida. O Partido Liberal, apresentou-se como “lista do concelho”, contando com a liderança de Joaquim Brandão e tinha na retaguarda nomes como António Caes Esteves, Joaquim Ferreira de Sousa Júnior ou Emílio Curado de Oliveira. A lista monárquica, a que Henrique Augusto Pereira preferiu apelidar de “lista da cidade”<sup>59</sup>, surgiu como terceira força política. Evidenciando sinais de cisão interna, José Cândido Godinho optou por sair do PRP e apresentar uma “candidatura regionalista” individual. Poucos meses mais tarde iria ser o representante local do futuro Partido Republicano Radical.

O Partido Reconstituente optou por não apresentar nenhuma lista por não ter representação efetiva na cidade. José Luís da Costa e o capitão do porto eram os únicos filiados naquele partido. Contudo, este militante aproveitou o seu “tempo de antena” para destacar a divisão no seio do PRP local: “Pensou-se em organizar em Setúbal um núcleo reconstituente. Insistiram comigo para que tomasse a sua iniciativa. (...) Estou

58 José António Azevedo (PRP) foi presidente da C.M. de Setúbal de 28.01.1920 a 19.08.1922. Francisco Fernandes (PRP) foi o seu sucessor. O seu mandato foi de 20.08.1922 a 10.03.1923.

59 Refere o próprio em entrevista: “Sim senhor, uma lista da cidade. (...) Entram homens que são monárquicos na sua maneira de pensar, mas entram também homens que não o são. (...) Republicanos e até uns dois que na sua maneira de pensar avançam mais ainda”. “A política e os políticos em véspera de eleições” in *Semana de Setúbal*, n.º 2, 05.11.1922, pp. 1-2.

contente por o não ter feito, porque dois dos homens que mais insistiram comigo para que o fizesse (...) são hoje dois elementos de categoria dentro do partido democrático local”.<sup>60</sup>

Estas eleições foram particularmente surpreendentes pela incrível derrota do Partido Liberal que saiu por inteiro da administração municipal, sem ter conseguido uma nomeação nas minorias. O único saldo positivo foi o triunfo na junta de freguesia de S. Julião, cujo resultado era expectável há vários meses. Esta foi uma derrota particular de Emílio Curado de Oliveira, cuja farmácia era o centro político do partido de forma oficiosa. Joaquim Brandão apenas prometera “administrar bem e administrar com honestidade”<sup>61</sup>, evitando a contração de empréstimos e a procura do apoio do Estado para resolver questões pendentes.

A vitória foi do PRP em todas as freguesias, exceto em S. Lourenço de Azeitão (monárquicos) e S. Julião (liberais), que representou a recuperação da sua força no coração da cidade. Ainda assim, os monárquicos disputaram renhidamente as eleições, ficando com as minorias, tendo perdido por uma margem relativamente tangencial (Anunciada – 8 votos de diferença; S. Julião – 13 votos; Sta. Maria da Graça – 26 votos; S. Sebastião – 78 votos).<sup>62</sup> Era o reforço claro das posições mais conservadores à direita.

A propaganda eleitoral dos vencedores passou por transmitir uma mensagem de transparência, em que o Dr. Pereira d’Almeida desejava “não desviar um centil do erário municipal sem uma aplicação de decidida moralidade”<sup>63</sup>. Simultaneamente, também numa farmácia – observada como “Ministério do Interior cá da terra”<sup>64</sup> –, o edil Francisco Fernandes definiu um leque de projetos de melhoramentos e sublinhou a concretização de outros pelo PRP, nomeadamente o ajardinamento parcial da Avenida Todí, a construção de cemitérios em zonas rurais e o início das negociações para uma rede de energia elétrica, legitimando a sua própria atividade. Num tom mais agressivo, a tónica do *República* foi apelar a proteger o regime “ameaçado” com diversas manchetes<sup>65</sup> e criar uma imagem de coesão no interior da comissão municipal do partido, que contrariasse o que a restante imprensa divulgava. Assumia-se como único partido organizado e com dimensão suficiente para liderar os destinos autárquicos. Para isso deu grande publicidade à última reunião da comissão, então presidida por João Pires de Campos, que contou com um discurso do edil e a seleção unânime dos candidatos das listas.<sup>66</sup>

José Cândido Godinho baseou a sua candidatura por via do lançamento de um semanário a menos de um mês das eleições. A 24 de outubro saiu a primeira edição do *Semana de Setúbal*, que contou com importantes entrevistas aos diferentes candidatos. Seguiu a linha de raciocínio de jornais como *O Setubalense* – que continuou a pretender a competên-

60 “A política e os políticos em véspera de eleições” in *Semana de Setúbal*, n.º 2, 05.11.1922, p. 1.

61 A política e os políticos em véspera de eleições” in *Semana de Setúbal*, n.º 3, 12.11.1922, p. 1.

62 *A Mocidade*, n.º 427, 01.12.1922, p. 2.

63 “A política e os políticos em véspera de eleições” in *Semana de Setúbal*, n.º 3, 12.11.1922, p. 1.

64 “Uma obra a realizar pela Câmara Municipal” in *Semana de Setúbal*, n.º 1, 24.10.1922, p. 2.

65 “Ao Povo Republicano do Concelho” in *República*, n.º 580, 09.11.1922, p. 1.

66 “O próximo acto eleitoral” in *República*, n.º 580, 09.11.1922, p. 2.

cia de “homens bons”<sup>67</sup> – invocando a necessidade de que os executivos camarários deveriam ser coordenados por homens que conseguissem “defender os interesses regionais com honestidade e competência”.<sup>68</sup> Neste caso, tinha maturidade política para assumir que existiam candidatos adversários que encaixavam neste perfil, nomeadamente Francisco Fernandes, José Teodoro Paninho, Dr. Pereira d’Almeida ou Joaquim José de Carvalho.

Num longo “manifesto regionalista” apresentou a sua candidatura independente para “marcar uma atitude perante o próximo acto eleitoral e porque crê que o seu esforço será (...) útil à cidade”.<sup>69</sup> O seu programa político assentou num longo conjunto de medidas em que se podem destacar a redução dos trabalhadores municipais, a dissolução do corpo de polícia cívica ou a venda do edifício do liceu para reedificação dos Paços do Concelho. Acabou por obter apenas 118 votos. Não deixa de ser curioso que, meses antes, tenha assinado um artigo onde apelava ao voto no PRP, afirmando que as “listas do concelho” não representavam os interesses da cidade.<sup>70</sup>

Estas eleições produziram três efeitos relevantes na história política local. Primeiro tornou evidente que o sector monárquico tinha cada vez mais influência no campo político setubalense. José dos Santos Ferro, delegado local da Liga da Mocidade Republicana, estava consciente disso: “As eleições vieram provar-nos que o partido monárquico tem uma apreciável organização e um campo de operações temível que podem, num dado momento, pôr em cheque os dois partidos republicanos, um quase sem organização aqui [Partido Liberal], outro com uma organização inconsistente [PRP]”.<sup>71</sup> Na mesma linha seguia o diário da região: “as forças adversárias ao regime crescem em poder junto das urnas”.<sup>72</sup>

Em segundo, promoveu uma profunda alteração estratégica por parte da direita republicana setubalense, acentuando o bloco anti-PRP. No período pós-eleitoral, César Romano Baptista, ex-presidente da comissão municipal do Partido Liberal, afastou-se do partido em face de uma aliança efetuada com os monárquicos. Denunciou um acordo em que foram entregues os únicos lugares conquistados pelos liberais em S. Julião em troca de um lugar nas minorais nas restantes freguesias: “Não quero sancionar com o meu nome o acordo realizado pelos republicanos liberais com os monárquicos (...) É um mau acto político. Falta-lhe sinceridade. É a «revanche» da Farmácia Oliveira por se ter perdido as eleições (...) O Partido Liberal em Setúbal é uma ficção”<sup>73</sup>. Talvez por isso o periódico do PRP tenha prosseguido a sua propaganda num ataque cerrado aos «inimigos da República», apelando à defesa do regime. Para estas eleições municipais sublinhava a necessidade de todos os filiados e simpatizantes de se apresentarem “para uma luta que se avizinha e que promete ser árdua e violenta

---

67 “Porque não desejamos ver os concelhos dominados por uma facção ou bando, que às vezes mais olha aos interesses dos seus apaniguados do que às conveniências gerais”. “Corporações Administrativa” in *O Setubalense*, n.º 1493, 06.09.1922, p. 1.

68 “Administração e não política” in *Semana de Setúbal*, n.º 2, 05.11.1922, p. 2

69 “Manifesto a todos os setubalenses que colocam os interesses da cidade acima dos interesses políticos” in *Semana de Setúbal*, n.º 3, 12.11.1922, p. 3.

70 “Pontos de vista: Política e Regionalismo” in *República*, n.º 568, 20.07.1922, p. 1.

71 “Política e políticos” in *Semana de Setúbal*, n.º 4, 23.11.1922, p. 2.

72 “Partidos...Quebrados” in *O Setubalense*, n.º 1551, 15.11.1922, p. 1.

73 “O homem do dia: Romano Batista” in *Semana de Setúbal*, n.º 4, 23.11.1922, p. 3.

contra os adversários da Democracia e os inimigos da Liberdade”.<sup>74</sup> Na sua ótica, estas eram eleições de escolha de regime: República *versus* Monarquia. O triunfo eleitoral promoveu uma excessiva exaltação que reanimou as forças do principal partido do regime: “Perante a República ameaçada, os republicanos tiveram um único pensamento: defendê-la”.<sup>75</sup>

Em terceiro, a reflexão – em face de experiências anteriores – dos dirigentes “democráticos” permitiu-lhes ter a convicção clara de que as “listas” da oposição se tratavam de “subterfúgios” e de “máscaras”: “Ambas as listas da cidade são no fundo duas listas monárquicas, mais ou menos disfarçadas. De resto isso é fácil de constatar-se, analisando os nomes que para aí se citam”.<sup>76</sup> O PRP estava consciente de que a sua luta política iria ser efetuada contra um bloco conservador que abrangia as várias direitas do pós-guerra, pelo que aconselhava a um atento exame dos nomes das listas.

**Tabela 5** – Resultados das eleições municipais no Concelho de Setúbal em 12 de novembro de 1922

Nomes	Filiação político-partidária	N.º de Votos
Joaquim José de Carvalho	Republicano conservador/independente	1.073
José Teodoro Paninho	Partido Democrático	977
Francisco Fernandes	Partido Democrático	963
Francisco Neto Cabrita	Partido Democrático	935
Manuel Luís dos Santos	Partido Democrático	933
Dr. António Luís Pereira d’Almeida	Partido Democrático	926
Carlos d’Oliveira Trigo	Partido Democrático	925
Serafim dos Santos	Partido Democrático	920
José Martins de Barros Lima	Partido Democrático	918
Manuel Joaquim d’Oliveira e Silva	Partido Democrático	916
António dos Santos Neves	Partido Democrático	907
António Henrique de Matos	Partido Democrático	890
António d’Oliveira Matos	Partido Democrático	874
António José Marques	Partido Democrático	871
Henrique Augusto Pereira	“Lista da Cidade” – Monárquico	848
Manuel Maria Rendeiro	Partido Democrático	833
Joaquim Filipe dos Santos	Partido Democrático	805
João Carvalho e Oliveira	“Lista da Cidade” – Monárquico	768
José Maria da Silva	“Lista da Cidade” – Monárquico	755
Mariano Augusto Coelho	“Lista da Cidade” – Republicano conservador/independente	747

Fonte: *A Mocidade*, n.º 426, 15.11.1922, p. 2; “Eleições Administrativas” in *O Setubalense*, n.º 1548, 11.11.1922, p. 2; “Eleições Municipais: A composição da nova Câmara de Setúbal” in *O Setubalense*, n.º 1.550, 14.11.1922, p. 3; “As eleições de domingo no concelho” in *República*, N.º 583, 02.12.1922, p. 2. Nota: Joaquim José de Carvalho, figura de relevo na história palmelense, foi votado nas duas listas.

74 “Pela liberdade: O próximo acto eleitoral” in *República*, n.º 573, 24.08.1922, p. 1.

75 “Ao Povo Republicano do Concelho” in *República*, n.º 583, 02.12.1922, p. 1.

76 “Ao eleitorado republicano” in *República*, n.º 578, 19.10.1922, p. 1.

### 3. Notas Finais

No quadro político do pós-guerra, Setúbal viveu, num clima de reconciliação, a experiência da “Monarquia do Norte”, unindo operários e a elite liberal-republicana em prol da defesa de um regime com o qual os primeiros há muito estavam desiludidos. A lógica do caciquismo e o controlo partidário permitiu que evolucionistas e o PRP colocassem na órbita do poder local figuras do seu interesse aquando do retorno definitivo ao *statu quo* pré-sidonista. Do mesmo modo, continuava a afastar as classes populares de intervir no meio político por via do reduzido direito ao voto. A insurreição aliou socialistas, evolucionistas e “democráticos”, mas rapidamente a disputa política foi relançada com o advento das eleições legislativas e autárquicas de maio de 1919.

Apesar de possuírem fraca representação no seio da comunidade, unionistas e evolucionistas (mais tarde liberais) obtiveram êxito nas eleições para a Câmara dos Deputados, tendo a reputação das figuras de Joaquim Brandão e Jorge de Vasconcelos Nunes valido vitórias. No panorama municipal, o PRP triunfou nas duas ocasiões, assumindo os destinos da Câmara Municipal. Não obstante, verificou-se a consolidação do bloco que juntava liberais, sidonistas, monárquicos, reconstituíntes e outros sectores da direita. Este fora criado nas eleições de 1917 e, nas experiências de 1919 e 1922, saiu com as suas posições reforçadas. As negociações no xadrez político local, em particular à direita, abriram portas à vitória definitiva que Carlos Botelho Moniz obteve em novembro de 1925. Essa “lista do concelho” esteve na origem da primeira comissão administrativa nomeada pela Ditadura Militar.

### 4. Fontes

#### Primárias

a) Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

- Ministério do Interior
- Governo Civil de Lisboa

b) Arquivo Histórico-Parlamentar (AHP)

- Secção IX

#### Secundárias

Imprensa Local

*Alvorada* – quinzenário defensor dos empregados no comércio e indústria [1919-1922]

*A Mocidade* – folha quinzenal, literária e noticiosa [1919-1922]

*O Defensor da República* – semanário, órgão e propriedade do Grupo de Vigilância da República [1919]

*O Setubalense* – diário da noite [1919-1922]

*O Trabalho* – semanário da classe operária [1919-1921]

*República* – semanário, órgão oficial do Partido Republicano Português [1919-1922]

*Semana de Setúbal* – semanário da vida regional [1922]

## Referências Bibliográficas

- Arranja, Á., 2009. *Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República*. Setúbal: CEB.
- Baiôa, M., 2010. Jorge de Vasconcelos Nunes. *Memória Alentejana*, Caderno Temático: O Alentejo e a 1.ª República, pp. 26-28.
- Costa, A. A., 2012. Setúbal republicana – quando as fábricas transbordavam de greves. Em Joana Dias Pereira, Raquel Varela e Ricardo Noronha, coord., *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*. Lisboa: Colibri, pp. 61-72.
- Costa, A. A., 2011. *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*. Setúbal: Estuário.
- Ferreira, D., 2017. *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Setúbal: Estuário.
- Ferreira, D., 2015. O jornal «A Restauração» (1918): os monárquico-integralistas de Setúbal. Em Fernando Andrade Lemos e José António Silva, *Telheiras: Cadernos Culturais*, n.º 8. Lisboa: Centro Cultural Eça de Queirós, pp. 114-125.
- Junqueiro, A., 2018. *Setúbal na segunda metade do século XIX (através das minhas recordações)*. Transcrito, comentado e anotado por Carlos Mouro. Agualva-Cacém: LASA.
- Marques, A. H. de Oliveira, 1978. *História da 1.ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Rosas, F., 2009. A República do Pós-Guerra. Em Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, coord., *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 409-410.
- Serrão, J. V., 1989. *História de Portugal*. Vol. XI, *A Primeira República (1910-1926)*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Valente, V. P., 1981. Os Conserveiros de Setúbal (1887-1901). *Análise Social*, vol. XVII, pp. 615-678.

# Macau entre Repúblicas: Nem Guerra, Nem Paz (1914-1918)<sup>1</sup>

**Luís Cunha**

*Investigador do Instituto do Oriente, ISCSP, Universidade de Lisboa*

## Introdução

Nos anos que precederam a eclosão da Grande Guerra, as autoridades da colónia de Macau tentavam o equilíbrio possível entre a supervisão distante e nem sempre esclarecida de Lisboa, as pressões políticas da China imperial e os poderes conflitantes de uma administração permeável à influência de interesses locais e regionais. A impunidade com que piratas e contrabandistas de ópio operavam em águas e ilhas adjacentes a Macau, reclamadas por Portugal, completava o complexo quadro governativo local, estruturalmente precário e assente em compromissos de dúbia validade. Paralelamente, as sociedades secretas – portuguesas e chinesas – viam em Macau terreno fértil para as suas maquinações.

A poucos meses da implantação da República, surgiria finalmente a oportunidade de as autoridades portuguesas ressuscitarem a sempre adiada questão da delimitação do espaço territorial de Macau. Afoitos e habituados a agir sem oposição, os piratas do Rio das Pérolas raptaram crianças de aldeias vizinhas de Macau, transportando-as para o seu quartel-general na ilha de Coloane. O Governo de Macau reagiu energicamente, mobilizando forças do exército e polícia, coadjuvadas por artilharia pesada, canhoneiras e um cruzador. Da “batalha” de Coloane resultou a libertação de quase todos os reféns e o aprisionamento dos piratas sobreviventes. Estavam criadas as condições para a afirmação da soberania portuguesa numa ilha disputada pela China durante séculos.

Este episódio ilustra bem a precariedade das ambições coloniais portuguesas naquelas paragens do Oriente e, em particular, numa colónia regularmente submetida a pressões endógenas e exógenas. Um cenário que se agravaria durante os primeiros anos das jovens Repúblicas, portuguesa e chinesa, e principalmente durante o período da Grande Guerra. Macau sobreviveria, mais uma vez, graças à evolução errática da política externa chinesa e à guerra civil que ocupava os diferentes centros de poder da China nacionalista. É de notar, porém, que toda a problemática agenda política em redor da questão de Macau continuou em aberto nos anos subsequentes ao desfecho da guerra que assolou o mundo e que envolveu dois aliados de circunstância – Portugal e China.

---

<sup>1</sup> Adaptação do artigo inicialmente publicado em língua inglesa no *e-journal of Portuguese History*, Vol. 15, number 1, June 2017.

À semelhança de outras colónias portuguesas, a questão fronteiriça permanecia a mais delicada no âmbito do processo político-administrativo. O Tratado de Amizade e Comércio, subscrito em Pequim em 1 de dezembro de 1887 e ratificado em 28 de abril de 1888, deixara em aberto a questão da delimitação marítima e terrestre de Macau. Significava isto que a soberania reclamada pela parte portuguesa para as ilhas de D. João, Montanha e Lapa, a par dos limites marítimos, manter-se-ia em litígio com a China durante longas décadas. Na verdade, para a China nunca se tratou de uma questão de localização de limites, mas antes uma verdadeira disputa territorial (Saldanha, 2006, pp. 916-917). Esta seria, de resto, até às primeiras décadas do século XX, a mais inquietante questão da política externa portuguesa no Extremo Oriente.

## A República Tardia

O telegrama de Lisboa, dando conta da proclamação da República, seria publicado no *Boletim Oficial de Macau* apenas no dia 10 de outubro de 1910. Tudo leva a crer que a justificação para esta delonga esteja na vida política conturbada que então se vivia na Metrópole. Por outras palavras, nada garantia que a mudança de regime fosse um facto consumado. “Foi ontem proclamado república com concurso exército, marinha e povo. Entusiasmo. Ordem absoluta” – revelava a comunicação telegráfica.<sup>2</sup> O anúncio da implantação da República não suscitou o mesmo tipo de exaltação popular em Macau. A indiferença era a tônica geral.

No dia 11 de outubro um novo suplemento à publicação oficial convidava de forma pouco entusiástica, por ordem do Governador, “todo o funcionalismo militar, civil e eclesiástico” que, “por estilo ou dever”, teria de concorrer para a proclamação da novel República nacional no Leal Senado, o organismo municipal de Macau.<sup>3</sup>

Os decretos do Governo central, dando ordem de expulsão às congregações religiosas com destaque para os Jesuítas, também tardaram em ser publicados. Os Jesuítas acabariam por sair da colónia, mas permaneceriam os Salesianos, Missionárias de Maria, Canossianas e Franciscanas. É de notar que a lei da separação da Igreja do Estado nunca seria instituída em Macau, ao passo que a obrigatoriedade do registo civil colidiu com as dificuldades levantadas pelos hábitos da população chinesa (Reis, 2003, p. 21).

Pouco depois da proclamação da República o Governador foi substituído e muitos chineses abandonavam a colónia, temendo a incógnita trazida pela aplicação do novo regime à administração de Macau. O governo local seria obrigado a tomar medidas para atrair de novo os chineses ao território sob administração portuguesa. De resto, a agitação político-partidária que se vivia na Metrópole não tinha, nesses primeiros tempos, reflexos visíveis nas classes sociais que os portugueses representavam.

No período que medeia entre a proclamação da República e a eclosão da Grande Guerra destacou-se a governação de Aníbal Sanches de Miranda, responsável pela rentabilização do contrato do ópio, fonte de consideráveis receitas para a administração da

2 AM, *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau*, Suplemento ao n.º 41, 10 de outubro de 1910.

3 AM, *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau*, Segundo Suplemento ao n.º 41, 11 de outubro de 1910.

colónia. Seria este militar do exército o responsável por defender na Conferência Internacional do Ópio, realizada em Haia (1912), a defesa da manutenção do exclusivo daquela droga em Macau. Até à nomeação de Carlos da Maia (1914), Macau conheceria quatro Governadores interinos.

No início de 1914 Macau era uma colónia territorialmente asfixiada, a braços com velhos e novos problemas. A integridade territorial e a soberania estavam, mais que nunca, em jogo. Esta última era exercida *de facto*, mas não *de jure*, principalmente nas ilhas adjacentes a Macau e nas águas do porto interior.

A administração local dividia-se entre duas circunscrições, isto é, o concelho de Macau, com quatro freguesias, e o Comando Militar da Taipa e Coloane, correspondendo a uma única paróquia. A sobreposição de organismos de gestão e respetivas funções criava uma complexa teia, na qual todos os portugueses de destaque se enredavam. A missão do Leal Senado era coartada pelo Governador, ao passo que na Taipa e Coloane cabia ao comandante militar desempenhar as funções de administrador do concelho, presidente da comissão municipal e delegado marítimo.

A população era maioritariamente constituída por chineses, que não tomavam parte ou interesse nos legalismos burocráticos típicos da administração colonial portuguesa. Os habitantes estavam divididos, distribuindo-se pelos bairros, chinês e português. A Procuradoria Administrativa dos Negócios Sínicos cuidava dos interesses da população chinesa.

Remetidos ao centro da colónia, designadamente em redor das principais fortificações e igrejas, os portugueses encontravam-se circunscritos a uma área que não ultrapassaria os 3 km<sup>2</sup>. A população era constituída por 70.000 habitantes – 11,8% da atual –, sendo que apenas três mil eram naturais de Macau e cerca de mil naturais da metrópole. Daqui resultava uma elevada densidade demográfica, designadamente 16.000 habitantes por km<sup>2</sup> para a península de Macau, enquanto nas ilhas da Taipa e Coloane a taxa de ocupação descia drasticamente para os 211 habitantes por km<sup>2</sup> (Cónim e Teixeira, 1999, p. 134).

Os cidadãos portugueses ocupavam todos os cargos dirigentes disponíveis no funcionalismo, guarnição militar, ordens eclesíásticas e imprensa. Os militares desempenhavam funções privilegiadas na sociedade local, com destaque para o Governador, por norma um militar de carreira. A península de Macau estendia-se por uns escassos 3 km, do porto interior à fronteira terrestre com a China, sintomaticamente batizada de Portas do Cerco. Na verdade, a colónia encontrava-se cercada pela esmagadora presença chinesa que não hesitava, ciclicamente, em enveredar por ações hostis, sub-reptícias ou de grande visibilidade, contra a presença portuguesa.

Macau dependia, para a sua sobrevivência, dos víveres oriundos da China e da água potável da ilha da Lapa, sobranceira à colónia portuguesa e uma das ilhas mais disputadas pela China. Vivía-se em tempo e espaço emprestados.

## **Carlos da Maia**

Em vésperas da Grande Guerra, chegava a Macau Carlos da Maia, o novo Governador enviado pela República. Ficaria para a História, por boas e más razões. O seu consulado foi objeto de apreciações abonatórias na historiografia oficial, mas como veremos, a

administração que liderou esteve longe da consensualidade. O seu legado foi assinalável, mas também gerou controvérsia ao ausentar-se do território em circunstâncias não totalmente esclarecidas, para não mais regressar.

Carlos da Maia chegaria a Macau em 10 de julho de 1914, depois de ter sido recebido com a pompa e circunstância características das autoridades britânicas em Hong Kong. O novo Governador, uma das figuras fundadoras do regime republicano onde desempenhara cargos de destaque, conhecia bem a colónia de Macau onde havia estado destacado como oficial da Armada (1903-5).

Fora nomeado por Bernardino Machado, o republicano que dera seguimento ao desiderato colonial da monarquia, considerando abertamente que as possessões ultramarinas eram um património tão sagrado como o território da mãe-pátria. Cabia agora ao seu correligionário, Carlos da Maia, zelar pela perpetuação do desígnio imperial. Foi o que Maia fez, ainda que de modo algo excessivo. O herói da revolução republicana estava apostado em abalar o *statu quo* em Macau, sem olhar a consequências. Nessa medida, terá subavaliado as especificidades geopolíticas da colónia oriental.

À época, a segurança da colónia corria riscos reais, fruto da instabilidade vivida na China. A comunicação entre as Repúblicas, China e Portugal, era feita a dois tempos: Lisboa privilegiava Pequim, enquanto Macau cuidava de manter boas relações com os sucessivos poderes instalados em Cantão, província geograficamente próxima e que exercia grande influência na vida da colónia portuguesa.

Para complicar ainda mais o cenário, a governação de Macau era frequentemente vítima da comunicação desconexa entre o Ministério das Colónias, de que dependia, e os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

No mesmo dia da chegada de Carlos da Maia a Macau, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, enviava um telegrama confidencial ao chefe da legação em Pequim, dando conta das reservas colocadas pelo encarregado de negócios da China em Lisboa às novas negociações para a delimitação da colónia.

O Governador de Macau intervém no diálogo, confirmando a sua disponibilidade para apoiar a diplomacia portuguesa na ansiada solução para a questão da delimitação da colónia.<sup>4</sup> Carlos da Maia deixa patente o problemático relacionamento com a China, fonte de frequentes incidentes, provocados ou permitidos, pelas autoridades chinesas. A China não reconhecia, por exemplo, o direito à Capitania dos Portos de registar e conceder licenças a embarcações.

A perniciosa dependência da China para abastecimentos de víveres e água a Macau era outra das questões sublinhadas pelo Governador ao poder central em Lisboa, a par da atividade dos piratas em redor de ilhas em litígio entre Portugal e a China. Para quebrar essa dependência, Carlos da Maia propunha a criação de gado na ilha de Coloane e a ocupação da ilha da Lapa, que abastecia água potável a Macau. Nenhuma destas propostas viria a concretizar-se nas décadas vindouras.

---

4 AHD, caixa n.º 1236/Limites de Macau, Governo da Província de Macau, Expediente geral n.º 39, confidencial, 23 de julho de 1914, p. 1.

Dando sequência à comunicação inicial de julho, o ministro com a pasta dos Negócios Estrangeiros mostra-se cético quando ao reatamento dos contactos bilaterais para a delimitação de Macau. Em despacho enviado para Pequim, opina:

“Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que não tenho grande esperança de que nesta nova negociação sejamos mais felizes que nas anteriores. Em Cantão, mais do que em qualquer outra parte da nova república continua a dominar o espírito da recuperação dos direitos que os estrangeiros possuem na China”.<sup>5</sup>

A avaliação feita pelo MNE estava correta, até porque, conforme era sublinhado naquela telegrafia, o eventual insucesso das negociações poderia provocar um recrudescimento das hostilidades dos cantonenses contra Macau. Acautelando desenvolvimentos que poderiam ficar fora de controlo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros acaba por dar instruções ao seu diplomata em Pequim para evitar o início das negociações. A recorrente questão da delimitação territorial de Macau teria que esperar até ao final da Grande Guerra.<sup>6</sup>

## A Guerra

A 9 de março de 1916 Portugal entra finalmente na Grande Guerra. Oficialmente, já que o conflito armado com a Alemanha estalara muito antes nas colónias africanas. Poucos dias depois, a 11 de março, o suplemento do *Boletim Oficial de Macau* dava conta da histórica notícia.

Desde o início da guerra que a vizinha colónia britânica de Hong Kong tomara providências para a eventualidade de vir a tomar parte ativa no conflito (Man, 2014). Mas a conquista da colónia alemã de Shandong pelo exército imperial japonês, no final de 1914, neutralizara a eventualidade do alargamento do conflito à China (Cunha, 2014). Fruto da aliança anglo-nipónica, firmada em 1902 e renovada em 1905 e 1911, a Grã-Bretanha confiara a proteção dos seus interesses em águas chinesas ao Império do Sol Nascente.

Nessa medida, para Macau o perigo imediato não provinha tanto de uma eventual extensão do conflito entre Aliados e potências centrais europeias àquela zona do globo, mas antes da recorrente ameaça chinesa, protagonizada pelos incontáveis “senhores da guerra” da região de Cantão. O poder central em Pequim não estava em condições de garantir que a República chinesa seria una e indivisível. Pelo contrário, as províncias chamavam a si uma problemática autonomia, apoiada em exércitos a soldo de generais apenas interessados na busca de fortuna e proveitos políticos.

---

5 AHD, Ministério dos Negócios Estrangeiros, despacho confidencial n.º 3, caixa n.º 1236/Limites de Macau, 19 de setembro de 1914, p. 2.

6 Os problemas relacionados com a antiga questão da delimitação territorial de Macau não foram exclusivos da era colonial. Em dezembro de 2015, o Conselho de Estado da República Popular da China (RPC) aprovou um novo mapa demarcando as zonas terrestre e marítima da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). Para o efeito, as autoridades da RAEM e o Governo da Província de Cantão negociaram as demarcações que careciam de regulamentação específica, o que dava origem a dificuldades no domínio da segurança marítima. A transição administrativa do território sob administração portuguesa para a China, ocorreu, recorde-se, a 19 de dezembro de 1999. Com a decisão do Conselho de Estado da RPC, em 2015, a delimitação de Macau conhecia finalmente um desfecho – 457 anos depois da chegada dos portugueses.

O anúncio da entrada de Portugal na guerra teve um reduzido impacto na vida quotidiana de Macau. Um despacho para Lisboa do gerente do Banco Nacional Ultramarino (BNU) dava conta da paralisação nos negócios e aumento do custo de vida, mas a colónia vivia uma situação financeira desafogada graças aos proventos do ópio e do jogo.<sup>7</sup> Era caso excepcional no império ultramarino português, que se estendia de Lisboa a Timor.

## Macau Financia Guerra

Pouco depois da entrada em funções do novo Governador, dá-se uma contenda administrativa com Lisboa, agitando a vida da colónia. Referimo-nos à imposição de um avultado empréstimo – 120 contos ou 270 mil patacas – à província ultramarina de Angola, onde Portugal – à semelhança de Moçambique – travava uma guerra de atrito com os alemães.

Macau era a única província ultramarina com saldo financeiro positivo e o Governo em Lisboa não hesitava em fazer uso dessa vantajosa condição. A reação não se fez esperar: o Leal Senado publicou uma cópia da ata da sessão extraordinária realizada a 15 de junho de 1914 naquele órgão municipal. Começando por admitir a boa condição financeira da colónia – ainda que transitória, sublinhava-se – os signatários manifestavam-se energeticamente contra o empréstimo imposto por Lisboa e que colocava em causa, diziam, as obras de vulto necessárias ao desenvolvimento de Macau.

Em telegrama expedido pelo Leal Senado para Lisboa, tendo por destinatários o Presidente da República, Presidente do Ministério, Ministério das Colónias, e os principais órgãos de imprensa da capital, designadamente *O Século*, *Luta*, *Notícias*, *Intransigente*, *Mundo* e *República*, era enfatizada a necessidade de melhoramento do porto interior, sujeito a assoreamento, do estado sanitário do território, que nem dispunha de água potável, e da deficiente organização policial. “[...] Nestas desgraçadas condições – Metrópole arranca saldo – fortuitamente acumulado – impedindo aplicação necessidades colónia – causando desânimo geral [...]”<sup>8</sup>

Esta avaliação foi refutada pelo gerente do BNU, Arthur Drouhin, que em cartas dirigidas à sede do Banco considerava a atitude do Leal Senado “eleitoralista”, pois os melhoramentos a que aludia a ata/telegrama não estavam sequer planeados em definitivo. Para este bancário, a desempenhar um papel de relevo na sociedade macaense, os 120 contos emprestados a Angola não afetavam minimamente a economia da colónia oriental, beneficiária do monopólio do ópio cozido e da concessão do exclusivo da lotaria chinesa Chim-Pu-Pio (Coelho, 1991, p. 37).

Em subseqüentes comunicações confidenciais para Lisboa, o gerente local do BNU considerava até injusto conservar o dinheiro imobilizado em Macau, quando Angola e Moçambique se encontravam em absoluta carência de recursos. Não surpreenderá, portanto, que tenha sido este alto funcionário do BNU em Macau o responsável – anónimo

7 AHC GD (fundo BNU), processo 012.8/92, ofício reservado n.º 47, Macau 21 de agosto de 1914.

8 AHC GD (fundo BNU), processo 012.8/92, cópia da acta da sessão extraordinária do Leal Senado de 15 de junho de 1914.

para evitar suscetibilidades das autoridades locais – pela polémica transferência de fundos para a colónia africana. Certo é que a verba forçadamente emprestada a Angola jamais terá regressado à origem.

### Expulsão dos “Lobos Brancos”

Entretanto, o Governador envidava esforços para que as atividades subversivas de alguns agitadores chineses, a operar clandestinamente em Macau, não provocassem danos irreparáveis nas relações luso-chinesas. Evidenciando uma leitura atenta da evolução política da China, Carlos da Maia acautelava a segurança interna da colónia, ao mesmo tempo que tentava extrair dividendos políticos, uma vez que Macau,

“[...] presta importantes serviços à China, e isso nos pode ser de incontestável utilidade nas relações futuras – procurar levar os chineses a sentimentos de amizade para conosco, fazendo cessar os mal entendidos que têm impedido a delimitação [...]”<sup>9</sup>

O Governador referia-se à expulsão de Macau de elementos afetos ao “Lobo Branco” Pai Lang, o bandido que aterrorizou a China central entre o outono de 1913 e agosto de 1914. O seu exército revoltoso operou em várias províncias, onde atacava com sucesso as guarnições do Governo.

A estratégia de Carlos da Maia não terá tido o resultado esperado, uma vez que, de acordo com o próprio em despacho enviado para Lisboa, “apesar dos serviços prestados à China pelo Governo da província na expulsão dos lobos brancos as autoridades de Cantão desacatam soberania”.<sup>10</sup>

Socorrendo-se de informações dos missionários e da polícia secreta, o responsável máximo da administração local dava conta das movimentações então em curso no Sul da China, que poderiam colocar em risco a segurança de Macau. Carlos da Maia alertava para o facto de as autoridades chinesas terem conhecimento da fragilidade da colónia, “sabendo muito bem o reduzido efectivo de forças, donde resulta estar Macau à mercê de golpe audacioso”.<sup>11</sup>

Face à frágil situação, o Governador viu-se na contingência de solicitar ao Ministério das Colónias o reforço do efetivo militar, incluindo duas companhias de Landins (soldados moçambicanos) e desvio de tropas destinadas a Timor. Não há notícia de este pedido a Lisboa ter sido satisfeito. A 46.<sup>a</sup> Companhia Indígena de Moçambique só chegaria a Macau em 1920 (Cação, 1999, p. 24).

A deterioração das relações com o Governador de Cantão foi também confirmada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, que em ofício dirigido ao Ministério das Colónias considerava como “extremamente delicada” a situação em Macau, “por motivo

---

9 AHD, caixa 1236/Limites de Macau, telegrama do Governador de Macau, Carlos da Maia, dirigido à 6.<sup>a</sup> Repartição da Direcção Geral das Colónias, Ministério das Colónias, Expediente geral n.º 141, 21 de setembro de 1914.

10 AHD, caixa 1236/Limites de Macau, telegrama do Governador de Macau, Carlos da Maia, dirigido à 6.<sup>a</sup> Repartição da Direcção Geral das Colónias, Ministério das Colónias, 6 de outubro de 1914.

11 *Ibid.*

da actual conflagração internacional”.<sup>12</sup> Apelando à sintonia na orientação política entre o Governador de Macau e o ministro de Portugal em Pequim, o MNE alertava para a necessidade imperiosa de se evitarem conflitos que, face à instabilidade chinesa, poderiam descambar em situações graves para os interesses portugueses. Contudo, esses conflitos não tardariam a revelar-se.

## **Corpo de Voluntários**

Consciente das debilidades de Macau em matéria de defesa e segurança, o Governador Carlos da Maia, um oficial de carreira, cedo tratou de organizar com os homens disponíveis, civis e militares, um plano de contingência para acudir à defesa do território. A mais emblemática das suas iniciativas foi a criação do Corpo de Voluntários, nascido por portaria governamental a 12 de agosto de 1914. Podiam alistar-se nesta força especial todos os portugueses residentes em Macau que, tendo mais de 17 e menos de 45 anos de idade, possuíssem a necessária robustez física. A portaria do Governo não fixava o tempo de serviço obrigatório para os voluntários alistados.

A imprensa macaense saudou a iniciativa em tom patriótico, recordando o Corpo de Voluntários que a comunidade portuguesa em Xangai, maioritariamente composta por naturais de Macau, já havia criado e colocado em ação. A companhia Coronel Mesquita granjeara o reconhecimento dos habitantes da concessão internacional na cosmopolita cidade chinesa.

Em Macau responderam ao apelo patriótico 110 homens, que se alistaram no Corpo de Voluntários, chefiados por um capitão, coadjuvado por outros oficiais subalternos e sargentos do corpo de polícia. A banda municipal do Leal Senado ficou adstrita ao Corpo de Voluntários. Os voluntários licenciados estavam dispensados da instrução militar. Mais tarde o Corpo de Voluntários integraria um pelotão de Escuteiros.

Nos anos seguintes o Corpo de Voluntários chegaria a incorporar quatro centenas de homens. Distinguir-se-ia pelas vistosas marchas na praça pública e pelos concertos da sua banda. Nunca chegaria a pegar em armas em defesa da integridade territorial da colónia, embora realizasse exercícios simulando a resposta a uma invasão. No primeiro aniversário do Corpo de Voluntários o Governo de Macau convidou a organização congénere de Hong Kong para assistir às celebrações.

A 28 de março de 1916, já depois da entrada de Portugal na guerra, o Corpo de Voluntários foi alvo de uma reorganização. Poucos dias mais tarde os seus homens seriam convocados para prestarem serviço militar, atendendo ao estado de guerra com a Alemanha. Instruído e disciplinado, o Corpo passou a constituir uma força regular de segunda linha em apoio à marinha e exército coloniais de Macau. Compreendia várias companhias, cada uma com um efetivo não superior a 150 homens.

Depois da guerra o Corpo de Voluntários perderia o fulgor patriótico e republicano que esteve na sua origem. Em 1919 o jornal de Macau *A Colónia* enaltecia a dedicação dos

---

12 AHD, caixa n.º 1236/Limites de Macau, Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério das Colónias, 25 de novembro de 1914, p. 1.

membros do Corpo de Voluntários, mas chamava a atenção para a necessidade de criação de uma carreira de tiro – “Voluntários sem saberem dar tiros são uma instituição perigosa”.<sup>13</sup>

Nova reorganização, datada de 1920, introduz um período obrigatório de serviço para os membros do Corpo de Voluntários, de quatro anos, eventualmente extensível por períodos de dois anos. Em 1921 o Corpo de Voluntários apresentava um efetivo reduzido a apenas 20 alistados. Em setembro desse ano seria chamado a colaborar no apoio de retaguarda às forças militares que neutralizaram mais um conflito com os chineses.

Em maio do ano seguinte todos os cidadãos portugueses válidos foram convocados a apresentar-se no quartel do Corpo de Voluntários, devido aos motins revolucionários que atingiram Macau. Grande parte da população chinesa abandonou o território e o estado de sítio foi declarado. A resposta firme do Governador à época, Comandante Henrique Correa da Silva (Paço d’Arcos), evitou o agravamento da crise. O Corpo de Voluntários de Macau seria extinto em 1936.

### Situação Militar

A criação do Corpo de Voluntários teve apenas resultados positivos no estado anímico da população da colónia. Na prática, todos sabiam que Macau era indefensável no plano militar. Era assim muito antes da Grande Guerra e assim continuaria por muitos anos.

O interessante e muito completo relatório elaborado em 1922 pelos serviços militares de Macau para o General Gomes da Costa, encarregado de inspecionar as forças militares em Macau e Índia Portuguesa, primava por um realismo desconcertante:

“[...] Com tais efectivos e dada a situação geográfica da Península de Macau, absolutamente dominada pelas alturas da ilha da Lapa, a Oeste, e pelas montanhas de Kat-Tai, ao Norte, ninguém certamente terá a veleidade de supor mantida a defesa de Macau, e assegurada a sua resistência além de meia dúzia de dias, contra um forte ataque externo, havendo demais a contar, em tal caso, com a sublevação dos chineses [...]”.<sup>14</sup>

De facto, geograficamente o território era completamente permeável a uma agressão externa. Internamente dispunha de um reduzido efetivo militar – repartido entre exército e marinha coloniais. As baterias (artilharia), instaladas na colina da Guia e na fortaleza de Mong Há, de pouco serviriam a uma ofensiva externa bem coordenada. O mesmo se aplicava à reduzida marinha colonial do território, composta por duas Canhoneiras (Pátria e Macau) e algumas lanchas. As exigências do vasto império português e a guerra que então se travava contra a Alemanha nas colónias africanas, não permitiam a alocação em permanência de um cruzador da marinha em Macau.

Também o material de guerra disponível não seria suficiente para sustentar uma ofensiva chinesa. A colónia só adquiriria considerável quantidade de material de guerra

13 BIACM, *A Colónia*, Macau, 29 de março de 1919, p. 1.

14 AHM, *Relatório dos Serviços Militares da Província de Macau para o General Inspector Gomes da Costa*, F. 62, S.I., Caixa n.º 923, n.º 5, 22 de outubro de 1922, p. 8.

moderno, disponível nos arsenais excedentes dos exércitos envolvidos na Grande Guerra, a partir de 1919. Em 1922 Macau dispunha “[...] de um dos mais importantes depósitos das nossas Colónias, senão o mais importante de todos”.<sup>15</sup>

A estratégia de contenção de uma ofensiva externa teria igualmente que passar pela garantia do fornecimento de víveres e água potável. Nesse campo as vulnerabilidades de Macau ainda eram mais gritantes. A água potável provinha da problemática ilha da Lapa e na península de Macau não existiam depósitos de víveres ou sequer uma padaria europeia. Os chineses dominavam por completo a rede de abastecimentos à colónia.

Os despachos do Governador para Lisboa não deixavam dúvidas quanto à precariedade da colónia em matéria de defesa. Ao Ministério das Colónias chegavam sucessivos apelos para uma resolução definitiva da disputada soberania na ilha da Lapa. Carlos da Maia não podia ser mais claro: “A vertente oriental da ilha da Lapa na posse efetiva da China significa a impossibilidade da segurança e da defesa de Macau”.<sup>16</sup> Essa vulnerabilidade, testada a breve trecho, era também do conhecimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, claramente taxativo quanto à impossibilidade de Macau sustentar uma guerra com a China.<sup>17</sup>

Ao contrário do caso britânico, faltavam ao império português os meios, sobretudo navais, para defender a soberania portuguesa num extenso e longínquo espaço colonial ultramarino. A projeção de força era uma miríade. Se a situação política degenerasse em perigo para a sua integridade territorial, Macau dependia da Grã-Bretanha, a velha aliada de Portugal, e da sua poderosa Royal Navy. A colónia britânica de Hong Kong, a experimentar problemas similares aos de Macau no relacionamento com a China, seria a tábua de salvação mais próxima. Mas ocupada que estava com a sua participação na Grande Guerra, era duvidoso que a Grã-Bretanha estivesse em condições de prestar auxílio de emergência a Macau, como já acontecera no passado.

As tropas em Macau obedeciam à nova organização militar do Ultramar, aprovada em novembro de 1901 e que vigoraria até 1921. As forças militares eram constituídas pelo Quartel-General, uma Companhia europeia de artilharia de guarnição – cerca de 100 efetivos –, e o Corpo de Polícia, constituído por três Companhias – uma europeia, uma mista com efetivos europeus e macaenses e uma terceira com indianos e chineses, totalizando cerca de 600 efetivos. A companhia europeia de infantaria tinha sido incorporada no Corpo de Polícia em 1911. A banda militar da guarnição, então no Corpo de Polícia, fora extinta em 1912, transitando para o Leal Senado. A comissão dos militares em serviço colonial em Macau era de dois anos, sendo que muitos renovavam por igual período de tempo.

Em maio de 1915 o Governador Carlos da Maia prepara a organização de um Conselho de Defesa, composto por oficiais superiores, comandantes e os chefes da Reparti-

---

15 AHM, *Relatório dos Serviços Militares da Província de Macau para o General Inspector Gomes da Costa*, F. 62, S.I., Caixa n.º 923, n.º 5, 22 de outubro de 1922, p. 23.

16 AHD, Caixa n.º 1236/Límites de Macau, Governo da Província de Macau, Expediente geral n.º 39, confidencial, 23 de julho de 1914, p. 2.

17 AHD, Caixa n.º 1236/Límites de Macau, ofício confidencial do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o ministro em Pequim, 19 de setembro de 1914, p. 3.

ção Militar e Repartição da Marinha, com o objetivo de estudar os assuntos militares e de defesa. O Conselho de Defesa Militar, órgão consultivo do Governo de Macau, só viria a ser formalmente criado em outubro de 1920, muito depois do final da Grande Guerra.

De acordo com as normas em vigor para as colónias, o Governador de Macau era a suprema autoridade militar, equiparado a general ou vice-almirante, exercendo nessa qualidade o comando das forças militares terrestres e navais.

### **Canhoneira *Pátria***

A Canhoneira *Pátria* e as suas tripulações marcaram uma época em Macau. O mais poderoso meio naval da marinha colonial de Macau esteve em serviço quase ininterrupto, naquela colónia, durante 25 anos. A sua tripulação era constituída por 160 homens, incluindo 12 oficiais. Muitos deles desempenharam papéis de relevo nos círculos, civil e militar, da sociedade macaense.

Em 1910 este navio tinha assumido um papel importante no combate aos piratas instalados na ilha de Coloane. Em novembro do mesmo ano, já depois da proclamação da República, o Governador resolveu afastar a canhoneira *Pátria* para Hong Kong, “por se considerar que ela representava um dos elementos mais perigosos” (Reis, 2003, pp. 21-22). E isto porque alguns dos seus marinheiros tinham participado em marchas públicas, exigindo a expulsão do padroado de Macau. Também não havia garantias de lealdade da tripulação à nova República.

Em 1912, ano em que é chamada a debelar uma insurreição em Timor, a *Pátria* transita para a Marinha Colonial, criada a partir da separação da Marinha de Guerra, tendo por missão o serviço de policiamento e fiscalização das costas, rios e canais das colónias. A Marinha Colonial passa a estar a cargo do Ministério das Colónias.

No princípio de 1914 o Governador interino, Aníbal Sanches de Miranda, envia um relatório para Lisboa levantando dúvidas quanto à utilidade dos serviços prestados pela Canhoneira *Pátria*, atendendo aos elevados encargos que representava para o orçamento da Colónia. “Pela sua fraca construção e multiplicidade de mecanismos, nunca se poderá adaptar convenientemente aos serviços da marinha de Macau” – refere o relatório.<sup>18</sup> O Governador baseava-se numa informação dos Serviços de Marinha de Macau, que não podia ser mais negativa para as Canhoneiras *Pátria* e *Macau*. A primeira sem capacidade para operar em missões de fiscalização e policiamento dos rios, e a segunda incapaz de operar em mar alto.

Em resposta, o Ministério das Colónias desautoriza o Governador interino, ao chamar a atenção para a necessidade de Portugal defender a soberania e mostrar a bandeira nacional em vários pontos da China costeira, onde existiam comunidades de portugueses, missão que só a *Pátria* estava em condições de cumprir. Todavia, a embarcação passava meses seguidos no fundeadouro, facto notado pelas autoridades de Macau ao Ministério das Colónias.

---

18 AHU, Relatório enviado pelo Governador interino de Macau, Aníbal Sanches de Miranda, ao Ministério das Colónias, caixa 2501 (Marinha Colonial), DGC/6R/MAC/1L, 9 de janeiro de 1914.

Nos anos seguintes as deficientes características operacionais da Canhoneira *Pátria*, as reparações necessárias, o deteriorado estado das munições armazenadas e os crescentes encargos associados à respetiva tripulação, seriam objeto de profusa troca de mensagens entre o Governador de Macau e o Ministério das Colónias. O Governo de Macau queria substituir a *Pátria* por lanchas semelhantes às da marinha de guerra chinesa, adaptadas às condições de navegação nos rios da região. De pouco serviria; a polémica Canhoneira seria abatida ao inventário em 1936, ainda em Macau. Depois de comprada por um cidadão chinês, que a revendeu ao Governo nacionalista, voltaria a navegar ao serviço da marinha de guerra da China.<sup>19</sup>

## Leal Senado

A polémica gerada em torno do futuro do Leal Senado foi uma das facetas mais visíveis da atuação do Governador Carlos da Maia em Macau. Os estudos que preconizavam a dissolução do órgão camarário de Macau eram antigos, mas nunca tinham conhecido desenvolvimentos dignos de registo. Carlos da Maia resolveu romper com o *statu quo*, assumindo desde logo uma postura claramente desfavorável à perpetuação do Leal Senado. No extenso relatório que despacha para o Ministério das Colónias em maio de 1915, o Governador de Macau, assinando apenas como “simple cidadão que presta ao seu país um serviço e ao Governo uma informação”, considera que o Leal Senado é “uma instituição cujas vantagens ninguém descobre” (Bessa, 1999, p. 111).

Aproveitando o projeto de Carta Orgânica de Macau, então em curso, Carlos da Maia resolve liderar o movimento que pugnava pela eliminação definitiva do órgão municipal de Macau. Numa avisada manobra estratégica opta por realizar uma consulta pública sobre a delicada matéria, promovida pelo Leal Senado, antes de tomar uma decisão radical.

Num comício expressamente convocado para debater tão magna questão, a população decide delegar o estudo do delicado caso numa comissão especializada, que incluía o próprio vice-presidente do Leal Senado. Esta, surpreendentemente, votou pela extinção do órgão autárquico. O Governador ganhava preciosos trunfos na sua batalha contra o poder municipal.

Havia, de facto, justificadas razões para a ofensiva do Governador contra o Leal Senado. De acordo com as Cartas Orgânicas das Colónias podiam ser eleitores os residentes que soubessem ler e escrever em qualquer língua, inclusive os estrangeiros com mais de dois anos de residência. No caso de Macau, onde a esmagadora população era constituída por chineses alfabetizados, corria-se o sério risco de se assistir à tomada do Leal Senado pelos interesses da China. No supracitado relatório, Carlos da Maia alertava:

---

19 Poucos anos mais tarde, no decurso da Segunda Guerra Mundial, seria a vez de a Canhoneira *Macau* ser vendida aos japoneses, para fazer frente às dificuldades económicas que a colónia atravessava. Ver Day e Garret (2014). O exército imperial japonês ocupava então toda a região, incluindo Hong Kong, mas a neutralidade portuguesa na guerra foi genericamente respeitada em Macau. A colónia portuguesa de Timor não teve a mesma sorte, sendo invadida e ocupada pelo exército japonês. Ver Cunha (1996, pp. 32-46).

“Se for conservado o município de Macau os chineses terão nele definitivamente a entrada garantida e será o mandarim de Cantão quem aberta e claramente governará a cidade de Macau” (Bessa, 1999, p. 134).

Ademais, Carlos da Maia considerava injustificável a existência de instituições municipais cuja atividade interferia diretamente com a administração pública. Argumentava que a reduzida dimensão da colônia não comportava subdivisões administrativas e que estas só contribuíam para criar uma duplicidade de funções e atribuições, sem nexo ou utilidade. O Governador apoiava-se igualmente nas Cartas Orgânicas que, nas disposições finais, determinavam que nas províncias de pequena área territorial não seriam instituídas corporações municipais, sendo as funções destas exercidas pelos Conselhos de Governo (Fava, 2010, p. 46).

O Governador acaba por enviar o projeto da nova Carta Orgânica de Macau para Lisboa, incluindo a proposta de extinção do Leal Senado. O futuro incerto do Leal Senado seria vivamente debatido nas sessões parlamentares de 1916 e 1917, pela voz de deputados que, ora atacaram, ora defenderam os argumentos do Governador de Macau. O anticlímax traduziu-se no alheamento que o Ministério das Colônias e o próprio Parlamento acabariam por votar ao ambicionado projeto de Carlos da Maia. A Carta Orgânica de Macau, publicada em 1917 e, entretanto, suspensa pela revolução sidonista, seria reposta em 1919. Pese embora a sua morte anunciada, o Leal Senado acabaria por sobreviver a todas as intempéries políticas.

## **O Reconhecimento de Sun Yat-Sen**

O “pai” da República da China e um dos fundadores da República Portuguesa cruzariam os seus destinos em Macau. Sun Yat-sen e Carlos da Maia tinham em comum o ideal republicano e a militância em sociedades secretas. A Triáde, associação secreta implantada em vários países, era liderada por Sun Yat-sen. Mantinha boas relações com a Maçonaria, que tinha Carlos da Maia como alegado membro. Na realidade, a Loja Camões conheceria um novo fôlego durante a governação daquele republicano em Macau, embora não lhe seja conhecido qualquer envolvimento ativo.

Sun Yat-sen era originário de uma aldeia a pouca distância de Macau. Foi também na colônia portuguesa que o líder da República chinesa procurou abrigo para a sua conspiração, com o objetivo de derrubar a dinastia Manchu. Foi médico em Macau e fez amizade com o macaense Francisco Hermenegildo Fernandes, diretor do jornal *Echo Macaense* e alegado maçom. A intrincada teia de ligações pessoais, filiada na militância maçónica, permitiu “concertar lealdades e articular estratégias” entre as figuras de relevo da sociedade macaense (Gonçalves, 2010, p. 55).

Do outro lado da fronteira a China atravessava um conturbado período político. O general a quem Sun Yat-sen cedera o cargo de Presidente da República, Yuan Shikai, apadrinha o movimento de restauração da monarquia, proclamando-se imperador em dezembro de 1915. Yuan Shikai seria um imperador efêmero, falecendo em junho de 1916. Os militantes do Partido Nacionalista (Kuomintang) de Sun Yat-sen, entretanto ilegalizado, refugiam-se no Japão, Hong Kong e Macau. A província de Cantão é palco de

conflitos armados que ameaçam estender-se à colónia portuguesa. Dois governos, a Sul (Cantão) e Norte (Pequim), vão disputar o poder na China durante os anos vindouros. É o início do período da guerra civil protagonizada pelos “senhores da guerra”, que perduraria até 1928.

Em junho de 1916 Sun Yat-sen escreve uma carta ao Governador Carlos da Maia manifestando o seu agradecimento pelo apoio concedido aos seus correligionários, temporariamente abrigados na colónia portuguesa (Bessa, 1999). Pouco tempo depois o Governador Carlos da Maia tentaria tirar proveito, de forma algo precipitada, da instabilidade política vivida na China.

## China Ameaça Macau

A fazer fé na historiografia disponível, as razões para a polémica demissão do Governador Carlos da Maia radicariam na oposição ao empréstimo forçado de Macau a Angola, imposto por Lisboa (Reis, 2003, p. 22), ou à batalha que travou com o objetivo de extinguir o Leal Senado (Fava, 2010, pp. 47-48). Outros historiadores referem ainda que terá sido a necessidade de discutir o financiamento para as obras do Porto de Macau o motivo próximo da deslocação de Carlos da Maia a Lisboa, de onde não regressaria (Sponner, 2010, p. 27).

Admitindo que estes factos poderiam ter sopesado no desfecho final, julgamos, todavia, que o motivo mais plausível para que o governo republicano tenha decidido colocar em causa a governação de Carlos da Maia se tenha prendido com os acontecimentos ocorridos na primavera de 1916, de que resultaria uma queixa formal contra o Governador, endereçada a Lisboa.

Como já foi referido, Carlos da Maia nunca escondeu a sua insatisfação pela situação híbrida que envolvia as ilhas adjacentes a Macau, reclamadas pela soberania portuguesa. A mais problemática de todas era a Lapa, porquanto a China dificilmente abriria mão da ilha mais próxima de Macau, separada da colónia portuguesa pelo rio das Pérolas, isto é, por uns escassos mil metros. Apenas três meses após a sua chegada a Macau, o Governador Carlos da Maia defendia nas suas comunicações para Lisboa a necessidade de as autoridades portuguesas colocarem um governador militar na ilha da Lapa.<sup>20</sup>

No princípio de abril de 1916 Macau entra em sobressalto por via dos disparos de armas ligeiras que, partindo da ilha da Lapa, atingem diversas habitações e as águas próximas do local onde a Canhoneira *Pátria* se encontrava fundeada. A luta entre as fações que se digladiavam no Sul da China chegava às portas de Macau. No relatório que escreveu sobre o incidente, o Capitão dos Portos, João de Freitas Ribeiro, considerava que chegara a hora de Portugal assumir uma postura mais assertiva na Lapa, de modo a garantir a segurança da população de Macau. Por outras palavras, aquele oficial recomendava uma intervenção policial na disputada ilha, a fim de assegurar à população da Lapa a proteção portuguesa.

---

20 AHD, caixa 1236/*Limites de Macau*, telegrama do Governador de Macau, Carlos da Maia, dirigido à 6.ª Repartição da Direcção Geral das Colónias, Ministério das Colónias, 6 de outubro de 1914.

“Se a nossa acção na Lapa sobrelevar, por momentos, à da China, não pode a nação chinesa considerar esse facto como atentatório ou postergador dos seus direitos: pelo contrário, da justificada intervenção portuguesa não pode resultar senão um estreitamento de relações que o partido vencedor facilmente reconhecera”.<sup>21</sup>

Ainda em abril o Governador decide enviar um oficial do exército e 20 praças da polícia para a Lapa, a fim de firmarem a soberania portuguesa na disputada ilha. Desembarcaram “de vez em quando”, à paisana, sendo “motivo de zombaria dos indígenas”.<sup>22</sup>

O Capitão dos Portos foi inicialmente colocado à margem da iniciativa, que envolveu meios navais afetos à capitania que superentendia. Sentindo-se ultrapassado nas suas competências e em litígio aberto com o oficial que liderou a expedição à Lapa, o Capitão dos Portos resolve enviar para Lisboa uma queixa formal contra o Governador Carlos da Maia.

O desaguisado entre o Capitão dos Portos e Carlos da Maia, ambos oficiais da armada, tinha antecedentes, porquanto em 1915 o primeiro queixara-se dos inconvenientes causados pela obrigatoriedade da acumulação de funções com a superintendência do comércio do ópio. Freitas Ribeiro considerava que as funções relacionadas com o controlo do comércio do ópio eram desprestigiadas para um oficial da marinha de guerra. No final de agosto de 1916 o Governador ainda envia para o Ministério das Colónias a sua réplica à queixa do camarada de armas, seguindo no início de setembro para Lisboa, “temporariamente”, a fim de conferenciar com o ministro das Colónias “sobre assuntos da administração desta província”.<sup>23</sup>

No final do ano os chineses reagiam às investidas portuguesas, enviando 100 soldados para a ilha da Lapa e outra força militar para o lado chinês das Portas do Cerco. Em despacho enviado para a sede em Lisboa, o gerente do BNU, Arthur Drouhin, dá conta do estado de ansiedade vivido em Macau. Aquele bancário considerava que,

“As causas destas justas manifestações de força por parte do Governo chinês dariam matéria para um extenso relatório que decerto não poderia ser favorável à primeira autoridade da colónia hoje ausente de Macau”.<sup>24</sup>

De facto, Carlos da Maia ausentara-se da colónia no verão de 1916 para não mais regressar àquela colónia do Extremo Oriente. Embora Portugal estivesse em estado de guerra, Lisboa não mostrará pressa em enviar novo Governador plenipotenciário para Macau. Durante quase dois anos, até à chegada de Artur Tamagnini Barbosa em outubro de 1918, a governação de Macau fica entregue a gestões provisórias. No ínterim a China entra, em agosto de 1917, na guerra que se globalizara.

Entretantes, seria preciso quase um ano para o Ministério das Colónias apreciar e decidir quanto à queixa apresentada contra o Governador de Macau. Embora o registo

---

21 AHU, Relatório do Capitão dos Portos, Caixa n.º 2503, Marinha Colonial, Macau, 6.ª Repartição, 19 de abril de 1916, p. 2.

22 AHU, Informação da 6.ª repartição da Direcção Geral das Colónias, Ministério das Colónias, Caixa n.º 2501, Marinha Colonial, Macau, 16 de maio de 1917, p. 1.

23 AM, Suplemento ao n.º 36 do *Boletim Oficial*, Governo da Província de Macau, 4 de setembro de 1916.

24 AHCGD (fundo BNU), processo 012.8/92, *Situação Política da Colónia*, Informação n.º 54 do Gerente do BNU para Lisboa, 12 de dezembro de 1916.

seja salomónico, procurando dar face aos contendores, o Ministério das Colónias reconhece, em informação datada de maio de 1917, que “[...] não se compreendem bem os intuitos políticos da pretendida missão na ilha da Lapa, nem se concebem as possibilidades de êxito [...]”.<sup>25</sup>

Por outras palavras, a atuação do Governador Carlos da Maia, entretanto em Lisboa há longos meses, é claramente censurada pelo Ministério que tutelava Macau. Coincidentemente, as atas dos Conselhos de Ministros datadas do mesmo mês revelam que, o Governo “não concordava em absoluto com a sua orientação” (Oliveira Marques, 2009, p. 95).

Em suma, Carlos da Maia deixara marcas em Macau, pelo seu forte carácter e obra realizada, mas também pela sua inesperada partida para a Metrópole. No propósito de extinguir o Leal Senado e, principalmente, no braço de ferro com a China a propósito da disputada ilha da Lapa, terá ido longe demais no seu voluntarismo patriótico. O despacho relativo à sua exoneração viria a ser anulado em 1918, durante o consulado de Sidónio Pais, mas Carlos da Maia não regressaria a Macau. Ainda assumiria as pastas da marinha e das colónias, antes de ser assassinado em 1921 (Aguiar, 1992, pp. 27-35).

No pós-guerra, Macau viria a ser notícia novamente, desta feita pela republicação do livro *Historic Macau*, de C. A. Montalto de Jesus. Tratava-se, na realidade, da mesma obra inicialmente publicada em 1902, com grande sucesso, pelo macaense radicado em Hong Kong. Mas se a edição do alvor do século constituiu a sua consagração como historiador, a segunda edição – acrescentada de três polémicos capítulos – foi a desgraça do seu autor. E isto porque Montalto de Jesus atreveu-se a sugerir, entre outras considerações, que “não seria nenhuma derrogação se o indefeso Portugal sensatamente colocasse Macau sob a tutela providencial da Liga das Nações como salvaguarda contra mais ruína” (Jesus, 1992, p. 334). Alvo de uma campanha difamatória, Jesus viria a ser condenado em tribunal. O então Governador de Macau, Maia Magalhães, mandaria apreender e queimar a segunda edição da polémica obra. Desacreditado e renegado, o ilustre macaense Montalto de Jesus viria a morrer na miséria, em 1927, em Hong Kong. A tradução portuguesa do *Historic Macao* só seria dada à estampa em 1990, mais de 60 anos decorridos sobre a edição censurada.

Pese embora as cíclicas convulsões político-administrativas centradas em Macau, a polémica sugestão de Montalto de Jesus não vingou. A questão de Macau continuaria em aberto, graças, principalmente, à perpetuação da guerra civil na China. Mais que as dissensões ideológicas, as problemáticas questões da delimitação territorial ou as fricções administrativas, era o pragmatismo informal que comandava o *modus vivendi* luso-chinês relacionado com Macau. Seria assim até à transição do território sob administração portuguesa para a República Popular da China.

---

25 AHU, *Queixa do Capitão dos Portos de Macau Capitão tenente João Ribeiro contra o Governador da província, Carlos da Maia*, 6.ª Repartição da Direcção Geral das Colónias, Ministério das Colónias, Caixa n.º 2501, Marinha Colonial/1917, Macau, 16 de maio de 1917, p. 7.

## Conclusão

Na gênese dos movimentos que conduziram à implantação das Repúblicas, em Portugal e na China, radicava uma ideologia nacionalista de sinal contrário. Na realidade, enquanto o nacionalismo português, corporizado e interpretado pela ideologia republicana, pugnava pela valorização do império – ao abrigo de uma visão soberana do espaço colonial ultramarino herdada da monarquia –, o nacionalismo chinês opunha-se frontalmente à presença das potências coloniais na China, sustentada nos chamados “tratados desiguais”.

Todavia, seria este nacionalismo republicano que conduziria Portugal, primeiramente, e mais tarde a China, ao alinhamento na guerra mundial. Afetados na sua legitimidade republicana e com o espectro da restauração monárquica/imperial sempre presente, os governantes de ambas as nações optariam por projetar e fazer diluir problemas estruturais internos numa política externa de alto risco (Aires Oliveira, 2011, pp. 299-332; Teixeira, 1996, pp. 377-382; Xu, 2005). Ainda assim, os dois países permaneceriam marginalizados pelo diretório internacional resultante da Grande Guerra.

As duas nações conheceram períodos de grave instabilidade política, líderes ditatoriais, tentativas de restauração da monarquia, sucessivos governos e até conflitos armados. Em ambos os casos a instauração do regime republicano deu-se mais como reação à fadiga monárquica e não tanto pela afirmação de uma alternativa ideológica. O imperador chinês foi confinado ao “exílio” intramuros da Cidade Proibida, tendo sido mantidos muitos dos seus dispendiosos privilégios. Por sua vez, o monarca português foi remetido ao exílio dourado em Londres. Portugal e China transitaram para regimes republicanos no mesmo período, sendo dos primeiros casos nos respetivos continentes. Tinham em comum a decisão sobre o futuro de Macau.

Portugal e China, pequenas potências administrando vastos territórios, viram na sua participação na guerra a oportunidade imperdível para a conquista de um estatuto respeitável junto da comunidade internacional. Entre outros objetivos, pretendiam sentar-se à mesa das conversações de paz pós-guerra, palco privilegiado para o reconhecimento do esforço de guerra que as duas nações protagonizaram em diferentes graus de esforço.

A imprudente gestão da questão de Shandong – território chinês ocupado pelo Japão no início da guerra –, por parte do presidente Woodrow Wilson, acabaria por minar, irremediavelmente, a embrionária Sociedade das Nações. Por sua vez a questão de Macau continuaria em aberto, graças à perpetuação da guerra civil na China.

Desafiando as suas próprias fragilidades, Macau, o liliputiano oásis asiático, sobreviveria incólume à Grande Guerra. Décadas mais tarde, a instauração do regime comunista na China implicaria novos percalços para a colónia portuguesa do Oriente, como foi o caso dos motins do final de 1966, fruto da contaminação da “revolução cultural” maoísta. Mas Macau a tudo sobreviveu, acabando por transitar pacificamente para a China em 19 dezembro de 1999.

## Bibliografia

- Aguiar, J., 1982. Vida e morte de um marinheiro. *Revista Macau*, 92, pp. 27-35.
- Ball, J. D., 1905. *Macao*. Canton: The China Baptist Publication Society.
- Bessa, C. G., 1999. *Macao e a Implantação da República, uma carta de Sun Yat-Sen para o Governador Carlos da Maia*. Macau: Fundação Macau.
- Cação, A. A. A., 1999. *Unidades Militares de Macau*. Macau: Gabinete das Forças de Segurança de Macau.
- Campbell, C. W., 1920. *China*. Handbooks Prepared Under the Direction of the Historical Section of the Foreign Office. London: H. M. Stationary Office.
- Carta Orgânica da Província de Macau, 1917. Decreto n.º 3520, *Diário do Governo*, n.º 191/1917, Série I, de 5 de novembro, pp. 1070-1096. Ministério das Colónias/Direcção Geral das Colónias.
- Castaño, D., 2014. A Grande Guerra e as Relações Internacionais de Portugal. Da Monarquia à República. *Relações Internacionais*, 42, pp. 63-77.
- Coelho, R. B., 1994. Batalha de Flores em Tempo de Guerra. *Revista Macau*, 21, pp. 68-70.
- Coelho, R. B., 1991. *BNU Macau: Memórias de um Banco*. Lisboa: Banco Nacional Ultramarino.
- Colóquio Portugal e a I Guerra Mundial (1914-1918)* (2014). Lisboa: Assembleia da República.
- Cónim, C. e Teixeira, M. F. B., 1999. *Macao e a sua população, 1500-2000 – Aspectos demográficos, sociais e económicos*. Macau: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.
- Costa, G., 1925. *A Guerra nas Colónias*. Lisboa: Sociedade Editora Arthur Brandão & C.ª.
- Cunha, L., 2014. *China na Grande Guerra – À Conquista da Nova Identidade Internacional*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau.
- Cunha, L., 1996. Timor: A Guerra Esquecida. Macau: *Revista Macau*.
- Dias, A. G. e Vincent, H., 2010. Portugal, China, Macao and the Beginning of Republican Regimes (1908-1927). *Revista de Cultura*, 36, pp. 6-36.
- Dias, A., 2011. As Questões Actualmente Pendentes entre Portugal e a China (1911). *Revista de Cultura*, 37, pp. 7-15.
- Dias, A., 2004. *Portugal, Macau e a Internacionalização da Questão do Ópio*. Macau: Livros do Oriente.
- Dias, A., 2001. Macau sem Guerra nem Limites (1914-1918). *Revista Macau*, III Série, 7, pp. 44-53.
- Fava, F. M., 2010. José Carlos da Maia Apontamento Breve. *Revista de Cultura*, 36, pp. 38-54.
- Foreign Office, 1920. *Macao*. Handbooks Prepared Under the Direction of the Historical Section of the Foreign Office, No. 81. London: H.M. Stationary Office.
- Garret, R. J., 2010. *The Defences of Macau*. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- Gerwarth, R. e Manela, E., org., 2014. *Impérios em Guerra 1911-1923*. Lisboa: D. Quixote.
- Gonçalves, A., 2010. A Primeira República, Macau e os Maçons. *Revista de Cultura*, 36, pp. 55-64.
- Guedes, J., 2015. Macau e a Primeira Guerra Mundial. *Ponto Final*, 4 de janeiro.
- Guedes, J., 1993. Piratas no Delta: A Batalha de Coloane. *Revista Macau*, 19, pp. 38-45.
- Guedes, J., 1991. *As Setas. Histórias dos Crimes e da Política em Macau*. Macau: Livros do Oriente.
- Jesus, C. A. M., 1990. *Macao Histórico*. Macau: Livros do Oriente, 1.ª edição 1920.

- Macmillan, M., 2001. *Peacemakers. The Paris Conference of 1919 and Its Attempt to End War*, 1<sup>st</sup> Edition. London: John Murray (Publishers) Ltd.
- Man, K. C., 2014. Anglo-Japanese alliance, the First World War, and the defence of Hong Kong: The emergence of the first landward defence line in Hong Kong, 1898-1918. *Journal of the Royal Asiatic Society Hong Kong Branch*, 54, pp. 7-32.
- Meneses, F. R., 2014. Os limites cronológicos da I Guerra Mundial. *Relações Internacionais*, 42, pp. 21-33.
- Meneses, F. R., 2000. *União Sagrada e Sidonismo, Portugal em Guerra (1916-18)*. Lisboa: Edição Cosmos.
- Meneses, F. R. e Oliveira, P. A., coord., 2011. *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Tinta da China.
- Oliveira Marques, A. H. de, 1972. *Afonso Costa*. Lisboa: Editora Arcádia.
- Oliveira Marques, A. H. de, dir., 2003. *História dos Portugueses no Extremo Oriente. Macau e Timor no Período Republicano*, 4.º Volume. Lisboa: Fundação Oriente.
- Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Tomos I e II (1997). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Pu Yi, Aisin-Gioro, 1998. *From Emperor to Citizen: The Autobiography of Aisin-Gioro Pu Yi*. Transl. by W. J. F. Jenner. Beijing: Foreign Languages Press.
- Reis, B. C., 2014. Portugal e as Pequenas Potencias na Grande Guerra de 1914-1918. *Relações Internacionais*, 42, pp. 35-61.
- Rodrigues, M. A. R., 1999. *400 Anos de Organização e Uniformes Militares em Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Roosevelt, Theodore, s.d. *Japan's Part*. New York: Japan Society.
- Saldanha, A. V., 2006. *O Tratado Impossível (1842-1887)*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- Saldanha, A. V., 1998. *A Guerra Vista de Cantão, os relatórios de Vasco Martins Morgado, cônsul-geral de Portugal em Cantão sobre a Guerra Sino-Japonesa*. Macau: Instituto Português do Oriente.
- Salvadó, F. J. R., 1999. *Spain 1914–1918: Between War and Revolution*. London: Routledge.
- Santo, G. A. E., 2014. A Grande Guerra e a arte militar. *Revista Militar*, 2545/2546, pp. 137-184.
- Silva, H. R., 1997. O Desembarque da República em Macau. *Revista Macau*, 66, pp. 36-43.
- Spooner, P. B., 2010. Republican Revolutionaries Sun Yat Sen, Carlos da Maia and the Macao Harbour Project. *Revista de Cultura*, 36, pp. 17-37.
- Stone, G. A., 1975. The Official British Attitude to the Anglo-Portuguese Alliance, 1910-45. *Journal of Contemporary History*, 10(4), pp. 729-746.
- Strachan, H., 2001. *The First World War*. Volume I, *To Arms*. Oxford University Press.
- Teixeira, N. S., 1996. *O Poder e a Guerra (1914-1918): Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Tsang, S., 2007. *A Modern History of Hong Kong*. London: I. B. Tauris.
- VVAA, 2014. *Nação e Defesa*, n.º 139. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Xu Guoqi, 2005. *China and the Great War, China's Pursuit of a New Identity and Internationalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Young, G., 1917. *Portugal Old and Young*. Oxford: The Clarendon Press.

### **Publicações periódicas**

*A Colónia*, Macau, 1919

*Boletim Oficial de Macau*, Macau, 1914-1918

*Diário da República*, Lisboa, 1910-1918

*Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 1914-1918

*O Progresso*, Macau, 1914-1918

### **Arquivos**

Arquivo Histórico Diplomático (AHD), Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa

Arquivo Distrital de Leiria (ADL), Leiria

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa

Arquivo Histórico Militar (AHM), Lisboa

Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos (AHCGD), fundo BNU, Lisboa

Arquivo de Macau (AM), Macau

Biblioteca do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (BIACM), Macau

Hemeroteca Digital, Câmara Municipal de Lisboa

# Novas Situações Coloniais no Final da Grande Guerra: as Colónias do Oriente

**Célia Reis**

*Instituto de História Contemporânea FCSH-UNL*

## Introdução

A Índia, Macau e Timor constituem colónias portuguesas muito diferentes, mas que entre si estavam unidas pelo facto de se situarem fora de África. À semelhança do que aconteceu na época, chamo-lhes as colónias do Oriente, expressão que está apenas situada na geografia e longe das conotações culturais ou civilizacionais que frequentemente encontramos (Reis, 2018b, pp. 5-7).

A análise de diferentes aspetos destas colónias tem de ser, naturalmente, integrada no contexto do mundo colonial da época, nacional ou estrangeiro. Dele ressaltam imediatamente três elementos essenciais:

- A administração portuguesa encontrava-se já numa conjuntura de mudança, tendo o pós-guerra condicionado uma evolução/adaptação às novas realidades;
- A existência de um organismo internacional, com interferência nas questões coloniais, quer mais diretamente, quer pela interferência noutros campos que interessavam a Portugal;
- As colónias portuguesas continuavam ameaçadas por outros países, na sequência de uma situação anterior e que a guerra não esmoreceu.

## Novos Perigos Coloniais

Com efeito, ao terminar o conflito continuaram os rumores sobre as apetências estrangeiras, embora surgissem em novos palcos.

Foi justamente num destes novos cenários, a Conferência de Paz (Oliveira, 2011; Oliveira, 2014, pp. 469 e 477-478), que, além das movimentações em redor de outras colónias, se ouviram vozes que mostravam o interesse da França em relação à Índia portuguesa.

As notícias corriam também sobre Timor, anunciando a possível venda à Holanda, ou ao Japão; a Austrália mostrava, por isso, igual interesse pela parte portuguesa da ilha<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Por exemplo, NAA: A981, TTM P 15, confidencial, 1-2-1921; ofício do cônsul-geral J. Crosby, Batavia, 1-2-1921; cópia do ofício confidencial, de Sir Lancelor D. Carnegie ao conde de Curzon, Lisboa, 31-3-1920, entre outros. Já referido em Reis e Célia (2014, pp. 79-80).

Diferente era a situação de Macau, que, além de situada numa zona em ebulição, arrastava relacionamento problemático com a China. No Tratado de 1887, a China reconheceu o domínio português, mas os limites territoriais ficaram por definir. Portugal procurou essa delimitação em diversas ocasiões, mas sem conseguir e tendo antes enfrentado diversos incidentes (Reis, 2015; Saldanha, 1996, 1999, 2010). Apesar do conflito mundial se ter apresentado ao governador como o momento ideal para conseguir das potências estrangeiras pressão sobre os chineses e se obter a definição fronteiriça, este desiderato não foi conseguido. Posteriormente, a mesma autoridade realizou diversas diligências com o objetivo de conseguir a ocupação da ilha da Lapa, ou de negociar, com os mesmos resultados (Reis, 2014, pp. 72-74).

O que aconteceu foi, pelo contrário, um avolumar das problemáticas, devido às divisões políticas da própria China e ao sentimento de frustração nacionalista que se impôs pela guerra e pelos resultados da Conferência de Paz.

Com efeito, a ocupação de Shandong pelo Japão e o seu reconhecimento na Conferência de Paz provocou grande comoção nacional na China. A 4 de maio de 1919, particularmente, fez-se sentir o protesto popular, com profunda reação contra os estrangeiros. Ao mesmo tempo, na prossecução de acontecimentos que já vinham de trás, o poder chinês encontrava-se dividido, entre as autoridades de Pequim e as de Cantão, o que se repercutiu nas possíveis soluções para a situação de Macau.

Com efeito, na Conferência de Paz, Egas Moniz procurou contactar diretamente com a delegação da China, representante do governo sediado em Pequim, mas a agitação no Sul desse país, na região onde se situava Macau, impediu qualquer negociação. A possibilidade de arbitragem internacional, com intervenção da Sociedade das Nações, continuou presente, tendo Afonso Costa sondado o presidente da mesma, em 1920.

Mais tarde, entre novembro de 1921 e fevereiro de 1922, os Estados Unidos promoveram a Conferência de Washington, com o objetivo de promover a paz no Extremo Oriente. Portugal conseguiu estar presente, pensando conseguir uma arbitragem internacional para a questão de Macau. Porém, as posições mostraram-se desconcertadas, entre a delegação portuguesa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao mesmo tempo que a divisão política na China continuava a entrar qualquer solução: os delegados presentes estavam ligados ao governo de Pequim, contrários ao domínio de Sun Yat-sen em Cantão. Neste ambiente, onde também pesavam os receios de possíveis acusações à colónia portuguesa por basear a sua economia na exploração do ópio, jogo ou prostituição, a questão da sua delimitação não chegou a ser colocada (Saldanha, 1996, pp. 613-645).

Internamente, num âmbito diferente, o Governador também avançou num campo interrelacionado com a delimitação espacial: o porto de Macau.

A necessidade de obras no assoreado porto vinha, de há muito, sendo sempre adiada e limitada a algumas dragagens. As obras que se realizaram então impuseram a construção de um aterro entre a Ilha Verde e as Portas do Cerco, provocando a reclamação chinesa (Haberzettel e Ptak, 1991 e 2003). Ao mesmo tempo, os chineses desenvolveram mais uma das intensas campanhas que periodicamente se faziam contra a presença por-

tuguesa, mas agora integrados no ambiente de hostilidade provocado pelas decisões da Conferência de Paz.

Ao chegar ao início de 1920 registaram-se incidentes mais graves, com a concentração de forças militares nas imediações da colónia portuguesa e a chegada de navios militares ao seu posto.

Foi necessário realizar negociações entre as autoridades de Macau e os delegados chineses para resolução desse incidente, mas ficou reconhecida a fraqueza militar portuguesa, tanto mais que os ingleses, através do seu cônsul em Cantão, mostraram a necessidade de parar as obras. Estas pararam, de facto, provocando grande contestação entre os portugueses da colónia, desconhecedores da situação secreta e da posição britânica. Só posteriormente se divulgaram razões, embora sem referências a imposições chinesas.

Esperava-se, então, que se conseguissem negociar os limites territoriais, o que, mais uma vez, foi adiado. Pelo contrário, os incidentes multiplicaram-se, aliados ao aumento da agitação política interna, com profundas repercussões em Macau e Hong Kong.

No início de 1922, um movimento grevista paralisou a colónia britânica. No ambiente efervescente que se vivia, ocorreram graves distúrbios em Macau, no final de maio. Um incidente ocorreu entre uma mulher chinesa e um soldado africano, mas este ganhou rapidamente uma enorme dimensão. Perante a reação chinesa contra os portugueses houve uma intervenção militar, com grande número de mortos e feridos e a declaração de estado de sítio. Seguiu-se uma greve, que se prolongou pelos meses seguintes. Os tumultos, apoiados pelo governo de Cantão, só se conseguiram resolver, tal como aconteceu na vizinha Hong Kong (Carroll, 2005), com a mediação dos próprios capitalistas chineses, neste caso de Lu Liom Ioc (Dias, 1999).

Novas agitações tiveram lugar em 1925, com nova greve geral na colónia vizinha, embora agora com menores repercussões na portuguesa, registando-se, mesmo assim, alguns episódios complicados nas Portas do Cerco.

Neste ambiente, e quando em Portugal também se incrementava o interesse pela defesa colonial, Macau assistiu, em 1926, a um acontecimento de outra natureza. Montalto de Jesus, um macaense que desenvolvera uma parte da sua vida em Xangai, mas que também participara em acontecimentos portugueses, como a Conferência de Washington, publicou a segunda edição do seu *Historic Macao*. Acrescentou-lhe, porém, uns capítulos finais em que advogava a transformação da colónia num território sob tutela da Sociedade das Nações. Estava-se no início da Ditadura Militar, mas foi ainda o governador republicano quem se fez sentir aqui: o governador Maia Magalhães (Reis, 2017) proibiu a venda do livro e determinou a apreensão dos exemplares disponíveis. No ambiente tão conturbado em que Portugal se movia não era de admitir mais achas, desta vez da própria colónia, para alimentar o fogo.

## **A Nova Administração**

Um dos campos em que a mudança mais significativa foi o da administração, o do relacionamento entre autoridades. Campo que, na realidade, era comum a outras colónias estrangeiras, que também neste momento experimentaram algumas mudanças, induzidas

pelas situações vividas na guerra, ou pela participação das populações locais. Nas colônias britânicas, por exemplo, assistiu-se a uma tendência para o reconhecimento de maiores capacidades de autonomia local. Na Índia, as Reformas de Montagu/Chelmsford, em vigor após 1921, implicaram uma maior capacidade de representação do eleitorado nos diversos conselhos, com outorga de maior responsabilização; além disso, o sistema de hierarquia implicou a transferência de maiores poderes do governo-geral para os governos das presidências ou das diversas províncias. Nas colônias holandesas ou francesas assistiu-se também ao surgimento de novos conselhos ou ao seu alargamento.<sup>2</sup>

No campo da administração impunha-se igualmente um outro pano de fundo: a tutela de questões coloniais por um organismo externo, a Sociedade das Nações, através da sua Comissão de Mandatos.<sup>3</sup> Para além de uma nova perceção, que se traduziu num discurso mais próximo da relação com os indígenas, o que esta nova situação significou para Portugal foi o escrutínio sobre a sua situação – de que o mais pronunciado elemento foi o Relatório Ross e a acusação de escravatura<sup>4</sup> e a pressão da delegação portuguesa nas decisões nacionais.

Também o quadro português foi de alteração dos seus padrões administrativos, mas inserida num processo especial, marcado pela continuidade de um caminho anterior, associada à evolução política nacional acrescida com esta pressão estrangeira (Reis, 2018b).

Com efeito, foi o ano inicial da guerra, 1914, que correspondeu àquele em que foram publicadas as Bases Orgânicas de descentralização administrativa e financeira, as Leis n.º 277 e 278, de 15 de agosto, mas como o culminar de um processo que vinha particularmente desde 1904 e que com a implantação da República ganhara novo ímpeto, não obstante os avanços e recuos que foi conhecendo. A estas leis deveria seguir-se a publicação de um estatuto, ou carta orgânica, para cada colónia, mas estas entraram num processo moroso e tardaram até 1917. Acabaram, porém, por não entrar em vigor, por decisão do governo Sidonista, que mandou suspender esse processo, sustentando que eram desnecessárias e que constituíam sobretudo uma repetição das leis orgânicas.

As repercussões desta suspensão são sobretudo conhecidas na Índia, onde José de Freitas Ribeiro, o governador que chegara em 1917, também entrou em antagonismo com as elites indianas. Tendo chegado para pôr a carta orgânica em vigor, acabou por se mostrar totalmente oposto à mesma. Estes conflitos estiveram presentes nas eleições para o Conselho de Governo, em 1918, com o registo de um movimento abstencionista. O resultado foi a eleição de um conselho com menor número de eleitos. Pouco depois da morte de Sidónio, as mesmas elites manifestaram-se perante os poderes metropolitanos, através de uma representação ao Presidente da República, solicitando a entrada em vigor da Carta Orgânica (Reis, 2018b, pp. 268-271; Lobo, 2013, pp. 325-333).

O pós-guerra constituiu, agora, um momento especial para a administração colonial portuguesa pela associação de fatores:

---

2 Entre outros, ver, Macnamara (2015), Efthymiou (2014), Teeuwen (2011), Romain (2007) e Thomas (2005).

3 Desenvolvida em Dimier (2004).

4 Destaque para Jerónimo (2010, pp. 211-249).

- Pelo ambiente internacional de mudança, com as transformações suprarreferidas, mas também com pressões diretas sobre Portugal, devido aos apetites estrangeiros que continuavam marcantes. Afonso Costa, de facto, a partir da Conferência de Paz, e depois de contactos com outros delegados, pressionou o governo para alterar a legislação existente;
- Às sucessivas alterações políticas portuguesas, em que a instabilidade impediu uma linha de orientação definida, mas também permitiu que em alguns momentos, e por determinação de alguns elementos, se impusessem algumas alterações.

Com efeito, o regresso dos democráticos, através de João Soares [1878-1970], ao Ministério das Colónias, 30 de março a 29 junho, em 1919, poderá ter sido essencial para a permeabilidade face às pressões de Afonso Costa, em Paris, para novas formas coloniais. Por outro lado, depois de alguma instabilidade e mesmo confrontos de poderes entre executivo e legislativo, a chegada de Manuel Ferreira da Rocha [1885-1951] ao mesmo ministério, significou um esforço acrescido de mudança.

Manuel Ferreira da Rocha estava, há muito, ligado às questões administrativas de Macau, onde fora secretário geral e, como tal, responsável pelo governo, em momentos de ausência do governador. Eleito deputado em maio de 1919, tornou-se ministro em agosto de 1921, para um curto espaço até à noite sangrenta de 19 de outubro de 1921, no ministério do republicano liberal António Granjo. Foi ele quem, primeiro como deputado relator do projeto de lei e depois como Ministro das Colónias desenvolveu maiores esforços para aprovação das novas bases de administração colonial, em 1920, assim como protagonizou a reforma do ministério das colónias, segundo o modelo que, na época, se considerava mais eficiente (Reis, 2018a).

A 10 de maio de 1919, publicou um conjunto de decretos<sup>5</sup> que implicavam alterações na administração portuguesa, determinando a reposição em vigor das cartas orgânicas e criando os Altos Comissários em Angola e Moçambique, justamente por pressão de Afonso Costa (Cruz, 2019, pp. 266-267), que terá também enviado um projeto a partir de Paris. Os deputados confrontaram-no com a categoria deste diploma, que deveria caber ao legislativo, e com as nomeações que fizera. O processo arrastou-se, até vir a ser resolvido com a legislação de 1920, que, na realidade, correspondeu a umas novas cartas orgânicas.<sup>6</sup>

A partir daqui também se manteve a instabilidade legislativa, com o surgimento de propostas e com a introdução de diversas alterações nos anos seguintes.

As repercussões à legislação de 1919-1920 fizeram-se sentir de maneira diferenciada no Oriente.

Uma das suas manifestações foi o pedido para a criação de um Alto Comissário em Macau, que se pretendia ser o próprio Governador, Henrique Correia da Silva. Na reali-

5 Decreto n.º 5779, 10-5-1919, *Diário do Governo*, I série, n.º 98, 16.º suplemento, 10-5-1919, pp. 1281-1282; Decreto n.º 5787, 10-5-1919, *ibid.*, n.º 98, 17.º suplemento, 10-5-1919, pp. 1343-1345.

6 Lei n.º 1005, de 7-8-1920, *Diário do Governo*, I série, n.º 151, 7-8-1920, p. 950; Lei n.º 1022, de 20-8-1920, *ibid.*, n.º 161, 20-8-1920, pp. 1000-1003; Decreto n.º 7008, de 9-10-1920, *ibid.*, n.º 202, 9-10-1920, pp. 1288-1306; Decreto n.º 7030, de 16-10-1920, *ibid.*, n.º 208, pp. 1352-1354.

dade, o que estava em causa era, mais do que aquele decreto, a capacidade superior para negociar com a China, como se mostrava necessário. Não se considerava aqui nada de novo, antes a continuidade de um processo que já fora experimentado em várias circunstâncias desde a centúria anterior.

Outras foram, naturalmente, as alterações decorrentes das novas bases publicadas a partir de agosto de 1920, que, entre outros pontos, implicaram a constituição de dois conselhos, executivo e legislativo, à semelhança do que acontecia nas colónias britânicas e substituindo o Conselho de Governo determinado na Lei de 1914 e nas Cartas Orgânicas. Assumia-se agora uma maior capacidade de intervenção local, mas assistiu-se, na realidade, a novos problemas.

Com efeito, a nova legislação levou à contestação, particularmente de Meneses Bragança, na Índia, por ver nela um reforço dos poderes do governo, derivada da capacidade de revogar decisões tomadas nas colónias e da limitação da liberdade dos membros oficiais no Conselho Legislativo. Na realidade, verificou-se, por vezes, um entendimento entre governador e ministro, para ultrapassar decisões locais.

A interpretação da legislação, em pontos como a continuação, ou não, das cartas orgânicas anteriores, constituiu outra das situações colocadas. A perspectiva de realização de novas cartas orgânicas estava presente desde o início, mas a sua morosidade levou a que se adaptassem os seus conteúdos à legislação de 1920, o que gerou diferentes formas de entendimento. Juntaram-se igualmente outros erros de publicação.

## **Os Problemas Financeiros**

A publicação da lei de autonomia financeira, em 1914, impôs às colónias portuguesas um padrão totalmente diferente: em substituição do princípio da solidariedade colonial, o que ficou em vigor foi a responsabilização de cada colónia pelas suas receitas e despesas.

Este princípio da autonomia criou novos problemas, impedindo o recurso ao financiamento de outras colónias ou da metrópole para solucionar as dificuldades financeiras que se encontravam. Houve que recorrer a outros expedientes, sobretudo a créditos. No início da década verificou-se a realização de empréstimos à Índia e a Timor, mas, além destes, os créditos orçamentais tornaram-se frequentes.

A questão financeira, porém, situava-se no campo mais vasto do todo nacional. As moedas locais inseriam-se nos seus contextos geográficos, longínquos da metrópole, e corriam o seu próprio processo, também longe da desvalorização europeia.

Cabia ao ministério a capacidade para alterar a moeda, porém, era também da sua tutela as questões relativas ao funcionalismo, comum a todas as colónias. O que sucedeu foi que os sucessivos aumentos de vencimentos ou subsídios resultantes do curso da moeda metropolitana repercutiam-se de forma muito grave nas finanças da Índia, Macau e Timor, com uma moeda muito mais valorizada, contribuindo para o agravamento das dificuldades experimentadas ao longo dos anos que se seguiram à guerra. As diversas propostas para alteração deste quadro encontravam-se perante importantes dificuldades decorrentes da lei. Além disso, as mesmas tentativas colocaram em causa outra questão

que, infelizmente, ainda não está suficientemente estudada: o equilíbrio de forças entre o governo e o funcionalismo (Reis, 2019b).

## **Evolução das Economias Locais**

No campo da economia também se encontraram quadros diferenciados conforme as colônias.

Sem mudanças muito significativas, o elemento mais destacado na Índia foi o aumento das exportações de manganês e outros minérios, com influências também na exploração do caminho-de-ferro, que viu, finalmente, melhorar a sua exploração (Reis 2005; Nagvenkar 1999; Ethell 2003).

Também se manteve o mesmo quadro em Timor, cuja principal produção continuava a ser o café. Este correspondia a 60,7% da exportação em 1920, sendo o valor ainda mais elevado em alguns outros anos (Reis, 2016).

Foi em Macau que se encontraram maiores alterações, novamente pelo seu enquadramento na sua internacionalização, ou, mais propriamente, pela sua dependência em relação aos seus dois vizinhos, Hong Kong e China, e pela importância que as estruturas da Sociedade das Nações passaram a exercer.

Desde o século XIX que a economia de Macau se baseava na exploração de monopólio (os exclusivos), com destaque para o ópio e o jogo. Este último, que se dividia entre os jogos chineses, na própria colônia, e a venda de lotarias, por uma área geográfica muito alargada, viveu fases diferentes, com maior ou menor concorrência, acabando por ganhar maior dimensão com a sua proibição em territórios vizinhos. A sua importância económica contradizia o seu valor social, com uma dimensão cada vez mais condenável. A mesma justificava também o incómodo crescente com a designação de “Monte Carlo do Oriente” (Reis, 2019).

O ópio, a outra grande fonte de receitas, partilhava com Hong Kong (e com outras áreas muito latas) os interesses no comércio. Tratava-se, porém, também de um proveito progressivamente contrariado internacionalmente pelas associações abolicionistas, com apoio de alguns países como os Estados Unidos. Desde 1909 que, em conferências internacionais, era debatido e combatido este tráfico e, em Haia, em 1912, assinou-se a primeira convenção internacional para o seu controle.

O convénio da constituição da Sociedade das Nações, em 1919, atribuiu a esta organização a responsabilidade pela implementação desta decisão. Na mesma sequência, a própria Sociedade das Nações passou a funcionar com organismos próprios para desenvolver essa ação. Com esse fim formou a Comissão Consultiva do Tráfico do Ópio e outras drogas e as Secção de Questões do Ópio e de Saúde, ou Comité do Ópio, que reuniam informação sobre a produção, distribuição e consumo.

Esta comissão, no prosseguimento do seu trabalho, avançou para a exigência de certificados de importação, a fim de controlar as produções e ligações comerciais e combater o contrabando, o que acabou por conduzir às Conferências de Genebra, em 1924-1925. Aí se determinou a constituição de monopólios governamentais de importação, venda e distribuição, e o controlo do comércio através dos certificados de importação.

Apesar da proximidade de interesses que neste campo existia entre Macau e Hong Kong, a colónia portuguesa via-se envolvida em acusações de contrabando, para a desacreditar internacionalmente (Dias, 2004).

As decisões das Conferências de Genebra implicaram para Portugal a remodelação da sua economia, conseguindo ganhar um prazo para realizar a adaptação e implementar a *régie*, ou monopólio estatal.

Foi neste contexto de crescentes dificuldades que o pós-guerra assistiu a uma viragem nas perspetivas que se poderiam imprimir a Macau, criando novas infraestruturas. O porto, há muito assoreado, significava, nos projetos de desenvolvimento, a capacidade de desenvolvimento comercial. Porém, as dificuldades associadas ao relacionamento com a China levaram a que, na viragem da década, nascesse o projeto de construção de um novo porto, a leste, para não implicar os limites em disputa. Aprovada e iniciada a construção, só em 1926 é que ele foi inaugurado, para acabar por significar uma frustração ao não corresponder às expectativas (Dias, 2004).

## Conclusão

A Índia, Macau e Timor viveram, no pós-Grande Guerra, uma situação que ficou sobretudo marcada como a continuação de estruturas que vinham de trás. Porém, esta continuidade encontrava agora algumas situações novas, integradas numa dimensão mais ampla, como aconteceu com a evolução financeira.

A situação do mundo colonial, porém, encontrava-se agora colocada numa área diferente, devido à existência da Sociedade das Nações. Esta enquadrava diretamente as questões, através da sua Comissão de Mandatos, mas também alargava a sua ação de forma indireta, abrangendo os aspetos que interessavam àquelas colónias, particularmente a Macau.

## Bibliografia

- Carroll, J. M., 2005. *Edge of Empires. Chinese Elites and British Colonials in Hong Kong*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press.
- Cruz, D. I., ed., 2009. *Estratégia Portuguesa na Conferência de Paz: 1918-1919. Actas da Delegação Portuguesa*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Dias, A. G., 2004. *Portugal, Macau e a Internacionalização da Questão do Ópio (1909-1925)*. Macau: Livros do Oriente.
- Dias, A. G., 1999. As Neutralidades de Macau (1839-1927). Em Jorge M. dos Santos Alves coord., *Portugal e a China. Conferências no II Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (séculos XVI-XIX)*. Lisboa: Fundação Oriente, pp. 377-394.
- Dimier, V., 2004. *Le Gouvernement des Colonies, Regards Croisés Franco-Britanniques, Bruxelles*. Ed. de l'Université de Bruxelles.
- Dirk, 2011. *Government of the Netherlands East-Indies*, M6. Disponível em: <http://www.asiapacificcrossings.org/wp-content/uploads/2011/11/M6-Dutch-Colonial-Administration-outline.pdf> [consultado em 8-5-2016].

- Efthymiou, N., 2014. The First World War and Constitutional Law for the Netherlands Indies. *Erasmus Law Review*, 7(2), pp. 54-66. Disponível em OpenEdition: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2520397](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2520397) [consultado em 17-5-2017].
- Ethell, B. D., 2003. *Portugal and Portuguese India. 1870-1961*. Tese de Doutoramento. School of Oriental and African Studies, University of London.
- Haberzettl, P. e Ptak, R., 2003. Vectores da Economia e das Finanças. Em A. H. de Oliveira Marques, dir., *História dos Portugueses no Extremo Oriente: Macau e Timor no Período Republicano*, vol. IV. Lisboa: Fundação Oriente, pp. 223-285.
- Haberzettl, P. e Ptak, R., 1991. Macao and its Harbour: Projects Planned and Projects Realized (1883-1927). *Bulletin de l'École Française d'Extrême-Orient*, n. 78, pp. 297-316.
- Jerónimo, M. B., 2010. *Livros Brancos, Almas Negras. «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português (c. 1870-1930)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lobo, S. A., 2013. *O Desassossego Goês. Cultura e Política em Goa do Liberalismo ao Acto Colonial*. Tese de doutoramento. Universidade Nova de Lisboa.
- Macnamara, M. F., 2015. *A Governor's Raj. British Administration During Lord Inwin's Viceroyalty, 1926-1931*. Thousands Oaks: Sage.
- Martin, 2005. *The French Empire Between the Wars. Imperialism, Politics and Society*. Manchester: Manchester University Press.
- Nagvenkar, H. T., 1999. *Salt and the Goan Economy (A Study of Goa's Salt Industry and Salt Trade in the 19th and 20th Centuries During the Portuguese Rule)*. Tese de Doutoramento em Economia. Goa University.
- Oliveira, P. A., 2014. O Ciclo Africano. Em João Paulo Oliveira e Costa, coord., *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: Esfera dos Livros, pp. 341-545.
- Oliveira, P. A., 2011. O Factor Colonial da Política Externa da Primeira República. Em Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires de Oliveira, coord., *A Primeira República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Reis, C., 2019. Propostas Turísticas em Macau no primeiro quarto do século XX. Em Maria João Castro, coord., *Empire and Tourism. An Anthology of Essays*. Lisboa; ArTravel, pp. 27-33.
- Reis, C., 2018a. *O Ministério das Colónias durante a República: Propostas e Realizações*. Comunicação apresentada no Congresso “Em busca da Eficiência. Mudanças e Continuidades na Administração Pública Contemporânea”. Lisboa: 4/5 de junho.
- Reis, C., 2018b. *O Poder Entre Lisboa e o Oriente – Persistências e Mudanças na Administração, do Ultimato ao Ato Colonial*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Reis, C., 2017. A Ação de um Governador – Aspetos do Governo de Maia Magalhães em Macau. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Vol. 17, pp. 315-335. Disponível em: [https://doi.org/10.14195/1645-2259\\_17\\_14](https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_14)
- Reis, C., 2016. Timor Português. Produção e Mercados na Década de 1920. *Revista Portuguesa de História*, XLVII, n.º 47, pp. 419-442.
- Reis, C., 2015. Extradicação de Macau para a China no início do Século XX. Práticas Coloniais entre a Afirmação e a Manutenção. *Relações Internacionais*, n.º 48, dezembro, pp. 123-137.
- Reis, C., 2014. Macao et Timor. Le Souveraineté Portugaise et l'Incidence de Guerre de 1914-1918. *Guerres Mondiales et Conflits Contemporains*, n.º 256, outubro, pp. 69-80.

- Reis, C., 2001. Índia. Em A. H. de Oliveira Marques, coord., *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano (1890-1930)*, vol. XI. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 585-654.
- Romain, B., 2007. La «Politique Éthique» des Pays-Bas à Java (1901-1926). *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 93, pp. 115-138. Disponível em OpenEdition: DOI: 10.3917/ving.093.0115 [consultado em 5-8-2015].
- Saldanha, A. V., 2010. *Negociações e Acordos Luso-Chineses sobre os Limites de Macau no Século XIX. Contribuição para a Compreensão dos Actuais Limites da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Instituto Internacional de Macau.
- Saldanha, A. V., 1999. *Missão na China. Diário do Comissário Joaquim José Machado nas Conferências Luso-Chinesas para a Delimitação de Macau (1909-1910)*. Apresentação e introdução histórica. Macau: Fundação Macau/Centro de Estudo das Relações Luso-Chinesas.
- Saldanha, A. V., 1996. *Estudos sobre as Relações Luso-Chinesas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Instituto Cultural de Macau.

## Capítulo III

# ENTENDER A GUERRA, EDIFICAR A PAZ



# Na Senda da Paz: Portugal, Europa e Multilateralismo (1915-1916)

**Teresa Nunes**

*Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*

## **Introdução**

A natureza do conflito mundial, travado entre 1914 e 1918, suscitou um conjunto apreciável de reflexões acerca das consequências perenes, de temporalidade diversificada, no âmago das estruturas políticas e económicas do espaço tido como matricial do confronto – a Europa. Tal cerne de observação, porém, não iludia a diligência de análise aplicável a outros contextos geográficos, mormente o asiático e o africano, naturalmente inscritos no quadro dos interesses geopolíticos nacionais. Desta feita, as visões sobre a Grande Guerra e as leituras respeitantes ao intervencionismo e ou neutralidade nacionais no confronto bélico refletiam premissas basilares subjacentes ao imperialismo, entendido como conceção política compósita. Por extensão, atendiam às lógicas prevalecentes e mutações ocorridas no perímetro das relações entre Estados europeus, as quais descreviam um percurso partilhado com a certeza de um tempo caracterizado pela manutenção de velhos e assunção de novos agentes com aspirações hegemónicas nos espaços europeu e extraeuropeu, na esteira da projeção diplomática almejada pelo Japão e pelos Estados Unidos da América, no período imediatamente anterior à eclosão bélica.

Estranhamente, ou talvez não, um dos denominadores presentes nos articulados concebidos em torno da Grande Guerra, dos efeitos respetivos bem como das relações entre Estados no contexto subsequente assentava no reconhecimento de uma matriz civilizacional europeia indistintamente transversal a beligerantes e neutrais do Velho Mundo. Esta leitura aglutinante não se quedava pela relevância renascida de uma Velha Europa, enquanto espaço de direitos fundamentais. Podia igualmente derivar pela procura de soluções geopolíticas renovadas no quadro das relações entre Estados, firmadas na prevalência de fatores estruturantes a saber, as dimensões histórica, geográfica e institucional.

Nas premissas de análise sobre a Grande Guerra e ou a construção da paz, concebidas por José de Macedo (1916) e Ezequiel de Campos (1915-1916) transparecia uma ideia chave, a da perenidade conflitual de uma guerra tornada interminável pela natureza da paz negociada entre os vencedores e os vencidos. A esta acrescia, porém, a imagem da perda coletiva da Europa, cujo redesenho do espaço político e financeiro resultava numa intervenção privilegiada das grandes potências vitoriosas. Nesta conformidade, sobrevi-

nam dúvidas cruciais aos autores portugueses supramencionados: qual o alinhamento diplomático desejável e adequado à prossecução dos objetivos da República Portuguesa? Qual o papel reservado às pequenas nações no quadro europeu refundado no final do conflito? Qual o papel acessível à República Portuguesa no sistema de relações internacionais do pós-guerra?

## A Guerra Depois da Grande Guerra – a Europa e o “Perigo Americano”

Em 1916, a Biblioteca da Renascença Portuguesa enriquecia a sua já considerável coleção editorial com um volume intitulado *O Conflito Internacional sob o ponto de vista português. Estudo Político e Económico*<sup>1</sup>. O autor da obra, José Pinto de Macedo<sup>2</sup>, não integrava o núcleo fundador da Renascença nem colaborou nas publicações periódicas associadas ao movimento, *A Águia* e a *Vida Portuguesa*. Tais circunstâncias contribuíam decisivamente para o convite, escorado nos intentos expressos de promover amplamente a beligerância nacional, através da diversificação dos autores envolvidos na campanha de esclarecimento da opinião pública. Assim, a escolha de Macedo revelava-se nada surpreendente: o socialista histórico, protagonista de exílio angolano para evitar os rigores da censura metropolitana em finais de Oitocentos e do cárcere<sup>3</sup>, declarava agir em observância com o ideário da juventude ao aderir ao republicanismo e, não menos relevante, ao Partido Republicano Português, vulgo Democrático<sup>4</sup>.

---

1 José de Macedo, *O Conflito Internacional sob o ponto de vista português. Estudo Político e Económico*, Porto, Renascença Portuguesa, 1916.

2 José Pinto de Macedo (Vila Nova de Gaia, 13 de janeiro de 1876-Lisboa, 31 de julho de 1948) concluiu o Curso Superior de Comércio em 1897. Colaborou em *A Vanguarda* (1900), na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima* (1903), no *Economista Português* (1910). Fundou e dirigiu *A Lucta* (abril de 1900), diário socialista, substituído por *A Federação* (setembro de 1900), *A Defesa de Angola* (1904-1908), *O Outubrista* (1922) e do *Diário do Povo. Órgão do Partido Republicano Radical* (1925). Professor da Escola Colonial de Lisboa, foi membro fundador da União Colonial, membro da Sociedade Anti Esclavagista Portuguesa, cujos quadros integrou como secretário, e sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, integrado na comissão colonial. Autor de: *O Cooperativismo* (Editora, 1897), *Socialização do Ensino* (Editora, 1898), *Poderio da Inglaterra* (Guimarães, 1899), *As nossas Riquezas Coloniais* (Sociedade de Geografia de Lisboa, 1902), *Os Contratos de Serviços de Angola* (Comércio de Luanda, 1904), *Autonomia de Angola* (Edição do Autor, 1910), *As Pautas de Angola* (Edição dos Comerciantes angolenses de Lisboa, 1912), *Meios de desenvolver a riqueza pública. Tese para um congresso nacional* (1913). Membro do Partido Republicano Português (vulgo Democrático) viria a ser figura destacada do Partido Republicano Radical. José de Macedo, *Autonomia de Angola*, 2.<sup>a</sup> ed., introd. por Jorge Borges de Macedo, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988; *Idem, Autonomia de Angola*, 3.<sup>a</sup> ed., introd. por Jorge Borges de Macedo, estudo introdutório Cátia Miriam da Costa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2008; António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas: as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Cosmos, 2000; Teresa Nunes, “José de Macedo, O Conflito Internacional e a Renascença Portuguesa”. “Grande Guerra: Impactos e Modelações Culturais”. *Letras Comida. Revista de Literatura, Cultura e Arte*, n.º 8, 2016/2017, pp. 23-31.

3 António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas: as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Cosmos, 2000.

4 “Embora filiado no partido republicano, faço-o como necessidade reconhecida de concentrar energias e dedicações para que a República Portuguesa possa contar com partidos sólidos em que se apoie, contrapostos à ação regressiva”. José de Macedo, Op. Cit., p. 11.

Os artigos publicados pelo autor em *A Folha Nova* e *O Século* demonstravam a metodologia preferencial de análise promovida pelo então professor da Escola Colonial de Lisboa. Observador atento dos fenómenos políticos, da evolução económica e das estruturas sociais coevos europeus, José de Macedo mostrava-se arreigado a uma grelha de abordagem interdisciplinar, por resultante da conciliação entre a geografia económica, a história política e a diplomacia, amplamente inspirada pelos princípios da sociologia. Socorrendo-se da premissa de Greef<sup>5</sup>, a interdependência dos fatores sociais, Macedo procedia à aplicação respetiva no campo das estruturas políticas internas e externas de cada Estado, as quais considerava indeslináveis da esfera económica e financeira.

Por último, o entendimento formulado pelo autor sobre a Paz Armada, as causas do conflito e a natureza do confronto iniciado no Verão de 1914 inscreviam-se amplamente nos propósitos dos editores da *Renascença Portuguesa*. Promotor de uma mundividência escorada no conceito de soberania nacional fragmentada entre o Velho e Novo Mundos, bem como na elevação geopolítica dos territórios africanos por intermédio do sistema federalista, Macedo revelava-se igualmente um defensor da projeção lusitanista na Ásia através do estabelecimento de alianças com as potências asiáticas.

Estribado nas obras de Victor Cambon<sup>6</sup> e Yves Guyot<sup>7</sup> como na discordância das premissas versadas por Edmond Théry, fosse na perceção do “perigo amarelo”<sup>8</sup> ou no entendimento da Europa enquanto entidade uniforme, nos domínios económico e financeiro<sup>9</sup>, Macedo perscrutava o fenómeno bélico como produto de uma dinâmica histórica inerente ao desenvolvimento industrial oitocentista, o qual propiciou fatores de natureza endógena – a erosão das instituições políticas em face da ascendência das estruturas económicas e respetivas necessidades expansionistas. Tais motivavam, por seu turno, alterações substanciais de índole exógena, a saber a reestruturação do sistema de relações internacionais, segundo uma lógica dicotómica assente nos dois alinhamentos diplomáticos e militares fundados em 1882 e 1904/1907, respetivamente.

Esta análise sublinhava ainda tendências características geradas em Oitocentos, mormente a ascensão de uma nova força social e económica, instada à fraternidade transnacional, o operariado europeu, o qual descrevia como demonstrativo da capacidade regeneradora do sistema económico apesar das distorções propiciadas pelo advento do imperialismo. Convicto do significado político socializante desta classe social em contextos políticos hostis à participação institucional ampla do cidadão – atendia especialmente ao Império Alemão – Macedo revelava-se pouco impressionado com o posicionamento do operariado germânico na conjuntura bélica. Segundo considerava, esta opção inseria-se na lógica de intervenção política paulatina, desprovida de intentos revolucionários, “fáceis de esmagar”, antes assente no processo pedagógico “de que resulta a posse de

---

5 Guillaume de Greef, *As Leis Sociológicas*, trad. de Adolfo Lima, Lisboa, José Bastos e Comp.<sup>a</sup>, 1910.

6 Victor Cambon, *Les Derniers Progrès de l'Allemagne*, Paris, 1914.

7 Yves Guyot, *Les Causes et Conséquences de la Guerre*, Paris, 1914.

8 Edmond Théry, *Le Péril Jeune*, Paris, 1901.

9 *Idem*, *L'Europe Economique*, Paris, 1911.

uma mentalidade própria, sendo a potência, organizada e municiada, contra a qual não é possível resistir pela violência”.

Assim definido, o operariado constituía a força mais relevante da Alemanha, “superior aos seus próprios exércitos das casernas” mas também o principal risco para a manutenção do império formado em 1871, sob a égide do direito<sup>10</sup>. A intervenção do operariado alemão no conflito, muito embora tivesse logrado as expectativas imediatas do movimento pacifista e socialista da Europa, era observada por Macedo como um garante da democraticidade da nova ordem institucional germânica, necessariamente concebida no rescaldo da Grande Guerra. Por extensão, funcionaria de igual forma no sistema de relações internacionais tendencialmente equitativo por oposição à realidade oitocentista, caracterizada pela correlação de forças entre potências imperialistas.

Enfatize-se, porém, a transversalidade do fenómeno supramencionado; nas premissas de análise macedianas, o Velho Mundo não se encontrava resguardado dos efeitos perniciosos desta contenda. Ao invés, inscreve-se amplamente na mesma, cuja espacialidade abarcava o perímetro gradualmente aumentado dos interesses das economias industrializadas, atuantes simultaneamente na esfera europeia e extraeuropeia. Atendendo a tais pressupostos, as áreas europeias de menor desenvolvimento económico e ou escassa capacidade financeira, à semelhança do continente africano, asiático ou da América Central e do Sul, facultavam contextos de atuação, direta ou indireta, das grandes potências cujo desempenho, conforme as tendências aglutinantes características do século XIX, corporizavam a dinâmica concentracionista.

Nesta leitura sobrevinham aspetos inesperados de avaliação, atenta a opção guerrista do autor, o qual optava por se distanciar da justaposição perfeita entre a defesa da beligerância portuguesa e a necessidade de confrontar um adversário específico, o despotismo germânico, agente agressor da soberania nacional em África, unânime entre os autores da Renascença Portuguesa e os colaboradores de *A Águia*. Macedo, por seu turno, refutava entendimentos maniqueístas e procedia a um reposicionamento das origens da eclosão bélica e respetivas repercussões.

Segundo explanava, o Império Alemão configurava um dos pólos representativos do expansionismo aguerrido observado a partir da década de 80 do séc. XIX. Sem prejuízo da relevância das opções políticas, militares e diplomáticas germânicas, as quais considerava basilares da Paz Armada, Macedo identificava outros centros impulsioneiros de tendências imperialistas congêneres. Assente no princípio “na extraordinária expansão económica moderna está implícita a expansão política, propriamente dita”<sup>11</sup>, o autor enfatizava o pan-eslavismo, patrocinado por Nicolau II, as apetências nacionalistas da III República Francesa, conforme as formulações de Derouléde e, muito especialmente, o imperialismo britânico, consubstanciado nas perspetivas hegemónicas de Chamberlain.

---

10 José de Macedo, *O Conflito Internacional sob o ponto de vista português. Estudo Político e Económico*, Porto, Renascença Portuguesa, 1916, p. 369.

11 *Idem*, p. 12.

Aos olhos de Macedo, os desígnios de consolidação da Grã-Bretanha, enquanto potência de primeira grandeza, a Maior Bretanha, comportavam aspetos não negligenciáveis para a economia britânica, para o sistema de trocas internacional, para o Império Britânico mas também para a dimensão europeia – os resultantes ambicionada união aduaneira entre a Inglaterra e os Estados Unidos da América<sup>12</sup>.

Assim as “expansões existiam – não apenas a política germânica”<sup>13</sup> e não exclusivamente europeia. Esta asserção de Macedo radicava na análise atenta da política externa norte-americana, no rescaldo da Guerra de Secessão, e do cuidado prestado à evolução japonesa – nos domínios político, económico, diplomático e colonial – desde os finais da década de 80 do séc. XIX. Longe de menosprezar os atores extraeuropeus, o autor concedia ampla ênfase aos interesses geoestratégicos dessas potências cuja prossecução propiciava o confronto com os países europeus.

Nesta perspetiva, segundo Macedo, Portugal encontrava-se compelido a participar ativamente no esforço beligerante quer no teatro europeu, quer no cenário africano, sem obliterar o interesse estratégico nacional e a atenção devida às movimentações em curso no contexto asiático. A natureza compósita do conflito entre potências impunha o procedimento supramencionado o qual facultava a Portugal a possibilidade em concorrer decisivamente para a manutenção do legado político e jurídico europeu no Velho Mundo e no espaço extraeuropeu. Decerto, a prossecução desse objetivo pressupunha a erradicação imediata dos elementos indutores dos conflitos endógenos a saber, o combate eficaz às aspirações hegemónicas preconizadas então pelo Império Alemão, atuante sob a égide da influência prussiana.

Esta influência manifestava-se funesta para o espaço germânico, reconvertido em colosso militar à revelia das matrizes essenciais intrínsecas a cada um dos membros integrantes da arquitetura institucional formada em 1871. Por outro lado, a mesma ascendência prussiana refletia-se no espaço alemão mais amplo, revelando-se determinante para a cooperação difícil entre o Império Austro-Húngaro e as demais potências europeias, mormente as ocidentais ou a leste. Por fim, o restabelecimento das relações entre os agentes europeus configurava uma necessidade instantânea para o Velho Mundo cuja fragilidade, económica e financeira, funcionava como elemento de subalternização da Europa no domínio geoestratégico perante a assunção dos Estados Unidos da América. Aos olhos de Macedo, as consequências mais gravosas da Grande Guerra consistiam na incapacidade europeia em obstar à projeção hegemónica dos Estados Unidos, anunciada aquando da Conferência de Algeciras (1906) e tornada possível pelas condições ditadas pela beligerância.

Em suma, a Grande Guerra constituía um contexto privilegiado para resgatar a Europa das tendências dissolventes, operantes desde o terceiro quartel do séc. XIX, res-

---

12 “Chamberlain tinha a grande ambição de aliár, para conquistar definitivamente o mundo, a Inglaterra com a sua antiga colónia. [...] A luta teria resultados problemáticos aliás porque se tal sucedesse, se um proteccionismo feroz se afirmasse em factos, os mercados das outras nacionalidades estariam, também, cerrados para os outros produtos ingleses e americanos”. *Idem*, p. 13.

13 *Idem*.

ponsáveis pela eclosão do conflito. Consistia igualmente num momento de salvaguardar o legado europeu, o qual importaria robustecer como forma de prevenir a influência de potências extraeuropeias, mormente os Estados Unidos da América. Porém, segundo José de Macedo, a prossecução de ambos os desideratos implicava uma responsabilidade acrescida das potências latinas – definição assente nas vertentes histórica, geográfica, cultural e linguística – às quais se impunha uma mutação substantiva das lógicas de interação. À Europa latina – sublinhe-se França, Itália, Espanha e Portugal, sem desatender à Bélgica e particularmente atento às influências latinas extraeuropeias – impunha-se um padrão de relacionamento capaz de subverter as ideias de decadentismo com o qual fora conotado na sequência da ascensão económica da Grã-Bretanha e do Império Alemão.

Pragmático, Macedo considerava a edificação desta Europa latina como resultante de uma lógica gradualista cujos alicerces residiam na capacidade luso-espanhola de promover um *Zollverein* ibérico, de natureza exemplar para as demais economias envolvidas no esforço beligerante contra o Império Alemão<sup>14</sup>. A primazia de portugueses e espanhóis revelavam-se consistentes com a amplitude da influência extraeuropeia mantida por ambos os países no espaço americano, à qual acrescia o impacto das opções diplomáticas francesas, com reflexos relevantes no bloco eslavo, mormente na Rússia<sup>15</sup>.

Porém, segundo o autor, a correlação reforçada entre estados de filiação cultural e linguística latina, estribada nas sucessivas influências geoestratégicas intrínsecas a cada membro, não acautelava a manutenção da geografia política europeia diversificada. Consequentemente, não representava garantia de prevalência dos pequenos estados na ordem mundial pós-Grande Guerra. Assim, o concurso desses agentes na beligerância revelava-se estruturante nos entendimentos sobre o Velho Mundo na conceção de uma paz durável. Portugal, à semelhança da Sérvia, Montenegro ou Bélgica, incumbia a tarefa de representação de uma Europa multifacetada, por caracterizada pela coexistência de realidades nacionais de dimensões diferenciadas, relevantes por constituírem um travão às aspirações hegemónicas dos grandes Estados<sup>16</sup>.

---

14 “A aliança luso-espanhola, como precursora da aliança latina, seria a solução a dar ao conflito europeu, cujas consequências são de difícil previsão. Esta aliança não seria nem ofensiva nem defensiva, baseada em factos de ordem económica, histórica, etnológica e política; a conjugação dos povos que iniciaram o grande movimento dos descobrimentos teria uma feição acentuadamente humanitária”. *Idem*, p. 409.

15 *Idem*, p. 407. Sobre a aliança das denominadas nações ibéricas, Macedo explicitava: tratava-se da base para “a grande aliança latina, pacificadora, baseada no trabalho de expansão da civilização que tem na França e na Itália os seus gloriosos intérpretes. É deplorável que as nações que representam o grande movimento artístico e filosófico que, para assim dizer mantem o espírito de solidariedade histórica entre o velho e o novo mundo se encontrem, neste momento, desconjuntadas quando franceses, italianos, espanhóis e portugueses, unidos e acordados numa ação harmónica, podiam estabelecer uma certa unidade espiritual, fomentada e fortalecida. Assim associados teriam uma larga importância, pois que as nações latinas na Europa e na América têm hoje uma influência moral e económica bastante poderosa. Os franceses dominam onde é necessário concorrer com dinheiro [...]. os italianos, no norte de África, Brasil, Argentina e Estados Unidos da América. Na América, os povos hispano-espanhóis são elementos valiosos a aproveitar”, com especial relevância para o Brasil. *Idem*, p. 407.

16 “Vamos provar que os pequenos povos – Sérvia, Montenegro, Bélgica e Portugal – só são pequenos pelo seu tamanho territorial, mas que quando veem pela sua frente a horda despótica que os pretende esmagar

Por último, nas percepções formuladas por José de Macedo, tanto a beligerância portuguesa no teatro europeu como o ensejo de preconizar uma aliança luso-espanhola correspondiam à consolidação efetiva das instituições republicanas portuguesas. Mais do que atender às conjunturas europeias e aos interesses nacionais nos cenários africanos e asiáticos, a opção diplomática perante o conflito refletia uma rutura indelével com o passado monárquico. Tratava-se da assunção da diplomacia republicana, no sentido pleno, conotada com o repúdio das opções brigantinas cujo propósito imediato atendia à manutenção das disputas com a Espanha<sup>17</sup>.

## A Guerra Depois da Guerra – Ezequiel de Campos e a Visão do Pós-Grande Guerra

“Tudo está muito bem (apesar de estar tudo muito mal) durante a Guerra. No fim é que surge para nós a guerra: não são os sessenta ou oitenta ou cento e vinte mil homens que a guerra, por muito, nos há-de levar, o que deprimirá a Grei; o que nos há-de aterrar e esmagar é a concorrência feroz da atividade dos outros, dos hegemónicos, à nossa preguiça e à nossa ignorância”<sup>18</sup>. Assim Ezequiel de Campos retratava os dilemas associados ao pós-Grande Guerra em Portugal.

Engenheiro civil e de minas, pela Academia Politécnica do Porto, Ezequiel de Campos encetou atividade política parlamentar em 1911, enquanto deputado proclamado pelo círculo eleitoral de Póvoa de Varzim<sup>19</sup>. Primordialmente afeito ao tratamento das

---

multiplicam as suas energias, aumentam o seu poder de luta e intervêm duma maneira tenaz contra as grandes potências”. *Idem*, p. 412.

17 *Idem*, p. 407.

18 *Idem*, “Situação Económica. A Falência Económica I Factos e Deduções”, *Pela Grei. Revista para o Ressurgimento Nacional pela Formação e Intervenção de uma Opinião Pública Consciente*, dir. por António Sérgio, ano 1.º, n.º 3, 1918, p. 152.

19 Ezequiel Pereira de Campos (1874-1965) Implantada a República, Ezequiel de Campos foi escolhido como representante da Póvoa de Varzim, concelho integrado no círculo n.º 13 para a Assembleia Nacional Constituinte, órgão onde se empenhou na reestruturação do sector primário português animado pelos objetivos de acréscimo da capacidade produtiva do país, decréscimo das importações, fixação demográfica, estabilidade das finanças públicas e incremento da indústria portuguesa. Estes propósitos nortearam o percurso como parlamentar durante os três anos subsequentes. Durante este período publicou *Projecto de Lei de Utilização dos Terrenos Incultos (Apresentação à Assembleia Nacional Constituinte na Sessão de 27 de Julho de 1911)*, de 1911; em 1912, editava *Obras Públicas em S. Tomé*, o resultado do inquérito de que fora incumbido pelo ministro da Marinha e Colónias ainda em 1911 para saneamento das finanças da repartição de Obras Públicas da província, incremento das vias de transporte mais urgentes e ajustadas às condições geográficas como às necessidades económicas insulares. Em 1913, surgiu *Leisões – Porto Comercial. (Considerações do Engenheiro Ezequiel de Campos, Relator do Parecer da Comissão de Obras Públicas da Câmara dos Deputados, sobre a proposta de lei apresentada à mesma Câmara pelos Senhores Ministros das Finanças e do Fomento, em 18 de Fevereiro de 1913)*, sobre uma intervenção pontual do autor cujo labor parlamentar viria a ser sistematizado pelo próprio em *A Conservação da Riqueza Nacional*, editado em Novembro do mesmo ano. Obra fundamental para a compreensão do ideário ezequieliano, também para apreender o desenvolvimentismo programado pelo autor ajustado à conjuntura económica, social e política como às potencialidades de afirmação dos sectores primário e secundário nos mercados interno e externo, assente numa conceção integrada do espaço económico nacional, com relevo particular para o contributo ultramarino. Colaborou com a Universidade Popular do Porto, através de um conjunto de conferências sobre demografia portuguesa, realizadas em

questões económicas, Ezequiel de Campos não desatendeu às características da Paz Armada, à irreversibilidade de um conflito militar a breve trecho ou ainda ou às repercussões do confronto cuja natureza compósita há muito enfatizava<sup>20</sup>.

Após a eclosão da Grande Guerra, as preocupações do autor centravam-se nos sinais indesmentíveis de esgotamento do país, multiplicados pelos diferentes cenários; nem o Noroeste, com a sua densidade demográfica e o dinamismo agrícola, nem o Alentejo, com a proteção pautal à cerealicultura demonstravam capacidades para superar as dificuldades próprias e ou contribuir para o enriquecimento nacional. Estas, as duas vertentes extremas do problema português, caracterizado por outras áreas regionais onde, com salvaguarda da capital, o fluxo migratório acompanhava – e perpetuava – o défice das estruturas produtivas portuguesas, cuja situação periclitante era aferida pelos valores do comércio externo português.

Esta análise justificava escassa, e indireta, referência à Primeira Guerra Mundial: Ezequiel de Campos preferia manter-se alheado do debate entre guerristas e anti-guerristas, na esteira aliás do desempenho parlamentar e em coerência com as críticas ao ensejo do reequipamento do exército. Prevalcia, por outro lado, escorado numa perspetiva pretensamente apolítica e apartidária, protegida pela disparidade cronológica entre as datas da prestação ezequieliana na Universidade Livre do Porto e a publicação de *A Grei*, ocorrida após a eclosão do conflito bélico.

Acerca deste, como se o mesmo não existisse ainda, o autor vaticinava um desfecho funesto para a economia portuguesa, cuja debilidade impossibilitava qualquer protago-

---

Novembro de 1913, posteriormente reunidas em volume publicado em 1915 com o título de *A Grei*. (*Subsídios para a Demografia Portuguesa – Lições efectuadas na Universidade Popular do Porto em Novembro de 1913*); igual procedimento com a edição de *Leivas da Minha Terra (Subsídios para a Economia Agrícola Portuguesa – Lições efectuadas na Universidade Popular do Porto em Abril de 1918*). Estas publicações eram reveladoras do interesse pelo desenvolvimento das potencialidades económicas e sociais do país, domínio onde se inseria ainda a análise *Pela Espanha*, de 1916, um estudo sobre a evolução da economia espanhola cujo sucesso transformava estes padrões de crescimento numa referência para Portugal ou *Evolução e Revolução Agrária*, de 1918, sobre o perfil da propriedade fundiária nacional e o seu impacto na produtividade agrícola portuguesa. Em 1922 assumia a direção dos Serviços Municipalizados de Gás e Eletricidade do Porto. Em 1925, ingressava no corpo docente do Instituto Superior de Comércio do Porto, ao qual se manteve ligado até 1933; transitava então para a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto onde lecionou como professor catedrático de Ciências-Económico-Sociais. Na década de vinte, Ezequiel de Campos publicava – *Lázaro!...* (*Subsídios para a Política Portuguesa*), em 1922; *A Crise Portuguesa. Subsídios para a Política de Reorganização Nacional* (Em colaboração com Quirino de Jesus), de 1923; *Política*, de 1924, (edição atualizada em 1954) e por último *Lázaro!...* (*Subsídios para a Política Portuguesa*). Ministro da Agricultura de Novembro de 1924 a Fevereiro de 1925, elaborou a *Proposta de Lei de Organização Rural*, na esteira do trabalho desenvolvido enquanto constituinte. No ano seguinte, depois do golpe de estado de 28 de Maio, era requisitado por Mendes Cabeçadas para titular da pasta da agricultura e do comércio, como interino, uma nomeação recusada por falta de condições para o exercício do cargo. Em 1935 integrava a Câmara Corporativa, mantendo-se associado às questões energéticas e às Finanças e Economia Geral. Destacou-se na elaboração dos I e II Planos de Fomento, respetivamente de 1953 a 1958 e de 1958 a 1964. Em 1957, ingressou no Conselho da Presidência. Teresa Nunes, *O Ideário Republicano de Ezequiel de Campos (1900-1919)*. Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2011, pp. 17-41.

20 Teresa Nunes, *O Ideário Republicano de Ezequiel de Campos (1900-1919)*. Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2011, pp. 473-644.

nismo: “o mais leve conflito europeu que estorvasse de vez a navegação de tocar nos nossos portos e que forçasse a Espanha a guardar os seus produtos ou a não permitir a circulação de comboios para o nosso território, parava-nos em poucas semanas toda a atividade industrial e matava-nos em poucos meses de fome, isto até na hipótese de não nos acharmos envolvidos na contenda. O que seria se tivéssemos de pegar em armas...! É necessário que antes de toda a pregação platónica de armamentos, todos nos convençamos que para um indivíduo ou uma nação se defender, precisa de em primeiro lugar poder sustentar-se de pé”<sup>21</sup>.

Consequentemente, a querela do guerrismo ou anti-guerrismo era uma futilidade, segundo a perspetiva ezequieliana: a neutralidade não era suscetível de escolha ou sequer objeto de discussão. Antes resultava como uma imposição natural e irrefutável das insuficiências da estrutura produtiva portuguesa, bem como das disparidades tecnológicas existentes entre a realidade nacional e os beligerantes. Tratava-se, por assim dizer, de um duelo reservado a titãs, sem espaço à presença de economias de menores dimensões como a portuguesa. Logo, a consequência imediata da guerra traduzia-se na exposição maior das debilidades nacionais e na premência em adotar um programa de desenvolvimento interno com resultados práticos a breve trecho.

No entanto, o cenário de guerra podia contribuir para a resolução dos problemas estruturais da economia portuguesa. Atendendo aos fluxos migratórios, o autor estimava uma mudança de padrões devida ao conflito mundial e suas repercussões no Brasil. Já em Portugal, a contração da economia brasileira avultaria à dimensão de catástrofe, económica, financeira e social. Evitá-la significava uma mutação drástica das prioridades e procedimentos políticos, motivo pelo qual a guerra poderia, afinal, beneficiar o país em tempo médio e longo.

Neste sentido, enquanto sinónimo de excecionalidade de largo espectro, o conflito mundial configurava a oportunidade de revolucionar as estruturas da economia portuguesa e colmatar a assumida improficuidade da obra realizada pelo Governo Provisório da República. Embora tardia, era “uma oportunidade de começar sem peias governativas o aproveitamento da energia hidroelétrica, para substituir definitivamente o carvão, cerceado pela guerra, na maior parte da indústria e da viação ferroviária; de desenvolver a irrigação do Sul, da Beira de além das serras e Trás-os-Montes, para garantir uma agricultura variada e rica, e a produção frumentária e pecuária suficiente, em resposta à alta dos géneros alimentícios fundamentais; de instalar a cultura das fibras vegetais e o fabrico de quase todo o papel para o consumo; de criar lã, substituindo a cabra pela ovelha; de alargar as matas e os prados de montanha; de aclimar algumas indústrias de boas condições para o país; e até de fazer os adubos azotados pela eletricidade e outros produtos químicos, nas mãos da indústria alemã – convindo também fabricar o aço, logo que fosse possível, e estabelecer, desde já, carreiras de navegação para o Brasil e para o norte da Europa, pelo menos”<sup>22</sup>.

---

21 Ezequiel de Campos, *A Grei. Subsídios para uma demografia portuguesa. Lições efectuadas na Universidade Popular do Porto em Novembro de 1913*, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1915, pp. 233-234.

22 *Idem*, pp. 256-7.

Aproximadamente dois meses depois, Ezequiel de Campos dava continuidade a algumas dessas ideias em *O Trabalho Nacional*, através de uma série breve, de três intervenções, com um pendor marcadamente regionalista, característico do labor ezequieliano do período, embora inscrito na lógica de progresso nacional. O objeto de análise incidia nas potencialidades de crescimento económico do Porto, um exercício onde recuperava, parcialmente, a abordagem metodológica e o suporte conceptual aduzidos em 1913, na defesa da valência comercial em Leixões. Por seu turno, retomava esta (valência) enquanto um dos alicerces estruturantes da perspectiva de crescimento assente na ligação preferencial a Espanha e no aproveitamento das potencialidades hídricas do Douro, também constantes no relatório de 1913. Todavia, estas impressões surgiam contextualizadas na conjuntura portuguesa de 1915, determinada pela economia de guerra e suas repercussões, próximas e longínquas.

Aos olhos de Ezequiel de Campos parecia ineludível que o cenário de beligerância na Europa impunha a Portugal um esforço de projeção económica externa, a desenvolver no quadro temporal no mesmo conflito; pois nem Portugal poderia eximir-se das tendências económicas, comerciais e tecnológicas do momento, sob pena de isolamento, perda de soberania e de território, nem tão pouco este desiderato seria concretizável em tempo posterior ao final do conflito<sup>23</sup>. Igual assertividade empregava na definição das áreas de influência preferenciais para a prossecução do objetivo e do âmbito temporal enunciados: “se Portugal quiser integrar-se nas nações modernas”, as opções imediatas eram “a vizinhança do noroeste da Europa e o sulco do Douro”<sup>24</sup>. Estas escolhas radicavam num conjunto de fatores exógenos, como a acessibilidade a mercados de grande dimensão, a ligação ancestral aos mesmos, os ritmos de crescimento ou ainda a convergência potencial devida à partilha de interesses/recursos naturais comuns. Contudo, também num horizonte de características endógenas da estrutura nacional como a densidade demográfica, a capacidade industrial instalada e o dinamismo comercial, aspetos preponderantes da revalorização estratégica primária atribuída ao Porto.

No entanto, o seu âmbito seria invariavelmente restrito, em consequência da configuração oro-hidrográfica na península ibérica, incompatível com a supremacia completa de uma estrutura portuária em detrimento das demais, portuguesas ou espanholas<sup>25</sup>. Mas

---

23 “Seremos uma nação miserável como dizia Herculano, se não nos pusermos a par do nosso tempo. Querer manter pela simples proteção pautal uma indústria apegada a matérias primas importadas (quando muitas delas podíamos produzir), oneradas de transportes os mais caros da Europa, e à força do carvão, a mais cara também, é ignorar que os outros povos, muito melhor apetrechados, nos rompem facilmente esse bloqueio de direitos alfandegários para virem explorar-nos, e que assim também vamos afundando toda a vitalidade da Grei e todo o espírito de iniciativa para a vida hodierna”, “A Possibilidade Económica do Porto”, *O Trabalho Nacional. Revista mensal publicada pela Associação Industrial Portuense*, Ano I, n.º 3, 15 de Março de 1915, p. 69.

24 *Idem*.

25 “A Ibéria [...] não oferece como a Alemanha, como a Bélgica, como a França, extensos rios de navegação interior, suscetíveis de ligar-se uns aos outros por meio de canais económicos, e até de navegação fluvial do Atlântico ao Mediterrâneo; nem tão pouco uma só frente ao mar; as suas múltiplas bacias hidrográficas estão profundamente talhadas e separadas por montanhas elevadas. Assim naturalmente, a cada rumo se abre um porto com o seu *binterland* natural, reduzido à bacia hidrográfica que lhe fica perto – o que se

esta coexistência não inibia processos de afirmação dentro das áreas de influência (in) direta, partilhados por dois ou mais portos. No caso do Porto, o êxito do projeto Porto-Leixões implicava uma simultaneidade de investimentos em aspetos subsidiários ao complexo portuário, imprescindíveis para aumento da abrangência geográfica, projetado para uma atividade comercial superior à proporcionada pelas estruturas nacionais. Implicava ainda uma revisão das tarifas alfandegárias, o reforço da rede ferroviária e a navegabilidade do rio Douro, até Barca d'Alva<sup>26</sup>.

Aspeto marcante do ideário ezequieliano neste trabalho, e nos subsequentes, centrava-se no entendimento do espaço ibérico enquanto realidade servida de tendencial e irreversível unicidade no domínio económico. Certamente motivado pela atenção ao processo de desenvolvimento económico do colosso ibérico, uma matéria em que o autor não poupava os maiores encômios à capacidade de reestruturação espanhola ocorrida após a perda do espaço imperial. Desde 1911, mostrava conhecer e apreciar o dinamismo dos sectores primário: a proliferação da cultura de regadio devido ao investimento em hidráulica agrícola (não sem exemplos mal sucedidos), e secundário, em correlação estreita com as necessidades e os fluxos de capitais gerados pela agricultura, além do aumento da capacidade de consumo interna.

Ainda atentamente, considerava provável o acréscimo exponencial da Espanha, em vista dos benefícios comerciais proporcionados às potências neutras, em geral, e, entre estas, as dotadas de economias em desenvolvimento como a espanhola. Naturalmente, a subida generalizada dos preços de combustíveis e matérias-primas constituíam um obstáculo a superar através da diversificação das fontes de energia. Tendo em conta as potencialidades oferecidas pelos recursos naturais espanhóis e portugueses, Ezequiel de Campos entendia a Grande Guerra como um momento propício à aproximação entre ambos os países da Ibéria, determinado pela partilha conjunta dos meios para a satisfação das necessidades energéticas, diferenciadas, das economias respetivas.

Tal convergência não soçobrava perante dissensões políticas ou diferenças de regime. Ao invés, acreditava na virtualidade de um crescimento tão mais forte quanto escorado num mercado amplo, a Ibéria, no qual ambos os parceiros encontravam benefícios. A economia portuguesa beneficiava com as exigências crescentes do crescimento espanhol e, por seu turno, Espanha obtinha energia barata e acesso facilitado aos tráfegos marítimos se Portugal cumprisse um plano de melhoramentos compatível com os interesses luso-espanhóis. Com uma formulação algo messiânica, esforçava-se por indissociar Portugal da expressão mundial almejada por Afonso XIII e pela economia espanhola, motivo pelo que vaticinava: “seja qual for a evolução política dos povos da Ibéria, eles não podem jamais ter uma ação mundial de valor enquanto não estudarem e coordenarem a sua vida económica recíproca de modo a valorizarem pelo trabalho moderno os seus recursos naturais e a sua posição na Europa – o que obriga a uma cooperação industrial e mercantil”<sup>27</sup>.

---

explica como desde S. Sebastian por Lisboa, até Barcelona, haja, e continue a haver, uma série de portos incapazes de uma guerra de extermínio recíproco”. *Idem*, p. 70.

26 *Idem*.

27 *Idem*, p. 72.

Explicada a vantagem concorrencial do Porto em face dos núcleos congêneres portugueses e traçados os benefícios da proximidade ao mercado espanhol, o otimismo do autor refreava-se na avaliação das insuficiências da estrutura produtiva portuense. Segundo esclarecia, “tem o Porto tradições comerciais e industriais; mas para a vida hodierna e para entrar no progresso da Ibéria, falta-lhe quase tudo”<sup>28</sup>, em especial combustível nacional de valor calorífico elevado. O reforço das relações comerciais luso-espanholas e a afirmação das instalações marítimas de Porto-Leixões no espaço ibérico dependiam, exclusivamente, da capacidade industrial da capital nortenha em competir com a Catalunha<sup>29</sup>. Embora difícil, a tarefa não lhe parecia irrealizável, antes superada com o investimento faseado na obtenção de energia hidroelétrica a partir do Douro e seus afluentes, cujos efeitos práticos correspondiam à tão necessária navegabilidade fluvial para os sectores industriais portuenses.

A esses, Ezequiel de Campos assacava o protagonismo e a responsabilidade de iniciar o processo de reafecção energética na região duriense, uma orientação diversa, quase contraditória, da perspectiva de abordagem ao desenvolvimento adotada entre os anos de 1911 e 1914, assente no exclusivismo integral do Estado. Sem recusa, refira-se, do contributo da atividade privada enquanto parte do processo de modernização da estrutura económica.

Os condicionalismos impostos pelo conflito mundial, bem como o desinteresse das forças partidárias pelo investimento infraestrutural inspiravam o autor a considerar os particulares, entidade sem dimensão abstrata, antes personificada pelas elites comercial e industrial portuense, os promotores do programa económico associado ao Douro.

Neste artigo, Ezequiel de Campos enfatizava a necessidade de reeducação do Estado, por ação (in)direta da sociedade onde se inscrevia uma mudança da arquitetura institucional republicana que, na esteira do constitucionalismo monárquico (e à semelhança do mesmo), se demonstrava inadequada para o cumprimento do programa económico anunciado pelo PRP. Assumida esta convicção, perdia-se no raciocínio do autor a perspectiva de abordagem gradualista da República enquanto ideal de reestruturação económica e social do país, em tempo longo. No seu lugar, surgia o ímpeto pela refundação política do regime, um objetivo imposto pelos quatro anos de administração republicana, uma perspectiva onde a guerra cumpria ainda, conforme enunciado em *A Grui*, o momento propício de mudança pela natureza excecional das transformações, endógenas e exógenas, associadas ao conflito. E por inerente à Grande Guerra, a alteração no domínio político a ocorrer em Portugal não podia exceder o tempo da beligerância. Finda esta, o

---

28 *Idem*.

29 “Não pode haver dúvida de que o Porto só será capaz de ser o centro distribuidor do melhor da bacia do Douro quando ele tiver uma indústria tão bem instalada que possa oferecer um mercado tão variadamente sortido e em condições de preço tal que entre em concorrência franca com a Catalunha – para que o Atlântico não seja vencido pelo Mediterrâneo. Hoje é a Europa do Ocidente que dá as leis aos mercados; mas para a Ibéria já agora tem, e em breve terá importância muito maior, a Espanha do Ebro – a Catalunha e Aragão. Aquela fazendo surgir uma indústria moderna muito variada e audaz; esta atirando-se aregar as estepes ressequidas”. *Idem*, p.73.

país deveria estar preparado para lidar com uma nova ordem, política, mas também económica, determinada pelas consequências do confronto em larga escala entre grandes potências industriais.

Segundo explicava, “é muito provável que, no fim da guerra atual, as nações pequenas, para se subtraírem à hegemonia pesada do povo vitorioso que nelas liquidaria assim parte do imposto de guerra, aproveitem as energias emigradas da nação vencida e todos os recursos próprios de saber e de capital na remodelação da indústria e da agricultura dos seus países passando o mais possível ao regime do *self-support*. Mais uma boa ocasião se oferece a Portugal, e especialmente ao Noroeste, para proceder assim, arrasando todas as peças que o Legislativo e o Executivo têm posto à atividade em Portugal de portugueses e de estrangeiros”<sup>30</sup>.

Nos dois meses seguintes, o autor persistia na análise do tema, centrado numa perspectiva interna, ora perante a realidade da indústria portuense, ora em face da capacidade de projeção económica portuguesa nos mercados tradicionais e das tendências subsequentes ao final do conflito mundial. Nesta lógica, a navegabilidade do Douro, até Barca d’Alva, parecia-lhe, no imediato e a prazo, a fórmula mais ajustada para responder às necessidades energéticas da cintura industrial do Porto. Durante a guerra, permitia um acesso facilitado a novas fontes de aprovisionamento de hulha, aspeto não despidendo em conjuntura de elevação de preço dos combustíveis. Contudo, concluída a mesma, estimava a prevalência dos problemas associados ao abastecimento externo tradicional de combustíveis devido ao encarecimento continuado no pós-guerra, justificado pelo acréscimo da procura motivada pelas exigências da reconstrução e, no caso português, uma previsível perda de competitividade da indústria nacional com reflexos nos mercados coloniais onde, estimava, a proteção pautal não seria suficiente para estancar o aumento da concorrência externa.

Dir-se-ia que, na esteira das expectativas de mudança estrutural múltipla atribuídas à Primeira Guerra Mundial, pela sua excecionalidade, o autor salientava como ponto de viragem o processo de afetação energética dos tecidos produtivos, tão mais requerido e bem sucedido quanto menores fossem as disponibilidades de carvão dos países industrializados ou em industrialização. Porquanto a mesma ordem prenunciada pelo fim da guerra impunha o crescimento do sector secundário, enquanto parte integrante de um todo nacional em afirmação e/ou em reserva, em face dos demais parceiros comerciais, traduzido num reforço de investimento, financeiro e tecnológico, nas indústrias europeias. Nas suas palavras, “as circunstâncias da concorrência comercial estão a caminho de uma profunda revolução: o mundo fabril arma-se da energia hidroelétrica a mais barata possível, aproveita os valiosos desperdícios da força que se escapavam dos trabalhos siderúrgicos e de outros fabricos de carvão, recuperando a energia dos gases quentes e combustíveis e do vapor do escape, aperfeiçoa motores, engenha máquinas-homens, utiliza todos os processos da economia em movimento: a indústria vai pôr sobre os mares e sobre a terra os mais baratos meios de transporte que afastam dos mercados, mais ou

---

30 *Idem.*

menos delicadamente, os concorrentes inoportunos, ou lançarão mais ou menos artificialmente, uma parte do tributo de guerra aos povos desarmados de marinha mercante e dos portos modernos, sem piedade pela falta de juízo alheio, nem se importando de curar os nossos desatinos de perdulária administração, cifrável nas finanças avariadas, na miséria económica e na carência dos apetrechos para a vida moderna”<sup>31</sup>.

Assim, a Grande Guerra não podia ser confundida com uma “borrasca” passageira, desprovida de consequências permanentes e extensivas ao pleno da realidade industrial. No caso português, a Primeira Guerra Mundial ilustrava o nível de desadequação entre o tecido industrial português e a estrutura do mercado metropolitano, como evidenciava a dimensão e a natureza da dependência entre a indústria e os mercados coloniais. Sem estes, e mesmo em cenário de protecionismo alfandegário, a primeira dificilmente subsistiria uma vez que nem o “Portugal da península”<sup>32</sup> apresentava necessidade e/ou capacidade para assegurar os fluxos da produção interna, a qual não dispunha de vantagens competitivas para se afirmar em mercados estrangeiros. O fosso tecnológico entre as potencialidades da economia nacional e das economias estrangeiras cresceria inexoravelmente durante o conflito, com repercussões no aumento da dependência económica do país em relação ao exterior, bem como na diminuição da capacidade portuguesa no cumprimento dos princípios estabelecidos pela Conferência de Berlim<sup>33</sup>.

Mais, superada a beligerância, aos novos fatores impeditivos do crescimento da riqueza nacional, o aumento do preço dos combustíveis e a perda dos mercados coloniais, acrescia a debilidade estrutural da economia portuguesa, com a reposição do fluxo migratório interrompido durante o conflito. Estes eram os eixos indutores da decadência acelerada da soberania portuguesa, previsível em momento subsequente à guerra, conforme uma visão onde o tremendismo não se fazia acompanhar pela irreversibilidade.

Inversamente, segundo o ideário ezequieliano, a sobrevivência no pós-guerra conseguia-se através do investimento, tão imediato quanto possível, nas potencialidades hidro-

31 *Idem*, “A Possibilidade Económica do Porto (II)”, *O Trabalho Nacional. Revista Mensal publicada pela Associação Industrial Portuense*, Ano I, n.º 4, 15 de abril de 1915, p. 100.

32 *Idem*, p. 102

33 “Notávamos também que não podemos, com a atividade fabril que temos, colher uma parte notável dos lucros da expansão colonial que há-de seguir-se logo aos reparos e avarias da guerra, pois que a colonização hoje faz-se à custa da siderurgia, da mecânica e da química, coisas que não temos: sabe-se perfeitamente que o europeu (e até o português, que tem condições anormais de adaptação intertropical) não se pode fixar em colónias de vida próspera para a civilização atual na África, na América, ou em qualquer outro ponto do mundo, sem que o caminho-de-ferro, a albufeira, a estrada, a máquina e o engenho dos nossos dias abra o caminho do sertão [...] e fique a assegurar os transportes e os recursos de trabalho. Processos de colonizar como os que empregamos quando fizemos o Brasil foi chão que já deu vinha: hoje são inviáveis. Ora para laminar os carris, para construir os camiões e as locomotivas, para fazer as máquinas que lá pela África devem movimentar a agricultura e os transportes e até a indústria, não produzimos em Portugal nem um quilograma de ferro, nem um litro de gasolina; como não produzimos para a nossa agricultura na Península, e muito menos colonial, um quilograma de cal azotada. Da maneira que, se quisermos colonizar ou sequer utilizar a África portuguesa, estaremos completamente dependentes de outros povos. Vestir os pretos de algodão sarapintado está provado que é o menos: o mais fundamental o essencial, é ter carris, cimento, máquinas para os transportes, para a agricultura e para as minas: e também ter engenho colonial no Estado e no indivíduo”. *Idem*, p. 103.

elétricas do território, uma premissa ajustada, em particular, às áreas de maior consumo energético devido à capacidade industrial instalada, a saber, o Noroeste. Esta opção comportava maiores probabilidades de sucesso se conseguida uma aproximação a Espanha, com quem Portugal compartilhava parte dos seus recursos hídricos – um raciocínio também vocacionado para o âmbito regional mais restrito, o noroeste. Em vista das exigências de crescimento industrial e agrícola desta região, Ezequiel de Campos defendia o aproveitamento dos recursos hídricos durienses na zona estritamente portuguesa. Mas este dependia da satisfação de condições prévias, algumas das quais alheias à vontade e/ou competência dos sectores instados pelo autor ao empenho no desenvolvimento da diversificação das fontes de energia<sup>34</sup>.

A certeza sobre a necessidade e oportunidade de estimular a indústria portuguesa no contexto da beligerância europeia presidiu à viagem realizada por Ezequiel de Campos a Espanha, ainda durante o ano de 1915. Desse périplo espanhol resultaria a obra *Pela Espanha*, em Outubro de 1916<sup>35</sup>, de sistematização do articulado disperso sobre esta matéria com as impressões colhidas no trajeto. Nesse exercício, o autor procurava firmar as bases do entendimento futuro, tão inexorável quanto determinado, à partida, pela geografia peninsular. Segundo perspetivava, o revés imperial espanhol de 1898, e a concretização do projeto colonial português permitia o ressurgimento da península ibérica ressurgia como espaço matricial aos dois Estados. Segundo Ezequiel de Campos, ambos os países da Ibéria pareciam partilhar não apenas a geografia como as consequências de um tempo de rivalidade travada entre potências do Novo e Velho Mundos.

A viagem a Espanha, de 1915, inseria-se na necessidade de formular “uma ideia geral do aspeto dos seus vales, dos acessos dos seus portos para o interior e sobretudo do estado de adiantamento da sua utilização agrícola”, sem desprimor da atenção dada ao progresso da indústria, antes e depois da Grande Guerra, pois “entendendo que as duas nações da Ibéria chegaram por fim ao momento de deverem olhar com carinho, por necessidade e por excepcional favor de ocasião”<sup>36</sup>. Deste percurso resultava a visão convergente entre os vizinhos ibéricos assente nos desequilíbrios estruturais na relação entre o indivíduo e a terra, com repercussões na capacidade dos aproveitamentos hídricos e na produção agrícola. Mais, ambos os países partilhavam, na perspetiva ezequieliana, dos efeitos de um grupo de terratenentes absentistas e desinteressados dos melhoramentos possíveis à prática agrícola, vinculados a uma cultura “explorada extensivamente num solo inundado de luz e rico de pecuária semisselvagem”. Por oposição, “os proprietários-lavradores autónomos, médios e pequenos, são geralmente em muito escasso número; a grade massa servil, desamorável da terra que só lhe dá agruras de labor para o pão duro, constitui a maior parte da gente em rebanho, mais disciplinado pela guarda republicana ou *civil* do que pela escola e pela legislação e previdência social”<sup>37</sup>.

---

34 *Idem*, “A Possibilidade Económica do Porto (III)”, *O Trabalho Nacional. Revista Mensal publicada pela Associação Industrial Portuense*, Ano I, n.º 5, 15 de abril de 1915, p. 131.

35 *Idem*, *Pela Espanha*, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1916.

36 *Idem*, p. 309.

37 *Idem*, pp. 345-346.

Assim, a convergência entre os vizinhos ibéricos estendia-se ao domínio dos obstáculos ao progresso do sector primário, facto aproveitado por Ezequiel de Campos para ajustar à realidade espanhola a mesma solução antes encontrada para o caso português, ora designada de “revolução agrária”<sup>38</sup>, a instaurar pelo Estado, enquanto responsável pelo bem comum, a quem reconhecia a competência para impor a remodelação da economia e da demografia regional – “remodelação que não fazem os senhores da terra, por não lhes convir, nem de tal precisarem”<sup>39</sup> – para atenuar o fenómeno lesivo, nos domínios económico e social, dos “sem terra” em multiplicação “como gado pouco acarinhado, fazendo lembrar os servos da gleba sem ascensão social possível”<sup>40</sup>.

No extremo oposto da estrutura social, os países acompanhavam-se na vacuidade das elites sobre as quais fazia incidir as responsabilidades do subdesenvolvimento das duas economias. Menos assertivo para o caso espanhol, onde aludia apenas às dificuldades e descrença sentidas por Joaquín Costa em fazer valer as suas ideias acerca do aperfeiçoamento da prática agrícola, o autor mostrava-se incisivo na crítica dos intelectuais portugueses de finais do séc. XIX cujo legado extravasara largamente o seu âmbito vivencial do constitucionalismo monárquico<sup>41</sup>.

A ambos os países, por motivos diversos, deveria importar a proximidade económica enquanto fórmula de consubstanciação da realidade geográfica inultrapassável. Essa afeição determinante para o progresso dos dois Estados, caracterizados pela mesma vocação agrícola primordial em face das potências europeias do Norte. Estes pressupostos permitiam diluir a relevância do desfasamento entre ambas as economias, subalternizado perante o quadro de necessidades do colosso ibérico compelido a sustentar as condições vantajosas ao seu desenvolvimento, mormente as relacionadas com os fluxos de mercadorias e os abastecimentos energéticos. Estes seriam, na visão ezequieliana, largamente beneficiados pela “cooperação recíproca” assente em eixos fundamentais a saber, “a estrada comercial do noroeste da Meseta”<sup>42</sup> e a exploração conjunta dos recursos hídricos<sup>43</sup>. Estes últimos, escorados na geografia comum, correspondiam simultaneamente aos interesses de cada Estado e confluíam no modelo de desenvolvimento defendido por Ezequiel de Campos que, em *Pela Espanha* tendia a reproduzir, não integralmente, os argumentos esgrimidos em prol da Ibéria económica una.

---

38 *Idem*, p. 346.

39 *Idem*.

40 *Idem*.

41 Neste contexto, Ezequiel de Campos alienava parte da ascendência tutelar da figura de Oliveira Martins, cuja presença não assumida na obra ezequieliana dava ora lugar a um novo entendimento do ministro da Fazenda do governo e José Dias Ferreira como do grupo por ele integrado, os “Vencidos da Vida”. Perdia-se a imagem de um obreiro empenhado, embora frustrado, no progresso nacional substituída pelo retrato de uma geração sobre a qual impendia, parcialmente, o ónus do decadentismo português por força das soluções aplicadas para o contrariar: “Oliveira Martins e os vencidos da geração passada, aumentando o poder real, acabam de envenenar o ambiente económico e financeiro, enquanto a mandria nacional educa uma geração de intelectuais e revolucionários impotentes para fazerem as remodelações sociais portuguesas, apenas declamadas nos comícios, mas nunca seriamente estudadas”. *Idem*, p. 353.

42 *Idem*, p. 372.

43 *Idem*, p. 389.

Menos inovador na definição do papel estratégico potencial do Douro, logo do Porto e de Leixões, para o desempenho comercial espanhol, o autor redistribuía mercados de consumo preferenciais e atividades subsidiárias aos mesmos. Acentuava a ligação entre Porto e Bilbao, suportada pelo fluxo de carvão asturiano para as indústrias portuenses, em concorrência vantajosa com o inglês, complementada pelos “ferros industriais e até com máquinas de fabrico correntes, abrindo-se por esta forma mais um mercado, nunca para desprezar, à metalurgia biscainha”<sup>44</sup>, com repercussões na redução da área de influência direta da indústria portuense, limitada ao domínio interno. Ao arrojo das formulações apresentadas em 1913 e 1915 sucedia uma visão mais comezinha dos benefícios auferidos, com a elevação de Porto-Leixões à dimensão ibérica e com perda apreciável no perfil da indústria a implantar no perímetro de abrangência portuária.

Na esteira das observações recolhidas em Espanha, o autor superava as aspirações sobre a siderurgia, tornada menos urgente pela acessibilidade maior ao mercado espanhol, e suplantada pela pertinência, a breve prazo, dos adubos azotados<sup>45</sup>. Estes revelavam-se importantes para o sector primário, cuja projecção externa, finda a guerra, não viria a corresponder a uma realidade muito diversa da então existente. Segundo as estimativas de Ezequiel de Campos; o atraso português media-se também na capacidade agrícola, a manter-se com ou sem proximidade a Espanha, pelo que “daríamos à Inglaterra os vinhos, a cortiça e pouco mais, porque dos outros produtos agrícolas seriam bem melhores abastecedores a Espanha, o Norte de África e as outras terras mediterrânicas já hoje muito melhor prevenidas do que nós com pomares e hortas, carreiras de navegação e agentes comerciais”<sup>46</sup>.

Logo, a proximidade entre os vizinhos ibéricos traduzia-se, no caso português, num reforço dos caracteres intrínsecos à economia do Noroeste, mantidos numa fase primordial do processo de confluência. Ezequiel de Campos não hesitava na defesa de uma entidade económica única na Ibéria, com salvaguarda das instituições políticas, vocacionada para a resolução dos problemas comuns a Espanha e Portugal como para adquirir nova projecção no mercado externo. “Ressalta de tudo a vantagem de os povos peninsulares estreitarem cava dez mais as suas relações, de colaborarem nos problemas que importam às duas nações” através de um quadro alfandegário comum, conforme os interesses mútuos “que tenha por objetivo o equilíbrio da economia ibérica a ponto de ser viável um *Zollverein* com utilidade para os dois países”<sup>47</sup>.

Aos efeitos positivos imediatos, com a extinção da guarda-fiscal e o desaparecimento do contrabando, somavam-se outros ganhos como a valorização das estruturas portuárias nacionais, associadas ao crescimento económico espanhol. Mas havia também as repercussões no âmbito político e diplomático, ou não fosse “o sincronismo da valorização económica de Portugal e Espanha [...] a mais segura e estável promessa de um

---

44 *Idem*, p. 371.

45 “Deixando na incerteza a siderurgia pela eletricidade, podia o noroeste da Ibéria produzir ao menos os adubos azotados sintéticos para a sua agricultura, em réplica a Aragão e à Catalunha”. *Idem*, p. 384.

46 *Idem*, p. 390.

47 *Idem*, p. 406.

entendimento ininterruptamente amigável entre as duas nações. Uma invasão só poderá dar-se quando Portugal, pelo seu atraso em relação aos outros países (em especial à Espanha), for um embaraço a remover do canto sub-ocidental da Europa”.

Nesta perspectiva, a fórmula mais eficaz de salvaguarda das instituições políticas nacionais era conseguida através do reforço substantivo das relações económicas entre os Estados ibéricos e da satisfação conjunta das necessidades respetivas, assente numa mudança estrutural de mentalidade nas populações peninsulares. Ambas, mas sobretudo a portuguesa, “deviam ser educadas para o respeito recíproco e salutar amizade, trocando-se as palavras e reticências agressivas por sentidas e eficazes ações de camaradagem no trabalho”<sup>48</sup>, uma premissa onde se subentendia um ensejo de quebra no paradigma diplomático herdado da monarquia constitucional.

À ligação preferencial com a primeira potência naval e uma das economias mais industrializadas, à época, Ezequiel de Campos enveredava por uma lógica continental, ditada pela proximidade geográfica e pela complementaridade entre espaços económicos, enquanto expediente para obstar à preponderância britânica, animada por novo fôlego após a assinatura do tratado de comércio e navegação entre Portugal e a Inglaterra, em 1914, e o comprometimento luso com a posição inglesa no conflito mundial. Em última análise, este procedimento estava na origem da participação portuguesa no conflito, lesiva para Ezequiel de Campos, para quem a proximidade a Espanha, ou mais concretamente na neutralidade espanhola, potenciava o crescimento económico rápido e a afirmação de uma nova grande potência industrializada no concerto mundial, um percurso triplamente benfazejo para Portugal, a saber: a sobrevivência da República, a manutenção do domínio ultramarino português e, fulcral para os demais aspetos, o crescimento da riqueza nacional.

### **Considerações Finais**

A eclosão da Grande Guerra na Europa comportava uma ampla dinâmica argumentativa em Portugal, persistente no decurso do conflito. O debate suscitado abarcava elementos imediatos, a saber, qual o posicionamento diplomático e militar desejável à recém-implantada República Portuguesa? Ou igualmente, qual o papel reservado aos pequenos Estados num conflito ditado pelas aspirações hegemónicas das grandes potências de natureza imperial? Já a natureza compósita do confronto não ficava ausente da discussão, avultando numa dimensão de primeira grandeza, atendendo aos efeitos perenes da guerra cujas vertentes económica, financeira e monetária surgiam como basilares desde o Verão de 1914. Afinal, qual seria o futuro da Europa e, por extensão, de Portugal, no pós-Grande Guerra?

A réplica às dúvidas supramencionadas motivou posições diametralmente inversas. Para José de Macedo, o intervencionismo português impunha-se como fórmula de garantir a prevalência da soberania nacional na Europa e nos contextos extraeuropeus. Porém, a visão do autor espraiava-se na assunção de uma nova ordem europeia, construída durante a guerra, vocacionada para restabelecer o prestígio dos Estados latinos, socor-

---

48 *Idem*, p. 408.

rendo-se para esse efeito da influência dos mesmos no Velho Mundo e nas comunidades respetivas radicadas nos continentes africano e americano. Na avaliação de José de Macedo, a vitória militar rápida e a transfiguração europeia, sob a égide das potências latinas, constituíam os garantes de resistência do Velho Mundo e respetivos valores perante a emergência de novas potências hegemónicas, especialmente os Estados Unidos da América. Por último, a concretização de uma Europa Latina renascida assentava, nas suas premissas basilares, na aptidão luso-espanhola de encetar um programa de cooperação estreita, no domínio económico e político, capaz de inspirar a superação dos obstáculos prevaletentes entre as demais partes da referida Europa.

Na perspetiva de Ezequiel de Campos, a Grande Guerra consistia numa disputa entre grandes potências; uma economia débil, como a portuguesa, não se encontrava habilitada a participar. Nessa medida, a neutralidade resultava intrínseca aos recursos financeiros e capacidade económica do país. Aos olhos de Ezequiel de Campos, a ascensão das componentes económica e financeira do conflito determinava inequívocos ganhos de produtividade das potências vencedoras bem como erosão das finanças públicas respetivas, uma realidade determinante do pós-Grande Guerra. Nessa medida, o autor defendia a impreterível necessidade portuguesa de aproveitar a vigência do conflito para promover uma ampla reforma económica, sem a qual dificilmente subsistiria às condições do mercado do pós-guerra. Para Campos, a guerra constituía uma oportunidade única para encetar um programa de modernização económica. Porém, a eficácia plena do mesmo residia na capacidade de extravasar as fronteiras nacionais através da proximidade com Espanha. Tornar Portugal indispensável à Espanha, nos anos do conflito, significava alargar a projeção da economia portuguesa no Velho Mundo. Mais, a convergência económica com a Espanha permitia a Portugal alcançar os mercados da Europa continental, contraponto relevante para reduzir a dependência nacional da Grã-Bretanha.

## Referências Bibliográficas

- Cambon, Victor, *Les Derniers Progrès de l'Allemagne*, Paris, 1914.
- Campos, Ezequiel de, “A Possibilidade Económica do Porto (II)”, *O Trabalho Nacional. Revista Mensal publicada pela Associação Industrial Portuense*, Ano I, n.º 4, 15 de abril de 1915.
- Campos, Ezequiel de, “A Possibilidade Económica do Porto (III)”, *O Trabalho Nacional. Revista Mensal publicada pela Associação Industrial Portuense*, Ano I, n.º 5, 15 de abril de 1915.
- Campos, Ezequiel de, “A Possibilidade Económica do Porto”, *O Trabalho Nacional. Revista mensal publicada pela Associação Industrial Portuense*, Ano I, n.º 3, 15 de março de 1915.
- Campos, Ezequiel de, “Situação Económica. A Falência Económica I Factos e Deduções”, *Pela Grei. Revista para o Ressurgimento Nacional pela Formação e Intervenção de uma Opinião Pública Consciente*, dir. por António Sérgio, ano 1.º, n.º 3, 1918.
- Campos, Ezequiel de, *A Grei. Subsídios para uma demografia portuguesa. Lições efectuadas na Universidade Popular do Porto em Novembro de 1913*, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1915.
- Campos, Ezequiel de, *Pela Espanha*, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1916.

- Greef, Guillaume de, *As Leis Sociológicas*, trad. de Adolfo Lima, Lisboa, José Bastos e Comp., 1910.
- Guyot, Yves, *Les Causes et Conséquences de la Guerre*, Paris, 1914.
- Macedo, José de, *Autonomia de Angola*, 2.<sup>a</sup> ed., introd. por Jorge Borges de Macedo, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.
- Macedo, José de, *Autonomia de Angola*, 3.<sup>a</sup> ed., introd. por Jorge Borges de Macedo, estudo introdutório Cátia Miriam da Costa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2008.
- Macedo, José de, *O Conflito Internacional sob o ponto de vista português. Estudo Político e Económico*, Porto, Renascença Portuguesa, 1916.
- Nunes, Teresa, *O Ideário Republicano de Ezequiel de Campos (1900-1919). Tese de doutoramento*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2011.
- Nunes, Teresa, “José de Macedo, O Conflito Internacional e a Renascença Portuguesa”. “Grande Guerra: Impactos e Modelações Culturais”. *Letras Convida. Revista de Literatura, Cultura e Arte*, n.º 8, 2016/2017, pp. 23-31.
- Théry, Edmond, *L'Europe Economique*, Paris, 1911.
- Théry, Edmond, *Le Peril Jeune*, Paris, 1901.
- Ventura, António, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas: as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Cosmos, 2000.

# Memórias da Grande Guerra: O Memorial Virtual

**João Moreira Tavares**

*Instituto de História Contemporânea, FCSH-UNL*

## Introdução

A Primeira Guerra Mundial, ou como durante muitos anos foi (e ainda é) denominada: a Grande Guerra, constitui um dos principais acontecimentos do século XX. Pelo seu prolongar no tempo, pelo número de povos envolvidos, pela sua extensão a todo o mundo, pela nova forma de fazer a guerra e como esta causou baixas e destruição nunca antes vistas e pelas suas múltiplas repercussões (políticas, militares, económicas, financeiras e sociais) que marcaram, e muito, a geração que a viveu, mas também as outras que a sucederam.

As memórias que dela ficaram são, por isso, abundantes e diversificadas. Desde a oral e popular das gentes que a viveram, passando pelas placas toponímicas e monumentos das nossas vilas e cidades, pelas diversas manifestações artísticas (escultura, cinema, fotografia, literatura, música, pintura e teatro) até aos testemunhos escritos, particulares ou oficiais, depositados nos arquivos.

Naturalmente, por ocasião da evocação do seu primeiro centenário, um pouco por todo o mundo, mas sobretudo na Europa, foram inúmeras as iniciativas que homenagearam todos aqueles, civis e militares, anónimos ou heróis, que viveram as agruras da guerra, quer nos campos de batalha, quer na retaguarda; bem como cresceu o interesse em relembrar e aprofundar o conhecimento sobre este período tão marcante da História mundial.

Portugal, um dos países beligerantes, não ficou – nem poderia ficar – à margem dessa evocação e no País decorreu um conjunto de iniciativas, oficiais e académicas, com o objetivo de relembrar e divulgar a participação portuguesa na guerra.

## O Memorial

### a) Génese, Fontes e Estrutura

Uma dessas iniciativas, desenvolvida no âmbito do programa de atividades da Comissão constituída para a Evocação do Centenário da Grande Guerra, visando a preservação da memória, facilitar o acesso à informação contida nas fontes documentais recorrendo às novas tecnologias e homenagear todos os combatentes portugueses que morreram ao serviço da Pátria, na Europa e em África, foi a conceção do denominado *Memorial Virtual*

aos Mortos na Grande Guerra, que num só local *online* reuniu informação recolhida e compilada em diversas fontes documentais de diferentes arquivos<sup>1</sup>.

A liderança deste projeto, que decorreu entre fevereiro de 2013 e 8 de abril de 2014 – data da sua apresentação pública e disponibilização –, coube ao Arquivo Histórico Militar (AHM) que contou com o apoio técnico do Centro de Dados da Defesa para a criação do *site* e a colaboração dos restantes arquivos militares nacionais e do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) para a inventariação e consulta das fontes documentais neles contidas.

Foram identificados diversos tipos de documentos com reconhecido interesse para o projeto. Desde logo, os guardados no AHM, em que a investigação se centrou por serem os de mais fácil consulta, mas acima de tudo, por constituírem um dos principais e maiores núcleos de documentação de cariz biográfico respeitante aos combatentes, nomeadamente dos que lutaram em França. Assim, neste arquivo, destacam-se os boletins individuais<sup>2</sup> (também designados por fichas) dos militares e equiparados do Corpo Expedicionário Português (CEP) e o denominado *Livro dos Mortos por Concelhos*<sup>3</sup> para os militares enviados para França e as relações, por unidades, dos militares mortos pertencentes às diferentes expedições mandadas para Angola e Moçambique. Destas relações e do *Livro dos Mortos por Concelhos* foram extraídos os nomes dos combatentes falecidos, bem como outros dados biográficos disponíveis como a unidade a que pertenciam, o posto, o número de identificação, a naturalidade e a data da morte. Esta informação foi depois cruzada e complementada, para os mortos em França, com a constante nos boletins individuais do CEP e na *Relação dos Mortos Portugueses na Grande Guerra na Alemanha, Bélgica, França e Holanda*, da autoria do Serviço das Sepulturas de Guerra no Estrangeiro do Ministério da Guerra e com diversos documentos, nomeadamente telegramas e listas de embarque de navios, para os que morreram em África. Também para estes últimos foi fundamental a informação recolhida no AHU, nomeadamente nos registos dos hospitais de campanha.

Para todos os combatentes do Exército, nos processos individuais guardados no Arquivo Geral do Exército<sup>4</sup> (sargentos e praças) ou no AHM (oficiais) sempre que foi necessário e possível também se recolheram ou confirmaram dados.

Para os militares da Armada, independentemente do local em que combateram, as fontes de informação foram os livros Mestres (oficiais) e das Séries (sargentos e praças) bem como as cadernetas, as ordens do Dia e da Armada e os livros dos batalhões expedicionários à guarda da Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico (BCM-AH).

No que se refere aos dois militares que serviram na Aeronáutica, o Arquivo Histórico da Força Aérea também deu a sua colaboração.

---

1 O seu endereço é <http://www.memorialvirtual.defesa.pt/Paginas/Splash.aspx>

2 Existem cerca de 77.000 boletins. Têm um formato padronizado e são, por regra, manuscritos. Por eles se fica a conhecer dados biográficos dos militares e equiparados do CEP (nome, estado civil, filiação, naturalidade, parente vivo mais próximo e sua residência) e, ainda, um breve resumo da sua passagem pelo CEP, desde o seu embarque até ao seu regresso a Portugal ou morte.

3 A sua cota é PT/AHM/DIV/1/35/1270B.

4 O arquivo intermédio do Exército, onde se encontram guardados os processos individuais de todos os sargentos e praças e, ainda, dos oficiais falecidos após 1969.

Por último, destaque-se, ainda, entre as fontes impressas, o *Livro de Ouro da Infantaria* que contém relações nominais dos militares desta arma do Exército falecidos, tanto em África como em França. Sempre que foi possível, tentou-se dar um rosto às vítimas, mas para poucos militares se conseguiu tal objetivo, por ausência nos arquivos das respetivas fotografias.

A estrutura do Memorial Virtual assenta em três núcleos temáticos – *O Contexto, Os Homens e Os Espaços* –, precedidos por uma página de apresentação do Memorial, para que este não se limitasse a providenciar apenas alguns dados biográficos sobre os militares falecidos, mas também assumisse uma função informativa mais ampla, que ajudasse a contextualizar e compreender as circunstâncias em que esses milhares de militares portugueses perderam a vida ao serviço da Pátria. Se a vontade de homenagear os que faleceram presidiu ao lançamento da ideia do Memorial, não é menos verdade que, logo no momento da sua conceção, a divulgação da participação nacional na guerra se tornou também parte integrante e indissociável dessa homenagem e um objetivo a concretizar.

Daí existirem em cada núcleo diversos textos, para os quais se contou com a prestígio colaboração de conceituados historiadores militares e civis, complementados e profusamente ilustrados por imagens de época, também elas recolhidas nos arquivos citados, procurando, desse modo, conciliar o rigor científico com uma linguagem acessível e apelativa destinada a um público alargado. Textos e fotos são dedicados a variadas temáticas, todas elas associadas ao culto dos mortos, da sua memória, aos espaços em que os militares viveram, combateram e foram sepultados.

No núcleo *Os Homens* – aquele que é o cerne do Memorial – foi criado um espaço interativo de pesquisa e obtenção de dados biográficos sobre os combatentes. Nele também, com base nessa informação biográfica, foi possível disponibilizar um conjunto de dados estatísticos sobre as causas e locais de morte dos combatentes. O Memorial, neste núcleo, permite ainda a “visita virtual” ao local de sepultura quando tal é possível e a consulta do próprio boletim individual dos militares que combateram em França, através de uma ligação para o portal de pesquisa de documentação do AHM: o *Archevo*<sup>5</sup>.

## **b) Os Números Apurados**

A informação compilada, resultante do levantamento e cruzamento de dados biográficos de diferentes origens, permitiu determinar com rigor quem morreu e conhecer um pouco do seu percurso de vida. Deste modo, com o Memorial dispõe-se agora de elementos concretos e mais detalhados, por oposição aos dados estimados no passado, de cariz puramente estatístico e, por isso, dominados pela aridez e frieza dos números. Afinal, no Memorial a cada número corresponde também um indivíduo cuja identidade é conhecida.

Passou-se, assim, a ter a certeza de que na Grande Guerra, pelo menos, morreram 6.232 portugueses. Europeus e indígenas, militares e civis: 2.101 em França, 568 em Angola, 6 em Cabo Verde, 3.345 em Moçambique ao serviço do Exército, da Aeronáutica

---

5 O seu endereço é <https://arqhist.exercito.pt/>. Aqui é possível realizar a pesquisa e leitura *online* de todos os boletins individuais de militares e equiparados do CEP.

e de vários corpos militarizados e 209 da Armada, em diferentes locais, a bordo de navios ou em terra<sup>6</sup>.

Confrontando diretamente estes valores com os prévios ao Memorial e para que haja um termo de comparação, elegendo dos vários números indicados no passado aqueles que se podem considerar mais consensuais, conclui-se que o Memorial para os casos de Angola e Moçambique apresenta valores inferiores, com particular ênfase para o segundo, respetivamente uma diferença de 242 e 1.466; mas se tivermos em conta e como certas as estimativas apontadas para os carregadores nativos falecidos – 68 angolanos e 2.487 moçambicanos<sup>7</sup> – e as adicionarmos aos números do Memorial – pois este apenas contabiliza os mortos dos quais se dispõem de identificação, o que não sucede com os carregadores que, por isso, não estão nele incluídos – apenas para Angola o valor indicado se mantém inferior, com menos 174 falecimentos (veja-se a tabela 1).

Em todos os outros Teatros de Operações (TO) os valores superam os já conhecidos, com a particularidade de, pela primeira vez, serem referenciadas mortes em Cabo Verde (6), por onde a guerra também passou, mas facto do qual se fala pouco<sup>8</sup>. Digno também de realce é o número de mortes apurado para a Armada, por ser muito superior ao que no passado foi indicado. 209 militares (a maioria marinheiros) morreram, em vez de 142.

Resumindo, no cômputo total terão falecido 8.787 portugueses (6.232 confirmados + 2.555 estimados), assim, distribuídos: 2.101 em França (+12), 636 em Angola (-174), 6 em Cabo Verde (+6), 5.832 em Moçambique (+1.021), 209 da Armada (+67) e, ainda, 3 praças do Exército sem TO definido.

**Tabela 1 – Cômputo Total – Comparação Valores Consensuais vs Memorial Virtual**

	França	Angola	Cabo Verde	Moçambique	Soma África	Armada	Total
Valores Consensuais (VC)	2089	810		4811	5621	142	7852
Memorial Virtual (MV)	2101	568	6	3345	3919	209	6232 a)
1) Carregadores africanos		68		2487	2555		2555
Memorial Virtual + 1)	2101	636	6	5832	6474	209	8787 a)
Estimativa avançada							
Diferença MV + 1) vs VC	12	-174	6	1021	853	67	935

**Obs.:** a) Este valor inclui 3 militares do Exército sem Teatro de Operações definido.

Os valores apresentados não incluem os 500 mortos da marinha mercante avançados na *História do Exército Português (1910-1945)*.

Os valores apresentados também não contabilizam mortos estimados entre a população civil constantes na obra acima citada.

6 A estes juntam-se três militares do Exército sem um Teatro de Operações determinado, perfazendo, assim, os 6.232 mortos.

7 Valores avançados nas fontes: PT AHM/DIV/1/35/1064/4, PT AHM/DIV/2/10/1/38 e PT AHM/DIV/2/10/3/3, se bem que no caso dos 68 angolanos estes surjam também identificados como auxiliares indígenas ou, mesmo, praças indígenas. Os dados são provenientes da Direção Geral Militar do Ministério das Colónias.

8 Sobre a presença militar em Cabo Verde e a identificação dos militares falecidos veja-se: [http://www.momentosdehistoria.com/MH\\_02\\_07\\_Marinha.htm](http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_07_Marinha.htm)

Porém, se forem contabilizados os militares da Armada tendo em conta os TO em que serviram e morreram, os valores finais passam a ser: 2.103 em França, 657 em Angola, 16 em Cabo Verde, 34 no Mar, 5.961 em Moçambique, 5 em Portugal e 11 cujo TO é desconhecido (veja-se a tabela 2).

**Tabela 2** – Cômputo Total – Mortos por Teatro de Operações

	França	Angola	Cabo Verde	Moçambique	Soma África	Mar	Portugal	Total
Memorial Virtual (MV)	2103	589	16	3474	4079	34	5	6232 a)
1) Carregadores africanos		68		2487	2555			2555
Memorial Virtual + 1) Estimativa avançada	2103	657	16	5961	6634	34	5	8787 a)

**Obs.:** a) Este valor inclui 11 militares sem Teatro de Operações definido.

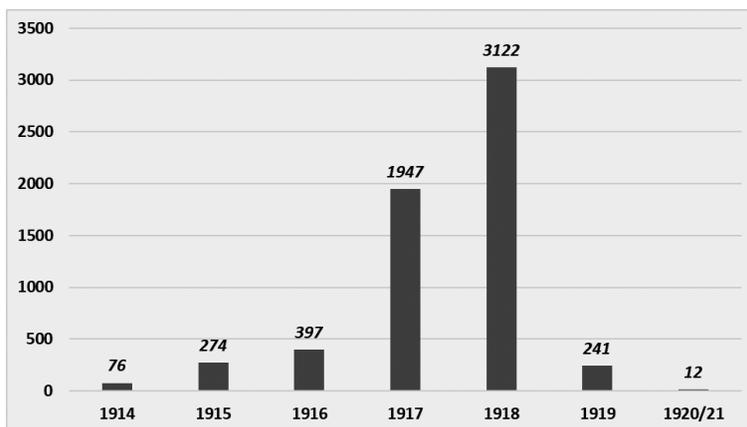
Os valores apresentados não incluem os 500 mortos da marinha mercante avançados na *História do Exército Português (1910-1945)*.

Os valores apresentados também não contabilizam mortos estimados entre a população civil constantes na obra acima citada.

### c) O Perfil dos Homens

De acordo, ainda, com a informação contida no Memorial, os combatentes portugueses falecidos na Grande Guerra são maioritariamente europeus (77,6%); naturais, sobretudo, do Norte (45,3%) e Centro (42,5%) de Portugal; esmagadoramente praças e afins (91,5%), a maior parte colocada em unidades da arma de infantaria (cerca de 75%) e os seus óbitos ocorreram em maior número em 1918 (50,1%) e, no conjunto dos anos, no mês de abril, facto para o qual contribuiu decisivamente a Batalha de La Lys, travada também naquele ano (veja-se o gráfico 1).

**Gráfico 1** – Totais Anuais de Mortos – Evolução



Fonte: Memorial Virtual.

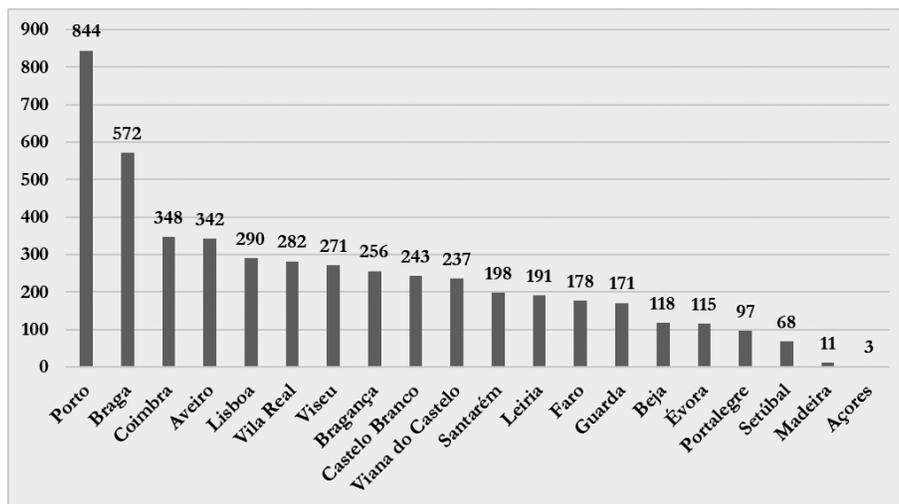
**Obs.:** os valores apresentados não incluem 163 indivíduos constantes no Memorial Virtual por se desconhecer o ano concreto em que faleceram.

De notar, que daqueles que morreram em Moçambique, 50,8% faleceram entre o início do 2.º semestre de 1917 e o fim do 1.º semestre de 1918 e os que foram tocados pela doença em África pereceram, sobretudo, de disenterias, paludismo, febres e anemias. Enquanto, em França, as principais moléstias mortais foram a tuberculose, a broncopneumonia, a pneumonia e a gripe.

Num plano complementar, merecem também destaque, no que diz respeito à origem dos combatentes, o facto dos 328 africanos inventariados corresponderem a 5,3% do efetivo total, havendo ainda a mencionar, por mera curiosidade, que 5 dos combatentes eram sul-americanos – 4 nascidos no Brasil e 1 natural da Guiana Britânica – e um outro nasceu em Goa, no Estado da Índia. Por distritos, os do Porto (17,5%), Braga (11,8%) e Coimbra (7,2%) foram os três mais atingidos, tendo perdido, respetivamente, 844, 572 e 348 homens (veja-se o gráfico 2).

Nos concelhos, apenas três ultrapassam a centena de mortos. O Porto, de longe o mais afetado, com 238 óbitos; Lisboa (156) e Santo Tirso (110). Valores que são fortemente influenciados pela natureza do recrutamento e mobilização, assente num critério geográfico de proximidade às unidades militares sediadas nas capitais de distrito, donde eram naturais os mobilizados. Critério que se aplica em especial às unidades de infantaria, precisamente aquelas que, pela sua especificidade, absorvem o maior número de efetivos. Assim, por exemplo, no Porto, a maioria dos óbitos deve-se ao Regimento de Infantaria n.º 31 e em Braga aos Regimentos de Infantaria n.º 20 e 29. Não é, pois, de estranhar que apenas dez unidades (9 de infantaria e 1 de artilharia) concentrem 40,1% da totalidade dos mortos.

**Gráfico 2 – Naturalidade dos Mortos (Distritos e Ilhas)**



Fonte: Memorial Virtual.

#### d) Algumas Memórias de Vidas Perdidas

Para terminar, uma última palavra sobre algumas das memórias dos homens que morreram, que a aridez e a crua frieza dos números escondem, mas os documentos nos revelam. Pelo seu simbolismo escolhemos três casos, dois singulares e um coletivo: do soldado Curado; do “Fuzilado” e das 427 praças do Regimento de Infantaria n.º 31.

António Gonçalves Curado não foi o primeiro morto do CEP. Na verdade, já antes dele tinham perecido dez portugueses em França. O que, porém, o distingue dos demais compatriotas é o facto de ter sido o primeiro militar do CEP a tombar em combate, quando ainda se encontrava em período de instrução. Pela sua triste sorte, tornou-se conhecido e recebeu o epíteto de herói. Não por se ter distinguido por alguma ação ímpar e destemida em combate, mas, simplesmente, por ter tido o infortúnio do abrigo onde se encontrava ter sido bombardeado e colapsado, causando-lhe a morte e ferimentos nos restantes ocupantes. Por isso, foi também um dos poucos a ser trasladado para Portugal e o único cujos restos mortais foram sepultados num dos muitos monumentos, que depois da guerra, foram erigidos para lembrar e honrar os combatentes mortos. Não sem que antes duas localidades se tenham batido e esgrimido argumentos para reivindicar o direito à posse do seu corpo e preservação da sua memória. Vila Nova da Barquinha onde, quase por acaso, tinha nascido e a Figueira da Foz, terra da família e onde vivia à data da partida para França, integrado no Regimento de Infantaria n.º 28 que aí se encontrava sediado. Acabou por vencer a disputa a Barquinha, que tinha tomado a iniciativa da trasladação e homenagem e a quem o Governo deu a honra de acolher o soldado Curado, isto apesar da sua família (mãe e irmãos), com raízes e estabelecidos no concelho da Figueira da Foz, ter apoiado as pretensões figueirenses.

João Augusto Ferreira de Almeida, soldado-*chamffeur*, natural do Porto, onde antes da guerra tinha sido funcionário de um abastado alemão. Militar indisciplinado e, por isso, já punido, a partir de certa altura, em França, mostrou interesse em procurar o caminho para os alemães, supostamente para ir ao encontro do seu antigo patrão. O seu propósito, algo insensato, depois de conhecido foi denunciado e associado ao crime de traição, punido com a pena de morte, com o pretexto de ter tentado passar para o lado do inimigo. Os depoimentos então recolhidos e o facto de lhe terem sido apreendidos dois mapas da região e uma pistola acabaram, depois de um breve processo de averiguações e de dois julgamentos sumários, por lhe ser fatais. Na manhã de 16 de setembro de 1917 foi fuzilado, tornando-se no único militar português a ser objeto de tamanho castigo. A sua pena não foi, no entanto, esquecida, talvez por ter sido injusta, certamente por ter sido singular, e a sua memória acabou por ser reabilitada, ao fim de um século<sup>9</sup>.

Menos conhecidas e lembradas são as 427 praças do Regimento de Infantaria n.º 31 que pereceram em Moçambique, para onde a unidade terá sido mandada como castigo,

---

9 Por iniciativa da Liga dos Combatentes, após um processo iniciado, em 2014, que proponha um perdão para o soldado Ferreira de Almeida e que foi concluído, em setembro de 2017, com um parecer favorável do Conselho de Chefes de Estado-Maior, com uma deliberação do Conselho de Ministros e, por fim, com uma declaração do Presidente da República. Para saber mais sobre este episódio sugere-se, por exemplo, a leitura de: Aguiar (1945, pp. 165-173), Costa (2015, pp. 759-776) e Guerreiro (2003, pp. 371-372).

depois de, em outubro de 1916, parte dos seus militares ter participado em graves tumultos na cidade do Porto. O degredo a que terão sido votados estes militares, em poucos meses, transformou-se para muitos também numa condenação à morte, ainda que lenta e penosa. Pouco depois do seu desembarque, surgiram, em maio de 1917, as primeiras seis mortes. Em junho morreram mais 14 militares. Depois em julho os óbitos subiram vertiginosamente, ascendendo a 157. Nos meses seguintes, a situação melhorou progressivamente. Em agosto foram 77, em setembro 56, em outubro 31, em novembro 17 e em dezembro 14. No final do ano, tinham já morrido 372 homens. A mortandade continuou em 1918, com mais 55 mortos. Todos faleceram por doença, à exceção do 1.º Cabo Eduardo Veiga, que morreu em combate.

## Conclusão

O Memorial é uma homenagem a todos aqueles que tombaram, independentemente das circunstâncias, mas também um instrumento de divulgação da participação portuguesa na Grande Guerra e um polo agregador de informação dispersa por vários arquivos e fontes documentais.

Como muito bem sintetiza o coronel Aniceto Afonso, no texto de apresentação do Memorial, “as novas gerações poderão aqui encontrar uma janela sobre o que foram as vidas e o destino de milhares de portugueses” e nós acrescentamos: de uma forma fácil, rápida e apelativa pela ponte que foi criada entre os utilizadores do Memorial e as memórias contidas nos arquivos.

## Referências

### Arquivo Histórico Militar (AHM)

PT AHM/DIV/1/35/1064/4.

PT AHM/DIV/1/35/1270B.

PT AHM/DIV/2/10/1/38.

PT AHM/DIV/2/10/3/3.

### Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

PT TT/MI-SG/9-13/164.

Aguiar, M. B., 1945. Um Português Fuzilado em 1917. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. XV, pp. 165-173.

Costa, A. A., 2015. Kafka nas Trincheiras: o Fuzilamento do Soldado João Almeida. A Desconstrução de um Julgamento Formal. Em *Atas do XXIII Colóquio de História Militar. Portugal, 1914-1916. Da Paz à Guerra*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 759-776.

Guerreiro, M., 2003. O Fuzilado Português, um infeliz episódio. Em Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, coord., *Portugal e a Grande Guerra. 1914-1918*. Lisboa: Diário de Notícias, pp. 371-372.

*Livro de Ouro da Infantaria*, 1922. Lisboa: Comissão Técnica da Arma de Infantaria.

- Relação dos Mortos Portugueses na Grande Guerra na Alemanha, Bélgica, França e Holanda*, 1937. Lisboa: Ministério da Guerra/Serviço das Sepulturas de Guerra no Estrangeiro.
- Tavares, J. M., 2016. Monumento aos Combatentes da Grande Guerra – Vila Nova da Barquinha e Figueira da Foz. *Jornal do Exército*, n.º 663, p. 4.
- Tavares, J. M., 2018. Mortos, Feridos e Desaparecidos. Em Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha, coord., *Portugal na 1.ª Guerra Mundial. Uma História Militar Concisa*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 781-794.
- Tavares, J. M., 2018. Mortos, Feridos e Desaparecidos. Um retrato das vítimas. *Jornal do Exército – O Exército Português na Grande Guerra (1914-1918)*, pp. 68-69.
- Tavares, J. M., 2018. Os Mortos da Grande Guerra. O Caso Português. Em *Atas do XXVI Colóquio de História Militar. Portugal 1916-1918. Da Guerra à Paz*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 415-433.

### **Sítios na Internet**

- Memorial aos Mortos na Grande Guerra* [website] disponível em: <http://www.memorialvirtual.defesa.pt>
- Momentos da História [website], Cabo Verde 1914-1918, *Cabo Verde na Grande Guerra*, disponível em: [http://www.momentosdehistoria.com/MH\\_02\\_07\\_Marinha.htm](http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_07_Marinha.htm) [consultado a 30 de outubro de 2017].
- Presidência da República Portuguesa, *Declaração do Presidente da República*, 16 de setembro de 2017, disponível em: <http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=135194> [consultado a 30 de dezembro de 2017].

## Índice de IDN Cadernos Publicados

III SÉRIE		
2019	33	IV Seminário IDN Jovem
	32	Seminário de Defesa Nacional
2018	31	A Democracia na Europa: Alemanha, França, Reino Unido e Espanha Face às Crises Contemporâneas
	30	III Seminário IDN Jovem
	29	Cibersegurança e Políticas Públicas: Análise Comparada dos Casos Chileno e Português
	28	Contributos para uma Estratégia Nacional de Ciberdefesa
2017	27	Economia da Defesa Nacional
	26	Novo Século, Novas Guerras Assimétricas? Origem, Dinâmica e Resposta a Conflitos não-Convencionais
	25	II Seminário IDN Jovem
	24	Geopolitics of Energy and Energy Security
	23	I Seminário IDN Jovem
2016	22	Entering the First World War
	21	Os Parlamentos Nacionais como Atores Dessecuritizadores do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da União Europeia: O Caso da Proteção de Dados
2015	20	América do Sul: uma Visão Geopolítica
	19	A Centralidade do Atlântico: Portugal e o Futuro da Ordem Internacional
	18	Uma Pequena Potência é uma Potência? O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências na Grande Guerra de 1914-1918
	17	As Ásias, a Europa e os Atlânticos sob o Signo da Energia: Horizonte 2030
2014	16	O Referencial Energético de Gás Natural Euro-Russo e a Anunciada Revolução do <i>Shale Gas</i>
	15	A Diplomacia Militar da China: Tipologia, Objetivos e Desafios
	14	Geopolítica e Geoestratégia da Federação Russa: a Força da Vontade, a Arte do Possível
2013	13	Memória do IDN
	12	Estratégia da Informação e Segurança no Ciberespaço
	11	Gender Violence in Armed Conflicts
	10	As Revoltas Árabes e a Democracia no Mundo
2012	9	Uma Estratégia Global para Portugal numa Europa em Crise
	8	Contributo para uma "Estratégia Abrangente" de Gestão de Crises
	7	Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China, 1998-2010: Uma desconstrução do Discurso e das Perceções de (in)Segurança

2011	6	A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
	5	O Futuro da Comunidade de Segurança Transatlântica
	4	Segurança Nacional e Estratégias Energéticas de Portugal e de Espanha
2010	3	As Relações Energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades
	2	Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal
	1	Acerca de “Terrorismo” e de “Terrorismos”

## II SÉRIE

2009	4	O Poder Aéreo na Transformação da Defesa O Programa de Investigação e Tecnologia em Veículos Aéreos Autónomos Não-Tripulados da Academia da Força Aérea
	3	Conhecer o Islão
2008	2	Cibersegurança Segurança e Insegurança das Infra-Estruturas de Informação e Comunicação Organizacionais
	1	Conflito e Transformação da Defesa A OTAN no Afeganistão e os Desafios de uma Organização Internacional na Contra-subversão O Conflito na Geórgia

## I SÉRIE

2007	5	Conselho de Segurança das Nações Unidas Modelos de Reforma Institucional
	4	A Estratégia face aos Estudos para a Paz e aos Estudos de Segurança. Um Ensaio desde a Escola Estratégica Portuguesa
2006	3	Fronteiras Prescritivas da Aliança Atlântica Entre o Normativo e o Funcional
	2	Os Casos do Kosovo e do Iraque na Política Externa de Tony Blair
	1	O Crime Organizado Transnacional na Europa: Origens, Práticas e Consequências

## DESPOJOS DE GUERRA: AS CONSEQUÊNCIAS E SEQUELAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A Primeira Guerra Mundial é lida como um momento charneira da história contemporânea. A sua “longa sombra” ainda hoje se estende na Europa e no mundo sob múltiplas formas positivas e negativas. Este paradoxo merece que a historiografia se empenhe em sobre ele refletir. Procura-se estudar o que tal significa, desvendando as complexas linhas de relação que ligam a guerra à paz, a destruição de um dado tempo e a edificação de uma nova era e os laços que interligam ambos.



UNIVERSIDADE DE LISBOA

